



CATOLICA

CEPCEP · CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS
E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA



LISBOA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação
V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género
III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina
III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

2014 - 2017

Equipa:

Fernando Ilharco (Coord. Geral)

Fernando Chau (Coord.)

Cândida Soares

José António Sousa Fialho

Maria Ana Carneiro

Ana Rita Faria

Carlos Liz

João Carneiro

31 de outubro 2018

Agradecimentos

A equipa de investigação agradece sinceramente a disponibilidade, ajuda, tempo, partilha de saber e de experiência de todos/as os/as que contribuíram para este projeto, especialmente a equipa da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, os/as participantes nas entrevistas individuais e coletivas, bem como os/as participantes dos diversos inquéritos relativos à Igualdade de Género, Violência Doméstica e de Género, Mutilação Genital Feminina e Tráfico de Seres Humanos. Um muito obrigado/a.

Os erros, as omissões e as opiniões expressos neste documento são da responsabilidade dos/as autores/as, não podendo ser atribuídos às instituições a que pertencem.

Todas as expressões das entrevistas individuais e focus groups referidas ao longo do relatório refletem o ponto de vista dos/as entrevistados/as.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Constituição da República Portuguesa, Convenções Internacionais sobre Igualdade, Não Discriminação, e Erradicação da Violência contra as Mulheres...

O movimento pelos direitos das mulheres e pela igualdade de género vem de longa data. Este é um desígnio do Estado português e que encontra várias expressões na Constituição da República Portuguesa, base de todo um regime jurídico que se vem concretizando e reforçando. Desde o princípio da igualdade e da não discriminação (artigo 13.º), à promoção da igualdade entre mulheres e homens enquanto uma das tarefas fundamentais do Estado (alínea h) do artigo 9.º), à participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política como condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático (artigo 109.º), e à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar, como um direito de todos/as os/as trabalhadores/as, sem discriminação em razão do sexo (alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º). Encontramos ainda outras materializações no que se refere ao direito ao trabalho (artigo 58.º), aos direitos em matéria de família, na promoção da conciliação da atividade profissional com a vida familiar (artigo 67.º), e aos direitos relacionados com a maternidade e a paternidade enquanto valores sociais eminentes (artigo 68.º).

Neste processo, Portugal tem assumido um conjunto de compromissos a nível europeu, regional e internacional, sendo de destacar a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), e a Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, bem como obrigações inscritas nos tratados e diretivas europeias em matéria de promoção da igualdade entre mulheres e homens, de proteção contra a discriminação, e de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.

Portugal assumiu também compromissos políticos decorrentes, entre outros, da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (12 áreas críticas) e respetivas revisões e, mais recentemente, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Estes instrumentos constituem esforços conjuntos na construção de um novo contrato social de realização de direitos fundamentais, onde as mulheres e os homens têm, nas várias esferas, sociais e económicas, civis e políticas, direitos, deveres e oportunidades iguais.

Portugal percorreu um longo percurso na assunção e concretização destes compromissos e na consolidação de políticas públicas em matéria de igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, de prevenção e combate à violência doméstica e de género, e incluindo a mutilação genital feminina, e de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos. Este percurso tem-se traduzido, entre outros, na definição e aplicação de uma série de Planos nacionais que refletem o compromisso governamental na concretização dos imperativos constitucionais e das várias obrigações e compromissos assumidos, através da definição de

Objetivos Estratégicos e do desenvolvimento de quadros de medidas delimitadas no tempo, a serem revistos e renovados no seu termo.

Neste contexto, o presente relatório tem como objetivo proceder à avaliação externa e independente do V Plano Nacional para Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação, do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, incluindo o III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, bem como do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, todos relativos ao período 2014-2017 (aprovados, respetivamente, pelas Resoluções do Conselho de Ministros [RCM] n.ºs 101/2013, 102/2013 e 103/2013, todas de 31 de dezembro). Estas RCM determinam a realização de uma avaliação externa e independente no final do ciclo dos Planos que aprovam.

Os trabalhos reportados neste relatório visam dar execução aos principais objetivos constantes do Despacho emitido pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade de 5 de março de 2018, nomeadamente o objectivo de a equipa de avaliação levar a cabo um estudo de avaliação formativa e sumativa dos instrumentos de política pública acima identificados, incluindo, designadamente:

- “Avaliar o grau de execução dos instrumentos;
- Considerar os principais instrumentos e orientações nacionais, europeias e internacionais sobre a matéria;
- Identificar e analisar os constrangimentos e dificuldades na implementação das medidas, nomeadamente, ao nível da tomada de decisão e das relações interinstitucionais;
- Usar variáveis consideradas adequadas como instrumento de diagnóstico na análise sumativa dos instrumentos mencionados;
- Elaborar recomendações de processo e apresentar os resultados da avaliação efetuada.”

Procedimentos metodológicos...

Os trabalhos da avaliação obedeceram a um conjunto de procedimentos metodológicos na recolha e análise de informação proveniente de diferentes fontes e instrumentos, permitindo a triangulação dos dados. A metodologia seguida implicou a análise de vários tipos de fontes de informação: por um lado, os próprios Planos em avaliação, os relatórios intercalares e finais de execução, estudos na matéria, documentos legais, institucionais e estatísticos (tais como do Eurostat, EIGE, Eurofound, FRA, INE, CITE e os Eurobarómetros sobre a temática) e, por outro lado, os inquéritos aplicados via on-line às entidades responsáveis e executantes das medidas dos diversos Planos, e as entrevistas individuais e de grupo - *focus groups* – realizadas para cada Plano e programa.

Os dados recolhidos das diversas fontes foram objeto de um tratamento misto de avaliação que integrou vertentes qualitativas e quantitativas. Para este efeito, os dados resultantes da análise dos relatórios intercalares e finais de execução foram objeto de um exercício de quantificação, atribuindo a cada medida, Área Estratégica e, em última instância, Plano, uma taxa de execução

(%), constante nos quadros do capítulo referente à avaliação propriamente dita. Por outro lado, os inquéritos permitiram também uma valoração dos Objetivos Estratégicos de cada plano, atribuindo aos respetivos resultados uma taxa de perceção (%), constante nos quadros de valoração do mesmo capítulo referente à avaliação. Por sua vez, e tendo em conta a heterogeneidade da informação, os dados das entrevistas foram organizados a partir de um modelo interpretativo composto por quatro domínios: a realidade vivida, o quadro conceitual, a qualidade dos Planos, e o desempenho dos atores.

Na base dos resultados da avaliação da execução e das perceções, bem como da análise das entrevistas e dos Focus Groups, procedeu-se à elaboração do SWOT de cada Plano bem como à identificação das principais conclusões dali resultantes, em cada uma das dimensões do modelo interpretativo aplicado (vivida, o quadro conceitual, a qualidade dos Planos, e o desempenho dos atores). Finalmente, foram desenvolvidas recomendações, tanto a nível transversal como ao nível de cada Plano, que podem potenciar futuras intervenções nestas áreas, quer em termos de elaboração de políticas públicas quer em termos das estratégias e ações de operacionalização das mesmas.

Finalmente, importa referir que o exercício da avaliação se viu constringido por algumas características inerentes aos próprios relatórios de execução dos Planos, nomeadamente no que se refere designadamente à: frequente falta de correspondência entre o que é descrito como execução nos relatórios e os objetivos/indicadores estabelecidos para a medida em causa no Plano sob avaliação; falta de apresentação de dados quantitativos das ações de implementação descritas nos relatórios e que impede uma avaliação mais exata do grau de execução da maioria das medidas; falta de homogeneidade na apresentação da informação referente à execução dos Planos; e a não realização de alguns estudos previstos nos Planos que permitiriam ter algum conhecimento do impacto da execução de certas medidas.

Execução dos Planos...

Reportando-nos, em termos globais, ao grau de execução de cada Plano, estabelecido com base na análise dos relatórios intercalares e final de execução, o **V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação** (V PNI) atingiu uma taxa de execução global média da ordem dos 87% o que significa que foi tido como “maioritariamente executado”, registando-se uma variação entre 76,8% para a respetiva Área Estratégica 2 (Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas) e 93,8% para a respetiva Área Estratégica 6 (Comunicação Social). As entidades respondentes ao inquérito avaliaram globalmente o V PNI como muito importante – a que corresponde uma taxa global do Plano de 90,5%, variando entre 86,5% especificamente para a Área Estratégica 7 (Cooperação) e 92% para a Área Estratégica 3 (Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal). Estes valores apontam para uma avaliação muito positiva do VPNI. É ainda de notar que nas respostas ao inquérito se registou que as entidades responsáveis e executantes consideram que os melhores resultados alcançados em termos de execução do V PNI se situam da maior sensibilização para o tema da igualdade de género e não discriminação, o que contrasta, de certa

forma, com o que foi referido nas entrevistas em termos de uma persistente normalização da desigualdade e perpetuação de estereótipos associados a mulheres e homens, sem que se compreenda plenamente o quadro de implicações que daí podem advir. Esta situação poderá levar-nos a questionar o impacte das muitas ações de sensibilização e das atividades de comunicação desenvolvidas para execução das medidas do VPNI, junto das respetivas populações alvo.

A avaliação do **V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género** (V PNPCVDVG) resultou numa taxa global de execução na ordem dos 80,5%, tendo sido, por isso, tido como “maioritariamente executado”, registando-se uma variação entre uma taxa de execução de 53,5% para a Área Estratégica 5 (Investigar e Monitorizar) e de 95,7% para a Área Estratégica 3 (Intervir junto dos Agressores/as). As entidades inquiridas valorizaram o Plano globalmente como importante (taxa de perceção de 88,5%), variando entre 78,5% para a Área Estratégica 4 (Formar e qualificar profissionais) e 93,5% para a Área Estratégica 1 (Prevenir, sensibilizar e educar). Estes valores apontam também para uma avaliação muito positiva do V PNPCVDVG. É ainda de notar que, nesta área da violência doméstica e de género, todas as entidades participantes nas entrevistas e focus groups indicaram ter havido alterações significativas de melhoria na “situação existente” e no aumento da consciência social perante este fenómeno, para o qual contribuíram as ações realizadas ao abrigo do Plano.

A avaliação do **III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina** (III PPEMGF), permitiu concluir ter-se observado uma taxa global de execução na ordem dos 89,3%, sendo, por isso, tido como “maioritariamente executado.” De salientar que a Área Estratégica 5 (“Cooperação”) apresenta a maior taxa de execução (100%), seguida da Área Estratégica 3 (“Formar”), registando-se a menor taxa de execução na Área Estratégica 2 (“Integrar”), com 80,5%. As respostas aos inquéritos permitiram concluir que o III PPEMGF é globalmente considerado muito importante pelas respetivas entidades responsáveis e executantes (taxa de perceção de 91%). A Área Estratégica 4 (“Conhecer”) é a menos valorizada, com 78,5% (importante), e a Área Estratégica 5 (“Investigar e monitorizar”) é a mais valorizada (100% - muito importante).

A avaliação do **III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos** (III PNPCTSH) resultou numa taxa de execução global de 85,7%, sendo, por isso, tido como “maioritariamente executado”, variando entre a Área Estratégica 1 (“Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar”) com a menor taxa de execução (76,3%), a Área Estratégica 4 (“Investigar Criminalmente”) com uma taxa de execução de 90%, e a Área Estratégica 5 (“Cooperar”) com uma taxa de execução de 91,8%. Na base das respostas ao inquérito, as entidades responsáveis e executantes consideram o III PNPCTSH globalmente importante, com uma taxa de perceção de 85,5%, variando entre a valoração mais baixa da Área Estratégica 4 (82%) e a valoração mais alta na Área Estratégica 5 (“Cooperar”) e na Área Estratégica 3 (“Proteger, Intervir e Capacitar”) com uma taxa de 88,8%. É de salientar que a maioria das entidades respondentes (89,2%) é da opinião

de que foram genericamente alcançados os resultados esperados do III PNPCTSH. Neste contexto, é de destacar, entre outros, que a CIG, as ONG e as escolas foram as entidades mais ativas na realização de parcerias, e que os/as técnicos/as da área social e da saúde foram os/as mais beneficiados/as pelas ações de formação desenvolvidas, representando 64,4% dos grupos identificados. No entanto, 13% das entidades inquiridas não realizaram quaisquer ações de concretização das medidas do III PNPCTSH.

Por outro lado, na avaliação de cada Plano, foi identificado um conjunto de razões que contribuíram para a não execução plena de todas as medidas, entre as quais são de destacar transversalmente as seguintes: apesar de alguns progressos registados no passado recente, permanecem dificuldades de monitorização e acompanhamento dos Planos e, em geral, o planeamento estratégico é insuficiente; ao nível das entidades executantes, a falta de planeamento de recursos humanos e/ou financeiros impede ou dificulta a implementação das medidas; verificaram-se também problemas ou dificuldades de articulação interinstitucional, nomeadamente tendo em conta o número elevado de entidades responsáveis e executantes o que propicia alguma desresponsabilização face à implementação das medidas; o desenho dos próprios Planos também levanta constrangimentos tendo em conta alguma falta de correspondência entre os Objetivos Estratégicos, os objetivos das medidas, os indicadores e as atividades que concorreram para a execução das medidas, a sobreposição ou proximidade substantiva de Objetivos Estratégicos, e o número elevado de medidas similares que dificulta a fixação de prioridades.

Não obstante, é de salientar que os Planos nacionais constituem instrumentos incentivadores na coordenação das instituições participantes em prol dos objetivos estabelecidos nos mesmos. De facto, a articulação/coordenação entre as entidades responsáveis e executantes é apontada como um aspeto muito positivo de interação entre departamentos/serviços com vocações muito diferentes. Em geral, os resultados dos inquéritos indicam que as atividades dos Planos têm contribuído para uma acrescida sensibilização e capacitação dos/as respetivos participantes, e que o estabelecimento de parcerias para a implementação das atividades previstas nos Planos é considerado um fator com benefícios para as entidades participantes. Por fim, é ainda de sublinhar que as entidades respondentes aos inquéritos indicam a participação das ONGs como um aspeto relevante para a eficácia das atividades, nomeadamente na proximidade com as populações alvo.

Oportunidades e ameaças

A avaliação também permitiu identificar uma série de oportunidades e ameaças em cada Plano no que concerne a algumas matérias concretas em cada área de intervenção dos Planos, das quais se destacam sucintamente apenas algumas.

Relativamente a oportunidades identificadas na área da igualdade de género: no trabalho e no emprego, o maior recurso à flexibilidade do horário de trabalho é visto como uma oportunidade que pode vir a ser potenciada em sede de concertação social entre o Governo e os parceiros sociais, no sentido da promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar;

também assim, a melhoria da integração dos dados administrativos já existentes no sistema de informação estatístico como investimento importante para um melhor conhecimento das realidades no terreno; a criação da figura de Provedor/a da Igualdade constitui outra oportunidade na boa resolução de litígios nas variadas temáticas da igualdade. Quanto às ameaças identificadas, de destacar: a falta de igualdade de oportunidades em termos de promoções nas empresas privadas bem como na Administração Pública, uma situação evidenciada na comparação da presença de mulheres e homens nas chefias e lugares de topo, sobretudo em idades superiores a 40 anos; a nível mais estrutural, o envelhecimento da população, sem a correspondente resposta social, pressiona os/as cuidadores/as, na sua grande maioria mulheres, e acentua desequilíbrios na divisão do trabalho de cuidado entre mulheres e homens.

Na área da violência doméstica e de género, a visibilidade mediática dos temas dos direitos das mulheres, dos direitos humanos, incluindo os direitos das crianças, constitui uma oportunidade que pode potenciar a intervenção, em termos do respetivo reforço e impacto¹. Ao nível das ameaças, releva a persistência de estereótipos em termos de constrangimento cultural, e a dificuldade da intervenção junto das pessoas agressoras em termos da respetiva eficácia.

Quanto à problemática da mutilação genital feminina (MGF), a partilha de experiências e boas práticas em diferentes comunidades e países praticantes da MGF na luta contra este fenómeno pode contribuir para um combate mais eficaz. No entanto, o enraizamento da crença de que a MGF é uma prática benéfica com forte peso cultural, tradicional e ritualizado constitui uma ameaça muito clara para as políticas públicas nesta área.

Finalmente, quanto à área do combate ao tráfico de seres humanos (TSH), a crescente transversalização das questões de igualdade de género na definição e execução das políticas públicas é vista como uma oportunidade para potenciar a mesma integração nesta área; pelo contrário, a proliferação de redes de tráfico poderá exigir maior adequação das respostas ao combate das novas formas de TSH.

Principais conclusões

Do exercício de avaliação dos dados recolhidos das várias fontes e respetivo enquadramento no esquema interpretativo desenvolvido, emergiram uma série de conclusões em cada um dos Planos, das quais se elencam apenas algumas e de forma muito sucinta:

No que se refere ao V PNI, é de referir o facto de poucas ações terem sido direcionadas a grupos mais vulneráveis; a pouca adequação dos planos para a igualdade a nível local às diferenciações territoriais; o facto de o estatuto do/a Conselheiro/a para a Igualdade ser tido como desajustado para garantir a boa implementação das medidas; a ausência do objetivo de promoção da igualdade de género nas cartas de missão; e a pouca sensibilidade da comunicação social para as questões da igualdade de género. Por sua vez, e enquanto aspeto positivo, é de sublinhar que os/as participantes reconhecem o papel das parcerias na promoção

¹ Segundo o Eurobarómetro 449 de 2016, à pergunta “In general, how common do you think that domestic violence against women is in [Portugal], 92,5% dos/as inquiridos/as em Portugal respondeu “comum” (74,4% UE28).

do trabalho em rede, bem como o facto de a maior parte das entidades que responderam ao inquérito indicarem possuir planos para a igualdade ou estar a implementá-los.

Relativamente ao V PNCVDG, as principais conclusões são: o funcionamento das casas de abrigo carece de melhoria na intervenção junto de crianças, na garantia da formação do respetivo pessoal técnico; a falta de um processo de acreditação das respostas da rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica; o problema processual identificado na recolha de depoimentos na co-presença da pessoa agressora e da vítima de violência doméstica; o papel pouco pedagógico da comunicação social no combate aos estereótipos que estão na base da violência doméstica; profissionais da área da justiça com falta de sensibilização e formação adequada para a temática; a baixa execução das medidas dirigidas a grupos mais vulneráveis, a pessoas LGBTI e a pessoas agressoras; a necessidade de articulação da intervenção na área da violência doméstica e de género com o Plano nacional de saúde mental. Por sua vez, e enquanto aspeto positivo, é de relevar a importância do papel crescente e em aperfeiçoamento da PSP e da GNR na intervenção em situações de violência contra as pessoas idosas.

Quanto ao III PAPEMGF, as principais conclusões são: as lideranças religiosas das comunidades praticantes residentes em Portugal são pouco cooperantes no combate e na prevenção da MGF; poucas entidades trabalham de forma sistemática e regular no terreno (junto das comunidades praticantes) a temática da MGF; necessidade de atualização dos dados e informação sobre a extensão e prevalência da MGF nas comunidades residentes em Portugal. Por outro lado, tem sido positivo o trabalho desenvolvido em escolas nas áreas geográficas onde existem comunidades de países praticantes da MGF, bem como o reconhecimento internacional das boas práticas de Portugal no combate à MGF.

As principais conclusões da avaliação do III PNPCTSH prendem-se com a ausência de um sistema de dados partilhado pelos diferentes atores com intervenção na área; e como aspetos mais positivos, a existência de equipas multidisciplinares que permitem um combate cada vez mais eficiente ao TSH, bem como o envolvimento de um elevado número de ONG nesta intervenção.

**Principais
recomendações**

Assim, relativamente às recomendações **transversais** resultantes do processo de avaliação dos Planos, foram selecionadas as seguintes como as mais relevantes e que, não obstante a existência de uma nova Estratégia para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND), continuam a merecer destaque:

1. Desenvolver um sistema de monitorização da implementação dos Planos de ação, garantindo a avaliação qualitativa e quantitativa dos mesmos, que permita designadamente o seguinte:
 - o Traçar a evolução da implementação de cada medida ao longo dos anos.
 - o Garantir a qualidade e uniformização da informação prestada nos relatórios de execução (intercalares e finais), designadamente em termos de relevância, detalhe, impacto, entre outros.
 - o Criar um modelo standard de relatório de execução (intercalar e final) que inclua metodologia de avaliação, incluindo de impacto.

- Adaptar a fórmula e sistema de cálculo da taxa de execução atualmente utilizada nos relatórios de execução, tendo em conta o novo formato de indicadores e metas definidos na ENIND.
2. Na elaboração de novos planos de ação, acautelar designadamente os seguintes aspetos:
 - Assegurar a coerência entre as medidas e respetivas ações definidas para atingir os objetivos fixados.
 - Definir para cada medida indicadores qualitativos que permitam uma avaliação ex-post.
 - Melhorar a articulação e coordenação entre os planos de ação, evitando a sobreposição de medidas.
 - Garantir que a definição das medidas é sempre acompanhada da respetiva forma de operacionalização, designadamente em termos de processo e entidades executantes.
 3. Reconhecendo o papel da área da comunicação, desenvolver e monitorizar uma ação concertada entre atores estratégicos, designadamente em termos de:
 - i. Informação para os *media* – difusão periódica de temas, estatísticas e legislação.
 - ii. Formação de estudantes na área da comunicação bem como de jornalistas.
 - iii. Publicidade e entretenimento (telenovelas, conteúdos televisivos infantis e juvenis, vídeos jogos, apps, redes sociais, etc.).
 4. Reforçar as medidas dos planos de ação relativas a grupos mais vulneráveis, adequando as respostas às especificidades de cada grupo, designadamente imigrantes, minorias étnico-raciais como as pessoas ciganas e afrodescentes, e crianças e pessoas idosas.
 5. Identificar e centralizar as fontes administrativas estatísticas existentes, garantir a comparabilidade dos dados recolhidos, e dar prioridade à produção e difusão, pelo Sistema Estatístico Nacional, de estatísticas anuais nas temáticas dos Planos (cfr. as medidas previstas na ENIND nesta área), garantindo a desagregação dos dados por sexo e respetivo cruzamento com outras variáveis (e.g., localização geográfica, grupo etário, habilitações literárias, nacionalidade, país de origem).

Em particular, relativamente ao **VPNI**, foram selecionadas as seguintes recomendações como as mais relevantes e que, não obstante a ENIND, continuam a merecer destaque:

1. Inscrever os objetivos da igualdade de género e da não discriminação nas cartas de missão dos/das dirigentes.
2. Desenhar uma estratégia estruturada e coordenada, de mobilização e acompanhamento das práticas do setor empresarial privado no que se refere à adoção de planos para a igualdade e práticas em matéria de combate à discriminação salarial, assédio sexual e moral, e promoção da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.

3. Desenvolver ações de promoção da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, tais como adequar as infraestruturas sociais de apoio à infância, juventude e população idosa; incentivar a maior partilha do trabalho de cuidado entre mulheres e homens; e promover ações de formação nesta área.
4. Desenvolver uma ação concertada e coordenada em matéria de formação para a área da igualdade de género e a não discriminação (incluindo planificação, execução e monitorização) no sentido de garantir a formação contínua e permanente dos/as profissionais das várias áreas, em estreita articulação com as entidades responsáveis e executantes do Plano.

Em particular, relativamente ao **VPNPCVDVG**, foram selecionadas as seguintes recomendações como as mais relevantes e que, não obstante a ENIND, continuam a merecer destaque:

1. Reforçar as ações de formação junto de hospitais e de escolas privadas para melhor proteger as crianças vítimas de violência, enquanto área sinalizada como carecendo de intervenção, garantindo a articulação com a CNPDPCJ.
2. Avaliar a forma de adequar as respostas de apoio às vítimas às novas formas de violência e aos novos fatores de risco (i.e. ciber-violência).
3. Melhorar a articulação entre a investigação criminal e os tribunais criminais com os tribunais de família (designadamente, monitorizar a implementação e impacto da Lei n.º 24/2017, de 24 de maio; estudar as boas práticas internacionais nesta matéria; tornar obrigatória a formação em VDG de magistrados/as; avaliar formas de cruzar e partilhar informação sobre os processos entre os dois tipos de tribunais).
4. Integrar a área da VDG no Plano Nacional de Saúde Mental.
5. Melhorar as respostas de proteção imediata da vítima aquando da apresentação da queixa, designadamente garantir a celeridade do processo de atribuição de teleassistência; avaliar as razões das baixas taxas de aplicação de medidas de coação às pessoas agressoras; garantir o apoio psicológico às vítimas de violência doméstica no momento de apresentação da queixa, com impacto no não arquivamento dos processos.

Em particular, relativamente ao **IIIPAPEMGF**, foram selecionadas as seguintes recomendações como as mais relevantes e que, não obstante a ENIND, continuam a merecer destaque:

1. Incentivar o associativismo nas comunidades dos países praticantes, como interlocutores na intervenção ao combate à MGF, envolvendo designadamente mulheres de diferentes países e comunidades praticantes, formando-as e criando grupos de ajuda mútua e de apoio a raparigas, e formando jovens líderes nessas comunidades.
2. Integrar nas ações de empoderamento a articulação com as famílias dos/as jovens das comunidades praticantes.
5. Integrar a área da MGF no Plano Nacional de Saúde Mental como forma de violência contra as mulheres.

Em particular, relativamente ao **IIIPNCTSH**, foram seleccionadas as seguintes recomendações como as mais relevantes e que, não obstante a ENIND, continuam a merecer destaque:

1. Focar as campanhas de informação e sensibilização nas regiões com maior registo de vítimas de TSH, designadamente em colaboração com os Municípios e junto das empresas.
2. Reforçar o acompanhamento psicológico e social das crianças vítimas de tráfico, com especial atenção ao momento de retorno.
3. Reforçar a comunicação e articulação entre os países que sinalizam as vítimas e os países de origem enquanto dinâmica facilitadora do processo de retorno.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	21
1. O contexto socioeconómico	27
2. Quadro Metodológico	33
2.1. Fases do processo de avaliação.....	33
2.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	35
2.2.1. Análise Documental.....	35
2.2.2. Execução dos Planos.....	36
2.2.3. Inquéritos de Perceção.....	36
2.2.4. Entrevistas	41
2.3. Tratamento e análise de dados	43
2.4. Constrangimentos metodológicos.....	45
3. Avaliação.....	47
3.1. V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação	48
3.1.1. Avaliação do Plano e da respetiva Execução.....	51
3.1.2. Perceções baseadas nos Inquéritos	64
3.1.3. Entrevistas e Focus Group	70
3.1.4. Análise SWOT	74
3.1.5. Principais questões referenciadas.....	76
3.2. V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género	80
3.2.1. Avaliação do Plano e da respetiva Execução.....	81
3.2.2. Perceções baseadas nos Inquéritos	89
3.2.3. Entrevistas e Focus Group	94
3.2.4. Análise SWOT	98
3.2.5. Principais questões referenciadas.....	100
3.3. III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina.....	105
3.3.1. Avaliação do Plano e da respetiva Execução.....	107
3.3.2. Perceções baseadas nos Inquéritos	112
3.3.3. Entrevistas e Focus Group	116
3.3.4. Análise SWOT.....	120
3.3.5. Principais questões referenciadas.....	122
3.4. III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos.....	126
3.4.1. Avaliação do Plano e da respetiva Execução.....	127
3.4.2. Perceções baseadas nos Inquéritos	131
3.4.3. Entrevistas e Focus Group	137
3.4.4. Análise SWOT	141

3.4.5. Principais questões referenciadas.....	143
4. Conclusões e Recomendações.....	147
4.1. V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação.....	150
4.2. V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género	155
4.3. III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina.....	160
4.4. III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

ÍNDICE DE SIGLAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações (anterior Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural)

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

AE - Área Estratégica

CEJ - Centro de Estudos Judiciários

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSM - Conselho Superior da Magistratura

CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar

DGE - Direção-Geral da Educação

DGIE - Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos

ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação

GNR - Guarda Nacional Republicana

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

IG - Igualdade de Género

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS - Instituto da Segurança Social

MAI - Ministério da Administração Interna

MCI - Indicador das Condições Monetárias

ME - Ministério da Educação

MEC – Ministério da Educação e Ciência (designação anterior)

MF – Ministério das Finanças

MGF - Mutilação Genital Feminina

MIPEX - Migrant Integration Policy Index

MJ - Ministério da Justiça

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

MS – Ministério da Saúde

MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (designação anterior)

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

OE - Objetivo Estratégico

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONG - Organização Não-Governamental

OTSH - Observatório do Tráfico de Seres Humanos

PAPEMGF - Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina

PCM - Presidência do Conselho de Ministros

PGR - Procuradoria Geral da República

PJ – Polícia Judiciária

PNI - Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação

PNPCTSH - Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

PNPCVDG - Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

PSP - Polícia de Segurança Pública

RAPVT - Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico

SEAPI - Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

TSH – Tráfico de Seres Humanos

VD - Violência Doméstica

VDG - Violência Doméstica e de Género

VG - Violência de Género

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Taxa de atividade da população residente com 15 e mais anos de idade por Sexo e Grupo etário.....	28
Quadro 2 - População empregada, por Sexo (milhares e %).....	28
Quadro 3 - Variação da População empregada (Série 2011 - N.º) Atividade económica (Secção - CAE Rev. 3).....	29
Quadro 4 - Evolução do rendimento médio mensal líquido da população empregada.....	30
Quadro 5 - Gap salarial não ajustado (%).....	31
Quadro 6 - Gap salarial, por grupos etários (%).....	31
Quadro 7 - Métrica utilizada na avaliação da execução dos Planos.....	36
Quadro 8 - Distribuição de questionários por inquirido.....	38
Quadro 9 - Tempos médios de resposta a cada questionário.....	39
Quadro 10 - Taxa de Resposta das entidades que responderam aos inquéritos por Plano.....	40
Quadro 11 - Nº de entidades respondentes organizadas por área de intervenção.....	40
Quadro 12 - Avaliação atribuída de acordo com a taxa de perceção.....	41
Quadro 13 - Identificação dos/as entrevistados/as por área temática.....	42
Quadro 14 - Identificação das entidades participantes nos Focus Groups por área temática.....	43
Quadro 15- Avaliação das AE do V PNI com base nos Relatórios de Execução.....	53
Quadro 16 – Avaliação de Medidas da AE1 do V PNI.....	55
Quadro 17 - Relação dos planos setoriais de Igualdade com o Plano de Igualdade.....	55
Quadro 18 - Avaliação de Medidas da AE2 do V PNI.....	59
Quadro 19 - Avaliação de Medidas da AE3 do V PNI.....	61
Quadro 20 - Avaliação dos Planos para a igualdade nas empresas.....	61
Quadro 21 - Avaliação de Medidas da AE4 do V PNI.....	63
Quadro 22 - Avaliação de Medidas da AE5 do V PNI.....	63
Quadro 23 - Avaliação de Medidas da AE6 do V PNI.....	63
Quadro 24 - Avaliação de Medidas da AE7 do V PNI.....	64
Quadro 25 - Percentagem de entidades respondentes ao Inquérito sobre o V PNI.....	65
Quadro 26 – Conselheiros/as nomeados/as por Entidades (ou equivalente em ONG).....	67
Quadro 27 - Avaliação das Áreas Estratégicas do V PNI com base nos Inquéritos aplicados.....	69
Quadro 28 - Cruzamento de informação dos instrumentos de avaliação - V PNI.....	77
Quadro 29 - Avaliação da execução do V PNCVDG e das Medidas e Áreas Estratégicas com base dos Relatórios de Execução.....	81
Quadro 30 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 1 do V PNCVDG.....	83
Quadro 31 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 2 do V PNCVDG.....	86
Quadro 32 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 3 do V PNCVDG.....	87
Quadro 33 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 4 do V PNCVDG.....	88
Quadro 34 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 5 do V PNCVDG.....	89
Quadro 35 - Nº de entidades respondentes organizadas por área de intervenção.....	89
Quadro 36 - Avaliação das Áreas Estratégicas e dos Objetivos Estratégicos do V PNCVDG com base nos inquéritos.....	90
Quadro 37- Previsão do nível de impacte dos Objetivos Estratégicos do V PNCVDG segundo as Entidades.....	91
Quadro 38 - Avaliação das Áreas Estratégicas com base nos Relatórios de Execução.....	108
Quadro 39 - Avaliação das medidas da Área Estratégica 1.....	109
Quadro 40 - Avaliação das Medidas da Área Estratégica 2.....	110
Quadro 41 - Avaliação das Medidas da Área Estratégica 3.....	111
Quadro 42 - Avaliação das Medidas da Área Estratégica 4.....	111
Quadro 43 - Avaliação das Medidas da Área Estratégica 5.....	112
Quadro 44 - Distribuição das entidades que responderam ao inquérito por áreas.....	112
Quadro 45 - Avaliação das Áreas Estratégicas do III PPEMFG com base nos inquéritos aplicados.....	114

Quadro 46 – Previsão de impacte das Medidas	114
Quadro 47 - Avaliação ao Plano e das Áreas Estratégicas do III PNPCTSH com base nos Relatórios de Execução	127
Quadro 48 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 1 do III PNPCTSH	128
Quadro 49 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 2 do III PNPCTSH.....	129
Quadro 50 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 3 do III PNPCTSH.....	130
Quadro 51 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 4 do III PNPCTSH.....	130
Quadro 52 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 5 do III PNPCTSH.....	131
Quadro 53 - Distribuição percentual das respostas recebidas por entidades.....	131
Quadro 54 - Avaliação das Áreas Estratégicas e dos Objetivos Estratégicos do III PNPCTSH com base nos inquéritos aplicados.....	132
Quadro 55 - Nº de ações desenvolvidas por cada entidade de acordo com as Áreas Estratégicas	136
Quadro 56 - Cruzamento de informação dos instrumentos de avaliação - III PNPCTSH.....	144

INDÍCE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB_pm, tva (%).....	27
Gráfico 2 - Desemprego de Longa Duração no período 2008 – 2017 (%)	27
Gráfico 3 - Taxa de Desemprego (%)	29
Gráfico 4 - Taxa de desemprego - Total e Ensino Superior, sexo (%)	30
Gráfico 5 - Diferença do rendimento líquido mediano entre sexos (%).....	31
Gráfico 6 - Gender gap in pensions, 65+ year-olds, 2014.....	32
Gráfico 7 - Questionários recebidos por período	39
Gráfico 8 - Resultados alcançados	65
Gráfico 9 - Resultados esperados por área da entidade	66
Gráfico 10 - Tipo de ações realizadas (em %)	66
Gráfico 11 - Nº de ações segundo o público-alvo.....	67
Gráfico 12 - Nº de parcerias realizadas com cada uma das entidades.....	68
Gráfico 13 – Tipo de benefícios por parceria.....	68
Gráfico 14 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 1.....	92
Gráfico 15 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 2.....	92
Gráfico 16 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 3.....	92
Gráfico 17 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 4.....	93
Gráfico 18 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 5.....	93
Gráfico 19 - Estrutura da distribuição do público-alvo das ações realizadas	94
Gráfico 20 - Conhecimento da temática MGF	113
Gráfico 21 - Público-alvo das ações realizadas segundo a área da entidade	113
Gráfico 22 - Motivos que as entidades identificam para a não realização de ações.....	114
Gráfico 23 - Nº de respostas das entidades organizadas por natureza jurídica	132
Gráfico 24 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 1.....	133
Gráfico 25 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 2.....	133
Gráfico 26 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 3.....	134
Gráfico 27 - Resultados esperados por área da entidade	135
Gráfico 28 - Nº de parcerias realizadas com cada entidade	135
Gráfico 29 - Nº total de parcerias estabelecidas por área de entidade	136

INTRODUÇÃO

The arc of the moral universe is long, but it bends toward justice.

Martin Luther King, Jr

O processo de construção da igualdade entre mulheres e homens, da não discriminação, da prevenção e o combate à violência doméstica, incluindo a mutilação genital feminina, e ao tráfico de seres humanos, é uma jornada longa e complexa, com avanços e recuos. A necessária mudança de comportamentos e de práticas, remete-nos para a eliminação de estereótipos, enquanto condição de realização da igualdade de género, da não discriminação e dos direitos humanos.

A evolução dos planos nacionais para a igualdade de género e não-discriminação (PNI), para o combate à violência doméstica e de género (VDG), incluindo a mutilação genital feminina, e para o combate ao tráfico de seres humanos (TSH) indicia melhorias substantivas, nomeadamente na abordagem às temáticas subjacentes, na crescente participação de entidades e no aumento sustentado da participação da sociedade civil. Os progressos são claros e, em termos comparativos, em vários domínios, Portugal encontra-se a par de muitos países europeus.²

Este relatório pretende avaliar o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação (V PNI), o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG), incluindo o III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (III PPEMGF), bem como o III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (III PNPCTSH), todos relativos ao período 2014-2017.

Neste contexto, os trabalhos aqui reportados visaram assegurar os objetivos do Despacho da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, de 5 de março de 2018³, de levar a cabo um estudo de avaliação formativa e sumativa dos instrumentos de política pública acima identificada, incluindo, designadamente:

- Avaliar o grau de execução dos instrumentos
- Considerar os principais instrumentos e orientações nacionais, europeus e internacionais sobre a matéria.
- Identificar e analisar os constrangimentos e dificuldades na implementação das medidas, nomeadamente, ao nível da tomada de decisão e das relações interinstitucionais.

² E.g., Valfort (2017). A título meramente exemplificativo, um indicador de progresso é dado pelo Índice Stérótype de Genre: o valor deste índice em 2017 para os/as jovens em Portugal (15 a 24 anos de idade) era 5,7 muito abaixo do valor para os seniores (mais de 55 anos de idade) com 8,4 (Eurobarómetro EB 465 de 2017, QC1r – Índice Stérótype de Genre. Uma hipótese explicativa desta diferença do índice é a diferença no nível de escolaridade destes cortes). O índice, publicado pela EIGE passou de 54,4 em 2012 para 56 em 2015. Outros indicadores relevantes são a evolução da taxa de cobertura dos serviços de apoio a crianças até aos 3 anos de idade, que aumentou de 30% das crianças em 2005 para 47,2% em 2015 (cfr. Torres, 2018, pág. 160 - apesar deste progresso evidente para o conjunto da sociedade, devemos ter em conta: i) o custo deste apoio - uma variável importante para as famílias; ii) bem como a disponibilidade local dos apoios); o aumento na duração e no gozo da licença de paternidade obrigatória (a percentagem de homens que receberam o subsídio por licença obrigatória aumentou de 62,6% em 2009 para 75,9% em 2016, segundo o Relatório sobre o progresso da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional, CITE. Importa ainda destacar a consolidação ao nível da rede de apoio e serviços em matéria da violência doméstica, o aumento de protocolos e reforço das redes locais de apoio às vítimas de violência doméstica, e a criação da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica. Finalmente, na área de combate ao tráfico de seres humanos, é de referir as atividades do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH) e a criação das Equipas Multidisciplinares.

³ Ver Anexo I.

- Usar variáveis consideradas adequadas como instrumento de diagnóstico na análise sumativa dos instrumentos mencionados.
- Elaborar recomendações de processo e apresentar os resultados da avaliação efetuada.

Os vetores da avaliação obedeceram a um conjunto de procedimentos metodológicos na recolha de informação proveniente de diferentes fontes e instrumentos, de forma a permitir a triangulação dos dados. A metodologia seguida implicou a análise de dois tipos de fontes de informação: por um lado, os próprios planos nacionais, os relatórios intercalares e finais de execução dos planos, estudos realizados nas matérias sob análise, documentos legais, institucionais e estatísticos (Eurostat, EIGE, Eurofound, FRA, INE, CITE e os eurobarómetros sobre a temática em causa) e, por outro lado, os inquéritos aplicados via *on-line* às entidades responsáveis e executantes das medidas dos diversos planos, bem como as entrevistas individuais e de grupo - *Focus Group* – realizadas para cada plano e programa⁴.

O exercício de avaliação viu-se dificultado por alguns aspetos também identificados nas avaliações dos planos precedentes, e que se prendem com aquela que tem sido a abordagem de planeamento das políticas públicas nas áreas da igualdade de género, prevenção e combate à violência doméstica e de género, incluindo a mutilação genital feminina, e de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, e que se reflete na forma como os próprios planos se encontram formulados. Assim, a persistência de planos que optam por uma certa abordagem à definição de medidas, indicadores e metas, em paralelo com a persistência de avaliações externas desses mesmo planos que identificam essa abordagem como problemática, aponta para a necessidade de repensar estes modelos. Também o presente de avaliação se viu constrangido pelas mesmas dificuldades, que serão identificadas ao longo do relatório. De forma complementar, a necessidade de reformar o modelo de planificação implica uma reformulação paralela do respetivo modelo de monitorização e acompanhamento, conforme resulta também da análise desenvolvida ao longo do presente relatório.

Importa, no entanto, salientar que os planos ora avaliados são instrumentos poderosos na coordenação das instituições intervenientes em prol dos objetivos estabelecidos. De facto, a articulação/coordenação entre entidades responsáveis e executantes é apontada como um aspeto muito positivo de interação entre departamentos/serviços com vocações muito diferentes. No entanto, a falta de informação relativa aos impactos (os resultados das ações) e a sua não previsão nos planos, constituem uma limitação forte à avaliação realizada.

A avaliação dos três planos e do programa da MGF permitiu identificar alguns temas mais salientes sobre os quais os parágrafos seguintes se debruçam sucintamente, e que fazem parte da informação analítica e sumativa dos objetos de análise. Não visando desenvolver considerações aprofundadas sobre estas temáticas, até porque esta não é a sede adequada e porque já existe abundante literatura nas várias áreas em apreço, as seguintes breves reflexões procuram tão só enquadrar, explicitar e fundamentar algumas das recomendações apresentadas.

Estereótipos de género

⁴ Ver Capítulo 4 *Quadro Metodológico*.

Da avaliação saiu reforçada a questão do combate aos estereótipos de género como central e condição de prossecução dos objetivos subjacentes aos vários planos nacionais. Tal como refere a Recomendação (2007) do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre Normas e Mecanismos,

Os estereótipos e a divisão marcada dos papéis de género influenciam os modelos sociais que tendem a atribuir às mulheres a responsabilidade da vida familiar e privada (domínios de trabalho não remunerado) e aos homens a da esfera pública e do trabalho profissional (domínios do trabalho remunerado). Esta divisão conduz a perpetuar a partilha desigual das responsabilidades familiares e domésticas, que é uma das maiores razões quer da discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho, quer da sua participação social e política limitada.⁵

Isto requer uma ação estratégica em áreas como a educação, a formação contínua de diversos públicos estratégicos em matéria de igualdade de género, violência doméstica e de género, e não discriminação, bem como ações concertadas na área da comunicação social, e ações de sensibilização e informação abrangentes e sobre temáticas variadas. Também assim, e particularmente na área da mutilação genital feminina, é clara a necessidade de aposta na desconstrução dos estereótipos e dos mitos associados à prática da MGF, que têm forte enraizamento cultural nas tradições, laços familiares e ritos das comunidades praticantes. Importa, por isso, aprofundar o conhecimento específico sobre este enraizamento cultural, para depois se investir de forma estruturada e estratégica na desconstrução e apostar na prevenção, designadamente ao nível da educação e sensibilização.

Neste sentido, os planos incorporaram, no curto prazo, campanhas de sensibilização e de informação no combate aos estereótipos e na promoção da igualdade de género e não discriminação. Entre outros, é de mencionar os progressos feitos quer ao nível da formação de docentes quer dos guiões produzidos sob a égide da CIG para os diversos níveis de ensino. Devem ainda ser realçados os esforços de muitas outras entidades nesta área, nomeadamente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) em parceria com os sindicatos e as empresas.

Contudo, vários/as participantes nas atividades da avaliação indicaram a necessidade de novo investimento na reflexão concetual das questões da cidadania, igualdade entre mulheres e homens, discriminação, e violência doméstica e de género. Foi apontada a necessidade do reforço na clarificação concetual de muitas das questões e conceitos subjacentes, assim solidificando também as medidas de política pública nestas áreas. A comunicação social tem um papel fundamental na desconstrução das representações sociais assentes em estereótipos de género que atribuem papéis a mulheres e homens em razão do seu sexo, pelo que a maior sensibilização e informação nestas matérias tem na comunicação social - nacional, regional e local - um instrumento poderoso para potenciar a mudança de atitudes, comportamentos e práticas, ideia sublinhada pelo Conselho da Europa em 2007⁶, apontando para a necessidade de coordenação e implementação de medidas de política pública bem definidas e direcionadas, numa articulação entre os várias agentes estratégicos com intervenção nesta área e designadamente da área da comunicação.

⁵ Parágrafo 34 da Recomendação (2007) –17 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género (*adotada a 21 de novembro de 2007*). Vide Cunha Rego (2016, pg. 19).

⁶ Parágrafo 8, viii. da Recomendação (2007) –17 “o estabelecimento de canais de comunicação regulares com as organizações dos media, tendo em vista assegurar a circulação frequente de informação sobre as questões da igualdade de género e sobre os programas e progressos neste domínio;”

Desvantagens estruturais das mulheres na atividade profissional

Da avaliação saiu também reforçada a natureza sistemática e estrutural das desvantagens que as mulheres continuam a sofrer em matéria de atividade profissional, designadamente no que se refere ao acesso e participação na tomada de decisão e nas lideranças, bem como as dificuldades que sentem de forma muito particular em termos de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, e a discriminação que sofrem em matéria de salários e rendimentos, disparidade que persiste.

Many countries now understand the importance of fathers in caregiving roles, for example, and now offer paid paternity and parental leave for dads for the time around childbirth. Fathers' caregiving is crucial for reducing women's unpaid work obligations and freeing them up to reach their full potential in society and in the economy. (Valerie Frey, 2017, s.p.)

Relativamente a este último ponto, os dados disponíveis mostram que o gap salarial não ajustado continua muito significativo, sobretudo nas funções de direção - ausência de condições de igualdade de tratamento e de oportunidades nas promoções e na seleção de chefias/direção. No período em avaliação, o gap salarial não ajustado manteve-se nos 18% a favor dos homens. Para os profissionais com salários altos, o gap salarial das mulheres era de 28% no mesmo período⁷. O gap estimado pela OCDE das pensões⁸ reflete as desigualdades das décadas anteriores e está associado com o elevado risco de pobreza das idosas, superior à dos idosos. O risco de pobreza das famílias monoparentais é muito significativo, sendo que as mulheres representam 80% das progenitoras nestes casos. Apesar das melhorias na divisão do trabalho não pago entre os sexos, as mulheres continuam com uma carga muito acima da dos homens. O reforço dos direitos de **proteção na parentalidade**, designadamente ao nível da licença de paternidade, o reforço das infraestruturas locais de apoio às crianças e às pessoas dependentes, assim como às pessoas idosas nas zonas mais deficitárias, suportável financeiramente para as famílias, a par da extensão do regime de horários flexíveis, bem como o trabalho permanente e sistemático junto das empresas e outras entidades empregadoras é fundamental para criar as condições necessárias para que mulheres e homens possam efetivamente **conciliar** todas as dimensões das suas vidas, e para incentivar os homens a participar de forma mais ativa nas tarefas de cuidado e domésticas. Também assim, os dados relativos ao **assédio sexual e moral** exigem o reforço das medidas de ética e de conduta das organizações e das ações das autoridades com competência inspetiva (reforço da ação e da formação de inspetores/as).

Informação estatística

A informação é um suporte incontornável à preparação e monitorização de qualquer Plano, visto que a nova informação permite a decisores/as ajustar as suas intervenções por forma a melhor atingir os objetivos/metastabelecidos. A falta de centralização da informação dificultou a monitorização e, em certas medidas, a articulação das entidades intervenientes; por outro lado, muita informação está geralmente disponibilizada de forma muito agregada, o que dificulta também a monitorização e avaliação dos Planos. Ao mesmo tempo, existe uma grande

⁷ Ver Capítulo 2.

⁸ Ver Capítulo 2.

abundância de informação nos serviços públicos que importaria que fosse centralizada e cruzada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) possibilitando uma melhor *ciblage* das ações/intervenções públicas (e também das ONG). Neste contexto, o Dossiê de Género, criado pelo INE em 2004, constitui um instrumento decisivo na priorização de estatísticas oficiais na área da igualdade de género; contudo, têm sido apontada algumas necessidades de melhoria designadamente em termos de abrangência temática, de desagregação dos dados, de aproveitamento de fontes administrativos, e de enquadramento internacional, pelo que é reconhecida a necessidade premente do Sistema Estatístico Nacional (SEN) recolher e desenvolver informação atualizada e consolidada em matéria de igualdade de género, violência doméstica e discriminação, respondendo também a compromissos internacionais, sendo de sublinhar a oportunidade criada pela Agenda 2030 como possível plataforma de agregação de recursos e esforços para dinamizar um sistema de informação estatístico nestas áreas. Neste ponto, ainda que não seja o objeto da presente avaliação, é de destacar o sinal muito positivo dado pela ENIND no sentido de desenvolver um processo de aprofundamento do Dossiê de Género.

Intervenção articulada

Em matéria de prevenção e combate à violência doméstica e de género, a avaliação reforçou também a importância da aposta na intervenção articulação, multisetorial e multinível. Assim, a articulação nas redes locais, designadamente na área social, da saúde, da justiça, das forças de segurança, do emprego e da educação, são fundamentais para uma intervenção mais adequada às realidades e especificidades locais e para o desenvolvimento de estratégias concertadas entre as entidades locais, nomeadamente os municípios e as freguesias, assim como com as ONG, sobretudo nas regiões mais carenciadas de intervenção. Por outro lado, o intercâmbio de boas práticas com as Regiões Autónomas, incluindo ONG e entidades locais, pode contribuir para um combate mais eficaz à violência doméstica e de género também nesses contextos. Na mesma linha, em matéria de combate ao tráfico de seres humanos, a ação concertada com os municípios bem como com os operadores económicos nas regiões de maior registo pode potenciar maior sensibilização bem como o desenvolvimento de intervenções mais direcionadas.

Também os Relatórios Finais da EARHVD, publicados recentemente, apontam para a necessidade de melhorias nos diversos serviços e respetiva interação em termos de proteção e segurança das vítimas e do combate aos estereótipos que põem em causa os direitos das mulheres⁹. Por outro lado, tem sido já muito apontada a necessidade de coordenação entre os tribunais criminais e os de família, o que denota a importância de garantir uma monitorização rigorosa dos recentes avanços legislativos nesta área, no sentido de perceber impactos e identificar necessidades de melhoria, bem como a importância de reforçar a aposta na formação contínua de profissionais estratégicos e da análise de boas práticas comparadas nesta matéria. Finalmente, sublinhe-se a importância de uma articulação da intervenção na área da violência doméstica e de género com o Plano Nacional de Saúde Mental em matérias como o apoio a vítimas de violência doméstica e de género, a autonomização e empoderamento das vítimas, bem como o trabalho com as pessoas agressoras.

⁹ Ver os Relatórios da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica (2017 e 2018) e respetivas recomendações.

Expostas algumas ideias-chave que servem de mote para a apresentação dos resultados do processo avaliativo agora concluído, o presente relatório encontra-se organizado em quatro capítulos. O Capítulo 1 - *O contexto socioeconómico* - apresenta o cenário social e económico atendendo a perspetivas descritivas e evolutivas, como enquadramento das políticas públicas vigentes. O Capítulo 2 – *Quadro Metodológico* - remete para as diferentes fases do processo, para as técnicas e instrumentos de recolha de dados, não descurando a apresentação dos constrangimentos encontrados no que concerne à metodologia. O Capítulo 3 – *Avaliação* - será apresentada a avaliação feita de cada Plano em termos de análise dos próprios planos, relatórios de execução, resultados dos inquéritos, e das entrevistas individuais e dos Focus Groups, bem como uma análise SWOT que enfatiza os pontos fortes e fracos das políticas públicas em questão, mas também as oportunidades e ameaças a estas inerentes. Por último, o Capítulo 4 - *Conclusões e recomendações*, apresenta as recomendações consideradas inovadoras ou merecedoras de maior destaque em cada área de intervenção de cada um dos Planos.

1. O contexto socioeconómico

O presente capítulo tem por objetivo proporcionar, ainda que de forma sucinta, uma visão alargada do contexto socioeconómico das temáticas dos Planos em avaliação através da apresentação de um conjunto de indicadores relativos à população e atividade económica (com incidência direta ou indireta nas variadas temáticas dos Planos). De facto, a evolução da atividade económica tem efeitos contemporâneos no emprego, salários, etc., podendo afetar de forma diversa as diferentes populações (por sexo, idade, nível de escolaridade, grupos profissionais, etc.).

Atividade Económica

Como se pode ver no gráfico abaixo, as reverberações da crise financeira internacional e das políticas do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal 2011-2014 (acordada com a União Europeia e o FMI - PAEF) ficaram bem vincadas na evolução da atividade económica em Portugal e o desemprego de longa duração (mais de 12 meses¹⁰).

Gráfico 1 - PIB_pm, tva (%)

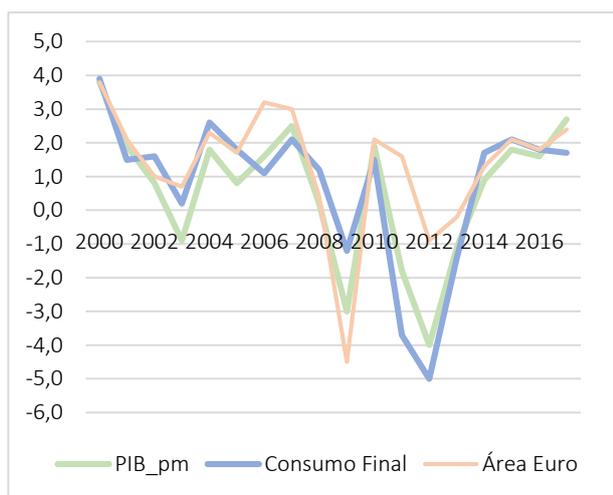
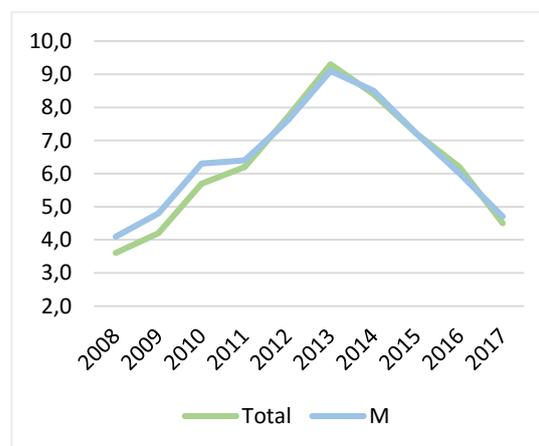


Gráfico 2 - Desemprego de Longa Duração no período 2008 – 2017 (%)



Fonte: INE, Contas Nacionais, base 2011, Quadro 2, Taxa de variação anual em volume (tva) e Eurostat, Base de dados, variável: [une_itu_a].

Uma primeira recessão de -3% em 2009 resultou dos efeitos propagados pela referida crise financeira, seguindo-se de uma segunda mais prolongada e profunda (-1,8% em 2011; -4% em 2012 e -1,1% em 2013), associada à aplicação das medidas acordadas no PAEF.

O período em análise é caracterizado, do ponto de vista do Mercado de Trabalho, pelo rápido crescimento do desemprego de longa duração na sequência da Grande Crise Financeira de 2008 e da implementação do PAEF, cuja taxa passou de menos de 4% em 2008 para mais de 9% em 2013. Observou-se, desde então, uma progressiva redução do desemprego, sendo que, tanto homens como mulheres, foram afetados/as por este fenómeno. De igual

¹⁰ Taxa que permite definir o peso da população desempregada à procura de emprego há 12 ou mais meses sobre o total da população ativa.

modo, a redução do défice público (das Administrações Públicas) foi outro foco de interesse público, devido ao seu impacto, entre outras, na trajetória do desemprego, emprego e rendimento das famílias. Denote-se que o défice das Administrações Públicas, na definição do Procedimento dos Défices Excessivos, passou de 7% do PIB em 2014 para 3% do PIB em 2017.

Emprego e Desemprego

Taxa de Atividade

O impacto das duas recessões na participação da população residente no mercado de trabalho é bem visível no quadro 1. Entre 2011 a 2016, a taxa de atividade¹¹ dos homens diminuiu 3 pontos percentuais e a das mulheres quase 1 ponto percentual. O impacto da crise terá sido mais forte na participação dos homens na vida ativa.

Quadro 1 - Taxa de atividade da população residente com 15 e mais anos de idade por Sexo e Grupo etário

%	Ano	HM	H	M
Total	2011	60,5	67,1	54,6
	2012	60,2	66,3	54,7
	2013	59,3	65,1	54,1
	2014	58,8	64,5	53,8
	2015	58,6	64,1	53,8
	2016	58,5	64,1	53,5
	2017	59	64,5	54,1
15 – 24 anos	2011	38,2	40,4	35,9
	2012	37,1	39,2	34,9
	2013	35	36,2	33,8
	2014	34,3	34,8	33,8
	2015	33,5	34,2	32,8
	2016	33,2	35	31,2
	2017	34	35,6	32,3

Fonte: INE, 2018, Inquérito ao Emprego (Série 2011 - %)

As dificuldades no acesso ao primeiro emprego são também visíveis; a taxa de participação dos jovens (15-24 anos) do sexo masculino reduziu-se em mais de 5 pontos percentuais no mesmo período em análise; as do sexo feminino diminuiu em 3,7 pontos percentuais. Dado que a taxa de escolaridade do Ensino Superior das mulheres é muito superior à dos homens, a taxa de participação das jovens mulheres no mercado de trabalho é inferior à dos homens.

Emprego

Os dados disponíveis indicam uma redução de mais de 300 mil empregos entre o período 2011 a 2013, cerca de 200 mil nos homens e de 100 mil nas mulheres.

Quadro 2 - População empregada, por Sexo (milhares e %)

Total	tv	H	tv	M	tv
-------	----	---	----	---	----

¹¹ Taxa que permite definir a relação entre a população ativa (População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico - população empregada e desempregada) e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade). T.A. (%) = (Pop. ativa / Pop. com 15 anos e mais) x 100.

2011	4740,1		2487,2		2252,9	
2012	4546,9	-4,1%	2357,3	-5,2%	2189,6	-2,8%
2013	4429,4	-2,6%	2288,4	-2,9%	2141	-2,2%
2014	4499,5	1,6%	2319,5	1,4%	2180	1,8%
2015	4548,7	1,1%	2334,3	0,6%	2214,4	1,6%
2016	4605,2	1,2%	2361,4	1,2%	2243,8	1,3%
2017	4756,6	3,3%	2442,3	3,4%	2314,3	3,1%

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (Série 2011)

Os ganhos do emprego total retomaram em 2014 (fim da recessão), mas somente em 2017 o emprego total voltou a situar-se acima do nível de 2011. O quadro seguinte apresenta a evolução do emprego total nos períodos entre 2008 a 2010 e entre 2011 a 2013, e nos principais setores de atividade:

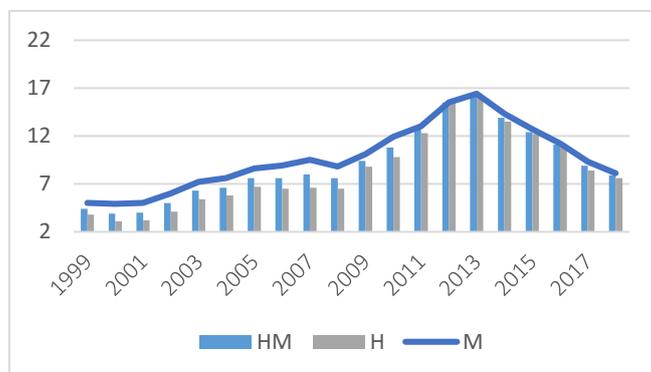
Quadro 3 - Variação da População empregada (Série 2011 - N.º) Atividade económica (Secção - CAE Rev. 3)

<i>Milhares</i>	Total	Ind. Transformadora	Construção	Comércio por grosso e a retalho; etc.	Alojamento, restauração e similares
2008_10	- 218,2	-68	-72,8	-31	-30,5
2011_13	-310,7	-78,2	-147,3	-48,8	-27,8

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (Série 2011)

Os setores de atividade que mais perderam empregos nestes períodos - IT, Construção, Comércio etc. - são setores com maior peso do emprego masculino (2011: IT – 59%; Construção – 94%; Comércio – 53%), representando o emprego masculino no setor alojamento, restauração e similares em 2011 39%. O emprego no setor da construção e da indústria transformadora, em 2011 e 2013, era de 47% e 25%, respetivamente, do total da economia, resultando numa perda de emprego dos homens muito acima da das mulheres. A evolução do emprego total e do desemprego traduziram-se num aumento da taxa de desemprego quer dos homens quer das mulheres até 2013. No início da Grande Crise Financeira Internacional (2008 a 2011), a taxa de desemprego das mulheres era superior à dos homens; mas a recessão de 2011-13 registou uma forte perda de emprego no setor da construção (ver quadro acima), observando-se, portanto, taxas de desemprego feminina e masculina semelhantes. Importa ainda compreender que a subsequente recuperação da atividade económica contribuiu para uma quebra sustentada da taxa de desemprego (cerca de 8% no início de 2018).

Gráfico 3 - Taxa de Desemprego (%)

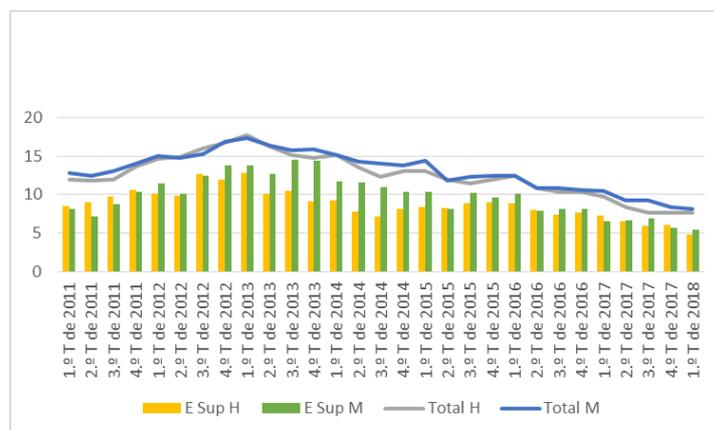


Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

A taxa de desemprego mantém-se, no entanto, bastante acima dos níveis do ano de 2000. A evolução do desemprego por nível de escolaridade e por sexo no passado recente apresenta, contudo, algumas diferenças.

Gráfico 4 - Taxa de desemprego - Total e Ensino Superior, sexo (%)



Fonte: INE, Inquérito ao emprego, Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo

Para a população ativa com Ensino Superior, a taxa de desemprego das mulheres foi substancialmente superior à dos homens. No período final de 2012 ao início de 2015, a taxa de desemprego das mulheres com Ensino Superior foi superior à dos homens em 2,9 pontos percentuais (com um pico de 5,3 pontos percentuais no 4º T de 2013). No novo ciclo de crescimento económico, com algum desfasamento temporal, a taxa de desemprego das mulheres com Ensino Superior esteve acima da dos homens 0,4 pontos percentuais em média entre 2015 e início de 2018.

Evolução dos rendimentos

Para além do desemprego, a recessão teve também efeitos nos salários, sendo a diminuição ou fraco crescimento dos rendimentos dos/as trabalhadores/as bem visível nos anos 2012 a 2014. A evolução do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem por sexo encontra-se no quadro seguinte:

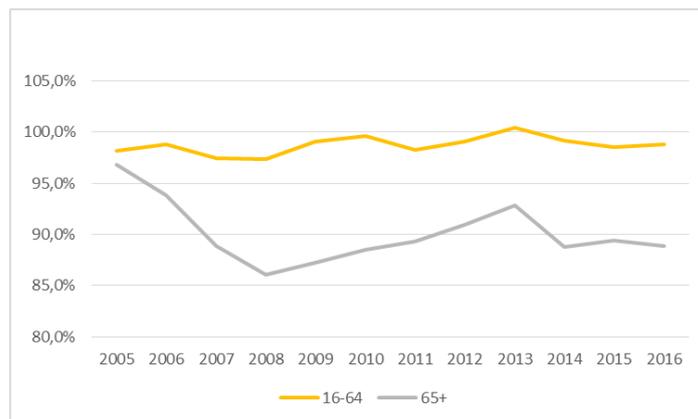
Quadro 4 - Evolução do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem distribuída por sexo (taxa de variação anual em %)

	HM	H	M
2012	0,2%	-0,3%	1,2%
2013	-0,6%	0,2%	-1,5%
2014	0,6%	0,1%	1,4%
2015	1,8%	1,6%	2,2%
2016	1,3%	1,1%	1,6%
2017	2,0%	2,0%	1,9%

Fonte: INE, Inquérito ao emprego; tv – taxa de variação (%).

Do ponto de vista estrutural, a análise dos dados do Eurostat relativos às condições de vida e rendimento, nomeadamente, a mediana do rendimento líquido anual, permite examinar as disparidades por sexo, constantes no gráfico seguinte. Para a população entre os 16 a 64 anos, a mediana dos rendimentos das mulheres não difere substancialmente da dos homens. No entanto, para a população com mais de 65 anos a diferença situa-se nos 10% nos últimos anos.

Gráfico 5 - Diferença do rendimento líquido mediano entre sexos (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (Statistics on Income and Living Conditions), Rendimento líquido - mediana

Gap salarial

O chamado Gap salarial (i.e, o diferencial salarial) não ajustado entre os sexos registou um aumento significativo entre 2013 e 2015, mantendo-se nos 18% em 2016 (Ver Anexo III). Para os profissionais com salários altos¹² e de acordo com os dados da OCDE, os salários das mulheres situavam-se nos 28 a 29% abaixo dos salários dos homens, no mesmo período.

Quadro 5 - Gap salarial não ajustado (%)

%	2013	2014	2015	2016
<i>UE28</i>	16,7	16,6	16,2	16,2
<i>Portugal</i>	13,3	14,9	17,8	17,5
<i>PT_Sal Alto</i>	27,9	27,8	28,5	28,4

Fonte: Eurostat e OECD (2018), Wage levels (indicator). doi: 10.1787/0a1c27bc-en (Accessed on 13 March 2018)

De acordo com os dados do Eurostat, o diferencial salarial aumentou significativamente entre 2013 e 2016, nomeadamente nos grupos etários mais elevados, dos 45-54 e dos 55-64¹³. Este diferencial pode estar associado ao menor peso das mulheres nos lugares de responsabilidade.

Quadro 6 - Gap salarial, por grupos etários (%)

<i>Portugal</i>	2013	2014	2015	2016
-----------------	------	------	------	------

¹² Wage levels are divided by low pay and high pay. The incidence of low pay refers to the share of workers earning less than two-thirds of median earnings. The incidence of high pay refers to the share of workers earning more than one-and-a-half time median earnings. Data refer to full-time employees. This indicator is measured in percentages.

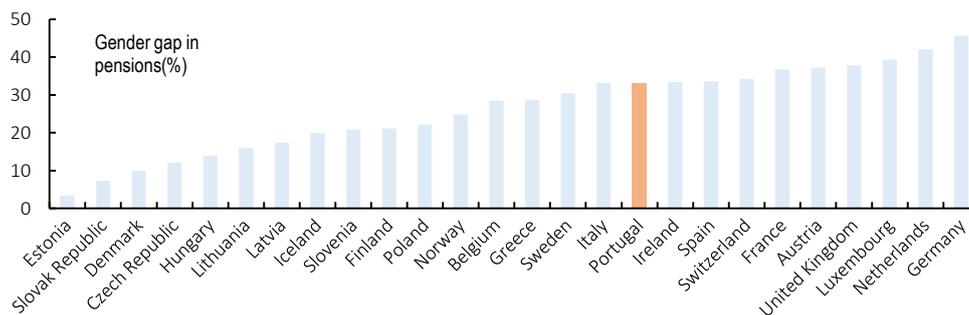
¹³ Importa, neste ponto, notar a diferença metodológica subjacente aos Quadros do Pessoal e que explica a diferença dos resultados aí apurados em relação aos do Eurostat: “Contudo, o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP-MTSSS), utilizando uma metodologia de cálculo da disparidade salarial entre homens e mulheres diferente daquela que é considerada pelo Eurostat (desde logo porque considera todos os salários pagos em todas as empresas com trabalhadores por conta de outrem, e não apenas nas empresas com mais de 10 trabalhadores) e recorrendo uma fonte de informação diferente - os Quadros de Pessoal - mostra que a diferença salarial entre homens e mulheres baixou de 16,7% para 15,8%, entre 2015 e 2016, no referente à remuneração base (com uma diferença salarial média de 157,1 €/mês mais baixa para as mulheres) e de 19,9% para 19,1% no referente ao ganho (no correspondente a uma perda média de 232,6 €/mês para as mulheres face aos homens). Esta metodologia, como já referido, tem em consideração as empresas de todas as dimensões, com trabalhadores por conta de outrem e tem por base as remunerações médias mensais da população trabalhadora por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa” – CITE, Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2016.

<25 anos	8,6	7,2	9,1	8,0
25-34	4,5	5,3	8,5	8,3
35-44	11,4	12,0	15,1	14,9
45-54	18,3	21,6	23,9	23,5
55-64	15,4	17,2	23,3	23,2
65+	36,7	42,8	43,4	43,0

Fonte: Eurostat, structure of earnings survey methodology, retirado em 14/03/2018.

As desigualdades de rendimento entre homens e mulheres persistem ao longo da vida. Tendo em conta somente o valor das pensões auferidas, a OCDE (2017) estima uma diferença de 33% em 2014¹⁴ entre os homens e as mulheres em Portugal.

Gráfico 6 - Gender gap in pensions, 65+ year-olds, 2014



Fonte: OCDE, 2017, The Pursuit of Gender Equality – An uphill battle, Fig 13.4.

¹⁴ OECD Secretariat calculations based on the European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC) survey for all countries except Germany; European Commission calculations based on EU-SILC for Germany.

2. Quadro Metodológico

Foram objeto de avaliação, como previsto nas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 101/2013, 102/2013 e 103/2013, todas de 31 de dezembro, o V PNI, o V PNPCVDG, incluindo o III PPEMGE, e o III PNPCTSH, referentes ao triénio 2014-2017.

De acordo com o princípio da transparência da avaliação, no campo metodológico é fundamental dar a conhecer as diferentes fases do processo, tal como as técnicas e instrumentos de recolha de dados e os constrangimentos que pautaram o processo avaliativo.

Os procedimentos metodológicos adotados no processo de avaliação agora concluído envolveram diferentes fontes e instrumentos, permitindo a triangulação dos dados. A metodologia seguida implicou a análise de vários tipos de fontes de informação: os planos nacionais, os relatórios intercalares e finais de execução, os documentos legais, institucionais e estatísticos analisados e a aplicação de inquéritos e a realização de entrevistas individuais e de grupo - *Focus Group*.

2.1. Fases do processo de avaliação

A análise documental, ou *Desk Research*, constituiu a primeira fase do processo avaliativo. Foram analisados, para além dos Planos submetidos a avaliação, os relatórios de execução, e documentos legais, institucionais e estatísticos. Nesta fase, que assumiu um carácter transversal a todo o processo, teve como objetivo compreender diferentes aspetos inerentes aos temas da Igualdade de Género, da Violência Doméstica, da Mutilação Genital Feminina, e do Tráfico de Seres Humanos, referentes aos Planos no triénio 2014 – 2017.

A segunda fase desta avaliação, estreitamente relacionada com a execução, teve como objeto de trabalho os relatórios de execução dos Planos produzidos pela CIG. Atendendo à estrutura dos Planos organizados por áreas estratégicas, objetivos estratégicos e por medidas, as entidades responsáveis reportam periodicamente à CIG o grau de implementação das medidas que originam, então, os diferentes relatórios intercalares e finais de execução. Com base nestes relatórios da CIG¹⁵, a equipa de avaliação atribuiu uma pontuação para cada medida, tendo em conta: (1) a execução reportada pela CIG; (2) os objetivos estratégicos; e (3) os intervenientes. Tendo em conta a ausência de metas para muitas medidas dos Planos, bem como o risco de duplicação na contabilização das ações em medidas cujos indicadores potencialmente se sobrepõem, optou-se pela seguinte metodologia de cálculo da taxa de execução. Na base das pontuações das medidas foram calculadas, por média aritmética, a pontuação das áreas estratégicas, dos objetivos estratégicos e do conjunto do Plano. Esta taxa de execução permitiu à equipa fazer uma avaliação das áreas estratégicas, dos objetivos estratégicos e do Plano.

A terceira fase, sustentada pelo estudo documental inicial, implicou a elaboração dos inquéritos aplicados a entidades responsáveis e executantes das medidas dos quatro Planos avaliados.

¹⁵ Cujos cálculo da taxa de execução das medidas consiste na percentagem de medidas que tiveram algum tipo de execução relativamente ao total de medidas previstas, área a área, e no total do(s) plano(s): medidas executadas/medidas previstas X 100.

Na posse de uma vasta lista de contactos, facultada pela CIG, foram enviados convites endereçados às entidades responsáveis e executantes para responderem aos inquéritos com disponibilização *online*¹⁶, visando apurar as perceções relativamente a: (1) importância das diferentes áreas estratégicas e respetivos objetivos estratégicos dos Planos; (2) eficácia das medidas implementadas; (3) existência de problemas de coordenação entre as entidades; (4) adequação dos meios para a implementação das medidas; (5) impacto das áreas estratégicas e respetivas medidas; (6) principais resultados alcançados com a realização das ações (medidas); (7) principais causas para a não realização das ações e (8) existência de parcerias e principais benefícios.

A realização de entrevistas semi-diretivas e de *Focus Group* figuraram a quarta fase do processo de avaliação. A adoção destas técnicas possibilitou uma exploração profunda das temáticas em análise, tal como o apuramento de factos, a recolha de testemunhos e de práticas, assumindo estas técnicas um lugar de destaque para a recolha de dados descritivos baseados em perceções, permitindo não apenas a recolha de informações acerca da realidade como ainda compreender o quadro concetual adotado por cada entrevistado/a (Estrela, 1994).

À semelhança dos inquéritos, também as entrevistas visam obter informações através de questões, sejam elas abertas, fechadas ou através de uma conjugação de ambas. No entanto, a realização das entrevistas fica dependente do contacto que é estabelecido entre entrevistador/a – entrevistado/a. Desta forma, recorrendo a esta técnica, aplicada individualmente ou em grupo, a representação dos/as entrevistados/as face à realidade que conhecem foi objeto de análise no processo de avaliação.

A entrevista situa-nos, pois, no campo do real diretamente observado, mas do real filtrado pelas representações que dele tem o sujeito, pelas imagens interiores das experiências por ele vividas e dos contextos dessas vivências, quer resultem de uma análise consciente ou de uma impregnação subconsciente (Peralta, 2005, p. 336).

A realização de entrevistas semi-diretivas, assim como os *Focus Group*¹⁷ têm na sua génese promover a abordagem de múltiplos assuntos de natureza mais ou menos complexa, mas também atingir um grau de profundidade na exploração de determinadas questões que não seria possível de outra forma, assumindo, assim, estas técnicas uma posição de destaque na recolha imediata da informação (Ludke & André, 1986).

No caso das entrevistas individuais realizadas, estas foram sustentadas por um guião previamente elaborado¹⁸ constituído por uma sequência de perguntas semi-abertas, enquanto instrumento norteador deste processo de recolha de informação. Contudo, importa referir que não se trata de um diálogo fechado e restrito às questões previamente elaboradas, mas de uma dinâmica que faz emergir questões não previstas inicialmente contribuindo assim para a riqueza de informação do próprio processo.

¹⁶ Ver anexos VI, X, XIV e XVIII (inquéritos)

¹⁷ Ver anexo V – Guião base para *Focus Group*

¹⁸ Ver anexo IV – Guião das Entrevistas

Já os *Focus Group*, têm como objetivo primordial potenciar a discussão dos/as participantes sobre determinado tema. Torna-se, neste caso, também objeto de análise, a interação dentro do grupo, podendo as respostas dadas por uns/umas participantes influenciar as respostas de outros/as, tratando-se de um debate promovido pelos comentários e questões do/a entrevistador/a (Oliveira &

se, por um lado, se procura uma informação sobre o real, por outro, pretende-se conhecer algo dos quadros conceptuais dos dadores dessa informação, enquanto elementos constituintes desse processo (Estrela, 1994, p.342).

Freitas, 1998). Os dados resultantes dos *Focus Group* são transcrições das discussões do grupo, complementadas com apontamentos e considerações do/a entrevistador/a. Este tipo de entrevistas possibilita, deste modo, uma recolha de dados diversificados favorecida pela espontaneidade da interação entre os/as participantes.

A quinta fase do processo de avaliação realizado obrigou a um tratamento e análise de todos os dados recolhidos através da aplicação dos diferentes instrumentos. Este tratamento implicou análises qualitativas e quantitativas, pelo que importa referir que se tratou de um processo de avaliação que mobilizou uma metodologia mista. Este procedimento visou compreender e interpretar de forma crítica e reflexiva os diferentes dados. Desta forma, foram mobilizados esforços para recolher o máximo de informação e reflexão possíveis que permitiram uma análise de conteúdo que respondesse “às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.196) e a organização dos dados recolhidos em 4 domínios: Realidade vivida, Qualidade dos Planos, Suporte Concetual e Desempenho dos Atores¹⁹.

A sexta e última fase consistiu na articulação, na integração e na reflexão em torno dos dados apurados para avaliar o V PNI, o V PNPCVDG, incluindo o III PAPEMGF, e o III PNPCTSH de forma rigorosa e correta do ponto de vista científico e avaliativo respeitando os procedimentos inerentes a uma avaliação externa de políticas públicas. Nesta fase procedeu-se ainda à análise SWOT das conclusões comuns das diferentes fontes de avaliação dos referidos Planos e à apresentação de recomendações que possam potenciar futuras intervenções quer para a elaboração de políticas públicas quer para as estratégias e ações de operacionalização das mesmas.

2.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

2.2.1. Análise Documental

Os documentos constituem-se fontes de informação, indicação e esclarecimento que visam elucidar determinadas questões e/ou ser a prova de outras. Deste modo, a análise documental permitiu nesta avaliação um contacto direto com múltiplas fontes que são parte do processo ou que surgiram relacionadas direta ou indiretamente com os temas da Igualdade de Género, da Violência Doméstica e de Género, da Mutilação Genital Feminina e do Tráfico de Seres Humanos. Foram considerados documentos de natureza oficial e institucional, documentos nacionais e internacionais e ainda diferentes fontes estatísticas. Entre outros, foram considerados, para além dos Planos Nacionais sob avaliação, Planos Setoriais para Igualdade, Planos Municipais para a Igualdade (eg. Fafe), Planos para a igualdade de empresas, os Relatórios de ONG (eg. APAV), as publicações da CIG, da CITE,

¹⁹ Ver secção 3.2.5 Tratamento e análise de dados.

da OCDE, do EIGE e da FRA, MIPEX, os Relatórios de Segurança Interna do MAI, os Relatórios do OTSH e das Análises da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica²⁰. Foram ainda analisados os Relatórios intercalares e finais de execução dos quatro Planos e diferentes fontes bibliográficas de apoio às temáticas em causa. Por fim, foram também consultados diversos documentos de análise de diferentes dados e estudos estatísticos.

2.2.2. Execução dos Planos

Relativamente à execução das medidas dos Planos, a avaliação de cada medida foi feita na base da informação constante nos Relatórios Intercalares e Finais de Execução da CIG, os objetivos estratégicos e os intervenientes²¹.

A partir da pontuação de cada medida²², foi calculada a pontuação de cada Área Estratégica (AE) através de uma média simples. A pontuação de cada Plano consiste na média das respetivas AE. Por sua vez, a taxa de execução global do mesmo (expressa em percentagem) resulta da pontuação total dividida por 4. A avaliação da execução dos Planos resultou da taxa de execução, tendo sido usada a seguinte métrica:

Quadro 7 - Métrica utilizada na avaliação da execução dos Planos

Taxa de execução	Avaliação da Execução
< 25%	Nada executado
26 – 40%	Pouco executado
41 - 60%	Parcialmente executado
61 -75%	Bastante executado
76 – 90%	Maioritariamente executado
>91%	Totalmente executado

2.2.3. Inquéritos de Perceção

Foram construídos, aplicados e analisados inquéritos de perceção, que partiu de um conjunto de perguntas ordenadas e direcionadas, e para os quais se obteve dados sobre os temas em estudo por parte de

²⁰ Ver Referências bibliográficas.

²¹ Conforme o anexo, foram elaboradas grelhas de avaliação de acordo com a metodologia definida, sendo a pontuação das medidas do Plano dada por: 1 – não executado; 2 – pouco executado; 3 – parcialmente executado; 4 – executado. Na avaliação, foram consideradas ainda todas as ações conducentes à concretização da medida. Apresenta-se uma metodologia de correção aos valores das taxas de execução:

- Quando a valoração é de 4, totalmente executado – deve existir um fator correctivo δ com variação entre (0,90 e 1) permitindo de acordo com alguns indicadores de pequenas falhas passar a % de 100 para um valor dentro do intervalo (>91%)
- Quando a valoração é de 1, sempre que se verifica nada ter sido executado, atribuiu-se uma equivalência à métrica *nada executado* (< 25%)

²² Função de valoração para Medidas e Objetivos Estratégicos: Função de regressão linear múltipla - $M_i = \beta_0 + \beta_1 OE_i + \beta_2 EX_i + A_j + \epsilon$ Sendo M_i - valor estimado da medida, OE_i – valor da avaliação, EX_i – número de entidades participantes, A_j – número de ações executadas referenciadas ao previsto; ϵ – correção de erro;

Estimação de autocorrelação entre variável OE_i e variáveis EX_i e A_j – (cf. Pearson). Expressão: $R(x) = \frac{E(X_i - \mu)(X_{t+k} - \mu)}{\sigma^2}$

inquiridos/as envolvidos/as no processo de implementação dos Planos cujas respostas assumem um carácter representativo.

O estudo de avaliação dos Planos em análise beneficiou largamente da informação recolhida junto de especialistas e entidades responsáveis e/ou executantes envolvidas recorrendo a instrumentos com algumas diferenças particulares ao conteúdo de cada Plano, mas simultaneamente idênticos no que concerne à sua estrutura²³.

O elevado número de entidades participantes, bem como a sua larga distribuição geográfica e a necessidade de tratamento digital das respostas motivou a criação de um sistema informático que permitisse responder a estas necessidades.

Assim, foi desenvolvido um sistema com os objetivos de:

1. Contactar e convidar as entidades²⁴ a participar no inquérito.
2. Recolher os dados de respostas ao questionário.

O sistema foi ainda desenhado de forma a permitir:

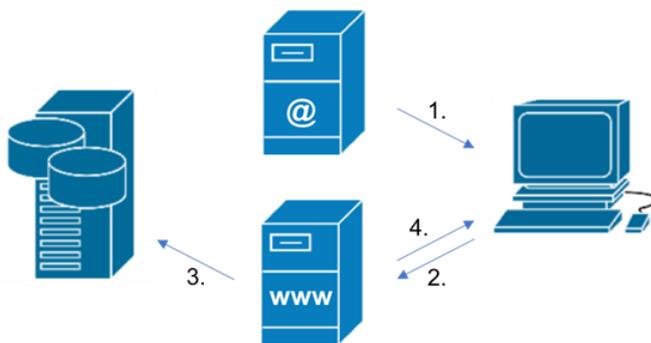
- a) A recolha de dados automatizada e assíncrona – permitindo a resposta em qualquer momento e respeitando a disponibilidade temporal de cada inquirido.
- b) O acesso remoto – permitindo às entidades inquiridas responder a partir de qualquer localização.
- c) O controlo de acesso – permitindo autorizar o acesso apenas às entidades inquiridas.
- d) O tratamento informatizado da informação – permitindo análise dos dados.
- e) A confidencialidade dos dados – garantindo o anonimato e a confidencialidade das respostas.

Arquitetura e fluxo de informação

Foi desenvolvido um sistema constituído por três componentes:

- I) Distribuidor de Emails – responsável pelo envio de emails.
- II) Recolha de Respostas – responsável por apresentar questões e recolher as respetivas respostas das entidades inquiridas.
- III) Base de dados – responsável por armazenar a informação recolhida.

A arquitetura do sistema e respetivo fluxo de execução encontra-se resumido no esquema seguinte:



1. Envio de emails às entidades inquiridas.
2. Acesso das entidades inquiridas ao questionário e introdução de respostas.
3. Armazenamento de respostas em base de dados.
4. Envio de confirmação da submissão do inquérito.

O sistema foi desenhado de forma a respeitar a confidencialidade e fácil utilização por

²³ Ver guião de inquéritos de cada plano Anexo VI, X, XIV e XVIII

²⁴ A lista de entidades e dos contactos foi fornecida pela CIG.

parte das entidades inquiridas, sendo apenas necessário àquelas seguir as ligações no email convite. Os emails são únicos e individualizados pelo que o sistema reconhece automaticamente a entidade aquando da sua resposta.

Processo de convite e recolha de questionários

O período de recolha de respostas aos questionários decorreu entre os dias 26 de março e 26 de abril de 2018. O convite à participação foi enviado a um total de 405 contatos distribuídos entre 101 entidades. É importante ainda referir que de entre os 405 convites à participação enviados, 13,1% (53 convites) não foram entregues com sucesso devido a erros de endereço ou outros problemas alheios a este sistema.

Tendo em conta que uma entidade pode ser questionada relativamente a vários planos, o quadro seguinte mostra a distribuição do número de questionários por inquirido.

Quadro 8 - Distribuição de questionários por inquirido

# Inquéritos	# Inquiridos
1	155
2	9
3	236
4	15

Podemos ver que 58% das entidades inquiridas receberam um pedido de resposta a 3 inquéritos e que em média cada entidade inquirida recebeu 2,27 questionários.

Em termos de estratégia de divulgação do questionário, o sistema de email enviou um primeiro convite à participação no dia 26 de março a cada uma das entidades inquiridas. Este pedido de resposta foi reforçado através de um mecanismo de lembrança via email, reenviado aproximadamente a cada 6 dias, aos/às inquiridos/as cujas respostas não tinham ainda sido recebidos pelo sistema.

O diagrama temporal abaixo demonstra o processo de convite com as datas de envio de notificações bem como as respostas obtidas em cada um dos períodos:

Gráfico 7 - Questionários recebidos por período

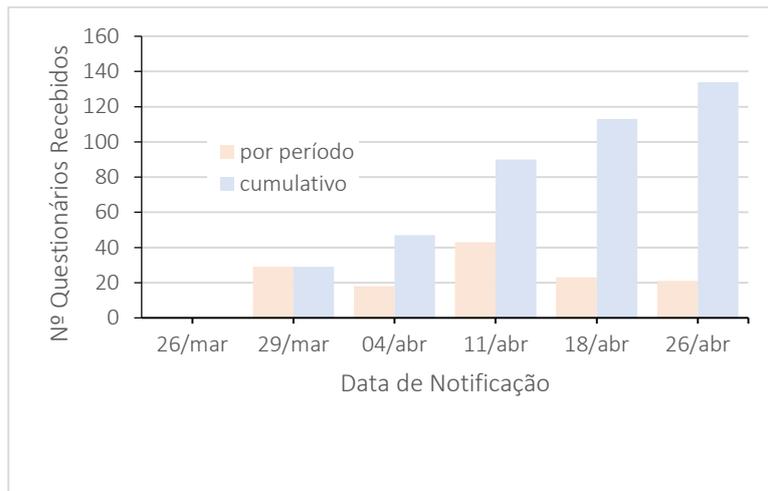
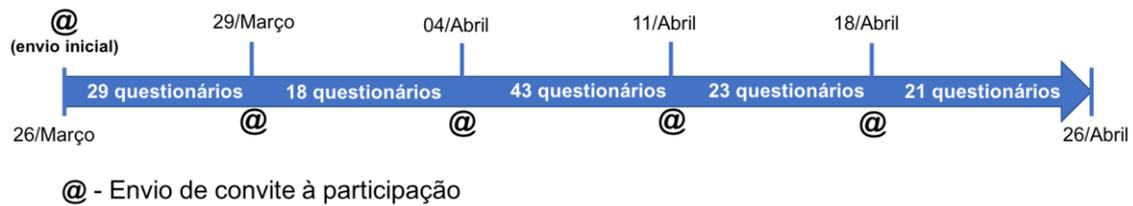


Figura 1 - Nº de convites de resposta ao questionário por datas



Tempos de resposta

O tempo médio de resposta aos questionários foi de 3,39 dias com uma variação entre um tempo mínimo de resposta de 1,3 minutos e um tempo máximo de 30 dias. A distribuição dos tempos médios de resposta a cada um dos questionários encontra-se resumido no quadro seguinte:

Quadro 9 - Tempos médios de resposta a cada questionário

	Tempos de Resposta		
	Médio (dias)	Mínimo (minutos)	Máximo (dias)
<i>PNI</i>	2,24	1,57	28,17
<i>TSH</i>	3,56	1,32	30,99
<i>VDG</i>	5,07	3,3	22,91
<i>MGF</i>	4,97	4,08	23,69

Taxas de resposta

As taxas de resposta aos inquéritos realizados variaram entre 10,4% (VPNPCVDG) e 28,4% (IIIPNPCTSH). Saliente-se, contudo, que os universos de inquirição (entidades) apresentaram diferenças significativas o que implicou que o número de respostas de acordo com as taxas apresentadas foi: 59% para o VPNI, 63% para o VPNPCVDG, 11% para o PAPEMGF, 72% para o IIIPNPCTSH.

Quadro 10 - Taxa de Resposta das entidades que responderam aos inquéritos por Plano

V PNI	V PNPCVDG	III PAPEMGF	III PNPCTSH
23,6%	10,4%	18,1%	28,4%

Quadro 11 - Nº de entidades respondentes organizadas por área de intervenção

Área da Entidade	Nº de respondentes V PNI	Nº de respondentes III PNPCTSH	Nº de respondentes III PAPEMGF	Nº de respondentes V PNPCVDG
Administração Central	5	13	1	13
Administração Local	23	29		23
Apoio a vítimas	1	6		6
Comunicação Social			1	
Cidadania e Igualdade	7	3	2	4
Defesa	2	2		1
Educação	6	2		
Emprego			1	
Finanças	2	1		
Formação	1			
Investigação	1			1
Imigração		3	1	
Justiça		4	1	2
Juventude e Desporto	1			
Promoção de Direitos Humanos	3	2		5
Proteção social		1		
Reinserção Social				
Relações laborais	1	1		1
Saúde	1	2	3	
Outra	5	3	1	4

Metodologia de quantificação

No que concerne aos resultados apurados nos Inquéritos enviados às entidades responsáveis e executantes dos diversos Planos, a valoração, em termos de perceção, relativamente a: (1) importância dos objetivos estratégicos dos Planos; (2) eficácia das medidas implementadas; (3) existência de problemas de coordenação entre as entidades; (4) adequação dos meios para a implementação das medidas; (5) papel das entidades nas intervenções das medidas; (6) impacto das áreas estratégicas e respetivas medidas (pode ser considerada a questão indicada acima); (7) principais resultados alcançados com a realização das ações (medidas); (8) principais causas para a não realização das ações (pode estar relacionada com a adequação de meios) e (9) existência de parcerias e principais benefícios de cada Plano, é feita da seguinte forma: 1 – Sem importância, 2 – Pouca importância, 3 – Importante, 4 – Muito importante.

Para cada questão dos inquéritos, obteve-se um valor médio das respostas. Na base deste valor, calculou-se a taxa de perceção dos/as intervenientes (dividindo o valor médio obtido por 4). A avaliação desta taxa é dada pelo quadro seguinte:

Quadro 12 - Avaliação atribuída de acordo com a taxa de perceção

Taxa de perceção	Avaliação
< 25%	Nada importante
26 – 40%	Quase nada importante
41 - 60%	Pouco importante
61 -75%	Bastante importante
76 – 90%	Importante
>90%	Muito importante

2.2.4. Entrevistas

2.2.4.1. Entrevistas semi-estruturadas individuais

Partindo de uma lista inicial de contactos facultada pela CIG, a qual foi sendo complementada ao longo do processo, foi dirigido um pedido, via *email*, de participação no processo de avaliação em curso a especialistas e/ou representantes de diferentes entidades com intervenção ao nível das áreas dos Planos. Nem todas as entrevistas foram submetidas a gravação, contudo foi garantida a recolha de dados através de notas de campo. Esta técnica ganha importância ao permitir discutir, confirmar ou refutar conceções, práticas, dados estatísticos e informações apresentadas noutros momentos como sendo os documentos analisados, dados resultantes da aplicação dos inquéritos e dimensões teóricas exploradas.

Foram realizadas dezasseis entrevistas individuais, das quais oito foram monitorizadas para a área da Igualdade de Género, oito para a Violência Doméstica e de Género, três para a Mutilação Genital Feminina²⁵, e quatro para as questões referentes ao Tráfico de Seres Humanos. O quadro que se segue revela, assim, os/as peritos/as e representantes de entidades entrevistados/as no âmbito de cada Plano.

²⁵ Além dos/as entrevistados/as específicos na área da MGF, questionou-se a maioria dos/as entrevistados/as na área da VDG quanto aos temas MGF, permitindo assim uma complementaridade de dados, designadamente na área da saúde (DGS), forças de segurança (PSP) e crianças (CNPDPJ).

Quadro 13 - Identificação dos/as entrevistados/as por área temática

	<i>Entidade</i>
Igualdade de Género	Especialista
	Especialista/Comunicação
	Especialista/Educação
	Presidente da Cáritas Portugal
	Anterior Presidente da CIG
	CIG – núcleo IG
	UGT
	Especialista/Igualdade de Género
Violência Doméstica e de Género	CITE
	CIG – Direção
	Associação Nacional Municípios Portugueses; Câmara Municipal Leiria
	Especialista/Anterior Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
	AMCV
	AMCV
	CIG - núcleo VDG
	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Risco
	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em Risco
	DGS
Mutilação Genital Feminina	PSP
	Associação Mulheres Sem Fronteiras
	P&D Factor
Tráfico de Seres Humanos	CIG
	CIG – núcleo TSH
	OTSH
	APF
	PGR

2.2.4.2. Focus Group

A metodologia *Focus Group* permite aceder a um discurso espontâneo potenciado pela interação entre os/as participantes, que têm em comum uma determinada experiência. À dimensão racional, informada, junta-se a dimensão emocional, percetiva de atitudes e comportamentos dos/as principais *stakeholders*. Pela sua própria natureza, a “conversa” tida corre livremente por todas as dimensões que compõem uma problemática em análise, questionando tópicos dados como adquiridos ou estabelecendo ligações entre itens até então não relacionados entre si.

Foram realizados quatro *Focus Groups* organizados por áreas – Igualdade de Género, Violência Doméstica e de Género, Mutilação Genital Feminina, e Tráfico de Seres Humanos – que reuniram *stakeholders*, previamente validados/as pela CIG, pertencentes a diferentes entidades responsáveis ou executantes das medidas de cada um dos Planos ou com conhecimento especializado nestas temáticas. Os convites, à semelhança dos procedimentos seguidos para as entrevistas individuais, foram endereçados por *email* permitindo uma conciliação de agenda dos/as diferentes intervenientes.

Participaram nos *Focus Group* vinte elementos com vínculos às temáticas em análise, dos quais oito responderam a esta entrevista pelo tema da Igualdade de Género, seis participaram na discussão sobre Violência Doméstica e de Género, seis pela Mutilação Genital Feminina, e seis pelo Tráfico de Seres Humanos. Segue-se a identificação das entidades participantes por área de intervenção.

Quadro 14 - Identificação das entidades participantes nos Focus Groups por área temática

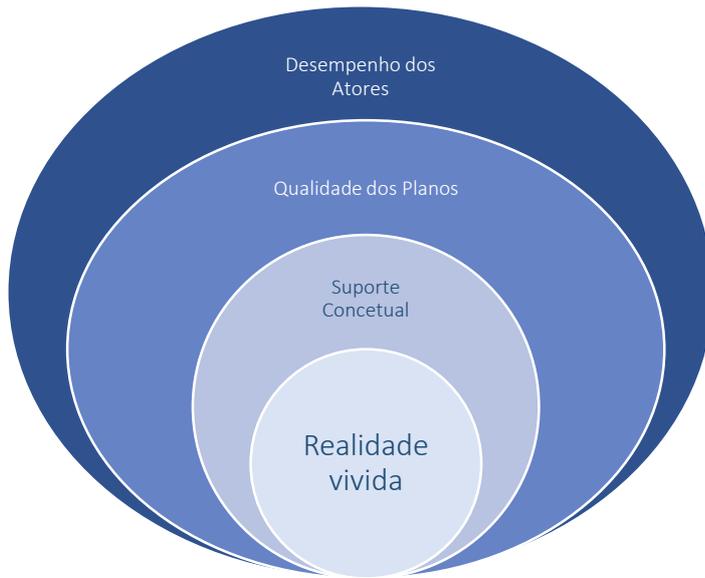
Entidade	
Igualdade de Género	Centro Social 6 de Maio
	APAN
	Secretaria-geral do MTSS
	Secretaria-geral do MTSS
	Especialista/LGBTI
	Especialista/Igualdade de Género
	CITE
Violência Doméstica e de Género	ACM
	DGS
	APAV
	CVP
	AMCV
Mutilação Genital Feminina	ILGA
	CIG – núcleo VDG
	P&D Factor
	Especialista/MGF/ex-ACM
	Associação dos Filhos e Amigos de Farim
Tráfico de Seres Humanos	CNPDCJ
	DGS
	APF
	CNPDCJ
	CIG
	Universidade do Minho
	SEF
APAV	
Observatório do Tráfico de Seres Humanos	

Estas quatro entrevistas de grupo revelaram-se abundantes em informação, tendo sido intensa a participação dos/as convidados em qualquer uma das sessões. Sublinhe-se o bom nível de “cobertura” dos diversos tipos de *stakeholder*, combinando Estado e Organizações da Sociedade Civil, presentes nas principais etapas da cadeia de valor constantes em cada Plano Nacional.

Após a realização das reuniões – gravadas em áudio – procedeu-se à sua transcrição integral e análise de conteúdo.

2.3. Tratamento e análise de dados

Dada a riqueza e a elevada heterogeneidade da informação obtida através da aplicação dos diferentes instrumentos, o seguinte esquema interpretativo foi adotado para o tratamento e a análise dos dados recolhidos:



Como é avaliada a atitude e comportamento das instituições e pessoas ligadas a cada Plano?

Que avaliação é feita acerca da qualidade, conteúdos e forma, de cada Plano?

Que é dito sobre o que se observa e a experiência no trabalho quotidiano em cada Plano?

Que conceitos são utilizados, qual a sua clareza, que teoria é utilizada para ler a vida real?

Este modelo interpretativo é composto por 4 dimensões, que cobrem a maior parte das abordagens feitas espontaneamente pelos/as participantes nas entrevistas/sessões:

- A dimensão da Realidade Social tal como é contada pelos/as participantes a partir da sua experiência no terreno. A realidade percebida tem mais ou menos em conta o que resulta da ação de cada Plano, mas revela-se sempre muito complexa e em constante desenvolvimento. Constitui, portanto, uma categoria com valor em si mesma para a análise.
- A dimensão do Quadro Conceitual, da forma de pensar essa realidade, que designamos de Suporte Conceitual. As discussões em qualquer dos Planos evidenciam a insuficiente clareza conceitual das questões no plano teórico, penalizando a capacidade de apreensão plena da realidade e a possibilidade de intervir de forma certa sobre ela.
- A dimensão da Qualidade dos Planos – embora seja esta a razão de ser da presente investigação, verifica-se que, e.g. os/as participantes/as nos *Focus Groups* e entrevistas individuais sentem a necessidade de juntar outras dimensões à reflexão, muito para além da simples verificação de cumprimento ou não das medidas que compõem cada um dos Planos.
- A dimensão do Desempenho dos Atores, que surge como um tema com valor em si mesmo, não ficando limitado à observação da sua função instrumental de executores das medidas expressas nos Planos. As discussões tidas em sede, e.g. de *Focus Group* apontam para a importância de sublinhar a ação, por vezes fora do programado, de atores mais empenhados.

A existência de gaps entre as 4 dimensões remetem para a necessidade de aprofundamento das formas de pensar os temas e de atuar perante fenómenos na sociedade, ou pelo menos, perante o grau de consciência que existe a propósito destes fenómenos. Por outro lado, a análise do conjunto de informação organizado nestas 4 vertentes permitiu à equipa de avaliação a elaboração da matriz SWOT para cada Plano.

Em suma, o cruzamento dos dados recolhidos, através da aplicação dos diferentes instrumentos, resultou na matriz seguinte que foi desenvolvida para cada Plano (no capítulo respetivo), que permite uma leitura vertical e horizontal da avaliação de cada Plano, tal como a justificação das recomendações apresentadas.

PLANO			
	Conclusões Relatórios de Execução	Conclusões Inquéritos de Perceção	Conclusões FG e Entrevistas
<i>Realidade Vivida</i>			
<i>Suporte Concetual</i>			
<i>Qualidade dos Planos</i>			
<i>Desempenho dos Atores</i>			

Feito este cruzamento, as principais conclusões foram posteriormente sumariadas (tendo com base os conteúdos da tabela acima) no final da avaliação de cada Plano e Programa (no capítulo respetivo), retratando assim os “key findings” da equipa de avaliação por área. As conclusões e os resultados da análise SWOT fundamentaram, então, a formulação de recomendações da equipa de avaliação por Plano. Nessa base, foram depois identificadas as recomendações que já tinham correspondência com recomendações constantes dos exercícios de avaliação dos Planos anteriores ou na ENIND, o que ficou organizado de acordo com o quadro seguinte. Este confronto permitiu, então, à equipa de avaliação apresentar as recomendações finais – i.e., aquelas que se consideraram ser de valor acrescentado, tendo em conta a persistência e/ou importância da necessidade, bem como a ausência/insuficiência da resposta atual.

PLANO			
CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	AVALIAÇÃO ANTERIOR	ENIND
A			
B			
C			

2.4. Constrangimentos metodológicos

A presente avaliação dos diversos planos foi condicionada por um conjunto de fatores externos ao próprio exercício, quer ligados à conceção dos Planos quer relativos aos Relatórios Intercalares e Final de Execução. A seleção e a participação das entrevistas, bem como dos *Focus Group* e todo o processo dos inquéritos *online*, apresentam também as habituais limitações.

Por sua vez, a utilização da média aritmética no cálculo das taxas de execução e de perceção resulta da ausência de informação quanto à importância das medidas, não permitindo o recurso ao cálculo de médias ponderadas.

No que respeita ao tratamento dos inquéritos aplicados também todas as respostas foram tratadas de forma equiparada.

Os *Focus Group* permitiram complementar os dados recolhidos através do *desk research*, dos inquéritos *online* e das entrevistas individuais aprofundadas. Partindo da verbalização das experiências tidas no terreno, procurou-se conhecer qual a contextualização teórica em que se movem os diversos atores e captar as perspetivas

acerca do futuro. Privilegiou-se, a dimensão emocional associada ao trabalho dos diversos atores, em detrimento de uma abordagem mais racional de avaliação das medidas concretas constantes de cada Plano.

Esta opção assumidamente qualitativa é compatível com um limite objetivo como é o do número de participantes em cada sessão, que variou entre 6 pessoas (TSH, VDG e MGF) e 8 pessoas (Igualdade de género).

A natureza do tema e o grau de envolvimento de cada participante com cada um dos Planos em discussão permitiu que um dos possíveis problemas típicos da metodologia *Focus Group* – o surgimento de um/a líder entre o grupo, diminuindo a iniciativa e qualidade do discurso dos/as outros/as – não se verificasse. Na verdade, todas as 4 sessões foram intensamente participadas, com todos/as os/as convidados/as a exprimirem a sua opinião com plena autonomia e num registo de atenção às intervenções dos/as outros/as, refletido no progressivo aprofundar das questões tratadas.

Foram utilizados como estímulos adjuvantes em cada sessão, apenas os textos dos respetivos Planos em análise, permitindo a sua consulta individual para melhor fundamentação das opiniões expressas.

Relativamente às entrevistas individuais, o número de entrevistas realizadas foi condicionado pela limitação temporal, bem como a necessidade de conciliação das várias agendas. Quanto a esta técnica, se por um lado é possível obter informação mais aprofundada sobre a temática, esta é subjetivamente condicionada pela perspetiva do entrevistado/a e pelos efeitos da interação social exteriorizada pelo/a entrevistador/a e entrevistado/a.

3. Avaliação

Tal como descrito no capítulo anterior, a avaliação de cada Plano implicou a recolha de dados de várias fontes e respetiva análise: Planos; Relatórios Intercalares e Finais de Execução; Inquéritos; Entrevistas individuais; *Focus Groups*. Visando uma heurística que permitisse a triangulação dos dados assim recolhidos e tratados para posterior definição de conclusões e recomendações, foram os mesmos submetidos ao esquema analítico construído com base nas quatro dimensões anteriormente identificadas: (1) **Desempenho dos atores** - Como é avaliada a atitude e o comportamento das instituições e pessoas ligadas a cada Plano -; (2) **Qualidade dos Planos** - Que avaliação é feita da qualidade, conteúdos e forma de cada Plano -; (3) **Suporte concetual** - Que conceitos são utilizados, qual a sua clareza, e qual o respetivo enquadramento teórico -; e (4) **Realidade vivida** – Que é dito sobre o que se observa e a experiência no trabalho quotidiano em cada Plano.

A aplicação deste quadro analítico uniformizado aos resultados das várias fontes permitiu, assim, identificar as dificuldades/constrangimentos que se destacaram de forma mais saliente em cada Plano e que, por sua vez, permitiram gerar uma série de conclusões, com base nas quais foram formuladas recomendações. Este processo permitiu, assim, confrontar os dados das várias fontes relativas a cada Plano e cruzá-los com base num quadro analítico comum, de forma a identificar aspetos partilhados e contrastantes.

O presente capítulo da avaliação está assim estruturado em cinco pontos fundamentais para cada Plano: os primeiros três remetem para a avaliação das várias fontes de recolha de dados (Planos; Relatórios de execução finais e intercalares; Inquéritos; Entrevistas e *Focus Groups*) com a respetiva integração no esquema analítico, enquanto que os dois finais sistematizam a informação recolhida, da seguinte forma:

1. Avaliação com base nos próprios Planos e respetivos Relatórios de Execução, permitindo a quantificação da execução das medidas e posterior (ponto 5) integração no esquema analítico proposto.
2. Avaliação com base nos dados dos Inquéritos, e posterior (ponto 5) integração no esquema analítico proposto.
3. Avaliação com base nos dados das entrevistas individuais e dos *Focus Group*, mediante a respetiva integração no esquema analítico proposto.
4. Análise SWOT para cada Plano com base fundamentalmente na avaliação dos dados das entrevistas individuais e dos *Focus Group*.
5. Confronto da avaliação desenvolvida nos pontos anteriores com base no quadro analítico proposto, permitindo identificar as questões que surgem como principais dificuldades e constrangimentos de

forma transversal às várias fontes de cada Plano. Partindo desta matriz, fez-se, então, uma síntese dessas principais questões.

Finalmente, e para aferir da respetiva persistência e pertinência, no capítulo seguinte procura-se apurar se as recomendações formuladas na base do exercício anteriormente descrito (pontos 1 a 5) são novas ou se já se encontravam identificadas nas avaliações dos Planos antecedentes (2010-2013), e se a nova Estratégia para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) já lhes dá algum tipo de resposta (de forma parcial ou total).

3.1. V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação

Com um total de 70 medidas, o V PNI está estruturado em 7 áreas estratégicas (AE):

AE1. Integração da perspectiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local

AE2. Promoção da Igualdade entre as Mulheres e os Homens nas Políticas Públicas

2.1. Educação, Ciência e Cultura

2.2. Saúde

2.3. Juventude e Desporto

2.4. Inclusão Social e Envelhecimento

2.5. Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

AE3. Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal

AE4. Orientação Sexual e Identidade de Género

AE5. Organizações Não-governamentais

AE6. Comunicação Social

AE7. Cooperação

Cada AE organiza-se ainda por objetivos estratégicos (OE). As tabelas de cada Plano não fazem a correspondência direta entre as respetivas medidas e estes OE, pelo que os mesmos são tidos como princípios transversais a cada AE em causa, da seguinte forma:

Relatório de Avaliação Externa

	AE1	AE2	AE3	AE4	AE5	AE6	AE7
OE1	Garantir a centralidade das políticas para a igualdade de género na estrutura da governação	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género	Reduzir as desigualdades que persistem entre mulheres e homens no mercado de trabalho, designadamente ao nível salarial	Prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género	Reforçar a cooperação com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não - discriminação	Capacitar os(as) profissionais de comunicação, em particular jornalistas, para a introdução da dimensão de género nos conteúdos por si produzidos e ou editados	Participar ativamente nos principais fora internacionais em matéria de igualdade de género
OE2	Promover a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as outras políticas	Promover e difundir a investigação científica realizada nesta área	Promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, e divulgar boas práticas		Promover a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática	Criar mecanismos de sinalização de conteúdos jornalísticos e publicitários sexistas e estereotipados do ponto de vista do género	Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género
OE3	Capacitar os(as) agentes da Administração Pública central e local, através de formação inicial e contínua	Estruturar o planeamento e a formulação das políticas públicas e avaliar o seu impacto na perspetiva da igualdade de género	Incentivar a implementação de planos para a igualdade nas empresas privadas e monitorizar o cumprimento das normas relativas à implementação desses planos no sector empresarial do Estado	Garantir a implementação e monitorização dos compromissos internacionais, aos quais Portugal está vinculado, em matéria de não-discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género		Promover a sensibilização do público em geral sobre as questões da igualdade de género e não -discriminação, com recurso ao meio de comunicação privilegiado, que é a televisão	Promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional
OE4	Recolher e tratar dados estatísticos, desagregados por sexo, e assegurar a sua disseminação regular	Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas	Reforçar os mecanismos de acesso das mulheres a lugares de decisão económica				Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas
OE5	Reforçar a cooperação com as autarquias	Contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto fenómenos intercomunicantes					
OE6		Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas					

OE7	Promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas					
OE8	Contribuir para a prevenção dos múltiplos fatores que estão na origem da condição de maior vulnerabilidade da população idosa em vários domínios					
OE9	Integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia					

3.1.1. Avaliação do Plano e da respetiva Execução

A avaliação viu-se, desde logo, constrangida por alguns fatores relacionados com a própria conceção do Plano bem como com a forma como a execução das medidas é reportada nos Relatórios de Execução.

No que se refere ao próprio Plano, verificou-se a existência de algumas assimetrias entre os objetivos estratégicos, medidas, objetivos das medidas e respetivos indicadores, que se traduziram, em muitos casos, na falta de correspondência entre uns e outros, gerando, por vezes as seguintes situações:

- O que o Plano designa “indicadores de resultados” corresponde, na maior parte dos casos, a indicadores de produto, i.e., dizem respeito ao processo e não ao resultado das ações previstas (e.g., número de ações de formação e número de pessoas abrangidas).
- Os objetivos definidos, tal como descritos, não permitem, por vezes, dar cumprimento à medida a que dizem respeito e não definem a forma como as mesmas devem ser operacionalizadas. Veja-se, a título de exemplo, as medidas 28 e 30 que definem como objetivos (i.e., metas), a “eliminação da segregação de género nas atividades de voluntariado” e a “eliminação da segregação de género na prática das modalidades desportivas.” Nestes casos, os indicadores respetivos (n.º de jovens abrangidos/as pelos programas ou n.º de participantes em modalidades desportivas) constituem uma falsa medida da execução dos objetivos (28 e 30), uma vez que basta indicar esse quantitativo para dar a medida como cumprida, sem que isso reflita qualquer alteração ou ação concreto para combater a segregação sexual. De notar que a designação “objetivo” é utilizada no Plano para o que é mais comumente tido por *meta* (e.g., 1 relatório final), situando-se, portanto, a um nível mais operacional do que a medida respetiva. Assim, e para garantir a utilização da terminologia adotada no Plano, as referências que doravante surgirem a “objetivo” devem ser tidas como reportando-se à noção mais concreta e operacional de *meta*.
- A não definição de objetivos concretos em muitos casos não permite fazer corresponder às medidas uma exigência operacional específica, pelo que a monitorização da respetiva execução fica, por essa via, fortemente prejudicada e/ou o cumprimento é atingido de forma menos ambiciosa (e.g., objetivo de “introdução da dimensão de género, avaliação do impacto de género nas iniciativas legislativas e orçamentos sensíveis ao género” da medida 3, ou o objetivo de “divulgação de boas práticas municipais em igualdade de género” da medida 12, ou o objetivo de “promoção da igualdade de género a nível local” da medida 13, ou o objetivo de “Inserção da temática da igualdade de género nas orientações curriculares” da medida 16, ou o objetivo do “reforço do conhecimento da igualdade de género na área da saúde” da medida 23, ou o objetivo da “eliminação da segregação de género nas atividades de voluntariado” da medida 28, ou o objetivo do “aumento do número de empresas do sector privado que adotaram planos para a igualdade” da medida 41).
- Os indicadores nem sempre se relacionam diretamente com os objetivos ou são definidos de forma demasiadamente genérica, levando a que a monitorização feita nessa base não permita aferir de que forma e se o objetivo e medida foram efetivamente cumpridos.

- Verificou-se também alguma sobreposição substantiva entre OE em determinadas AE, em certos casos definidos em número excessivo, o que dificulta a associação de medidas específicas aos mesmos e a avaliação da forma como concorrem para a promoção desses OE.
- Verificou-se ainda alguma sobreposição também na descrição das próprias medidas, o que potenciou a correspondente sobreposição das respetivas ações de execução (a mesma ação concorre para o cumprimento de várias medidas). Este parece ser o caso, por exemplo, das medidas 15 a 18 da subárea da Educação, Ciência e Cultura, todas referentes a ações de divulgação, formação e sensibilização sobre a integração da temática da igualdade de género nos vários níveis de ensino.

Já quanto à execução das medidas tal como reportada nos Relatórios de Execução, a avaliação permitiu notar o seguinte:

- A falta de apresentação de dados quantitativos nos Relatórios de Execução que não permite calcular o cumprimento dos indicadores nem avaliar o grau de execução da maioria das medidas de uma forma exata.
- A discrepância entre o descritivo da execução e as medidas e respetivos objetivos a que essa execução pretende dar resposta e, sobretudo, a apresentação de dados que não dão resposta aos indicadores definidos no Plano ainda que possam contribuir para a prossecução do objetivo mais genericamente (e.g., a realização de ações de sensibilização sobre linguagem não discriminatória, ainda que sem quantificação, que contribui para o uso dessa linguagem na Administração Pública, mas não fornece qualquer informação acerca do número de modelos de documentos que usam essa linguagem, conforme requerido pelo indicador definido no Plano).
- A forma genérica como se encontra descrita a execução que dificulta a quantificação e avaliação do contributo da mesma para o cumprimento da medida em causa. Veja-se, como exemplo, o relato de que “não obstante não ter sido reportada nenhuma ação específica, o Ministério da Saúde informou que integrou a dimensão de sexo e género na análise dos determinantes em saúde e da situação epidemiológica referente a diversos problemas de saúde.”
- A informação reportada é, por vezes, de fraca qualidade e profundidade. Veja-se o exemplo da integração da perspectiva de género na área da saúde que é tida por conseguida através da produção de dois referencias e da “integração” em cinco programas de saúde, sem mais. Sem prejuízo da efetividade da integração aqui em causa, é importante garantir que, no momento do reporte, a informação prestada permite perceber o efetivo significado dos números.
- Ainda que executadas de uma forma geral, as ações de formação realizadas não foram acompanhadas de qualquer avaliação, pelo que não é possível aferir o resultado das mesmas.
- A dificuldade na fixação de prioridades, que poderá resultar do facto de muitas medidas serem definidas de forma muito próxima ou similar.
- A atribuição da execução de uma medida a um número demasiado elevado de entidades que parece conduzir a uma certa desresponsabilização pela respetiva execução.

- A não realização dos estudos de impacto previstos e a falta de aproveitamento dos estudos realizados no âmbito da igualdade de género e não-discriminação que frustram a avaliação, uma vez que a consideração destes elementos poderia ter assegurado algum conhecimento sobre o impacto da execução das medidas a que dizem respeito.

Avaliação do Plano e Áreas Estratégicas com base dos Relatórios de Execução

A análise e avaliação da execução das Medidas e AE é feita na base dos relatórios intercalares e final de execução. O V PNI atingiu uma taxa de execução de 87%, a qual resultou da execução das diferentes AE. Isto significou uma execução global do Plano classificada como “maioritariamente executada”, registando-se uma variação entre 79,5% de taxa de execução estimada para a AE2 (promoção da igualdade entre homens e mulheres nas políticas públicas), tida como “maioritariamente executada” e 94% de taxa de execução estimada para a AE6 (comunicação social), tida como “totalmente executada”.

Quadro 15- Avaliação das AE do V PNI com base nos Relatórios de Execução

AE	Taxa de Avaliação %
AE1 Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local	88,5
AE2 Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas	79,5
AE3 Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal	88,8
AE4 Orientação Sexual e Identidade de Género	83
AE5 Organizações Não-Governamentais	83
AE6 Comunicação Social	94
AE7 Cooperação	93
Avaliação Global	87

Avaliação das medidas por Áreas Estratégicas

AE1- Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local

Nesta AE, muito associada aos mecanismos de transversalização da igualdade de género na Administração Pública, a taxa de execução variou sobretudo em função do nível de atuação em causa, central ou local. Os resultados da análise permitiram concluir que as medidas mais executadas desta AE se situam ao nível da administração local, com um elevado grau de implementação do Plano por parte dos municípios. Por outro lado, as medidas menos executadas têm “Todos os Ministérios” por entidade executante, demonstrando que a Administração Pública central apresenta maiores dificuldades em operacionalizar esta transversalização, o que poderá apontar para a necessidade de aperfeiçoamento ou revisão da eficácia dos mecanismos subjacentes ou a necessidade de uma melhor e maior coordenação entre entidades.

Em termos mais desagregados por medida, do total das 13 medidas existentes nesta AE 7 obtiveram uma taxa de execução de 75%, i.e., foram tidas como “bastantes executadas”. Tal é o caso das medidas 1 a 7, associadas à Administração Pública central. As restantes medidas foram tidas como “totalmente executadas”.

Em termos do conteúdo da execução reportada:

- É de notar a dificuldade sentida na quantificação da execução por falta de dados quantitativos à exceção das medidas 2, 3, 10 e 11, uma vez que os dados se referem a ações de formação e respectivos/as participantes;
- Nesta AE, as medidas apresentam muitas entidades responsáveis pela execução, tornando difícil garantir a respetiva responsabilização, nomeadamente nas medidas 4, 5, 6 e 7 que apontam todos os ministérios, bem como as medidas 8 a 13 cuja execução é atribuída aos municípios;
- A informação sobre a execução da medida 3 permite apenas o cumprimento parcial uma vez que as ações de formação não abrangeram todas as temáticas identificadas na medida, embora a Lei do Orçamento de Estado que insitui pela 1ª vez um processo de orçamentos com impacto de género, constitua uma iniciativa muito relevante a contabilizar diretamente como execução da medida;
- A medida 6 relativa à recolha e divulgação de informação desagregada por sexo também peca por falta de dados que permitam dar resposta ao indicador definido no próprio Plano, embora parte tenha sido executada através da informação periodicamente disponibilizada pela DGAEP em relação aos dirigentes, desagregada por sexo. O reporte constante dos Relatórios analisados não permite aferir o número de serviços da Administração Pública que asseguraram a recolha, o tratamento e a divulgação da informação estatística desagregada por sexo, que garanta uma atualização anual.
- O reporte da execução relativa à medida 7 aponta para alguma dificuldade em monitorizar a utilização de linguagem não discriminatória na Administração Pública, já que se limita a indicar as ações de sensibilização realizadas sem fornecer dados que permitam determinar o número de modelos de documentos da Administração Pública que introduziram linguagem respeitadora da igualdade de género, conforme exigido pelo indicador do Plano. Por outro lado, também se verifica que o estudo de avaliação previsto não foi realizado.
- Já quanto à medida 8, o reporte é pouco claro quanto à abordagem adotada na interação com os municípios para promover a efetiva aprovação e implementação de planos para a igualdade alinhados com o Plano.
- As medidas 8 (ainda que com algumas dúvidas quanto ao rigor da quantificação) a 13, muito ligadas ao reforço da igualdade de género e não discriminação ao nível da administração local, apresentam informação com uma taxa de execução de 100%.

Quadro 16 – Avaliação de Medidas da AE1 do V PNI

Medida	Avaliação
1) Promover a implementação, em cada ministério, de um plano para a igualdade, tendo em vista integrar a dimensão da igualdade de género e da não -discriminação na estrutura interna e na ação externa.	75%
2) Formação de dirigentes, agentes da Administração Pública, conselheiros(as) ministeriais para a igualdade e equipas interdepartamentais	75%
3) Promover ações de formação em igualdade, impacto de género das iniciativas legislativas e orçamentos sensíveis ao género para os/as juristas responsáveis pelo processo legislativo	75%
4) Promover iniciativas de orçamentos sensíveis ao género.	75%
5) Assegurar a recolha, o tratamento e a divulgação de informação estatística relativa aos recursos humanos da Administração Pública, desagregada por sexo.	75%
6) Assegurar a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, relativa à execução de todas as políticas públicas	75%
7) Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não -discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género, em todos os organismos públicos.	75%
8) Promover a implementação de Planos Municipais para a Igualdade.	100%
9) Promover a nomeação de conselheiros(as) locais para a igualdade.	100%
10) Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não -discriminação para os(as) conselheiros(as) locais para a igualdade, bem como para dirigentes e restante pessoal autárquico.	100%
11) Promover ações de sensibilização destinadas à integração da perspetiva de género nas organizações e nas políticas locais.	100%
12) Atribuir o prémio bienal para Municípios «Viver em igualdade».	100%
13) Assinalar o «Dia Municipal para a Igualdade».	100%
Media valor	90.3

Especificamente quanto à medida 1, a avaliação procurou olhar de forma particular para os planos setoriais para a igualdade adotados pelos diversos Ministérios. Dada a diversidade das competências e áreas de atuação desses Ministérios, a avaliação considerou um pequeno conjunto de indicadores para sinalizar a sintonia dos planos setoriais com o V PNI. A cada indicador foi atribuído um ponto, caso o plano setorial em causa contenha ações/medidas que concorrem para o mesmo, e uma pontuação de zero em caso contrário.

Os indicadores adotados foram: (1) Carta de missão ou códigos de conduta que incluem o objetivo da igualdade de género; (2) Linguagem inclusiva e recolha de informação estatística desagregada por sexo; (3) Comunicação interna e externa sobre igualdade de género; (4) Conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar (e.g. horário flexível); (5) Proteção na parentalidade; (6) Gender Budgeting; (7) Capacitação das mulheres para a liderança; (8) Assédio no local de trabalho; (9) Formação e sensibilização (interna e externa); (10) Equipa interdepartamental. Os resultados da análise estão espelhados no quadro seguinte: para cada indicador identificado pelo respetivo número foi indicado o número de planos setoriais com um ponto.

Quadro 17 - Relação dos planos setoriais de Igualdade com o Plano de Igualdade

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	Soma
5	13	12	10	8	2	4	5	12	12	78
36%	93%	86%	71%	57%	14%	29%	36%	86%	86%	56%

Deste exercício foi possível verificar que os indicadores Gender Budgeting, inserção do objetivo igualdade de género nas cartas de missão dos/das dirigentes, e a capacitação das mulheres para a liderança apresentam os valores mais baixos, contribuindo assim para um total da avaliação de somente 56%. Por outro lado, importa notar

que a pontuação elevada para o indicador (10) Equipa interdepartamental não pode ofuscar a necessidade de se garantir uma melhor coordenação interna em cada Ministério que os atrasos na apresentação dos respetivos relatórios de execução parece indiciar como necessária.

AE2 - Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas

A presente AE abarca 27 medidas, divididas em 5 subáreas, tendo apresentado uma taxa de execução global de 78% sendo, por isso, considerada como “maioritariamente executada”. Entre as 27 medidas destacam-se 12 que atingiram uma taxa de execução de 100% (consideradas, por isso, “executadas” - 14, 15, 21 a 29), 3 medidas que apresentaram uma taxa de execução de 25% (consideradas, por isso, “pouco executadas” - 20, 31 e 32), e 4 medidas consideradas “parcialmente executadas” (19, 38, 39 e 40).

As medidas mais cumpridas desta AE dizem respeito ao ensino básico e secundário, à saúde, e à juventude e desporto. Por outro lado, todas as medidas da área 2.5 (Ambiente, ordenamento do território e energia) foram tidas como “pouco executadas”, demonstrando-se assim o fraco envolvimento na implementação do plano da respetiva entidade responsável (antigo MAOTE). Finalmente, é de notar que as medidas tidas como “não executadas”, não apresentam no Plano qualquer entidade executante designada, verificando-se assim, uma potencial fragilidade quando a entidade responsável tem de se assumir como entidade executante, não tendo por vezes um serviço mais operacional designado, como é o caso dos Ministérios. Por outro lado, refira-se ainda que o facto de todas as medidas terem muitas entidades responsáveis pela sua execução poderá ter tornado difícil garantir a responsabilização dessas entidades, com impacto na implementação do Plano, o que, nestes casos, aponta para a necessidade de se garantir uma coordenação eficaz e permanente.

Mais particularmente, a subárea da Educação, Ciência e Cultura integra 9 medidas (14-22). Relativamente a esta, a avaliação viu-se dificultada pela falta de informação objetiva que deveria ter sido prestada pelas entidades executoras, nomeadamente o Ministério da Educação e estabelecimentos de ensino. Por exemplo, o reporte não inclui informação sobre os indicadores que permitiram aferir de algum potencial impacto das medidas em causa: veja-se a ausência de dados sobre o número de agrupamentos escolares que adotam e utilizam os materiais pedagógicos (sendo indicados, apenas, o número de ações de formação, agrupamentos de escolas envolvidos, e participantes), ou a ausência de dados sobre o número de instituições que integram orientações curriculares em matéria de igualdade de género.

Também no que respeita à medida 18, o objetivo era a produção de instrumentos orientadores de organização e de funcionamento escolar, pelo Ministério da Educação, sobre a integração da igualdade de género. Contudo, a execução reportada refere a realização de ações de sensibilização através de uma ONG.

Neste âmbito, enquanto que as medidas 21 e 22 foram tidas como “executadas”, as medidas 19 e 20 foram tidas como “não executadas”.

A Subárea da Saúde integra 4 medidas (23-26) que foram tidas como “executadas”. A medida 23 apresenta uma execução de acordo com o tipo de indicadores previstos, com resultados quantificados em

termos de ações e participantes e muito ligada aos restantes 3 Planos (V PNCPVDG, III PAPEMGF e III PNCPTSH), o que aponta para a necessidade de se garantir uma coordenação regular entre estes três instrumentos.

As medidas 24 e 25 apresentam igualmente indicadores quantitativos, contudo a informação dada é muito parca no que se refere ao tipo de material/informação em causa, pelo que, para além da quantidade, fica-se sem perceber em que termos a execução foi conseguida. Isto é, a referência de que o “Ministério da Saúde integrou a perspetiva de género nos seguintes programas de saúde: Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil; Ação de Saúde para jovens e crianças em risco; Ação de Saúde sobre género, violência e ciclo de vida; Fórum Nacional Álcool e Saúde e Programa Nacional para a infeção VIH/SIDA”, ou de que “o Ministério da Saúde aprovou e difundiu 2 referenciais”, permite muito pouco para efeitos de avaliação dos termos substantivos do que efetivamente foi feito para integrar a perspetiva da igualdade de género na área da saúde.

No que concerne à medida 26 pode-se assumir a sua execução, ainda que através de informação qualitativa; porém, faltam dados sobre os indicadores quantitativos previstos no Plano, nomeadamente a indicação do número de relatórios produzidos com informação estatística sobre a saúde, com dados desagregados por sexo. Por outro lado, apesar de a medida exigir a análise dos dados recolhidos, não é prestada qualquer informação a esse respeito no reporte de execução.

A Subárea da Juventude e Desporto integra 4 medidas (27-30), das quais 3 foram tidas como “executadas”. As medidas 27, 28 e 29 foram executadas e apresentam informação de acordo com os indicadores e objetivos quantitativos previstos no Plano (número de ações e participantes por sexo). Relativamente à medida 30, não são apresentados dados quantitativos de execução nem dados qualitativos, sendo reportada meramente a disponibilização de estatísticas desagregadas por sexo com dados sobre a participação desportiva, nas várias modalidades federadas. Nesta subárea é de salientar a forma como as medidas 28 e 30 definem indicadores que apenas permitem controlar o resultado, sem acautelar, no entanto, a forma como a medida deve ser executada, i.e., as medidas carecem de operacionalização na redação dos respetivos objetivos, o que frustra a própria monitorização e avaliação do cumprimento.

A Subárea da Inclusão Social e Envelhecimento integra 7 medidas (31-37), sendo que em duas medidas os reportes não dão conta da realização dos relatórios de avaliação, ainda que tenham sido desenvolvidas ações nesse sentido, como a definição de um conjunto de indicadores para a monitorização das prestações sociais do subsistema da solidariedade na perspetiva de género, no que se refere à medida 31.

Já a medida 33 foi considerada “parcialmente executada”, uma vez que os dados de execução reportados não são claros quanto ao número de ações levadas a cabo durante o período de vigência do Plano e se cumpre o objetivo de 4 ações por ano de prevenção da discriminação de raparigas e mulheres com

deficiência. Neste âmbito, é frequente também a descrição de algumas ações que não têm relação direta com a medida em causa.

Por sua vez, a medida 34 tem reportada uma execução quantitativa através de ações e participantes carecendo, porém, de dados que permitam saber se houve uma melhoria dos níveis de sensibilização e formação em igualdade de género das pessoas que trabalham com populações vulneráveis de acordo com o objetivo fixado para a medida. Para tal seria necessário um estudo de impacto.

As medidas 35, 36 e 37 apresentam execução e dados quantitativos, no entanto cumpriria aprofundar a informação no que concerne ao tipo de ações efetivamente desenvolvidas e respetivo impacto.

Finalmente, a Subárea do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia integra 3 medidas (38-40), cujo reporte em termos de execução é bem revelador das fragilidades nesta área: a medida de orientação de financiamentos para mulheres não teve execução sendo que a abertura de financiamento para promover o empreendedorismo das mulheres não corresponde de criação de condições de financiamento orientadas para as mulheres nos programas de apoio na área do ambiente, ordenamento do território, urbanismo e energia, e promover uma maior utilização dos incentivos por parte das mulheres; não foi reportada a realização dos estudos sobre a relação género/energia e género/ambiente; e a legislação referida como representativa do *mainstreaming* da igualdade de género nas políticas, planos e programas de ambiente, ordenamento do território e energia, reporta-se a um período prévio ao Plano. Esta situação é indicativa da ausência de ações especificamente direcionadas para esta área.

Quadro 18 - Avaliação de Medidas da AE2 do V PNI

Medida	Avaliação
14) Produzir materiais pedagógicos, em todos os suportes, promotores da igualdade de género e da cidadania: a) Elaborar o Guião de Educação, Género e Cidadania para o ensino secundário; b) Elaborar um Referencial de Educação para a Igualdade de Género.	100%
15) Promover a divulgação e a aplicação dos materiais pedagógicos produzidos.	100%
16) Integrar a temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário.	75%
17) Incentivar a introdução da temática da igualdade de género na formação pedagógica inicial e contínua de profissionais de educação	75%
18) Integrar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens na organização e funcionamento escolar.	75%
19) Introduzir a categoria de Estudos de Género nas linhas de financiamento da FCT, I. P., de apoio à investigação em Portugal.	50%
20) Elaborar um estudo sobre a participação das mulheres nos cursos na área das TIC.	25%
21) Atribuir a distinção «Mulheres criadoras de cultura».	100%
22) Divulgar informação relativa à promoção da igualdade de género na cultura.	100%
23) Realizar ações de sensibilização e de formação sobre igualdade de género em saúde.	100%
24) Produzir referenciais técnicos sobre igualdade de género em saúde, em matéria de perfis de saúde das mulheres e de saúde dos homens, e de acesso não - discriminatório aos cuidados de saúde.	100%
25) Promover a integração da perspetiva de género no desenvolvimento dos principais programas de saúde no domínio das Doenças Transmissíveis, Doenças não Transmissíveis, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência ao Longo do Ciclo de Vida	100%
26) Assegurar a desagregação por sexo e a análise, sob a perspetiva de género, da informação estatística sobre saúde e dos dados epidemiológicos acerca da população residente em Portugal.	100%
27) Promover ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não-discriminação, destinadas a jovens.	100%
28) Fomentar nos programas de voluntariado jovem o desempenho de atividades que contrariem os papéis tradicionalmente atribuídos a raparigas e rapazes.	100%
29) Atribuir o Prémio «Jovens pela Igualdade»	100%
30) Promover a participação equilibrada e não-discriminatória de mulheres e homens nas modalidades desportivas tradicionalmente praticadas por um dos sexos	75%
31) Monitorizar as prestações sociais do subsistema da solidariedade na perspetiva de género.	25%
32) Monitorizar a situação das famílias monoparentais que beneficiem de abono de família, em especial as constituídas por mulheres	25%
33) Promover ações de prevenção do fenómeno da discriminação de raparigas e mulheres com deficiência.	75%
34) Desenvolver ações de sensibilização e formação que integrem a dimensão de género dirigidas a profissionais que trabalham com populações vulneráveis	100%
35) Promover a alfabetização e a capacitação das mulheres imigrantes e das mulheres das comunidades ciganas.	75%
36) Promover o acesso à informação e ao conhecimento por parte das mulheres idosas.	75%
37) Promover ações de formação de profissionais das forças de segurança e de serviços de ação social para as questões de género e envelhecimento.	75%
38) Criar condições de financiamento orientadas para as mulheres nos programas de apoio na área do ambiente, ordenamento do território, urbanismo e energia, e promover uma maior utilização dos incentivos por parte das mulheres	75%
39) Promover estudos sobre a relação género -energia e género -ambiente, em particular nas temáticas das alterações climáticas e gestão eficiente dos recursos.	50%
40) Promover o mainstreaming da igualdade de género nas políticas, planos e programas de ambiente, ordenamento do território e energia promovidos pelo MAOTE, identificando oportunidades e as medidas win-win que promovam a igualdade de género e de oportunidades, a proteção do ambiente e o crescimento económico.	50%
Media valor	78%

AE3 - Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal

Esta AE tem 9 medidas e uma taxa de execução global média de 84%, sendo, por isso, considerada “maioritariamente executada”. Entre estas medidas destacam-se 6 que atingem uma execução de 100% – totalmente executadas (41, 43, 44, 45, 46 e 47).

Relativamente à medida 41, é de notar a ausência de formas sistematizadas de mobilizar e monitorizar a prática de adoção de planos para a igualdade por empresas privadas, i.e., a opção pela realização de inquéritos esporádicos, ou de projetos pontuais com um número reduzido de empresas, ou a monitorização limitada às empresas cotadas, e a ausência de uma estratégia de mobilização que aproveite e reforce redes existentes, resultará sempre em resultados modestos sem indução de qualquer mudança, frustrando o objetivo subjacente de aumentar o número de empresas com esta prática.

Ainda que a medida 42 tenha conhecido alguma execução quanto aos indicadores “número de empresas e representação de mulheres nos conselhos de administração”, já quanto à produção do relatório, o mesmo não aconteceu, tendo a medida sido, por isso, considerada “parcialmente executada”. É de destacar a análise evolutiva dos dados da execução da medida 42 que o Relatório Final de Execução contém, e que contrasta, de forma positiva, com o carácter genérico com que muitas execuções são reportadas.

Quando à medida 43, ainda que tenha sido executada através do n.º 3 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que prevê que “A maior representatividade de mulheres” e a “maior igualdade salarial” como critério de desempate nos fundos europeus estruturais e de investimento, importaria, para além disso, ter sido assegurada uma monitorização regular da aplicação destes critérios, os termos em que tem sido feita e respetivos impactos.

Em relação à medida 48, importa referir as ações de sensibilização desenvolvidas pela CIG e pela CITE em matéria de conciliação, bem como sublinhar a importância da criação da NP4552:2016 enquanto instrumento inovador de promoção da conciliação nas práticas das organizações de trabalho, ainda que não tenha sido seguida de uma ação de divulgação e de mobilização das organizações para a sua implementação, frustrando assim o próprio carácter pioneiro e o potencial transformador do instrumento. De notar, contudo, que o próprio carácter demasiado genérico dos “objetivos” definidos como “melhoria das condições de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar” e “promoção de uma partilha equilibrada das tarefas familiares entre mulheres e homens”, poderá não ter permitido nenhuma operacionalização específica, contrastando, aliás, com a forma como os “objetivos” se encontram mais frequentemente definidos noutras medidas do Plano (com a natureza de metas).

Nesta linha, é de destacar o elevado número de ações de formação/sensibilização como atividades que concorrem significativamente para a execução das medidas 44 e 45 (execução de 100%) e das medidas 48 e 49, com execução de 75%). Contudo, cumpre questionar a medida em que este tipo de ações, de forma isolada, e sem objetivos ou públicos alvo mais especificados, permite alcançar o objetivo pretendido, sendo de se equacionar, novamente, a necessidade de pensar ações mais estruturadas, sistematizadas e regulares-

Em síntese, a maior parte das medidas (2/3) desta AE apresentam um elevado nível de execução, verificando-se, no entanto, algumas fragilidades ao nível do reporte, sendo esse o motivo apresentado para a apresentação de taxas de execução ligeiramente inferiores em 3 medidas.

Quadro 19 - Avaliação de Medidas da AE3 do V PNI

Medida	Avaliação
41) Reforçar junto das empresas do sector privado a implementação de planos de igualdade.	100%
42) Monitorizar a aplicação do regime jurídico do sector empresarial do Estado, no que se refere à implementação de planos para a igualdade e à representação de mulheres nos conselhos de administração.	50%
43) Considerar como critério de desempate na seleção de projetos de empresas concorrentes a fundos da política de coesão a representatividade de mulheres nos conselhos de administração dessas empresas	100%
44) Promover o empreendedorismo feminino, incluindo o qualificado, nomeadamente através dos incentivos à criação de empresas, de outros instrumentos financeiros e de ações coletivas.	100%
45) Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres agricultoras.	100%
46) Avaliar a evolução das diferenciações salariais entre mulheres e homens em Portugal, por ramos de atividade.	100%
47) Promover ações de sensibilização e divulgação da dimensão da igualdade de género, no sentido da sua integração nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	100%
48) Divulgar os instrumentos de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.	75%
49) Distinguir boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas.	75%
Media valor	84%

Neste ponto, a avaliação procurou olhar de forma particular para alguns planos para a igualdade adotados por empresas do setor empresarial do Estado bem como por empresas cotadas em bolsa. A análise destes planos foi feita da mesma forma que a dos planos setoriais da AE1. Os indicadores de análise aqui adotados foram: (1) Inclusão do objetivo da igualdade de género no Código de Ética e de Conduta; (2) Comissão ou Comité de Igualdade; (3) Conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar; (4) Proteção da parentalidade; (5) Horário flexível; (6) Comunicação e linguagem institucional; (7) Recrutamento e política salarial. Por cada indicador a que correspondessem ações/medidas concretas foi atribuído um ponto; caso contrário a pontuação foi de zero. Os resultados da análise estão espelhados no quadro seguinte: para cada indicador identificado pelo respetivo número foi indicado o número de planos setoriais com um ponto.

Quadro 20 - Avaliação dos Planos para a igualdade nas empresas²⁶

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Soma
9	10	8	8	5	11	11	62

²⁶ Plano IG

Instituição Financeira para o Desenvolvimento, S.A. (IFD), 2016

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, 2016

STCP, Plano de Igualdade, 2017

CTT – Correios de Portugal, S.A. - Sociedade Aberta, Plano de Ação para a Igualdade de Género (PAIG), 2017

SPGM, Sociedade de Investimentos, SA, 2017, Plano de Igualdade de Género

II Plano para a Igualdade do Ministério da Justiça, 2015-17

Ministério da Agricultura e do Mar, 2014, Plano para a Igualdade de Género, 2014-27

Ministério da Saúde, 2015, II Plano para a Igualdade do MS (II PIMS): 2014-17

Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, Plano de Ação para a Igualdade do MESS: 2014-17

Ministério das Finanças, 2015, Plano para a Igualdade de Género: 2014-17

Ministério da Administração Interna, 2015, Plano para a Igualdade de Género: 2014-17

Ministério da Economia, 2014, Plano de Ação para a Igualdade do Ministério da Economia

Ministério da Educação e Ciência, 2015, II Plano de Ação Setorial para a Igualdade: Género, Cidadania e não-discriminação, 2014-17

MAOTE, 2015, Plano Setorial do MAOTE para a Igualdade de Género 2014-17

MNE, 2015, II Plano de Ação Setorial de Igualdade do MNE 2014-17

PCM, II Plano de Ação Setorial para a Igualdade: Género, Cidadania e não-discriminação, 2014-17

Ministério da Cultura, V Plano Nacional de Igualdade de Género, Cidadania e NãoDiscriminação (2014-2017)

69,2%	76,9%	61,5%	61,5%	38,5%	84,6%	84,6%	68,1%
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

No conjunto, dois terços dos planos para a igualdade analisados parecem concorrer, de forma genérica, para os indicadores identificados, sendo que o indicador menos frequente foi o do horário flexível. Por outro lado, verificou-se que, do universo analisado, apenas uma empresa apresentou o relatório das remunerações por sexo, pelo que se desconhece o grau de cumprimento da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, dirigida às empresas do setor empresarial do Estado.

AE4 - Orientação Sexual e Identidade de Género

Esta AE, composta por 5 medidas, apresenta uma taxa de execução de 80%, sendo considerada, por isso, “maioritariamente executada”, conforme resulta do quadro seguinte.

Das 5 medidas destacam-se as medidas 50 e 52 com informação que vai ao encontro dos indicadores fixados, relevando, nos dados de execução da medida 50, o conjunto de ações desenvolvidas e o número de participantes envolvidos/as, pelo que se considera ter sido atingida uma taxa de execução de 100%. No entanto, importa sublinhar que esta taxa se situa apenas ao nível da execução física da medida (n.º de ações e n.º de participantes), já que os indicadores previstos no Plano não acautelaram forma de responder ao objetivo expressamente previsto de aumentar a “*sensibilidade* da população para o imperativo da não-discriminação”, uma vez que não incluem instrumentos que permitam aferir esse “aumento.”

Em relação à medida 51, deve-se referir a ausência de dados no Relatório Intercalar de Execução do Plano referente ao ano de 2014 e, em relação à medida 53, o facto de o reporte da execução se limitar a referir a participação num grupo de trabalho da Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) para o combate aos crimes de ódio – sendo, por isso, considerada “parcialmente executada”.

Em síntese, as medidas mais executadas desta AE dizem respeito a ações de sensibilização, quer para a população em geral, quer para profissionais e especialistas (ainda que sem especificação) para a não-discriminação em função da orientação sexual e identidade de género. Por outro lado, a medida menos executada prende-se com a elaboração de um estudo sobre crimes de ódio, motivados por questões de orientação sexual e identidade de género. De notar, aliás à semelhança da análise de AE anterior, como as medidas aqui previstas se situaram quase exclusivamente ao nível da sensibilização, sem acautelar uma intervenção mais específica e direcionada, quer em termos de áreas de intervenção (e.g., educação, saúde, mercado de trabalho) e de públicos-alvo, o que frustra o potencial transformador do Plano em si, em matéria de não discriminação em razão da orientação sexual e identidade de género, e se reflete na própria forma difusa como a execução destas medidas foi conseguida.

Quadro 21 - Avaliação de Medidas da AE4 do V PNI

Medida	Avaliação
50) Sensibilizar a população para a não-discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.	100%
51) Realizar campanhas de sensibilização contra a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.	75%
52) Sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género.	75%
53) Promover a elaboração de um estudo sobre crimes de ódio motivados por questões de orientação sexual e identidade de género.	50%
54) Implementar e monitorizar a aplicação das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.	75%
Media valor	80%

AE5 - Organizações Não-Governamentais

Esta AE é composta por 3 medidas, apresentando uma taxa de execução global média de 92%, sendo, por isso, considerada “totalmente executada.” Contudo, não foi possível aceder a dados quantitativos referentes ao número de ações desenvolvidas, o que justifica a taxa de execução da medida 55 de 75%, sendo, por isso, considerada como “bastante executada”.

Quadro 22 - Avaliação de Medidas da AE5 do V PNI

Medida	Avaliação
55) Apoiar as ONG na realização de projetos e de ações de formação específicas que promovam a igualdade de género, a cidadania e a não- -discriminação.	75%
56) Cooperar com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não- -discriminação.	100%
57) Promover a utilização de materiais produzidos no âmbito de projetos desenvolvidos pelas ONG, promotores de igualdade de género.	100%
Media valor	92%

AE6 - Comunicação Social

Esta AE, composta por 4 medidas, apresentou uma taxa de execução global média de 94%, sendo, por isso, considerada “totalmente executada.”

Desagregando por medida, é de realçar que a implementação da medida 59 se situa ao nível da execução parcial (uma vez que não houve o que se possa dizer ser uma “monitorização permanente e sistemática dos conteúdos mediáticos, ainda que seja referida que estão a ser desenvolvidos os relatórios previstos no Plano), tendo as medidas 58, 60 e 61 sido totalmente executadas. Quanto à medida 60, o reporte indica que “a partir de 2015 foram pedidos contributos à CIG para temas e conteúdos para o magazine Sociedade Civil”; contudo, importaria perceber que tipo de monitorização foi efetuado desta articulação

Quadro 23 - Avaliação de Medidas da AE6 do V PNI

Medida	Avaliação
58) Sensibilizar os/as profissionais e estudantes de ciências da comunicação para a importância da produção de conteúdos mediáticos sobre o tema da igualdade de género e não -discriminação.	100%
59) Monitorizar, de forma permanente e sistemática, os conteúdos mediáticos (jornalísticos e publicitários) identificando mensagens sexistas e estereotipadas.	75%
60) Criar, em parceria com empresas de comunicação social, o conteúdo de um programa televisivo sobre igualdade de género e não -discriminação.	100%
61) Celebrar protocolos com instituições de ensino superior que ministram cursos de ciências da comunicação e de jornalismo.	100%
Media valor	94%

AE7 - Cooperação

Esta área integra 9 medidas agrupadas em 2 subáreas, apresentando uma taxa de execução global média de 92%, sendo considerada, por isso, “totalmente executada.”

Todas as medidas desta área foram tidas como totalmente executadas (62, 63, 64, 65, 67, 68, 69 e 70), à exceção da medida 66. É de registar a abrangência do reporte na medida 62 ao longo dos relatórios intercalares de execução, que contrasta, positivamente, com o carácter genérico na forma como muitas ações de execução são descritas, permitindo, agora, destacar a representação/participação de Portugal junto de múltiplas instâncias nacionais e internacionais. Por outro lado, quanto à medida 65, é também de notar que, ao longo dos quatro anos de vigência do Plano, o reporte é feito a um único protocolo de cooperação (Protocolo de Cooperação assinado entre Portugal e Timor-Leste), o que denota uma área com dinamismo reduzido.

Em suma, as medidas desta AE apresentam um elevado nível de execução, com exceção da medida 66, tendo em conta a não realização das reuniões anuais ou produção dos relatórios anuais sobre a implementação da Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género, como previsto no Plano. No entanto, não pode deixar de ser sublinhado o facto de o Relatório Final de Execução reconhecer uma necessidade de melhoria (o desconhecimento generalizado desta Estratégia por parte de vários organismos, que justificou o início de um processo de avaliação), ainda que de forma pouco aprofundada. De facto, esta é uma abordagem que se verifica pouco habitual no exercício de reporte anual da implementação do Plano, mas cuja utilidade não pode deixar de ser referida tendo em vista o aperfeiçoamento contínuo das próprias ações de implementação.

Quadro 24 - Avaliação de Medidas da AE7 do V PNI

Medida	Avaliação
62) Contribuir para a consolidação das políticas de igualdade da União Europeia e das adotadas noutras organizações internacionais	100%
63) Dar a conhecer os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, bem como as orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género.	100%
64) Elaborar o II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança.	100%
65) Estabelecer Protocolos bilaterais de cooperação e programas de intercâmbio profissional no âmbito das políticas de igualdade de género, com países terceiros.	100%
66) Assegurar uma efetiva implementação das orientações constantes da Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género.	25%
67) Consolidar a cooperação com os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa	100%
68) Realizar a transversalização da dimensão da igualdade de género em todas as políticas sectoriais de cooperação para o desenvolvimento.	100%
69) Reforçar a promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.	100%
70) Incluir a dimensão da igualdade de género nas relações com os países de residência e trabalho de nacionais.	100%
Media valor	92%

3.1.2. Perceções baseadas nos Inquéritos

Conforme referido no capítulo anterior sobre metodologia, a taxa de resposta ao inquérito realizado foi de 23,6%, com a seguinte distribuição (devendo-se realçar o peso das respostas da administração local):

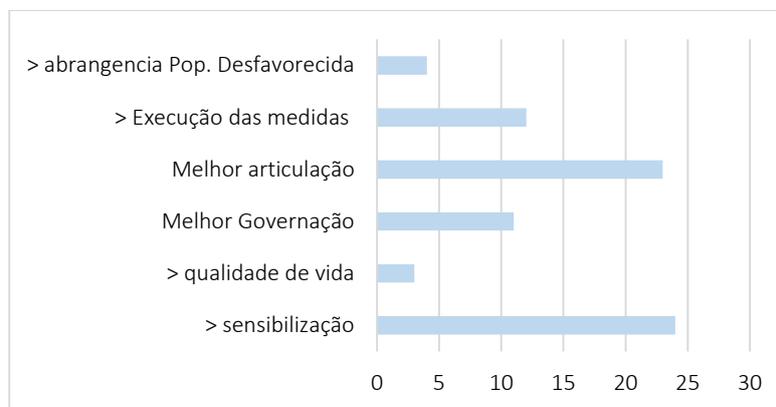
Quadro 25 - Percentagem de entidades respondentes ao Inquérito sobre o V PNI

Área da Entidade	Nº de respondentes V PNI- %
Administração Central	8,5
Administração Local	38,9
Apoio a vítimas	1,7
Cidadania e Igualdade	11,9
Defesa	3,4
Educação	10,2
Finanças	3,4
Formação	1,7
Investigação	1,7
Juventude e Desporto	1,7
Promoção de Direitos Humanos	5,1
Relações laborais	1,7
Saúde	1,7
Outra	8,4
Taxa de resposta	23,6%

Avaliação dos Objetivos Estratégicos e do V PNI

Em termos das respostas ao questionário enviado a entidades responsáveis e executantes das medidas do V PNI destaca-se que os/as respondentes consideraram que os melhores resultados alcançados com a realização das ações se centram na maior sensibilização obtida em relação ao tema da igualdade de género e não discriminação (31,2%) e na melhor articulação entre os vários atores intervenientes nesta temática (cerca de 30%) – representando, em conjunto, mais de 60%.

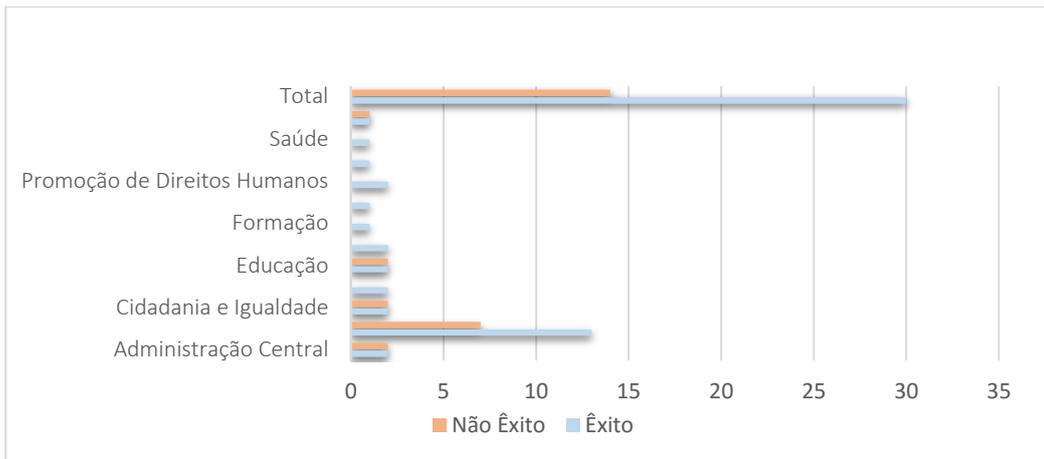
Gráfico 8 - Resultados alcançados



Fonte: Inquérito V PNI

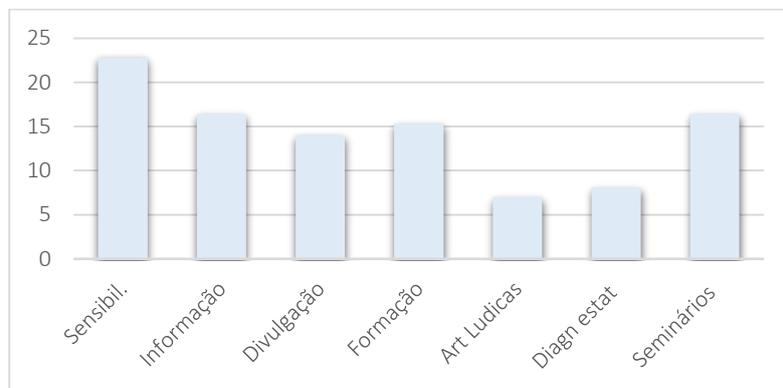
A maioria das entidades considera que os resultados esperados foram positivos, tiveram êxito, e destas destacam-se as entidades da administração local (29,5%); já quanto às ações realizadas, são de destacar as ações de sensibilização (20%), bem como as ações de informação e seminários representando (mais de 15% cada uma).

Gráfico 9 - Resultados esperados por área da entidade



Fonte: Inquérito V PNI

Gráfico 10 - Tipo de ações realizadas (em %)



Fonte: Inquérito V PNI

Quanto à existência de planos para a igualdade nas entidades é de destacar a importância que estes assumem na medida em que, de 68% das entidades que responderam ao inquérito, umas já possuíam esses planos e outras estão a implementá-los, representando os municípios cerca de 38%. Notou-se, no entanto, um desalinhamento dos planos municipais para a igualdade com o VPNI em termos dos objetivos estratégicos.

Relativamente à pergunta sobre a nomeação de conselheiros/as para a igualdade, importa começar por notar que algumas ONG enviaram uma resposta ainda que a pergunta não lhes fosse aplicável; nestes casos, assume-se que a ONG nomeou uma pessoa com funções equivalentes a um/a conselheiro/a para a igualdade, pelo que se incluem os dados respetivos no quadro abaixo.

Numa análise mais detalhada, 58% dos municípios e 27% dos ministérios declararam possuir conselheiros/as. Importa, no entanto, notar que daqui não resulta diretamente a efetiva disponibilidade das entidades para a execução de tarefas relacionadas com os Planos para a Igualdade, o que exigia um estudo com maior profundidade.

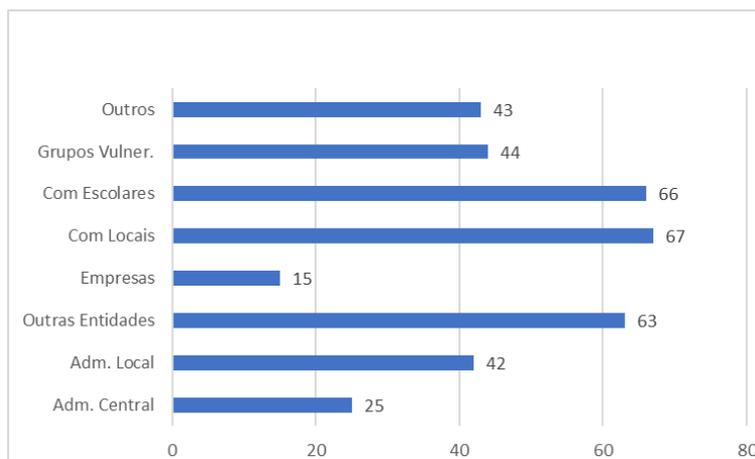
Quadro 26 – Conselheiros/as nomeados/as por Entidades (ou equivalente em ONG)

	Sim	Já existia	Não
Municípios	13	8	1
Ministérios	8	2	0
ONG		3	6
TOTAL	22	14	10

Fonte: Inquérito V PNI

As ações executadas durante o V PNI dirigiram-se fundamentalmente às comunidades locais e às comunidades escolares.

Gráfico 11 - Nº de ações segundo o público-alvo

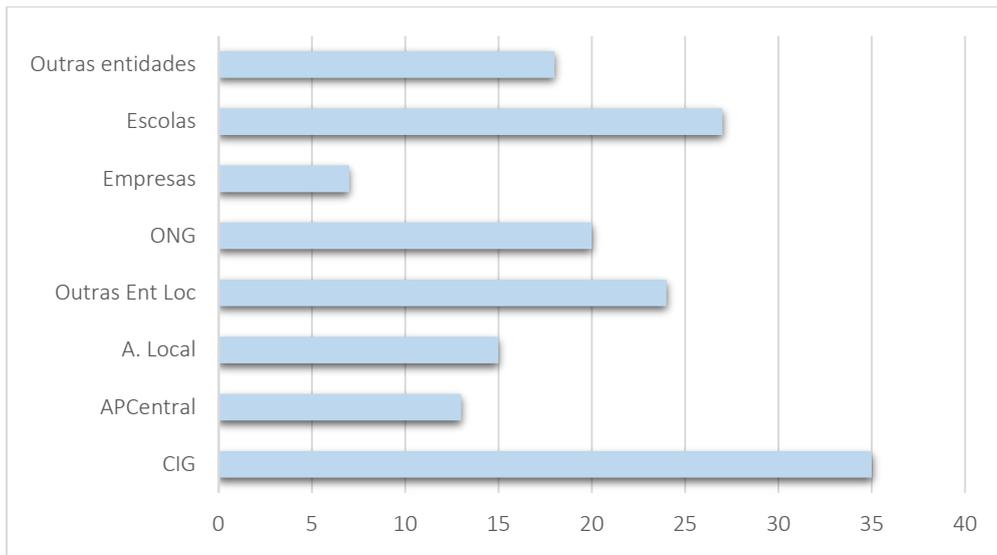


Fonte: Inquérito V PNI

Os dados apurados no domínio das parcerias permitem salientar a CIG, as escolas e outras entidades locais como sendo as entidades que tiveram uma maior intervenção na realização das parcerias. Quanto aos benefícios daqui resultantes, no caso das parcerias com a CIG estes estão relacionados com o apoio à elaboração e implementação de projetos, enquanto que no caso das parcerias com escolas e outras entidades locais os maiores benefícios estão relacionados com a promoção do trabalho em rede²⁷.

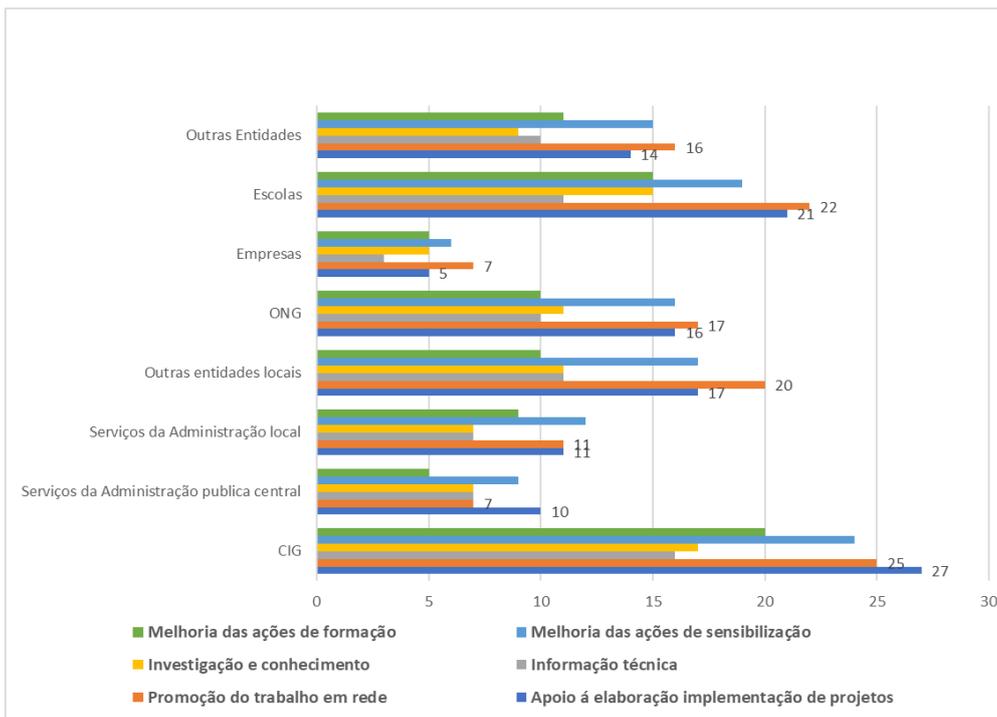
²⁷ Para detalhe ver Anexo VII

Gráfico 12 - Nº de parcerias realizadas com cada uma das entidades



Fonte: Inquérito V PNI

Gráfico 13 – Tipo de benefícios por parceria



Fonte: Inquérito V PNI

A relevância dos objetivos estratégicos é um aspeto que merece destaque, em termos das respostas aos questionários, na medida em que a maioria dos objetivos estratégicos foram considerados relevantes com percentagens acima dos 70% à exceção dos objetivos da AE7²⁸. Consta-se que das respostas aos inquéritos, 91% classificou o V PNI como muito importante.

²⁸ Para mais detalhes ver Anexo VII

Em termos de avaliação dos objetivos estratégicos todos ultrapassam os 80% correspondendo a uma taxa de avaliação classificada como importante.

Quadro 27 - Avaliação das Áreas Estratégicas do V PNI com base nos Inquéritos aplicados

Área Estratégica	Avaliação (%)									
	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	
<i>AE1 Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local</i>	89	90	90	92	91	88				
<i>AE 2 Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas</i>	90	93	91	83	91	94	93	86	92	89
<i>AE3 Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal</i>	92	94	395	91	88					
<i>AE4 Orientação Sexual e Identidade de Género</i>	92	94	94	88						
<i>AE5 Organizações Não-Governamentais</i>	90	90								
<i>AE6 Comunicação Social</i>	91	92	88	93						
<i>AE7 Cooperação</i>	87,5	85	88	88	89					
Avaliação Global	91%	91	91	89	90	91	93	86	92	89

3.1.3. Entrevistas e Focus Group

Após a recolha da informação através das entrevistas e focus group procedeu-se à análise de conteúdo, organizada partindo do discurso dos/as participantes. O esquema interpretativo utilizado foi composto por quatro domínios de análise: a realidade vivida, o suporte concetual, a qualidade dos planos e o desempenho dos atores. Importa aqui dar nota que muitas das questões suscitadas se sobrepõem em termos de enquadramento, sendo, por isso, suscetíveis de ser incluídas em mais do que um dos domínios; contudo, ainda que admitindo esta possibilidade, optou-se por incluir cada questão em apenas um domínio (tido por “predominante”) e evitar sobreposições, por motivos de clareza e organização. Assim, cruzando os quatro domínios com a informação recolhida nas entrevistas individuais bem como nos focus group, foram construídas as seguintes grelhas de análise.

Entrevistas

Realidade social	Suporte Concetual	Qualidade dos planos	Desempenho dos atores
<p>Os/as conselheiros/as são chefiadas, pessoas muito ocupadas e que dão pouca prioridade ao tema; esta temática pode ser considerada prioritária pelos serviços se o objetivo igualdade de género for introduzido nas cartas de missão; esta questão também aponta para a necessidade de rever o estatuto de conselheiro/a para a igualdade;</p> <p>Necessidade de ajustamento da “Rede Social”, regulada pelo Decreto-Lei nº. 115/2006, de 14 de junho, com vista a abranger as problemáticas da igualdade de género, violência doméstica e TSH;</p> <p>Necessidade de desenvolver iniciativas dentro da temática da Igualdade de género, como a criação de Planos para a Igualdade, ao nível dos sindicatos bem como a criação de prémios numa perspetiva de realçar a importância do tema;</p>	<p>Necessidade de explorar melhor o conceito de igualdade de género de modo a facilitar aos atores a implementação dos programas com mais eficácia;</p> <p>Os Planos de igualdade de género, cidadania e não discriminação, violência doméstica, e prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, deveriam dar lugar a legislação e atividades correntes de órgãos de soberania e da administração pública de modo a evitar o risco de prevalecerem atuações laterais em prejuízo da ação estruturante;</p> <p>A CIG e a DGE têm feito muita formação de docentes através da qual os/as mesmos/as ficam motivados/as para o tema, mas não havendo acompanhamento posterior é difícil conhecer o impacto dessa formação e da atuação dos/as professores/as;</p> <p>O tema igualdade deve ter uma abordagem <i>top down</i> para garantir uma maior regulação através de orientações a docentes, que</p>	<p>Devia haver menos medidas no PNI, priorizar algumas delas bem como ligá-las à realidade do território (rural/urbano) e fixar metas necessárias para uma avaliação objetiva (quantitativa e qualitativa);</p> <p>O atual PNI indica muitas entidades como promotoras, mas, nesses casos, não há uma responsabilização clara das entidades pelas medidas;</p> <p>Possibilidade de se passar os planos anteriores para dois planos: por um lado, para a promoção da igualdade de género, cidadania e não discriminação (RCM nº. 103/13, 31 dezembro); por outro lado, mais centrado nas práticas de natureza criminal, as matérias da VDG e do TSH (RCM nºs. 101/13, de 31 de dezembro, e 102/13, da mesma data);</p> <p>As instituições particulares de solidariedade social e a Confederação Portuguesa do Voluntariado deveriam estar representadas</p>	<p>Sem incluir na carta de missão dos/as dirigentes a referência ao objetivo da igualdade de género, muitos dos serviços têm dificuldade em dar prioridade às atividades nessa área;</p> <p>Pouca responsabilização dos atores por medidas atribuídas a muitas entidades como responsáveis e executantes;</p> <p>As medidas integradas nos Planos têm aumentado ao longo dos anos e os serviços responsáveis não têm orçamento próprio para as executar.</p> <p>Necessidade de garantir que os/as profissionais dos diferentes serviços de proximidade envolvidos tenham um perfil adequado – importante existir uma avaliação não só quantitativa, mas qualitativa do atendimento pelos próprios interessados/vítimas;</p>

Relatório de Avaliação Externa

<p>Necessidade de diferenciar a concretização dos Planos para a Igualdade de acordo com o território – e.g., zonas rurais, zonas urbanas;</p> <p>Uma das principais questões das mulheres no mercado de trabalho é a dificuldade de conciliação das atividades familiares com a sua vida profissional pelo que importa garantir flexibilidade do horário de trabalho bem como existência de equipamentos sociais ligados às crianças, jovens e população idosa;</p> <p>Necessidade de capacitar as mulheres para a gestão e liderança – <i>glass ceiling</i> é uma prática detrimental dos direitos das mulheres; é necessária maior transparência nas promoções e gestão de recursos humanos das empresas.</p>	<p>também poderiam explorar os meios e entidades existentes no território local, ligando os conceitos à realidade;</p> <p>A saúde mental não pode estar desligada da problemática da igualdade e da violência, nomeadamente na sua interligação com o trabalho e o género sendo importante reforçar a produção científica nesta área;</p> <p>Criação na área da avaliação de desempenho das carreiras da função pública de grelhas objetivas de avaliação com vista a evitar discriminação das mulheres, nomeadamente na área da educação na qual as mulheres não chegam ao topo;</p> <p>O enfoque na igualdade de género está muito centrado no trabalho a 3 níveis – salário, acesso ao trabalho e conciliação entre vida familiar e trabalho;</p> <p>A educação para a cidadania deve ser considerada como matéria curricular obrigatória devendo contar para a avaliação dos/as alunos/as como as outras matérias, devendo começar o mais cedo possível e ser objeto de avaliação;</p> <p>Necessidade de desenvolver currícula ligados à realidade e ao contexto em que a escola se insere (quer através de visitas aos locais quer através da chamada à escola de entidades);</p> <p>Importância da avaliação dos currícula a nível das escolas com vista ao conhecimento do seu impacto o que implica garantir meios humanos e financeiros às escolas para tal tarefa;</p> <p>Comunicação social como uma das áreas da educação para a cidadania (podendo passar boas práticas), nomeadamente, no combate aos mitos, estereótipos e preconceitos,</p>	<p>no Grupo de Trabalho de Apoio à CIG devido ao seu carácter de serviços de proximidade com grande conhecimento dos problemas reais das famílias e das vítimas;</p> <p>Necessidade de um sistema de informação sobre igualdade de género (dados desagregados por sexo, região, concelho, e grupo etário);</p> <p>Necessidade de diagnósticos atualizados, o que implica atualizar o <i>dossier</i> de género do INE;</p>	<p>Necessidade de começar pela mobilização dos/as dirigentes e responsáveis políticos sobre a prioridade do tema bem como pelo envolvimento dos/as altos/as responsáveis das empresas;</p> <p>O papel das ONG como entidades executoras de medidas é reconhecido nos relatórios de execução.</p>
---	---	---	--

	<p>produtos de uma cultura tradicional que se pretende mudar;</p> <p>Outro problema é o assédio sexual e moral no local de trabalho – uma central sindical está a reunir esforços na preparação de propostas legislativas para alterar o ónus de prova, dada as dificuldades que os trabalhadores enfrentam nestes casos;</p> <p>A comunicação social tem um papel fundamental tal como é demonstrado pelo selo do prémio de igualdade obtido pelas empresas (o prémio teria maior relevo no caso de estar associado a incentivos para(fiscais);</p> <p>A certificação das empresas amigas da família deve ser desenvolvida e, em concertação com a Comunicação Social, expandida. O objetivo da conciliação entre vida familiar e vida profissional é muito importante para as famílias;</p> <p>Necessidade de se estudar a criação em Portugal da figura de Provedor/a para a igualdade na medida em que a Provedora atual está muito sobrecarregado/a com outras matérias.</p>		
--	---	--	--

Focus Group

Realidade social	Suporte Concetual	Qualidade dos planos	Desempenho dos atores
<p>Novas masculinidades em matéria de parentalidade, que indiciam uma nova atitude na vida de casal, sobretudo dos/as mais jovens;</p> <p>Persiste uma tendência para a normalização da desigualdade e existência de estereótipos como associação de cores ao masculino e feminino sem que se compreenda o quadro de implicações que daí podem advir;</p> <p>Quem trabalha com imigrantes em extrema pobreza e nas fronteiras da legalidade surpreende-se com a temática da igualdade de género, no sentido da sua evidente secundarização em quadros de sobrevivência;</p> <p>Dificuldade de quadros e funcionários da Administração Pública em se mobilizarem para a temática da igualdade de género, sendo o tema relativizado nas suas próprias vidas;</p> <p>Persistência de contradições fortes entre valor profissional da mulher e exigência da vida familiar, que impedem progressão na carreira.</p>	<p>Evolução lenta e por tentativas sucessivas de introdução de novas linguagens capazes de exprimir formas de pensar e sentir no domínio da igualdade de género;</p> <p>Imprecisão concetual e escassa abordagem multidisciplinar;</p> <p>Há ações no terreno que ensaiam abordagens de interseccionalidade bem-sucedidas, mas que aparecem como atos isolados, quase experimentalistas;</p> <p>Universalidade do tema gera a impressão que se sabe do assunto e que é fácil ter opinião;</p> <p>Falha de clareza dos conceitos igualdade de género, identidade e sexualidade – cada um por si e na sua articulação;</p> <p>Perigos de posições neutrais, cómodas, mas que não têm em conta as especificidades do feminino e do masculino;</p> <p>Insuficiente abordagem das skills femininas e masculinas em ambiente de trabalho;</p> <p>Pouco aprofundamento histórico dos papéis e dos poderes relativos de homens e mulheres ao longo do tempo;</p> <p>Há estudos feitos, mas que estão subaproveitados, não têm continuidade;</p> <p>Valorização e alargamento de tópicos e de tipos de organização que compõem o modo de abordar esta temática.</p>	<p>Fragilidade do V PNI com conteúdos de valor desigual, registando-se repetição e sobreposição de objetivos e falhas nos processos de monitorização e medição de impacto;</p> <p>Inexistência de indicadores que permitam uma análise contabilística adequada e consequente planeamento financeiro das operações;</p> <p>A fraca qualidade e atualização dos dados recolhidos dificulta a compreensão do desempenho do Plano;</p> <p>Há consenso em torno da ideia de que seria benéfico haver apenas um único Plano Nacional, congregando os três Planos atualmente em vigor;</p> <p>Falhas no acompanhamento e na medição de impacto das ações desenvolvidas nas escolas deixam o Plano algo suspenso no ar;</p> <p>Comunicação insuficiente acerca do próprio Plano diminui a receptividade das ações desenvolvidas;</p> <p>Falta de consenso sobre o relevo, a autonomia, a dar ao tema LGBTI.</p>	<p>Empenho muito baixo de conselheiros/as, sem motivação para a função;</p> <p>Obrigações de produzir relatórios formais e com prazos apertados, que conduz a soluções expeditas de encaixe de conteúdos nas grelhas de avaliação, gerando desconforto dos/as profissionais;</p> <p>A cultura organizacional na Administração Pública evolui lentamente, vingando os comportamentos de acomodação;</p> <p>Participação em formação é alta, mas desconhece-se o impacto no trabalho dos/as formandos/as, que ficam muito dependentes do humor pessoal e das pessoas com quem trabalham para dar plena continuidade ao que começa, com empenho;</p> <p>Há grandes empresas a nível mundial que tomam iniciativas como a UnstereotypeAlliance, potenciando o poder da publicidade;</p> <p>Há autores/as e leitores/as de estudos que se mobilizam na fase inicial da produção e receção de documentos, mas rapidamente o tema cai em esquecimento.</p>

3.1.4. Análise SWOT

Após o processo de tratamento de dados, a equipa de avaliação procedeu a uma análise SWOT, permitindo a análise dos pontos fortes e fracos, assim como de oportunidades e ameaças identificadas. Esta análise reflete diretamente as informações reportadas pelas pessoas entrevistadas durante o processo de avaliação, pelo que se refere mais genericamente às perceções das mesmas não só quanto aos planos em si mas também quanto às áreas de intervenção em causa.

Pontos fortes

Motivação dos/as professores na disseminação dos valores de cidadania, igualdade de género, não-violência e não-discriminação;

Abordagem atual mais abrangente de diferentes domínios inseridos no âmbito da igualdade de género;

O papel da saúde mental na problemática da igualdade de género e da violência;

Existência de equipamentos sociais de apoio a dependentes;

Ações no terreno com abordagens de interseccionalidade bem-sucedidas.

Pontos fracos

Figura do/a conselheiro/a com muitas funções;

Falta de diferenciação dos Planos para zonas rurais e urbanas;

Insuficiente intervenção da comunicação social na educação para a cidadania mais genericamente;

Medidas insuficientes relativas ao assédio sexual e moral no local de trabalho;

Existência de muitas medidas no V PNI, algumas desligadas dos objetivos;

Ausência de representação das IPSS e CVP no GT de apoio à CIG;

Ausência de um adequado sistema de informação estatístico sobre igualdade de género;

Não assunção da responsabilidade na execução das medidas;

Planos setoriais não enquadrados na lógica do V PNI e ausência de orçamentos sensíveis ao género;

Indefinição de conceitos-chave no âmbito da igualdade de género e não-discriminação;

Ausência de mecanismos de avaliação do atendimento em questões de igualdade de género pelos/as interessados/as.

Incumprimento da RCM 18/ 4 de março 2014 sobre o relatório das remunerações por sexo por parte das empresas do setor empresarial do Estado.

Oportunidades

Comportamentos inovadores de casais jovens em matéria de parentalidade;
Aproveitamento das Redes sociais como estruturas de intervenção nos Planos;
Estatuto de conselheiros/as revisto;
Criação de planos para a igualdade para os parceiros sociais;
Adotar um sistema de avaliação de impacto da formação dos/as professores em matéria de igualdade de género;
Abordagem top down do tema da igualdade de género no universo escola;
Garantir o equilíbrio entre as diferentes formas de trabalho;
Flexibilidade de horário de trabalho;
Educação para a cidadania considerada como matéria curricular obrigatória;
Criação da figura de Provedor/a da Igualdade;
Integração dos dados administrativos relativos a atos sociais num sistema de informação estatístico;
Ação de empresas multinacionais que potenciam o poder da comunicação no combate aos estereótipos e não discriminação.

Ameaças

Falta de enquadramento orçamental adequado para a execução das medidas;
Falta de igualdade de oportunidades nas promoções e gestão de recursos humanos das empresas e da Administração Pública;
Existência de estereótipos e débil consciência social acerca da igualdade de género.
Défice de abordagem multidisciplinar nas questões da igualdade;
Aumento das desigualdades sociais;
Condições laborais instáveis;
A lenta progressão da rede de cuidados continuados e paliativos;
Envelhecimento da população sem correspondente resposta social, pressionando cuidadores/as, na sua maioria mulheres, e consequentes desequilíbrios domésticos.

3.1.5. Principais questões referenciadas

Tendo em conta os instrumentos de recolha de dados utilizados na avaliação do V PNI, apresenta-se no quadro seguinte o cruzamento da informação com os 4 domínios do esquema interpretativo (Realidade Vivida; Suporte Concetual; Qualidade dos Planos; e Desempenho dos Atores). Este quadro será complementado por uma síntese que destaca os pontos mais referenciados e cuja avaliação será utilizada no capítulo das conclusões e recomendações.

Quadro 28 - Cruzamento de informação dos instrumentos de avaliação - V PNI

	Plano e Relatórios de Execução	Inquéritos	FG e Entrevistas
Realidade Vivida		<p>Maior sensibilização conseguida em relação ao tema da igualdade de género e não discriminação.</p>	<p>O enfoque da igualdade de género está muito centrado no trabalho a 3 níveis: salário, acesso ao trabalho e conciliação entre a vida pessoal e profissional;</p> <p>Falta de adequação legislativa em termos de igualdade nomeadamente na Rede Social;</p> <p>Falta de instrumentos dos parceiros sociais na temática da igualdade de género;</p> <p>Pouca adequação dos planos para a igualdade às diferenciações territoriais;</p> <p>Perfil pouco adequado dos/as profissionais dos serviços de proximidade;</p> <p>Dificuldades persistentes na conciliação entre a vida pessoal e profissional.</p>
Suporte Concetual	<p>Falta de aproveitamento e divulgação dos estudos realizados;</p> <p>Lacunas de dados, designadamente quantitativos, sobre a execução da maioria das medidas (i.e., desagregação por sexo, domínios de intervenção).</p>		<p>O conceito de igualdade de género necessita de clarificação;</p> <p>Lacunas no currículo escolar relativa às questões da igualdade de género;</p> <p>Assédio sexual e moral no local de trabalho pouco considerado.</p>
Qualidade dos Planos	<p>Algumas medidas sem entidade executante designada;</p> <p>Falta de avaliação do impacto das ações realizadas;</p> <p>Assimetrias entre os objetivos estratégicos, os objetivos, os indicadores e as atividades das medidas;</p> <p>Medidas não integradas nos objetivos estratégicos;</p>	<p>Falta de conhecimento dos impactos e desalinhamento dos planos municipais em termos de objetivos estratégicos;</p> <p>Poucas ações realizadas para grupos vulneráveis;</p> <p>A maioria das atividades realizadas são de sensibilização, informação e seminários;</p> <p>A maioria das ações executadas são dirigidas fundamentalmente às comunidades locais e escolares;</p>	<p>Desconhecimento do impacto da formação dos docentes;</p> <p>Ausência de entidades da esfera social no grupo de trabalho de apoio à CIG;</p> <p>Ausência de metas e de ligação à realidade do território;</p> <p>Fraco suporte estatístico;</p>

	<p>Incoerência entre o reporte de execução das medidas dos relatórios de execução intercalares e o relatório final de execução</p> <p>Atrasos nos relatórios de execução para os planos setoriais para a igualdade dos Ministérios;</p> <p>Ausência de metas;</p> <p>Elevado nº de medidas semelhantes;</p> <p>Elevado nº de entidades executantes sem identificação de responsabilidades;</p> <p>Falta de conhecimento da natureza das ações bem como dos efeitos esperados de acordo com os objetivos;</p> <p>Fraca implementação dos orçamentos sensíveis ao género;</p> <p>Falta de capacitação das mulheres para a liderança;</p> <p>Cartas de missão sem objetivo de promoção da igualdade de género.</p>	<p>Êxito nos resultados esperados com menor significado nas áreas da saúde, relações laborais, juventude e desporto, e formação.</p>	<p>Fraca conhecimento das questões de índole social com efeito na problemática da igualdade de género;</p> <p>Falta de formação para a capacitação das mulheres para a gestão e liderança;</p> <p>Fragilidade orçamental, nomeadamente dos ministérios para a execução dos Planos;</p> <p>Falta de adequação dos/as profissionais dos serviços de proximidade;</p> <p>Fraca sensibilização dos/as dirigentes e responsáveis para o tema da igualdade de género.</p>
<p>Desempenho dos Atores</p>	<p>Papel relevante da administração local;</p> <p>Desconhecimento do grau de cumprimento da RCM 18/2014, de 5 de março, para as empresas do setor empresarial do Estado;</p> <p>Algumas entidades executantes não reportam as atividades realizadas.</p>	<p>Melhor articulação entre os vários atores intervenientes;</p> <p>Êxito da realização das atividades pelas entidades da administração local;</p> <p>Existência de conselheiros/as mas sem garantia de capacidade de intervenção nos planos para a igualdade;</p> <p>Papel reconhecido das parcerias na promoção do trabalho em rede.</p>	<p>Pouca sensibilidade da comunicação social para as questões da igualdade de género;</p> <p>Fraca responsabilização das entidades promotoras na execução das medidas originando um papel de realce das ONG;</p> <p>Estatuto de conselheiro/a pouco adequado à realidade;</p> <p>Papel das ONG pouco reconhecido;</p> <p>Falta de conhecimento do PNI e dos restantes planos por parte do público em geral.</p>

Reportando-nos, em termos globais, ao grau de execução do plano, estabelecido com base na análise dos relatórios intercalares de execução e final, o V PNI atingiu uma taxa de execução na ordem dos 87% o que significa que foi “maioritariamente executado”, registando-se uma variação entre 76,8% para as medidas da AE2 (Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas) e 93,8% para as medidas da AE6 (Comunicação Social). A percentagem de entidades que considerou os objetivos estratégicos muito importantes foi em média de 90,5% – Totalmente importante, variando entre 86,5% para AE7 (Cooperação) e 92% para a AE3 (Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal).

Em termos das respostas ao questionário enviado a entidades responsáveis e executantes das medidas do V PNI, destaca-se que os melhores resultados alcançados com a realização das ações se centram na maior sensibilização obtida em relação ao tema da igualdade de género e não discriminação. Contudo, nas entrevistas foi notada a persistente normalização da desigualdade e perpetuação de estereótipos associados a mulheres e homens, sem que se compreenda plenamente o quadro de implicações que daí podem advir.

Nas ações realizadas segundo as respostas aos inquéritos destacam-se as ações de sensibilização, informação e realização de seminários enquanto nas entrevistas foi dada prioridade ao tema estruturante da educação na área da cidadania e igualdade. Também foi transversalmente destacada a necessidade de melhorar a formação dos/as profissionais ligados/as a esta temática. É fundamental que a educação para a cidadania seja considerada como matéria curricular obrigatória devendo contar para a avaliação dos/as alunos/as a par das outras matérias, devendo começar o mais cedo possível. A capacitação das mulheres para as lideranças foi considerada, quer nos relatórios de execução, quer nas entrevistas/focus group como uma área a melhorar.

De referir que 68% das entidades que responderam ao inquérito possuíam planos para a igualdade ou estavam a implementá-los; mas, para além da existência dos planos, foi referido em todos os instrumentos de recolha de dados a necessidade de, por um lado, se estabelecerem metas e, por outro, de se conhecerem os impactos das várias medidas.

Relativamente à nomeação de conselheiros/as para a igualdade, em termos globais e quantitativos, verifica-se que muitos dos municípios respondentes nomearam conselheiros/as, sendo, no entanto, de ressaltar a questão que daí não resulta uma disponibilidade efetiva para a execução das tarefas relacionadas com os planos para a igualdade, questão suscitada nas entrevistas e Focus Groups.

Por outro lado, o V PNI indica muitas entidades como responsáveis e promotoras, não havendo uma racionalização quanto à responsabilização pela execução das medidas.

De destacar ainda o desconhecimento do V PNI pelo público em geral. Importaria desenvolver uma ação ampla e concertada com atores estratégicos na área da comunicação visando desconstrução de estereótipos e a mudança de comportamentos, atitudes e práticas, alinhada com as medidas de política pública nesta área e respetivas áreas de intervenção.

3.2. V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

O V PNCVDG está alinhado com a Convenção de Istambul e assume-se como uma mudança de paradigma nas políticas públicas nacionais de combate a todas as formas de violação de género, incluindo a violência doméstica, visando garantir que mulheres e homens, independentemente do seu sexo, origem étnica, idade, condição socioeconómica, deficiência, religião, orientação sexual ou identidade de género possam aspirar, em igualdade, a viver numa sociedade livre de violência e de discriminação. De acordo com o V PNCVDG, para o período 2014-2017, encontravam-se definidas as seguintes cinco Áreas Estratégicas:

- AE1 - Prevenir, Sensibilizar e Estruturar.
- AE2 - Proteger as vítimas e promover a sua integração.
- AE3 - Intervir junto de agressores/as.
- AE4 - Formar e qualificar profissionais.
- AE5 - Investigar e monitorizar.

A cada uma destas áreas estratégicas correspondiam vários objetivos estratégicos que se podem sintetizar do seguinte modo:

	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5
AE1	Prevenir a violência doméstica e de género	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre violência doméstica e de género	Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das ações	Promovendo a eliminação de práticas tradicionais nocivas, em particular a mutilação genital feminina	
AE 2	Prevenir a revitimização	Ampliar as medidas de proteção às vítimas	Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento das vítimas	Promover intervenções específicas junto das vítimas particularmente vulneráveis assim como a capacitação e a autonomização das vítimas	Promover a capacitação e a autonomização das vítimas.
AE3	Prevenir a reincidência em crimes de violência doméstica	Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual	Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(as)		
AE4	Intensificar a formação de profissionais	Criar e implementar referências de formação orientados para a intervenção em públicos particularmente vulneráveis			
AE5	Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação	Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em matéria de violência doméstica e de género, e atualizar informação essencial á determinação da intensidade do fenómeno	Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como da gestão da rede de apoio às vítimas		

3.2.1. Avaliação do Plano e da respetiva Execução

Conforme apresentado no quadro metodológico, foram utilizados na avaliação do V PNCVDG os seguintes grupos de instrumentos de avaliação: Planos, Relatórios de Execução, Inquéritos, Entrevistas e *Focus Groups*.

Em relação ao V PNCVDG, importa notar a existência de alguns aspetos, relacionados com a própria formulação do Plano, bem como com os Relatórios de execução, que condicionaram a avaliação. Em termos gerais, os aspetos identificados no V PNI (páginas 50 a 52) são reproduzíveis para este Plano, pelo que, neste contexto, apenas se destacam os seguintes:

- O número de medidas existentes é elevado verificando-se em alguns casos similitude e sobreposição substantiva entre as mesmas.
- Os objetivos estratégicos definidos para cada AE nem sempre têm correspondência nos objetivos definidos para cada medida.
- Os indicadores apresentados nem sempre coincidem com os objetivos ou os objetivos estratégicos.
- A ausência de metas impede uma avaliação mais exata.

Já quanto à execução das medidas tal como reportada nos Relatórios de Execução, a avaliação permitiu notar o seguinte:

- A discrepância entre o descritivo da execução e as medidas e respetivos objetivos a que essa execução pretende dar resposta e, sobretudo, a apresentação de dados que não dão resposta aos indicadores definidos no Plano ainda que possam contribuir para a prossecução do objetivo mais genericamente.
- A falta de apresentação de dados que permitam calcular o cumprimento dos indicadores ou avaliar o grau de execução da maioria das medidas de uma forma exata.
- A necessidade de uniformizar a forma de apresentar a informação sobre a execução das medidas, que parece resultar da correspondente necessidade de uniformizar o reporte por parte das diferentes entidades.

Avaliação da execução do V PNCVDG e Áreas Estratégicas com base dos Relatórios de Execução

Conforme já referido, a análise e a avaliação da execução das Medidas e Áreas Estratégicas do Plano foi feita com base nos relatórios intercalares e final de execução. De acordo com a metodologia definida, os resultados alcançados foram os seguintes:

Quadro 29 - Avaliação da execução do V PNCVDG e das Medidas e Áreas Estratégicas com base dos Relatórios de Execução

Area estrategica	Avaliação %
AE1 - Prevenir. Sensibilizar. Educar	89
AE2 - Proteger as vítimas e promover a sua integração	79
AE3 - Intervir junto dos agressores(as)	96
AE4 - Formar e qualificar profissionais	85
AE5 - Investigar e monitorizar	54
Avaliação Global	81

O V PNCVDG atingiu uma taxa de execução de 81%, a qual resultou da execução das diferentes áreas estratégicas, sendo considerado que o Plano foi “maioritariamente executado”, registando-se uma variação entre 79% de taxa de execução estimada para a AE2 (proteger as vítimas e promover a sua integração) - maioritariamente executada - e 96% da taxa de execução de AE3 (Intervir junto dos agressores(as)) – totalmente executada.

Avaliação das Medidas por Área Estratégica

Na medida em que o Plano se desenvolve por áreas estratégicas, cada uma integrando determinadas medidas, apresenta-se de seguida uma análise e uma avaliação da execução das medidas de acordo com as respetivas áreas estratégicas:

AE1 - Prevenir, Sensibilizar e Educar

A taxa de execução média das medidas foi de 79%, ou seja, esta AE foi maioritariamente executada.

Em termos de medidas, considera-se que, das 17 medidas existentes, 8 têm execução de 100%, ou seja, foram totalmente executadas, tendo os respetivos objetivos sido atingidos. Existem, contudo, medidas menos conseguidas em termos de execução, nomeadamente as medidas 9, 10, 13, 15.

Numa análise mais pormenorizada de cada medida/conjunto de medidas, é de notar o seguinte:

Em termos gerais, muitas das entidades tidas como executantes não participam, muitas vezes, na execução das medidas; e a informação necessária à construção dos indicadores definidos não se encontra estandardizada ou não existe. Por outro lado, é de destacar a muito elevada participação em ações de sensibilização, nomeadamente quando se verificam iniciativas da PSP e GNR.

No que se refere à execução da medida 1, foram realizadas muitas ações com elevado número de participantes (campanhas através da TV, Rádio e Imprensa), sendo de referir o número de inserções de *spots* de TV e de Rádio. Contudo, entre 2014 e 2016, não existem relatórios sobre o estudo de impacto da medida, relacionando-se esta situação com o facto de no Plano não existirem metas nem indicadores qualitativos.

Na medida 2 é de salientar o papel das ONG e da CIG na realização de seminários; porém, é de notar a não intervenção das universidades. Por outro lado, não existiram intervenções sobre as novas formas de VDG ligadas às novas tecnologias.

Sobre a intervenção dos municípios (medida 3), verifica-se uma dinâmica assinalável no papel dos mesmos na prevenção e combate à VDG, com novos planos municipais, ações de formação, workshops, etc.

As medidas 4, 5 e 6 centram-se essencialmente no universo escolar devendo salientar-se, por um lado, o papel da GNR e PSP nas ações de sensibilização abrangendo números significativos de escolas e jovens. Já o papel do Ministério da Educação poderia ter sido mais relevante no domínio da sensibilização, da formação e da elaboração e divulgação de manuais.

Sendo a violência no namoro uma área preocupante, são valiosas as ações realizadas e a dimensão das mesmas, considerando-se, contudo, existir uma fraca cobertura nacional dessas ações (medida 7); de notar que

as bolsas de animadores/as jovens ainda não assumem um caráter permanente e não existe um âmbito de intervenção mais alargado.

No que respeita às medidas 8 e 11 referentes à violência sobre as pessoas idosas, destaca-se o papel da GNR e PSP assim como de uma ONG, mas uma fraca intervenção de outros ministérios nomeadamente do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social.

Na medida 9 relativa a ações de sensibilização sobre violência doméstica e de género dirigidas a imigrantes e à comunidade cigana, participaram ONG, CIG e ACM; contudo, só uma Câmara Municipal teve intervenção.

Em relação à vulnerabilidade de mulheres especialmente em meio rural, não foram identificadas quaisquer ações.

As medidas 12 e 13 respeitam a intervenções no universo empresarial, através da elaboração e divulgação de um guião de boas práticas empresariais no combate à VDG. Parece-nos terem tido uma boa execução, não se conhecendo, contudo, o número de empresas que participaram nas ações e não existindo empresas distinguidas com os prémios instituídos.

Algumas das medidas integradas na AE1 não tiveram execução como é o caso das medidas 15 e 16. Neste ponto, é de destacar a importância que tem a divulgação do SIVVD (medida 15) que não teve, contudo, concretização.

Sobre a medida 17 respeitante ao desenvolvimento de unidades curriculares em cursos de formação pré-graduada e pós-graduada, não obstante a realização de algumas ações, considera-se que os resultados estão muito aquém do objetivo pretendido.

Em síntese, na AE1 as medidas menos executadas são as medidas que envolvem atribuição de prémios, divulgação de boas práticas empresariais, divulgação de notícias e do SIVVD, e a integração da matéria VDVG e maus tratos nos currícula dos cursos do ensino superior. O conhecimento especializado de futuros profissionais e jovens adultos/as em geral continua ainda por se concretizar uma vez que estes conteúdos programáticos continuam a não integrar os currícula dos cursos universitários.

Quadro 30 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 1 do V PNCVDG

Medida	Avaliação
1) Realizar campanhas nacionais contra todas as formas de violência abrangidas pela Convenção de Istambul	100%
2) Realizar seminários/conferências sobre a temática da violência doméstica e de género incluindo o assédio sexual, e novas formas de violência inclusive o stalking e a violência praticada através das novas tecnologias	100%
3) Intensificar o papel dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica e de género, com enfoque no papel das redes locais e regionais.	100%
4) Realizar ações de sensibilização e de informação particularmente dirigidas à comunidade educativa sobre a violência doméstica e de género, abordando em especial os temas do bullying, da violência exercida através de novas tecnologias e da violência no namoro.	100%
5) Elaborar e divulgar guiões e outros materiais informativos e pedagógicos dirigidos à comunidade educativa.	100%
6) Promover ações de prevenção das diversas manifestações de violência e de eliminação das situações de exclusão, em meio escolar.	100%

7) Dinamizar bolsas locais de animadores(as) juvenis, constituídas por voluntários(as), visando a prevenção na violência no namoro.	100%
8) Realizar ações de sensibilização contra a violência exercida sobre pessoas idosas.	100%
9) Realizar ações de sensibilização sobre violência doméstica e de género dirigidas a imigrantes e à comunidade cigana	50%
10) Realizar ações de sensibilização sobre violência entre pessoas LGBT, no âmbito de relações de intimidade.	50%
11) Promover e monitorizar ações de sensibilização e aconselhamento realizadas pelas forças de segurança, dirigidas às pessoas idosas enquanto potenciais vítimas de crime, nomeadamente no que se refere à prevenção de burlas e outros tipos de crime, com particular atenção à vulnerabilidade das mulheres, designadamente as residentes em meio rural	75%
12) Elaborar e divulgar um guião de boas práticas para a prevenção e combate à violência doméstica e de género, destinado a empresas	100%
13) Distinguir e divulgar boas práticas empresariais no combate à violência doméstica e de género, no âmbito do Prémio Igualdade é Qualidade.	50%
14) Atribuir o prémio nacional VIDArte — A Arte contra a Violência Doméstica aos melhores trabalhos artísticos sobre violência doméstica e de género, em áreas como literatura, teatro e cinema	75%
15) Divulgar o Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD), em simultâneo com a divulgação de notícias sobre violência doméstica e de género na comunicação social.	25%
16) Incentivar a integração de conteúdos disciplinares sobre violência doméstica e de género nos currícula académicos dos ciclos de estudo de ciências sociais e humanas	25%
17) Desenvolver nas unidades curriculares de cursos de formação pré-graduada e pós-graduada para estudantes Universitários a área da violência doméstica e maus tratos.	50%
Media valor	70%

AE2 - Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração

As medidas desta AE apresentam uma taxa de execução média de 80%, ou seja, foi a mesma totalmente executada; entre as 18 medidas, verifica-se que as medidas (21, 25, 26, 32 e 33) são consideradas totalmente executadas enquanto as medidas 28, 29 e 31 são tidas como parcialmente executadas.

De notar que, quando é feita referência a formação diversa, seria importante desagregar informação, nomeadamente para perceber a falta de formação de certos públicos-alvo, de forma sistemática.

Em relação ao cumprimento da medida 23, onde é referida a sistematização de procedimentos pelo ISS da rede nacional, seria importante aferir da existência de indicadores de implementação da medida (implementação dos requisitos mínimos). O mesmo acontece com a medida 25 e a 26, cujos indicadores e objetivos estão amalgamados.

Na medida 27 não há uma correspondência entre o indicador e a medida: relativamente à reestruturação do SIVVD nos termos previstos na Convenção de Istambul, não existe informação sobre, entre outras, a inclusão dos vários tipos de violência nesta medida de acordo com as indicações da Convenção. Também assim, a informação sobre o âmbito dessa reestruturação é escassa, sendo que teria sido importante perceber se essa reestruturação vai além da formação reportada. Ainda que tenha sido dada como cumprida em 2016 nos relatórios de execução do V PNCVDG, a medida é mantida no novo plano da ENIND.

Em relação à medida 28, seria relevante perceber o que incluem os protocolos celebrados. Questiona-se aqui a taxa de execução do ponto de vista do conteúdo, uma vez que não basta celebrar o protocolo, mas é preciso explicitar a natureza do mesmo para avaliar a sua capacidade de executar a medida em causa. Pelo que a medida fica a carecer de resposta quanto ao objetivo e quanto ao indicador. Finalmente, importa ainda reiterar, neste

contexto, que, quando a resposta a uma medida é dada através de ações de organizações da sociedade civil, deve a mesma ser acompanhada de explicitação quanto ao respetivo apoio e/ou financiamento público.

Relativamente à medida 31, conclui-se que a medida foi pouco executada uma vez que consistiu no mero levantamento de informação para elaborar folhetos informativos.

Em síntese, as medidas menos executadas foram as que envolvem vítimas particularmente vulneráveis e a distribuição de informação nos serviços locais de segurança social. Por outro lado, as medidas mais executadas, foram as de implementação ao nível da administração local e a intervenção junto das crianças.

Quadro 31 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 2 do V PNCVDG

Medida	Avaliação
19) Desenvolver ações tendentes a garantir/melhorar a articulação entre as intervenções do Ministério Público nas jurisdições criminal, de família e cível, nos casos de violência doméstica.	75%
20) Implementar metodologias de avaliação e gestão de risco a serem utilizadas pela rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.	75%
21) Estabelecer protocolos de atuação para as situações que envolvam crianças e jovens vítimas de violência vicariante entre as respostas que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica e as entidades e respostas que integram o sistema nacional de proteção de crianças e jovens.	75%
22) Consolidar em todo o território nacional a implementação do sistema de proteção por teleassistência.	75%
23) Definir requisitos mínimos de funcionamento das estruturas que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, supervisão e acompanhamento técnico da mesma.	75%
24) Consolidar e alargar o acolhimento de emergência específico para situações de violência doméstica.	75%
25) Ampliar a rede de municípios solidários com as vítimas de violência doméstica.	100%
26) Promover medidas de apoio ao arrendamento para as vítimas de violência doméstica.	100%
27) Reestruturar o SIVVD, nos termos previstos na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica».	75%
28) Garantir a existência de respostas a nível distrital com capacidade para intervir junto de vítimas particularmente vulneráveis designadamente pessoas idosas e pessoas com deficiência.	50%
29) Consolidar e alargar o acesso à formação profissional e integração laboral por parte das vítimas de violência de género/violência doméstica	50%
30) Acompanhar a adequação do ordenamento Jurídico português no seu processo conformação com a «Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica	75%
31) Disponibilizar informação às vítimas de violência doméstica e de género sobre o acesso ao direito, nos serviços locais de Segurança Social.	25%
32) Reforçar a informação sobre violência doméstica e de género junto das comunidades imigrantes, nomeadamente sobre o acesso aos recursos existentes.	100%
33) Desenvolver respostas dirigidas a vítimas de agressões sexuais, no âmbito da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida.	100%
34) Consolidar e avaliar a metodologia de avaliação de risco de revitimação utilizada pelas forças de segurança nos casos de violência doméstica.	100%
35) Aprofundar as abordagens proativas no policiamento dos casos de violência doméstica.	100%
Media valor	80%

AE3 - Intervir junto dos/as agressores/as

De acordo com os relatórios de execução referentes aos anos 2014 a 2016, e o Relatório Final de Execução de 2017, esta área apresenta uma taxa de execução de 96 % o que corresponde a totalmente executada. Apenas uma medida (37) apresenta uma taxa de execução de 75% - “bastante executada”. Esta medida, respeitante à adaptação e implementação do PAVD para aplicação em meio prisional, que até 2016 não tinha sido implementada.

Também é de salientar a medida 40 respeitante à consolidação do processo de avaliação de problemáticas específicas em jovens com processo tutelar educativo, tendo sido aplicados 14 protocolos de avaliação.

Quadro 32 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 3 do V PNCVDG

Medida	Avaliação
36) Consolidar o Programa para Agressores(as) de Violência Doméstica (PAVD) desenvolvido em meio comunitário.	100%
37) Adaptar e implementar o PAVD para aplicação em meio prisional.	75%
38) Consolidar em todo o território nacional a implementação do sistema de vigilância eletrónica a agressores(as) de violência doméstica.	100%
39) Desenvolver e aplicar programas dirigidos à prevenção da violência sexual	100%
40) Consolidar o processo de avaliação de Problemáticas específicas em jovens com processo tutelar educativo: agressores(as) sexuais, comportamento violento e ou de violência doméstica.	100%
41) Desenvolver programas de intervenção para jovens agressores(as).	100%
Media valor	96%

AE4 - Formar e Qualificar Profissionais

Esta área, com 7 medidas, apresenta uma execução global de 86% – “maioritariamente executada”. As medidas 43, 47 e 48 têm uma taxa de execução considerada como totalmente executada enquanto as restantes apresentam uma taxa de execução de “bastante executada”.

Todas as medidas foram executadas através de ações de formação. Porém, no âmbito da medida 42, não foram realizadas ações para profissionais dos centros de emprego, profissionais que trabalham na área de acolhimento e integração de imigrantes, ou profissionais de comunicação social. De salientar, ainda, o número de participantes nas ações de formação, nomeadamente as que envolvem a GNR e a PSP. Por outro lado, o número de ações da responsabilidade do Ministério da Educação foi em número reduzido..

Quadro 33 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 4 do V PNCVDG

Medida	Avaliação
42) Ampliar as ações de formação junto de profissionais que intervêm, direta ou indiretamente, na área da violência doméstica e de género: a) Profissionais de saúde; b) Profissionais das equipas técnicas da Segurança Social; c) Profissionais de educação; d) Profissionais da rede nacional de apoio a vítimas; e) Profissionais dos centros de emprego; f) Profissionais que trabalham na área do acolhimento e integração de imigrantes; g) Profissionais de comunicação social; h) Profissionais que trabalham em equipamentos de apoio a pessoas idosas	75%
43) Reforçar a qualificação dos(as) magistrados(as) em matéria de violência doméstica e de género	100%
44) Qualificar o dispositivo operacional da PSP e da GNR	75%
45) Qualificar os(as) profissionais em modelos de intervenção junto de agressores(as)	75%
46) Alargar a formação que habilita para a função de Técnico(a) de Apoio à Vítima a todo o território nacional	75%
47) Qualificar os(as) profissionais para a intervenção especializada junto de crianças sujeitas a vitimação vicariante, nas várias respostas que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica e nas respostas para crianças e jovens em risco.	100%
48) Sensibilizar/formar os(as) profissionais para intervenção junto de pessoas LGBT.	100%
Media valor	86%

AE5 - Investigar e Monitorizar

Em relação a esta AE e objetivos aí definidos, considera-se que, de acordo com a informação disponibilizada nos relatórios de execução, a taxa de execução média das medidas foi de 54% - parcialmente executada.

As medidas 49, 50, 53 foram “bastante executadas” e as medidas 51, 52, 54, 55, foram “parcialmente executadas”.

Integram esta AE medidas que incidiam na recolha de dados estatísticos, criação de instrumentos de monitorização estatística e promoção de estudos. Apesar de, no domínio dos estudos, se ter verificado a execução de acordo com o previsto, notamos que não é explicitada a mais-valia e os efeitos que estes estudos podem ter na política pública.

Quanto à medida 50 referente ao repositório da CIG, seria importante garantir a atualização com todos os materiais produzidos ao abrigo do novo quadro comunitário e que não constam desse repositório. Por sua vez, a informação referida sobre a execução da medida 51 não corresponde ao indicador de execução/objetivos da medida.

O instrumento da medida 53 foi criado; no entanto, não há informação sobre o respetivo aproveitamento para monitorização estatística, nem os dados fornecidos cumprem os indicadores da medida. Em 2015 (ano em que foram identificados 4 casos) é identificada a necessidade de formação de profissionais, visando melhorar a utilização do instrumento.

Relativamente à medida 54 (e 55), verifica-se que existe um instrumento criado desde 2015, mas que não é utilizado até ao fim do Plano, facto que é justificado pela ausência de uma plataforma informática de gestão da rede.

Em suma, podemos concluir que as medidas desta AE carecem de uma visão estratégica de recolha e tratamento de informação de forma coordenada e concertada. Por outro lado, importaria que a criação de instrumentos úteis, como os acima referidos, fosse também acompanhada de uma monitorização que garanta a avaliação da sua implementação, quantitativa e qualitativa.

Quadro 34 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 5 do V PNPCVDG

Medida	Medida
49) Promover estudos específicos sobre a temática da violência doméstica e de género, em estreita articulação com universidades e centros de investigação.	75%
50) Compilar e disseminar uma seleção de materiais produzidos no âmbito dos projetos apoiados pelos fundos estruturais, na área da violência doméstica e de género.	50%
51) Aperfeiçoar a base de dados relativa às comunicações de decisões de atribuição do estatuto de vítima e de decisões finais em processos por prática do crime de violência doméstica.	50%
52) Aferir da satisfação das vítimas de violência doméstica com o atendimento em esquadra/posto das forças de segurança.	25%
53) Adotar um instrumento de registo nos CNAI e CLAII, para recolha de informação do número de casos de violência doméstica, registados nas comunidades imigrantes.	100%
54) Aplicar e monitorizar a utilização da ficha única de registo por parte das estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica.	25%
55) Criar uma plataforma informática nacional de gestão da rede de apoio a vítimas de violência doméstica.	75%
Media valor	54%

3.2.2. Perceções baseadas nos Inquéritos

Conforme anteriormente referido, a taxa de resposta ao inquérito realizado foi de 10,4% (63 respostas) com a seguinte distribuição por entidades:

Quadro 35 - Nº de entidades respondentes organizadas por área de intervenção

Área da Entidade	Nº de respondentes V PNPCVDG (%)
Administração Central	20,6
Administração Local	36,5
Apoio a vítimas	9,5
Cidadania e Igualdade	6,4
Defesa	1,6
Educação	4,7
Imigração	1,6
Justiça	3,2
Promoção de Direitos Humanos	7,9
Relações laborais	1,6
Saúde	6,4
	10,4%

Numa análise das respostas ao questionário, constata-se que 61% das entidades consideram que existiram alterações significativas no âmbito do combate à VDG, com a totalidade das entidades a considerarem que existiu um aumento da consciência social. Contudo, 41,7% indicaram ter existido um aumento dos fatores de risco, e 51,4% indicaram terem aumentado as formas de violência; de salientar também que 30,8% indicaram ter diminuído o número de mortes.

Por outro lado, as entidades que responderam ao inquérito atribuíram relevância às áreas estratégicas, tendo 94,3% das entidades valorizado como muito relevante a AE 1 “Prevenir, sensibilizar e educar”, enquanto

88,6% das entidades consideraram muito relevante a AE 2 “Proteger as vítimas e promover a sua integração”. Menor relevância foi atribuída à intervenção junto das pessoas agressoras e à área “Investigar e monitorizar”.

É importante referir a utilização de parcerias, sendo as mais salientes as estabelecidas pela CIG, ONG e Escolas. Não obstante 66,7% das entidades terem atribuído “muita prioridade” às atividades relacionadas com a VDG, muitas das ações ficaram por executar, nomeadamente por falta de recursos humanos ou por questões financeiras.

De acordo com a metodologia anteriormente apresentada para a avaliação da importância dos planos, a análise efetuada permitiu concluir que o V PNCVDG é tido como bastante importante (89%).

Conforme se pode observar no quadro seguinte, as áreas estratégicas com maior valoração são a AE1, AE2 e AE3 com 90%, 93% e 92% respetivamente – muito importante. A AE4 apresenta menor valoração (79% – importante).

Quadro 36 - Avaliação das Áreas Estratégicas e dos Objetivos Estratégicos do V PNCVDG com base nos inquéritos

	Avaliação da importância (%)					
	Área Estratégica	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5
AE1 - Prevenir. Sensibilizar. Educar	90	90	96	95	94	
AE2 - Proteger as vítimas e promover a sua integração	93	86	95	397	98	90
AE3 - Intervir junto dos agressores(as)	92	91	94	85		
AE4 - Formar e qualificar profissionais	79	87	70			
AE5 - Investigar e monitorizar	88	86	89	88		
AVALIAÇÃO GLOBAL	89	88	89	93	96	90

Em termos de previsão do impacto de cada OE contido nas áreas estratégicas, conforme demonstrado no quadro seguinte com base no inquérito, nenhum OE é considerado como tendo muito impacto. A maioria das entidades (mais de 70%) atribui “algum impacto” designadamente aos objetivos estratégicos “promover programas de integração junto dos jovens” e “ampliar as medidas de proteção às vítimas”. Já os objetivos estratégicos “Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual (69,2% das entidades), “Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em VDG” (66,7% das entidades), “Prevenir a reincidência em crimes de VDG” e “Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas” (61,5% em ambos os objetivos) registam elevadas percentagens de nenhum impacto atribuído.

Quadro 37- Previsão do nível de impacto dos Objetivos Estratégicos do V PNCVDG segundo as Entidades

Objetivo Estratégico	Muito Impacte	Algum Impacte	Nenhum Impacte
Prevenir a VDG	0	42,8	57,2
Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre a VDG	0	58	42
Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das áreas	0	66,7	33,3
Promover a eliminação de práticas tradicionais nocivas, em particular da MGF	0	42,9	57,1
Prevenir a revitimização	0	60	40
Ampliar as medidas de proteção às vítimas	0	73,3	36,7
Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas	0	38,5	61,5
Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis	0	66,6	33,4
Promover a capacitação e a autonomização das vítimas	0	66,6	33,4
Prevenir a reincidência em crimes de VDG	0	38,5	61,5
Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual	0	30,8	69,2
Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(as)	0	77,7	32,3
Intensificar a formação de profissionais	0	56,3	43,7
Criar e implementar referenciais de formação orientados para públicos vulneráveis	0	53,8	46,2
Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento	0	41,2	58,8
Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em VDG	0	33,3	66,7
Criar instr. de monitorização estat. da VDG, bem como de gestão da rede AV	0	41,7	58,3

Avaliação dos Objetivos Estratégicos por Áreas Estratégicas

De acordo com os gráficos 42 a 46, em geral, em todas as áreas estratégicas, os respetivos objetivos estratégicos foram considerados como sendo relevantes ou muito relevantes. As AE1 e 2 apresentam os objetivos estratégicos com maior relevância. Os objetivos estratégicos 3 e 4 na AE 2 destacam-se pela sua relevância, assim como os objetivos estratégicos 2 e 4 na AE1. De salientar que a AE 5 é a única em que a valoração dos objetivos estratégicos como “muito importante” é inferior a 60%.

Gráfico 14 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 1

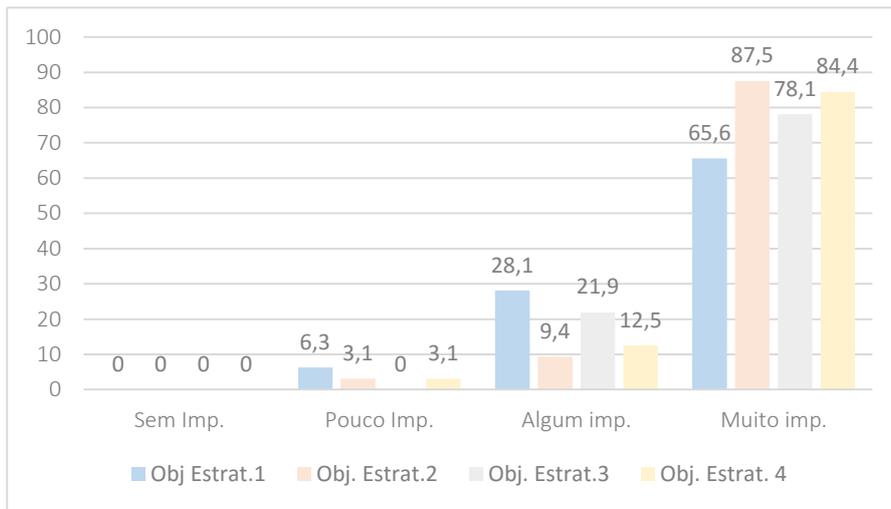


Gráfico 15 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 2

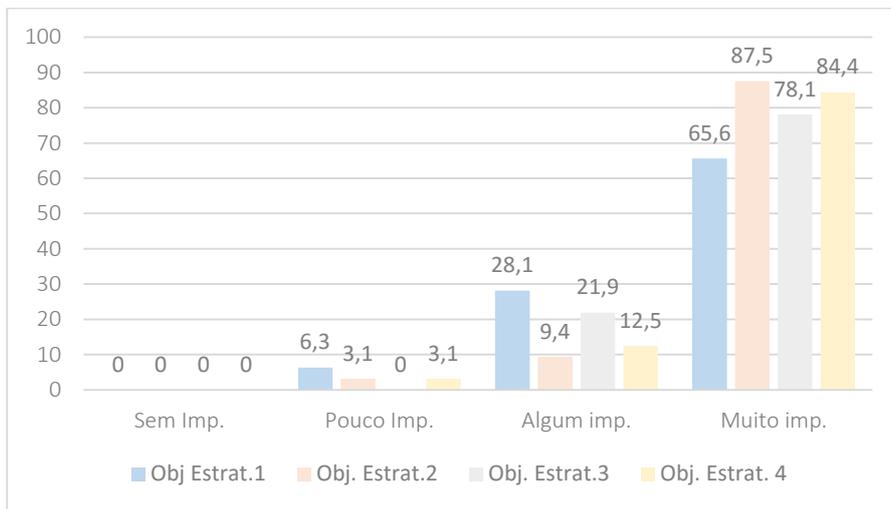


Gráfico 16 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 3

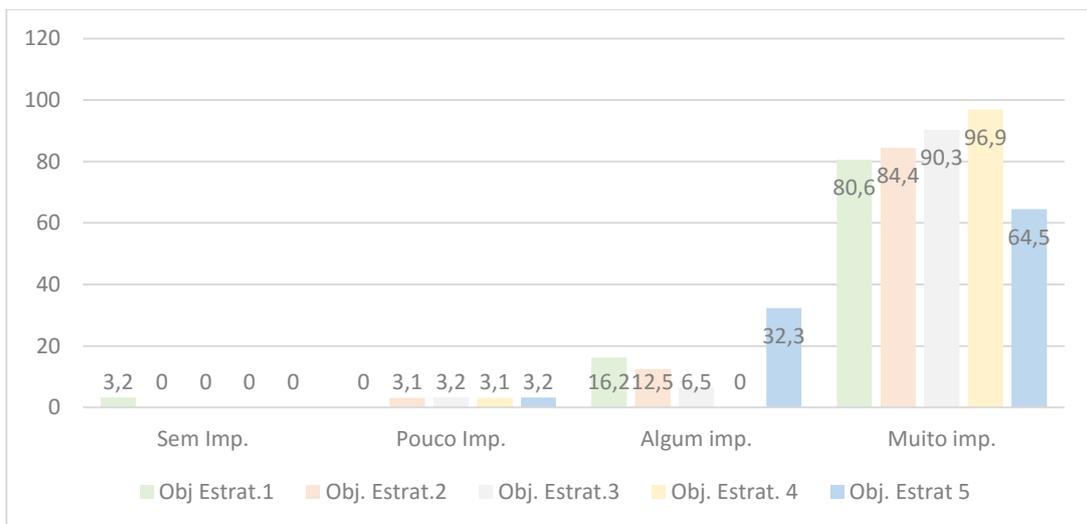


Gráfico 17 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 4

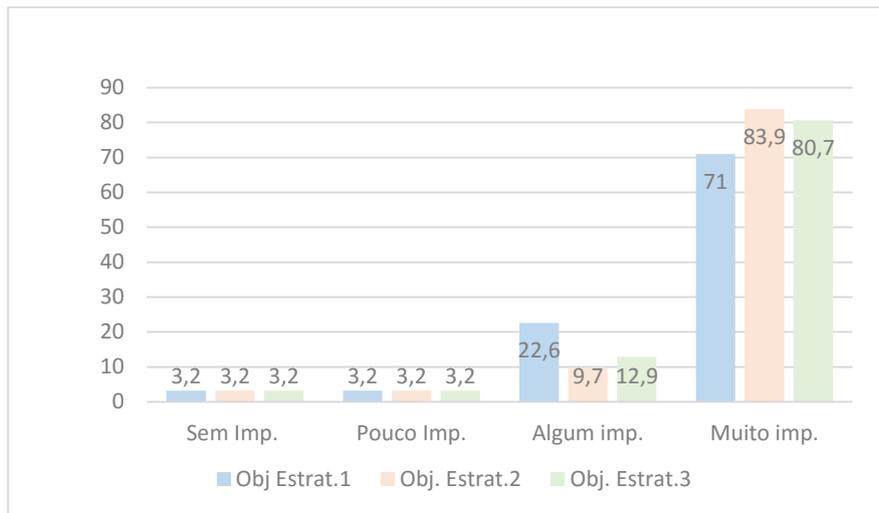
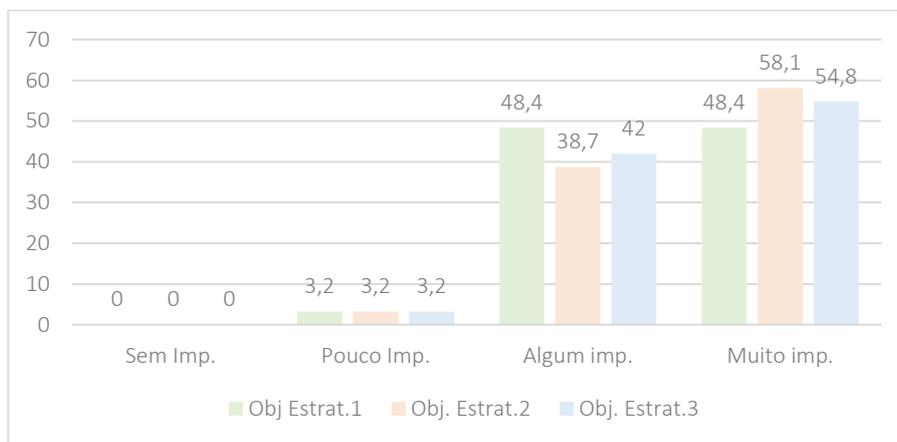
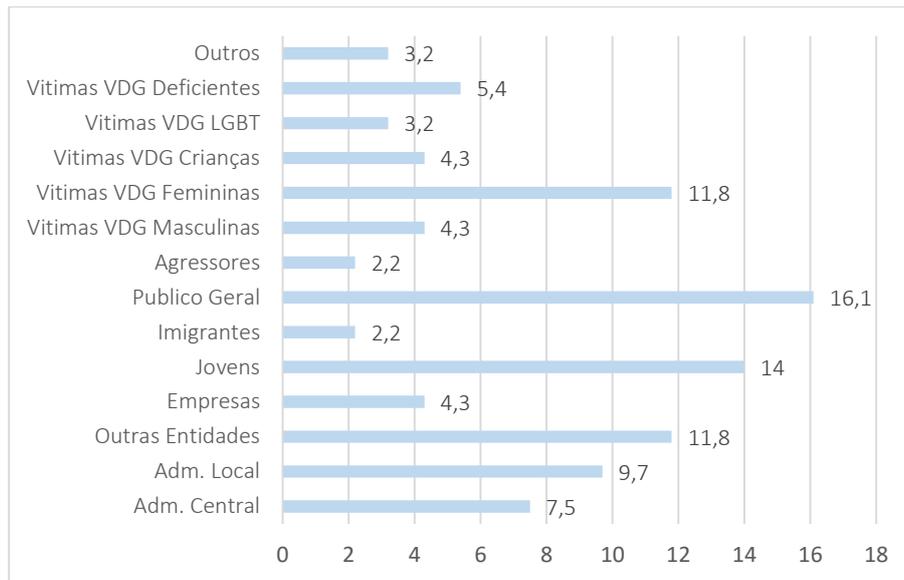


Gráfico 18 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 5



As ações executadas tiveram como alvo, durante o período do Plano, o público em geral, os/as jovens e as mulheres vítimas de VDG sendo os valores mais baixos para os/as migrantes e vítimas LGBT, assim como as pessoas agressoras.

Gráfico 19 - Estrutura da distribuição do público-alvo das ações realizadas

3.2.3. Entrevistas e Focus Group

Após a recolha da informação através das entrevistas e *focus group* procedeu-se à análise de conteúdo, organizada partindo do discurso dos/as participantes. O esquema interpretativo utilizado foi composto por quatro domínios de análise: a realidade vivida, o suporte concetual, a qualidade dos Planos e o desempenho dos atores. Importa aqui dar nota que muitas das questões suscitadas se sobrepõem em termos de enquadramento, sendo, por isso, suscetíveis de ser incluídas em mais do que um dos domínios; contudo, ainda que admitindo esta possibilidade, optou-se por incluir cada questão em apenas um domínio (tido por “predominante”) e evitar sobreposições, por motivos de clareza e organização. Assim, cruzando os quatro domínios com a informação recolhida nas entrevistas individuais bem como nos *focus group*, foram construídas as seguintes grelhas de análise.

Entrevistas

<i>Realidade Vivida</i>	<i>Suporte Concetual</i>	<i>Qualidade dos Planos</i>	<i>Desempenho dos Atores</i>
<p>Morosidade no processo de atribuição de teleassistência, o que aumenta o risco para as vítimas.</p> <p>Boa estruturação da área da administração interna, dispondo de uma ferramenta validada e uniforme de avaliação de risco.</p> <p>É difícil a execução articulada das medidas do Plano, porque estas matérias não são tidas como prioritárias dentro dos vários ministérios.</p> <p>A matriz cultural que sustenta as pessoas agressoras tem de ser combatida através de ações de formação e sensibilização para todos/as os/as intervenientes.</p> <p>A visibilidade das crianças vítimas de VD foi reforçada com a articulação, através de Protocolo, entre o sistema de proteção (criança) e a rede nacional (adulto/a).</p> <p>Insuficiente intervenção junto das crianças ao nível da pedopsiquiatria (vítimas com síndrome de stress pós-traumático, depressões, etc.).</p> <p>Tendo como objetivo a paternidade cuidadora, os serviços de saúde formam os pais a serem mais cuidadores. Quanto mais cuidador e protagonista numa lógica de cuidar, mais dificilmente são pais violentos e cônjuges violentos.</p> <p>A interpenetração dos assuntos permite potenciar o trabalho no terreno.</p> <p>Elevada utilidade e expectativa associada à Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em VD e recomendações.</p>	<p>Emergência de perspetivas interseccionais: nas casas de abrigo cruza a condição de vítima de VDG com a de vítima de exclusão social.</p> <p>Estrutura e mapeamento concetual insuficiente dos conceitos-chave de igualdade de género, identidade de género e orientação sexual.</p> <p>Persistência de estereótipos associados à noção da vítima credível e não credível</p> <p>Taxa de arquivamento das queixas de VD muito elevada (+70% das queixas são arquivadas); o nível de confiança na justiça diminui quando o processo é arquivado.</p> <p>Dados do Ministério da Administração Interna indicam que 80% das vítimas são mulheres (20% homens vítimas).</p> <p>Os órgãos de comunicação social nacional e local têm um papel fundamental no combate aos estereótipos que sustentam a VDG.</p> <p>Sujeição da vítima a um percurso de grande desgaste e exposição ao longo do processo judicial.</p> <p>Necessidade de maior articulação entre os tribunais criminais e de família nos casos de VD.</p> <p>Baixo número de medidas de coação aplicadas às pessoas agressoras.</p> <p>Medidas insuficientes de proteção imediata da vítima aquando da apresentação da queixa.</p> <p>Casos de deteção e/ou suspeita de situações de violência doméstica pelas equipas médicas</p>	<p>Há vários instrumentos de gestão de risco de VD implementados por diferentes entidades.</p> <p>Há uma evolução do rigor do conhecimento da realidade VD e das suas necessidades.</p> <p>A resposta da saúde até há uns anos era de reparação do fenómeno da violência; passou-se de uma perspetiva meramente reparadora para uma lógica preventiva.</p> <p>Nos referenciais internacionais fala-se em violência de género e não doméstica.</p> <p>No contexto de violência doméstica, as crianças passaram a ser consideradas como vítimas, ou “vítimas diretas”, com as suas especificidades.</p> <p>É preciso cortar com o ciclo intergeracional de violência; a educação e saúde têm um papel fundamental.</p> <p>Trabalho de recuperação e de acompanhamento das crianças ao nível da saúde mental deve ser reforçado.</p> <p>É difícil orçamentar as atividades na área da violência no setor da saúde.</p> <p>Ao longo do ciclo de vida, papéis antagónicos coexistem na mesma pessoa (criança em contexto VD, vítima de bullying, agente de cyberbullying, violência no namoro e nas relações de intimidade; violência contra familiares idosos/as vítima de violência na velhice)</p> <p>As pessoas agresoras são integradas nos projetos de regeneração como medida obrigatória. O que contraria a metodologia da intervenção da saúde mental que só trabalha com pessoas que querem a mudança.</p>	<p>A separação dos planos de igualdade e da violência é artificial na prática.</p> <p>Os planos estão coordenados por uma entidade autónoma, o que é positivo porque assegura equidistância.</p> <p>Quantidade excessiva de medidas no plano, criando dificuldades na sua gestão.</p> <p>Há medidas/ações no terreno que não têm visibilidade no Plano.</p> <p>Volatilidade do financiamento das estruturas de atendimento porque dependem de diversas fontes de financiamento.</p> <p>Novos desafios e preocupações subjacentes aos Planos, uma vez que os progressos permitiram identificar lacunas.</p> <p>Criação das condições e oportunidades para uma participação ativa da sociedade civil, integrando as ONG em grupos de trabalho.</p> <p>Ausência de um sistema estatístico sistematizado em matéria de VDG.</p> <p>Faltam indicadores de resultados das ações de formação e conseqüente dificuldade na medição da eficácia das mesmas.</p> <p>Nas ações de formação inicial para os núcleos e para as EPVA há uma transversalidade nas temáticas: igualdade de género, violência doméstica, LGBTI, maus tratos infantis, etc.</p>

dos centros de saúde não têm tido adequada sequência em termos intervenção.

Elevada utilidade dos Grupos de Ajuda Mútua, na recuperação e empoderamento da vítima.

“Normalização” dos comportamentos violentos é geradora do risco de uma menor consciencialização das mulheres/homens do que é ser vítima.

Do total de crianças sinalizadas (cerca de 73 mil) como vítimas de maus tratos, são poucas aquelas que dão lugar a processo-crime (apenas as vítimas de abuso sexual e/ou a violência física muito grave).

A intervenção junto da criança é preferencialmente na família, se possível na família biológica (70% a 80% das medidas são por tradição executadas junto da família).

A revelação da criminalidade oculta parece resultar do aumento no número de participações.

Focus Group

<i>Realidade Vivida</i>	<i>Suporte Concetual</i>	<i>Qualidade dos Planos</i>	<i>Desempenho dos Atores</i>
<p>Disfunção na resposta dos horários de serviços policiais e a ocorrência dos problemas.</p> <p>Fragilidade no alojamento de vítimas: pensões transitórias e casas de emergência.</p> <p>Problema processual na recolha de depoimentos na co-presença da pessoa agressora.</p> <p>Muita diversidade de acontecimentos que não sobem a níveis superiores e podem dificultar a avaliação da situação.</p> <p>As casas de abrigo são ocupadas por mães e por um número elevado de crianças, o que estaria pensado de início.</p> <p>Múltiplas nacionalidades das vítimas com correspondente dificuldade de gestão cultural.</p> <p>Cumplicidade das comunidades envolvidas no encobrir da VD.</p> <p>Estigmatização de pessoas de etnia cigana, com dificuldade de integração em casas de abrigo.</p> <p>Ambiguidade do estatuto das pessoas transsexuais, que impede as vítimas de irem para casas de abrigo femininas.</p>	<p>Fraca incorporação de conhecimentos científicos nas campanhas contra a VD.</p> <p>Pouca fundamentação objetiva, num quadro comunicacional facilmente preenchido pela emoção.</p> <p>Produção científica nacional sobre a matéria é dispersa e insuficiente.</p> <p>Necessidade de melhorar a base teórica da avaliação do risco.</p> <p>Dificuldades na comparabilidade de dados com outros países.</p> <p>Pouco conhecimento sobre interseccionalidade.</p> <p>Boa ligação com o Sistema de Saúde em matéria de avaliação de risco familiar, mas com alguns sinais de retrocesso.</p>	<p>Plano pode beneficiar de metodologia mais forte, orientação estratégica clara e estrutural.</p> <p>Faltam critérios para estabelecer intervenções de qualidade e devidamente priorizadas.</p> <p>Estrutura de financiamento inadequado; financiamento considerado por projetos é limitador.</p> <p>Mais formação para profissionais dedicados/as ao segmento LGBTI.</p> <p>Participação dos municípios no Plano é facultativa e casuística.</p> <p>Existem atividades reais e impactantes que não encaixam no Plano.</p> <p>Enunciado do tempo mínimo de resposta é positivo.</p>	<p>Resposta no terreno a necessidades concretas por parte dos atores mais envolvidos gera medidas úteis contempladas no Plano.</p> <p>A boa vontade e o profissionalismo fazem andar os processos, mas há frequente frustração por desajuste entre práticas e a sua categorização no Plano.</p> <p>Prevalência de procedimentos burocráticos tais como carimbar formulários.</p> <p>Abrandamento das reuniões entre profissionais de diferentes ministérios, o que era saudado como uma prática muito positiva e motivadora do trabalho.</p> <p>Intervenientes pedem mais colaboração com os agentes da Justiça.</p> <p>Fragilidade nos processos de consulta pública.</p>

3.2.4. Análise SWOT

Após o processo de tratamento de dados, a equipa de avaliação procedeu a uma análise SWOT, permitindo a análise dos pontos fortes e fracos, assim como de oportunidades e ameaças identificadas. Esta análise reflete diretamente as informações reportadas pelas pessoas entrevistadas durante o processo de avaliação, pelo que se refere mais genericamente às perceções das mesmas não só quanto aos planos em si mas também quanto às áreas de intervenção em causa.

Pontos Fortes

O papel dos Planos é considerado importante, na medida em que representa compromissos e linhas orientadoras da atuação do Estado nesta matéria;

Instrumentos de avaliação de risco nas consultas no domínio da saúde;

Evolução dos conceitos relativos às crianças sujeitas a violência doméstica;

Boa estruturação da área da administração interna com um grande esforço nesta matéria, dispondo de uma ferramenta validada e uniforme de avaliação de risco;

Intercolaboração de magistrados/as com a CNPDPCJ;

Coordenação dos Planos por uma entidade (CIG) com competências específica e assegurando equidistância dos ministérios;

Implementação de protocolos que articulam as várias entidades intervenientes em VDG;

Elevada utilidade dos Grupos de Ajuda Mútua de apoio às vítimas;

Elevada utilidade associada à equipa de análise retrospectiva de homicídios em VDG.

Pontos Fracos

O funcionamento das casas de abrigo carece de melhoria designadamente ao nível da intervenção junto de crianças, formação de pessoal e da acreditação das infra-estruturas;

Municípios muitas vezes com atuação desenquadrada dos objetivos do Plano;

Profissionais da área da justiça com falta de sensibilização e formação adequada para a VDG;

Dificuldade na forma de orçamentar as verbas alocadas à prevenção e combate da violência doméstica e de género, que permita a informação por setor;

Excesso de medidas no Plano, criando dificuldades na sua gestão;

Abordagem pouco estruturada das diferentes áreas estratégicas do Plano;

Existência de poucas medidas sobre as crianças e outros grupos vulneráveis;

Ausência de um sistema de informação estatística;

Pouca visibilidade dos maus tratos nas crianças;

Fraca articulação com o Plano nacional de saúde mental com vista à recuperação das vítimas (crianças e adultas) e da pessoa agressora de VDG;

Fraca articulação entre os tribunais de família e os tribunais criminais;

Desvalorização/desconhecimento das várias formas de violência, por parte dos/as intervenientes no processo de VDG;

Não obrigatoriedade de formação contínua para os/as profissionais da intervenção em VDG;

Morosidade no processo de atribuição de teleassistência;

	<p>Ausência de estratégia de comunicação para a sensibilização em matéria de VDG;</p> <p>Centralidade de resposta na vítima, quando a causa é a pessoa agressora.</p>
<p>Oportunidades</p> <p>Desenvolvimento da paternidade cuidadora;</p> <p>Visibilidade mediática dos temas dos direitos das mulheres, dos direitos humanos, incluindo os direitos das crianças, e procura de conteúdos positivos pelos media;</p> <p>Importância crescente da saúde mental entre os fatores determinantes que permitem uma vida equilibrada da família;</p> <p>Portugal com uma tipificação do crime de violência doméstica bastante abrangente e completa;</p> <p>Boas práticas internacionais no combate da VD;</p> <p>Facilidade de acesso a informação e recursos sobre VD permite aprofundamento do entendimento e crescente tomada de consciência do conceito VD;</p> <p>Ciclo de violência (situação sucessiva de vítima – agressor/a) ao longo da vida claramente identificado.</p>	<p>Ameaças</p> <p>Banalização do conceito de violência nos seus vários tipos;</p> <p>Invisibilidade do conceito de violência psico-emocional;</p> <p>Fortes laços afetivos vítima-agressor/a;</p> <p>Pressões sociais sobre situações de VDG e constrangimentos culturais (persistência de estereótipos);</p> <p>Dificuldade de alteração do comportamento da pessoa agressora;</p> <p>Permanência dos níveis de desigualdade social;</p> <p>Invisibilidade do fenómeno da VDG em contexto familiar doméstico e privado;</p> <p>Número de participações de VDG é muito inferior ao número real de situações.</p>

3.2.5. Principais questões referenciadas

Tendo em conta os instrumentos de recolha de dados utilizados na avaliação do V PNCVDG, apresenta-se no quadro seguinte o cruzamento da informação com os 4 domínios (Realidade Vivida; Suporte Concetual; Qualidade dos Planos e Desempenho dos Atores). Este quadro será complementado por uma síntese que destaca os pontos mais referenciados e cuja avaliação será utilizada no capítulo das conclusões e recomendações.

V Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica e de Género

	Relatórios de Execução	Inquéritos de Perceção	FG e Entrevistas
Realidade Vivida	Novas formas de VDG ligadas às novas tecnologias	A maioria das entidades consideram não ter existido alterações significativas no combate à VDG, tendo aumentado os fatores de risco e as formas de violência; ainda que a totalidade considere ter havido um aumento da consciência social	<p>O funcionamento das casas de abrigo carece de melhoria designadamente ao nível da intervenção junto de crianças, formação de pessoal e da acreditação das infra-estruturas</p> <p>Nível de confiança na justiça diminuto</p> <p>Faltam medidas de proteção imediata da vítima aquando da apresentação da queixa</p> <p>Problema processual na recolha de depoimentos na co-presença da pessoa agressora e vítima</p> <p>Comunicação social têm um papel pouco pedagógico no combate aos estereótipos que sustentam a VD</p> <p>Casos de deteção e/ou suspeita de situações de violência doméstica pelos vários serviços sem sequência efetiva</p> <p>Risco da normalização dos comportamentos violentos</p> <p>Dificuldade no sucesso da intervenção junto da pessoa agressora como medida obrigatória, nomeadamente em projetos de regeneração ou outros no âmbito da saúde mental.</p> <p>Falta de adequação dos horários dos serviços de apoio</p> <p>Cumplicidade de comunidades envolvidas no encobrir de Violência Doméstica</p> <p>Desvalorização/desconhecimento das várias formas de VD, por parte dos/as intervenientes no processo de VDG</p>
Suporte Conceptual	Ausência de estudos de impacto das ações realizadas		<p>Persistência de estereótipos associados à noção da vítima credível e não credível</p> <p>Instrumentos de gestão de risco de VD implementados por diferentes entidades.</p>

			<p>Pouca intervenção da educação e saúde na interrupção do ciclo intergeracional de violência</p> <p>Pouca intervenção da saúde mental na recuperação e acompanhamento das crianças vítimas de VD</p> <p>Fraca base teórica da avaliação do risco</p> <p>Dificuldades na comparabilidade de dados com outros países.</p> <p>Ausência de um sistema estatístico sistematizado em matéria de VDG.</p> <p>Pouco conhecimento sobre interseccionalidade</p> <p>Produção científica nacional sobre a matéria é dispersa, insuficiente e com pouca aplicabilidade</p>
Qualidade dos Planos	<p>Elevado nº e semelhança das medidas</p> <p>Assimetrias entre os Objetivos Estratégicos, os objetivos, os indicadores e as atividades das medidas</p> <p>Ausência de metas e indicadores</p> <p>Aparente falta de uniformização no reporte das atividades realizadas</p> <p>Indicadores não standardizados ou inexistentes</p> <p>Pertinência das ações realizadas sobre a violência no namoro, com fraca cobertura nacional</p> <p>Ausência de ações sobre vulnerabilidade de mulheres especialmente em meio rural</p> <p>Pouca implementação de medidas realizadas junto das empresas</p>	<p>Falta de recursos humanos, financeiros e materiais para executar as medidas</p> <p>Um número significativo de entidades regista ausência de impacto dos objetivos estratégicos (i.e. “Prevenir a reincidência de crimes de índole sexual”; “Promover estudos que permitam integrar lacunas em conhecimento VDG”; “Prevenir reincidência de crimes VDG”)</p> <p>A área estratégica considerada mais importante é “Prevenir, sensibilizar e educar” e a menos relevante “Intervenção junto dos agressores”</p> <p>As medidas com intervenção junto dos migrantes, LGBTI e pessoas agressoras são as menos executadas</p>	<p>Deficiente visão estratégica e estrutura do plano</p> <p>Dificuldade em orçamentar as atividades na área da violência</p> <p>Abordagem pouco estruturada das diferentes áreas estratégicas do Plano</p> <p>Complexidade no financiamento das atividades da VDG, o que cria dificuldade na sua orçamentação e respetiva governação</p> <p>Municípios muitas vezes com atuação desenquadrada dos objetivos do Plano</p> <p>Formação insuficiente para profissionais VDG</p> <p>Pouca colaboração das grandes empresas, no sentido da proteção de vítimas</p> <p>Área da justiça com falta de sensibilização e formação adequada para a VDG</p> <p>Excesso de medidas no Plano</p> <p>Existência de poucas medidas sobre as crianças e de outros grupos vulneráveis</p>

Relatório de Avaliação Externa

			<p>Ausência de estratégia de comunicação para a sensibilização da VDG</p> <p>Faltam indicadores de resultados das medidas</p>
Desempenho dos Atores	<p>Entidades executantes não participam, muitas vezes, na execução das medidas;</p> <p>Elevado nº de ações de sensibilização da PSP e GNR em escolas</p> <p>Elevada participação de ONG na execução das medidas</p> <p>Ausência de intervenção das universidades</p> <p>Elevada intervenção dos municípios</p> <p>Violência sobre pessoas idosas - relevância do papel PSP e GNR e ausência de intervenção do MTSSS</p> <p>ações de sensibilização sobre VDG dirigidas a imigrantes e à comunidade cigana, com fraca intervenção dos municípios</p>	<p>Considera-se muito importante o trabalho em parcerias. O menor número de parcerias foi realizado pelas empresas e serviços da administração central</p>	<p>Falta de articulação entre os tribunais criminais e de família nos casos de VD</p> <p>Ausência de articulação com o Plano nacional de saúde mental com vista à recuperação das vítimas (crianças e adultos) e da pessoa agressora de VDG</p> <p>Abrandamento das reuniões entre profissionais de diferentes Ministérios e das ONG</p> <p>Falta de formação de pais para uma parentalidade mais cuidadora e consciente</p> <p>Escassa articulação e formação entre o sistema de proteção (criança) e da rede nacional (adulto/a)</p>

61% das entidades que responderam ao questionário consideram que existe um aumento da consciência social sobre a violência doméstica e de gênero. Por outro lado, os/as entrevistados/as indicam que há um enraizamento cultural do papel social dos homens e das mulheres que perpetua a problemática da VDG. Estas características da “realidade vivida” remetem-nos para a importância do conhecimento dos conceitos, designadamente sobre o que é considerado violência doméstica e de gênero, sobre as dinâmicas da pessoa agressora e vítima, o potencial ciclo de violência ao longo da vida (que é possível muitas vezes identificar e que se torna urgente interromper), entre outros. A desconstrução de estereótipos e a eliminação da normalização de comportamentos violentos surge como necessidade premente, sendo o trabalho de prevenção, por isso, central e necessário.

Nas entrevistas é apontada preocupação com um modelo de intervenção ainda um pouco incompleto, porque centrado sobretudo na vítima, sendo por isso necessário englobar a problemática da pessoa agressora. Se, por um lado, a intervenção deve continuar a ser reforçada quer no imediato quer na continuidade de todo o processo junto da vítima (crianças e pessoas adultas) que precisa de apoio, por outro lado, a ação junto da pessoa agressora apresenta ainda muitas dúvidas e dificuldades quanto ao modelo de intervenção e respetiva eficácia.

Os inquéritos salientam a importância das parcerias entre as entidades intervenientes no processo de intervenção. Da mesma forma, os/as entrevistados/as salientaram como muito relevante o compromisso designadamente que os municípios devem assumir num potencial papel de articulação interdisciplinar da intervenção. Destaca-se também o investimento que tem sido feito na formação de profissionais da área da Administração Interna e a implementação de requisitos mínimos de intervenção. O elevado sucesso da taxa de execução reportada nos relatórios de execução não se coaduna com as críticas levantadas nas entrevistas realizadas, onde designadamente, a falta de sensibilização e a normalização da temática do que é considerado violência ou comportamentos abusivos é referida.

De destacar também que, ainda que 66,7% das entidades que responderam ao inquérito tenham atribuído “muita prioridade” às atividades relacionadas com VDG, não as executaram por constrangimentos financeiros ou por falta de recursos humanos. A educação, desde o pré-escolar, é vista como uma medida prioritária na prevenção da violência em geral e da VDG em particular. Por outro lado, o apoio psicológico continuado das vítimas, bem como a articulação com o plano da saúde mental é tido como urgente.

3.3. III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina

Em Portugal, a problemática da mutilação genital feminina (MGF), é abordada no III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina (PAPEMGF), 2014-2017 integrado no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017.

Internacionalmente, a MGF é considerada por vários instrumentos internacionais como sendo uma violação extrema de direitos humanos e uma prática tradicional nefasta assente numa profunda desigualdade entre mulheres e homens, designadamente: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres de 1979, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1981, o Protocolo sobre os Direitos das Mulheres Africanas de 2003, ou a Convenção dos Direitos da Criança de 1981. Mais recentemente, a temática da MGF foi enquadrada pela Convenção de Istambul de 2011, bem como pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) de 1994, pela Conferência de Pequim de 1995 e pela plataforma Cairo+20.

A MGF é definida, em Declaração conjunta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2008, em quatro tipos:

- Tipo I: remoção parcial ou total do clítoris.
- Tipo II: remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, podendo haver um corte dos grandes lábios (também chamado 'excisão').
- Tipo III: estreitamento do orifício vaginal com uma membrana selante, pelo corte e suturação dos pequenos e/ou grandes lábios, com ou sem excisão do clítoris (também chamado 'infibulação').
- Tipo IV: outras intervenções sobre os órgãos genitais femininos por razões não médicas, por exemplo, práticas como punção/picar, a perfuração, a escarificação (cicatrizes) ou a cauterização (queimaduras), incisão ou cortes, estiramento/alongamento dos lábios vaginais e introdução de substâncias nocivas na vagina.

O III PAPEMGF contém 42 medidas estruturadas em torno das seguintes cinco áreas estratégicas: AE1) Prevenir; AE2) Integrar; AE3) Formar; AE4) Conhecer; AE5) Cooperar.

A cada uma destas áreas estratégicas correspondem vários objetivos estratégicos (identificados de acordo com o texto introdutório de cada AE) que se podem sintetizar do seguinte modo:

	OE1	OE2
AE1	Promoção do envolvimento das comunidades locais na iniciativa, no planeamento e na participação em atividades, considerando as diferentes necessidades existentes, valores, crenças, aspirações, expectativas, conflitos e grupos de referência	O combate a esta prática tradicional nefasta exige o reforço da intervenção dos serviços públicos das áreas da saúde, da educação, da intervenção social, da igualdade de género, da imigração e da cooperação para o desenvolvimento nos seus papéis de sinalização, prevenção e atuação face a ocorrências
AE 2	Capacitação das mulheres imigrantes pertencentes as comunidades em risco	Reforço das medidas de apoio e integração dirigidas a meninas, raparigas e mulheres que já foram submetidas a MGF
AE3	Capacitação de todos/as os/as profissionais envolvidos/as na problemática da MGF	
AE4	Conhecimento da prevalência do fenómeno, inclusivamente no que concerne à sua georreferenciação	
AE5	Cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate à MGF	

Para a implementação deste programa, e conforme resulta da Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, a CIG assegura a coordenação do III PAPEMGF. Na sua execução, é coadjuvada por um grupo de trabalho, constituído por representantes de várias entidades e organizações: Ministério da Administração Interna, Alto Comissariado para as Migrações, Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.), Comissão Nacional da Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), Direção-Geral da Educação, Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ), Escola da Polícia Judiciária (EPJ), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), CPLP, Organização Internacional para as Migrações (OIM), ONG, nomeadamente a Associação para o Planeamento da Família (APF) e a União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), e três associações de imigrantes representativas de comunidades de nacionais de Estados onde se pratica a MGF, a indicar conjuntamente pela CIG e pelo ACM. Também a PGR e o Conselho Superior da Magistratura (CSM) estão representados neste grupo de trabalho, no qual intervêm nos termos dos respetivos estatutos e no âmbito das suas atribuições.

A intervenção de todas estas entidades não é idêntica. Nos relatórios de execução sobressai, para além da intervenção da CIG, o papel das ONG e de algumas associações de imigrantes.

3.3.1. Avaliação do Plano e da respetiva Execução

De acordo com o quadro metodológico adotado, foram utilizados na avaliação do III PAPEMGF diferentes instrumentos: o Programa, os relatórios de execução referentes aos anos 2014, 2015 e 2016 e 2017²⁹, o inquérito aplicado, e as entrevistas realizadas e os Focus Group.

Em termos gerais, pode afirmar-se, através da análise dos relatórios de execução, que a execução procurou cumprir os objetivos que estavam definidos. Em termos de uma análise das diversas áreas estratégicas, tendo em atenção os respetivos objetivos, procedeu-se a uma avaliação da execução do programa.

Em relação a este Programa, a avaliação da execução foi condicionada por alguns aspetos. Em termos gerais, os aspetos identificados no V PNI (páginas 50 a 52) são reproduzíveis para este Plano, pelo que, neste contexto, se destacam apenas os seguintes:

- O número de áreas e medidas existentes é elevado verificando-se em alguns casos similitudes entre medidas da mesma área ou de áreas diferentes.
- Não existem, como noutros Planos, objetivos estratégicos, pelo que se procurou identificá-los de acordo com o texto introdutório de cada AE.
- Os Indicadores apresentados nem sempre coincidem com os objetivos ou os objetivos estratégicos.

Já quanto à execução das medidas tal como reportada nos Relatórios de Execução, a avaliação permitiu notar o seguinte:

- A discrepância entre o descritivo da execução e as medidas e respetivos objetivos a que essa execução pretende dar resposta e, sobretudo, a apresentação de dados que não dão resposta aos indicadores definidos no Plano ainda que possam contribuir para a prossecução do objetivo mais genericamente.
- A falta de apresentação de dados que permitam calcular o cumprimento dos indicadores ou avaliar o grau de execução da maioria das medidas de uma forma exata.
- A necessidade de uniformizar a forma de apresentar a informação sobre a execução das medidas, que parece resultar da correspondente necessidade de uniformizar o reporte por parte das diferentes entidades.

Avaliação da execução do III PAPEMGF e Áreas Estratégicas com base dos Relatórios de Execução

A análise e avaliação da execução do Programa e das Medidas e Áreas Estratégicas é feita na base dos relatórios intercalares e final de execução tal como se verifica para os outros planos. O quadro seguinte apresenta a avaliação do Programa com base na avaliação de cada AE.

²⁹ Ver Anexos XIV e XV: instrumento de notação do inquérito à MGF e análise de resultados.

Quadro 38 - Avaliação das Áreas Estratégicas com base nos Relatórios de Execução

	Avaliação de execução (%)
AE1 - Prevenir	83
AE2 - Integrar	80
AE3 – Formar	91
AE4 – Conhecer	88
AE5 - Cooperar	100
Avaliação Global	89

A taxa de execução estimada do III PAPMGF foi de 89 %, sendo, por isso, considerado como “maioritariamente executado.”

De salientar que a AE5 – “Cooperação” teve 100% de execução e a AE3 “Formar” com uma taxa de execução de 91%, sendo ambas consideradas “totalmente executadas.”

Avaliação das Medidas por Áreas Estratégicas do III PAPMGF

Da análise das medidas das diversas áreas estratégicas, tendo em atenção os respetivos objetivos e objetivos estratégicos (identificados no preâmbulo de cada área), resulta o seguinte:

AE1- Prevenir

Esta AE, composta por 15 medidas, apresenta uma taxa de execução de 88% - maioritariamente executada.

A análise da medida 1 registou a realização de um número muito significativo de ações de sensibilização e de formação em correspondência com o objetivo de aquisição de conhecimentos sobre esta temática. Ainda que a informação apresente deficiências, nomeadamente nas quantificações, foi possível identificar mais de 800 participantes nas diferentes ações realizadas. Por outro lado, é de sublinhar que, das diferentes ações efetuadas, cerca de 70% foram da responsabilidade de ONG, mediante financiamento e apoios públicos..

No respeitante à medida 2, onde, entre vários objetivos, se salienta o reforço das parcerias com as escolas, equipamentos de saúde, municípios, IPSS, ONG, associações de imigrantes, ainda que muito tenha sido feito, importaria ponderar-se o reforço e alavancagem dessas parcerias através da constituição de redes entre todas as entidades indicadas no Programa como parceiras na execução da medida, com potencial impacto na melhoria da identificação ou sinalização de situações de MGF (isto face à informação constante dos relatórios de execução).

No que concerne às medidas 3 e 4, verificou-se o cumprimento dos objetivos definidos quer no que se refere ao apoio a associações quer em projetos desenvolvidos, nomeadamente por ONG, quer ainda no respeitante a materiais disseminados. Contudo existem lacunas de informação, por parte de alguns membros de grupos de trabalho, sobre as respetivas atividades desenvolvidas nesta matéria.

No que respeita a referenciais ou projetos produzidos na área da educação, a ligação desta temática ao sistema de ensino apresenta algumas dificuldades. Porém, salienta-se o papel que diversas ONG têm tido no cumprimento destas medidas, através de projetos desenvolvidos mediante financiamento público. Em termos de

ensino superior foram cumpridos os objetivos da medida 7, verificando-se não só a celebração de protocolos com as instituições do ensino superior, mas também a realização de cursos com uma participação significativa.

No que diz respeito à medida 8, sobre a ligação à comunicação social, a situação é ainda insuficiente, não obstante se ter conseguido alguma participação em programas televisivos. Também a informação sobre o cumprimento dos objetivos da medida 9 indicia alguma insuficiência.

Sobre as medidas 10, 11 e 13, estas foram totalmente cumpridas; a medida 12, cujo objetivo era a criação de uma bolsa de formadores/as, não foi executada.

Sobre as medidas 14 e 15 deve salientar-se que, de acordo com o relatório de execução, estas foram totalmente executadas. Contudo, confrontando com o objetivo definido para a medida 14, deveria ter sido feita a divulgação e partilha das boas práticas.

Quadro 39 - Avaliação das medidas da Área Estratégica 1

Avaliação da execução

Medida	Valor avaliação
1) Promover ações de sensibilização junto de profissionais que trabalham nas comunidades em risco, integrando a problemática da MGF nos seguintes temas: cidadania e igualdade de género, saúde sexual e reprodutiva, violência de género e boas práticas na eliminação da MGF.	100
2) Organizar estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores locais privilegiados.	100
3) Incentivar e apoiar as organizações não -governamentais, designadamente associações de imigrantes no Desenvolvimento de atividades que contribuam para a prevenção e a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF	100
4) Elaborar e disseminar materiais informativos e formativos sobre a MGF.	100
5) Fomentar a inclusão do tema da MGF nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género	100
6) Promover o Desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de projetos sobre a MGF.	75
7) Fomentar a inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas, designadamente a MGF, nos curricula académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais	100
8) Divulgar informação sobre a problemática da MGF enquanto violação dos direitos humanos de mulheres e meninas, nos meios de comunicação social.	75
9) Monitorizar e atualizar a implementação das orientações técnicas na área da saúde.	75
10) Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os (as) técnicos(as) devem atuar para prevenir a prática de MGF nos territórios onde esta problemática está referenciada.	100
11) Enriquecimento do módulo «saúde, imigração e diversidade» da Bolsa de formadores(as) do ACIDI, I.P., com informação sobre a MGF	100
12) Criação de uma bolsa de formadores sobre MGF e ou capacitação de formadores(as) acreditados da área da igualdade de género para trabalhar também o tema da MG	25
13) Realizar e participar em seminários sobre a MGF.	100
14) Introduzir o tema da MGF em comunicações proferidas em eventos nacionais e internacionais no âmbito das atribuições e competências de todas as entidades.	100
15) Estabelecer contactos com líderes religiosos e Interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes, com vista à prevenção e eliminação da MGF	75
Média valor	88%

AE2 – Integrar

Integram esta AE5 medidas (medidas 16 a 20) com uma taxa média de execução de 75% - “bastante executada”. A execução destas medidas prendeu-se com a capacitação de mulheres imigrantes, integração das que foram submetidas a MGF, intervenção junto destas e acompanhamento das estudantes originárias de países

da CPLP nomeadamente da Guiné-Bissau, tendo em geral sido na sua maioria “bastante executada” (75%). A medida 19, em concreto, não apresenta informação que permita avaliá-la de forma positiva.

Quadro 40 - Avaliação das Medidas da Área Estratégica 2

Medida	Valor avaliação %
16) Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres imigrantes, particularmente as oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF	75
17) Intervir em situações de MGF, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência	100
18) Monitorizar a Estrutura de Referenciação para Casos de MGF e a Plataforma de Dados em Saúde (PDS).	100
19) Apoiar a Rede de Estudantes da CPLP, temporariamente residentes em Portugal.	50
20) Atribuir bienalmente o Prémio MGF — Mudar agora o Futuro.	75
Média valor	75%

AE3 - Formar

O aspeto mais saliente desta AE é a capacitação de todos/as os/as profissionais envolvidos/as na problemática da MGF, através da formação dos/as diversos intervenientes que, de alguma forma, têm contacto com a realidade da MGF, no desempenho das suas atividades profissionais, com um grau de execução de 91% (totalmente executada).

Integram esta área 11 medidas: as medidas 21 e 22 referem-se a formação de profissionais de saúde; a medida 23 a formação de profissionais de mediação sociocultural e técnicos/as do CPR e CAII; a medida 24 a formação de funcionários/as de cooperação; as medidas 25 e 26 a formação de profissionais do sistema de educação; as medidas 27 e 28 a formação de profissionais da justiça, incluindo magistrados/as; a medida 29 a formação de profissionais da comunicação social; e a medida 30 a formação de profissionais ligados/as à prestação de informação por linha telefónica; e a medida 31 a formação de elementos das Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Face a este enunciado, facilmente se entende que a intervenção nesta problemática exige grande preparação e competência em diferentes domínios. O esforço de formação realizado é notável, tendo-se verificado, entre 2014 e 2016, 71 ações de formação abrangendo mais de 1300 profissionais. Os relatórios anuais não permitem, contudo, aferir do êxito global da execução, pela falta de informação designadamente para as medidas 24, 26, 27 e 29.

Mais uma vez, é de salientar o grande contributo das ONG para a execução destas medidas, apoiadas mediante financiamento público, e a ausência de informação estatística sistematizada. Por outro lado, tendo em conta as vantagens do trabalho em rede, importaria apostar na realização de algumas ações de formação nesse sentido, abrangendo profissionais de diferentes áreas.

Quadro 41 - Avaliação das Medidas da Área Estratégica 3

Medida	Valor avaliação %
21) Realizar ações de formação para profissionais de saúde.	100
22) Criação de um grupo multidisciplinar para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto de profissionais de saúde.	100
23) Realizar ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos(as) do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e técnicos(as) dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes.	100
24) Realizar ações de formação para agentes de cooperação.	75
25) Realizar ações de formação para docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores(as) da área temática da educação para a saúde.	100
26) Realizar ações de formação para pessoal não docente de todos os níveis de ensino.	75
27) Realizar ações de formação para magistrados(as).	75
28) Realizar ações de formação para órgãos de polícia criminal.	100
29) Realizar ações de formação para profissionais de comunicação social.	75
30) Realizar ações de formação para as equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.	100
31) Realizar ações de formação para elementos das CPCJ.	100
Média valor	91%

AE4 – Conhecer

Pretende-se com esta AE o conhecimento da prevalência do fenómeno, inclusivamente no que concerne à sua georreferenciação, e que é condição essencial para a adoção de intervenções gerais e específicas ajustadas.

Como anteriormente referido, a ausência de um sistema de informação estatístico impede um maior e melhor conhecimento da realidade. Porém, pode afirmar-se que, na sua globalidade, a execução das medidas foi conseguida, com um grau de execução de 81% (maioritariamente executada).

Com efeito, a medida 32 tinha como base a realização de um estudo de prevalência que se concretizou assim como a apresentação do mesmo e respetiva divulgação. A sinalização dos casos existentes e a respetiva monitorização eram objetivos das medidas 33 e 34, o que se verificou com base na plataforma informática da CPCJ com o apoio da DGS através da plataforma de dados da saúde, não tendo sido, contudo, totalmente alcançados os objetivos pretendidos.

Quanto à medida 35 (manter atualizada a informação online e hiperligações de informação da temática MGF), o descritivo nos relatórios de execução poderia ser mais desenvolvido e a informação prestada com base numa participação mais ativa de todos/as os/as membros do grupo de trabalho.

Quadro 42 - Avaliação das Medidas da Área Estratégica 4

Medida	Valor avaliação %
32) Acompanhar a realização e garantir a divulgação do estudo de prevalência sobre MGF em Portugal.	100
33) Sinalizar o número de casos de MGF em meninas, identificados no âmbito da atividade da CNPCJR.	75
34) Monitorização de número de casos de MGF em meninas, raparigas e mulheres.	75
35) Manter atualizada a informação online e hiperligações sobre MGF.	75
Média Valor	91%

AE5 – Cooperação

Pretende-se esta AE reforçar as formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate à MGF o que se considera ser o OE desta Área, que teve uma taxa de execução de 100% - Totalmente executado.

Para se alcançar o OE previsto, o Programa apresenta, nesta AE, seis medidas, muito na vertente da cooperação internacional com os países da CPLP, nomeadamente da Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo, procura realçar o papel das organizações internacionais no sentido de dar um contributo ativo para a problemática em causa. Neste sentido e de acordo com a medida 37, verificou-se uma participação muito ativa em reuniões internacionais nomeadamente de agências da ONU assim como a introdução desta problemática em reuniões da CPLP; verificando-se, ao mesmo tempo, o apoio técnico a decisores/as conforme previsto na medida 40.

A promoção de acordos de cooperação bilaterais que consta dos objetivos da medida 38 teve uma taxa de execução total (100%), assim como medida 41 (proposta de promover projetos de cooperação) e a medida 39 (Promover o conhecimento dos seus direitos e deveres pelas pessoas com o estatuto de asilo ou de refugiado/a).

No que se refere à implementação de um projeto de cooperação para o combate à MGF na Guiné-Bissau, este não se verificou entre 2014 e 2016, mas teve concretização em 2017.

Quadro 43 - Avaliação das Medidas da Área Estratégica 5

Medida	Valor avaliação %
37) Contribuir para integração das questões da MGF junto de organizações nacionais, europeias e internacionais	100
38) Promover a inclusão, em acordos de cooperação bilaterais e multilaterais, de mecanismos que promovam e privilegiem a entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório	100
39) Divulgar a informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.	100
40) Apoiar os decisores técnicos e políticos na preparação de documentos que versem a temática da MGF.	100
41) Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação que incluam as temáticas dos direitos humanos, direitos das crianças, saúde materno-infantil, direitos sexuais e reprodutivos e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF	100
42) Implementar um projeto de cooperação com a Guiné--Bissau para combate à MGF	100
Média valor	100

3.3.2. Perceções baseadas nos Inquéritos

Os Inquéritos enviados tiveram uma taxa de resposta de 18,1% (11 questionários recebidos), com a seguinte distribuição:

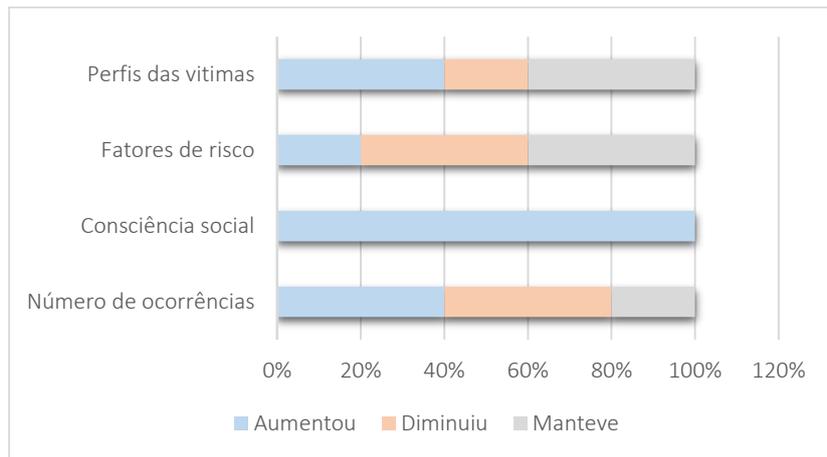
Quadro 44 - Distribuição das entidades que responderam ao inquérito por áreas

Área da Entidade	Nº de respondentes III PAPEMGF (%)
Administração Central	9
Comunicação Social	9
Cidadania e Igualdade	18
Emprego	9
Imigração	9
Justiça	9
Saúde	27
Outra	9

Total	11
	18,1%

Constata-se que 71% das entidades consideraram que se verificaram alterações significativas no domínio da MGF durante o período 2014-2017, tendo todas as entidades reconhecido que inequivocamente existiu um aumento da consciência social. É também de assinalar igualmente que 40% das entidades referiram ter sido registado uma alteração do perfil da vítima conforme o gráfico seguinte apresenta.

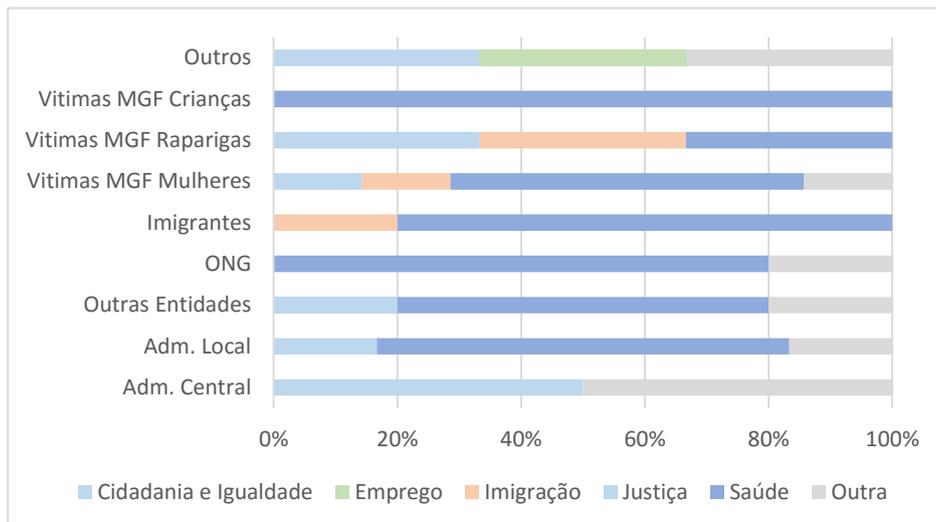
Gráfico 20 - Conhecimento da temática MGF



Fonte: Inquérito IIPAPEMGF

Por outro lado, das ações realizadas, a maioria (cerca de 30%) foram dirigidas às vítimas (mulheres adultas, e raparigas) sendo igualmente significativas as ações destinadas às ONG ou Organismos da Administração Local sobretudo na área da saúde.

Gráfico 21 - Público-alvo das ações realizadas segundo a área da entidade

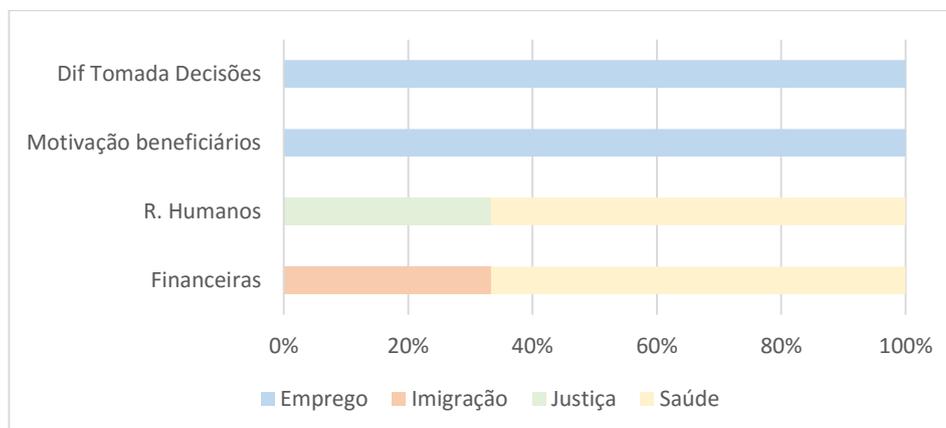


Fonte: Inquérito IIPAPEMGF

Do ponto de vista das parcerias estabelecidas, destacam-se as parcerias efetuadas com a CIG e ONG, representando cada uma 16,6% do total das parcerias efetuadas, sendo 66,6% das parcerias respeitantes à área da saúde.

Neste sentido, as entidades que identificaram um número, embora reduzido, de atividades como parcialmente realizadas, indicaram como principais motivos da não realização questões financeiras ou a falta de recursos humanos.

Gráfico 22 - Motivos que as entidades identificam para a não realização de ações



Fonte: Inquérito III PPEMFG

Por outro lado, a relevância/pertinência que as entidades que responderam ao inquérito atribuíram às diferentes áreas estratégicas varia consoante a área, sendo muito relevante para 100% das entidades a AE4 “Conhecer” e sendo menor o valor atribuído à AE5 “Cooperação”.

A avaliação com base nas respostas aos inquéritos permitiu atribuir muita importância ao III PPEMFG, correspondendo a 91% das entidades.

Quadro 45 - Avaliação das Áreas Estratégicas do III PPEMFG com base nos inquéritos aplicados

Avaliação da importância	
AE1 - Prevenir	93 %
AE 2 - Integrar	89 %
AE3 - Formar	97 %
AE4 - Conhecer	90 %
AE5 - Cooperar	100 %
Avaliação Global	91%

Em termos de previsão do impacto das áreas e medidas, de acordo com as respostas ao inquérito realizado, nenhuma entidade considerou ter “muito impacto” as medidas integradas no III PPEMFG, qualquer que fosse a AE.

O quadro seguinte apresenta as medidas mais salientes em termos de impacto por AE.

Quadro 46 – Previsão de impacto das Medidas

Medidas	Algum impacto % Entidades	Nenhum impacto % Entidades
AREA ESTRATÉGICA 1		
Medida 1-Promover ações de sensibilização...	75%	25%
Medida 2-Organizar estratégias ...	75%	
Medida 3 -Incentivar e apoiar as organizações...	100	
Medida 4-Elaborar e disseminar...	100%	
Medida 5 Fomentar a inclusão do tema MGF	66%	34%

Relatório de Avaliação Externa

Medida 13 -Realizar e participar em seminários...	75%	25%
Medida 14- Introduzir o tema...	100%	
Medida 15- Estabelecer contactos com líderes religiosos ...	100%	
AREA ESTRATEGICA 2		
Medida16 - promover o associativismo...	100%	
Medida 17- Intervir em situações de MGF	100%	
AREA ESTRATEGICA 3		
Medida 26 - Realizar ações de formação para pessoas	100%	
Medida 29 - Realizar ações de formação para profissionais	100%	
Medida 30 - Realizar ações de formação para equipas	50%	50%
Medida 31- Realizar ações de f para elem CPCJ	40%	60%
AREA ESTRATEGICA 4		
Medida 34 - Monitorização do nº de casos de MGF	60%	40%
Medida 35- Manter atualizada a inf. On-line	40%	60%
AREA ESTRATEGICA 5		
Medida 37 - Contribuir para integra. Das questões	60%	40%
Medida 38 - Promover a inclusão em acordos de ...	60%	40%
Medida 39 -Divulgar a informação relativa ...	80%	20%
Medida 40- Apoiar os decisores técnicos e políticos	100%	
Medida 41- Promover o desenvolvimento de projetos	86%	14%

Fonte: Inquérito IIIPAPEMGF

De acordo com o quadro anterior, referem-se de seguida as medidas consideradas por maior número de entidades como tendo “algum impacte”:

- Na AE1: as Medidas 2; 5 e 15;
- Na AE2: a Medida 16;
- Na AE3: as Medidas 26 e 29;
- Na AE4: a Medida 34;
- Na AE5 as Medidas 40 e 42.

Por outro lado, 60% das entidades indicaram não ter nenhum impacte as medidas 31 e 35.

3.3.3. Entrevistas e Focus Group

Após a recolha de informação, através da realização de entrevistas e de Focus Group, procedeu-se à análise de conteúdo de ambos os instrumentos, tendo a mesma sido organizada partindo do discurso dos/as participantes. O esquema interpretativo foi utilizado transversalmente na análise das entrevistas e do *Focus Group*, sendo composto por quatro domínios de análise: a realidade vivida, o suporte concetual, a qualidade dos Planos (aqui referente ao Programa) e o desempenho dos atores. Importa aqui dar nota que muitas das questões suscitadas se sobrepõem em termos de enquadramento, sendo, por isso, suscetíveis de ser incluídas em mais do que um dos domínios; contudo, ainda que admitindo esta possibilidade, optou-se por incluir cada questão em apenas um domínio (tido por “predominante”) e evitar sobreposições, por motivos de clareza e organização. Assim, cruzando os quatro domínios com a informação recolhida nas entrevistas individuais, bem como nos *Focus Group*, foram construídas as seguintes grelhas de análise.

Entrevistas

<i>Realidade Vivida</i>	<i>Suporte Concetual</i>	<i>Qualidade dos Planos</i>	<i>Desempenho dos Atores</i>
<p>Nas comunidades africanas maioritárias em Portugal praticantes da MGF, muitas imigrantes chegam com 14, 15 e 16 anos. Elas podem chegar já como vítimas de MGF. Uma nova comunidade em Portugal de praticantes MGF é oriunda da Eritreia.</p> <p>Os casos detetados de MGF foram praticados nos países de origem.</p> <p>As jovens vítimas pedem para serem informadas sobre implicações futuras e pedem para falar com mulheres mutiladas mais velhas.</p> <p>Algum trabalho relevante é desenvolvido em escolas de áreas geográficas onde há comunidades praticantes da MGF – comunidade Guineense islamizada. A escola funciona como um espaço seguro, onde as raparigas podem falar sobre a MGF. A continuidade destas raparigas na escola não está garantida.</p> <p>Nestas comunidades há o entendimento de que a MGF é positiva. Em contexto escolar, há rapazes destas comunidades que se opõem a debater sequer a questão.</p> <p>De acordo com os costumes destas comunidades, a vítima de MGF não deve falar sobre o tema com ninguém; há, portanto, um grande isolamento da vítima. Estas vítimas podem não fazer queixa de ninguém, porque quem fez a excisão não reside em Portugal. As</p>	<p>A MGF faz parte de um conjunto de práticas tradicionais nefastas.</p> <p>Uma vítima de MGF provavelmente é vítima de múltiplas outras violências agregadas, nomeadamente o casamento precoce, forçado.</p> <p>Fala-se muito na teoria, mas depois não se resolvem os casos concretos das pessoas.</p> <p>É preciso trabalhar as questões MGF com os/as jovens, no contexto da igualdade entre rapazes e raparigas, nas várias dimensões da vida, em casa, no trabalho, na escola, no desporto, nos conteúdos programáticos. Envolvendo os/as jovens nestes temas, surge sempre a questão da MGF a par de outras como o racismo, islamofobia, os maus tratos infantis, a violência doméstica.</p> <p>As raparigas querem saber: o que é que têm; porque têm dores; como lidar com as infeções.</p> <p>Em situações como a violência doméstica e de género, o abandono escolar das raparigas, a MGF, os casamentos forçados – as vítimas quando isoladas, e sem redes de apoio, ficam ainda mais vulneráveis.</p> <p>O termo MGF e os seus 4 tipos de corte são conceitos utilizados na academia e que não são reconhecidos no terreno pelas comunidades praticantes que apenas usam o termo excisão.</p> <p>Estas vítimas, para serem abrangidas pelo estatuto de vítima, têm que fazer queixa, mas elas não querem e têm muita dificuldade em fazer queixa, daí os problemas em matéria de</p>	<p>Prémio MGF foi considerado importante e inovador.</p> <p>Novas questões surgem com as mulheres e raparigas refugiadas, por exemplo da Eritreia.</p> <p>Estado deve assumir responsabilidades ao nível da saúde e da legalização; de ajudar estas vítimas no mercado de trabalho (já formadas, licenciadas e com mestrados, ativistas, afetadas pela prática, mas desempregadas).</p> <p>Antes dos Planos, a MGF estava longe da CNPDPCJ.</p> <p>Enquadramento orçamental das ações não é adequado tendo em conta a necessidade de intervenção de médio prazo.</p> <p>A verdadeira extensão e prevalência da MGF nas comunidades residentes em Portugal não é conhecida.</p> <p>Os trabalhos de empoderamento e de tomada de consciência das vítimas são importantes, mas faltam recursos ao nível da saúde e da saúde mental.</p> <p>A MGF não deve ser tratada em conjunto com outro tipo de práticas nefastas, como os casamentos forçados, precoces ou infantis, como é o caso da comunidade cigana, que não pratica a MGF e carece também de estratégias específicas.</p>	<p>Existem poucas entidades a trabalhar, de forma sistemática e regular no terreno, a temática MGF.</p> <p>Quando se consegue entrar nas escolas, apesar dos receios (das alunas deixarem de vir, problemas com as mães e pais), consegue-se um trabalho de articulação com professores/as, psicólogos/as e assistentes sociais.</p> <p>É preciso estabelecer uma relação de confiança de forma gradual com as próprias raparigas vítimas.</p> <p>Os/as profissionais de saúde necessitam de formação/sensibilização na adequação da abordagem da MGF junto das vítimas.</p> <p>O/a médico/a de família no centro de saúde pode não ter conhecimento sobre a MGF. Há casos conhecidos de raparigas com infeções que não falam com ninguém, e, regra geral, uma rapariga com 14, 15 anos não vai ao ginecologista. Estas raparigas precisam de acesso à saúde de forma gratuita.</p> <p>Profissionais de saúde podem não se aperceber de que a mulher é vítima de MGF.</p> <p>Quando os/as profissionais de saúde identificam casos MGF na plataforma têm dificuldade em dar o acompanhamento necessário às vítimas.</p> <p>Das ações de formação das CPCJ sobre MGF resulta que o fenómeno é desconhecido e chocante.</p>

raparigas e respetivas famílias têm estratégias para encobrir o tema. Nas visitas ao médico, as raparigas são sempre acompanhadas por um ou uma adulta, normalmente familiar (uma avó, mãe, tia, homem) que diz à jovem “nós não falamos sobre as nossas coisas”.

Regra geral, a vida destas vítimas de MGF é trabalhar em casa, limpam, fazem todas as lides domésticas, são as últimas na lista no acesso à escola, muitas vezes vão ao sábado ou domingo para a escola corânica.

As vítimas precisam de soluções. As jovens são vítimas de um crime e necessitam de cuidados médicos.

A expressão dos números da MGF em comparação com os da VD é muito inferior, mas cada criança é uma criança que precisa de proteção.

regularização e de acesso aos cuidados de saúde.

A CNPDPCJ isola a categoria MGF, que inclui no relatório de avaliação, mas são apenas 4 ou 5 casos.

Os Planos apontam as áreas de trabalho fundamentais do ponto de vista teórico e de orientação política. É preciso recursos para materializar estas linhas orientadoras.

A ação de formação MGF da CNPDPCJ dura um dia com várias perspetivas: a perspetiva clínica da saúde sexual e reprodutiva, a questão legal, questões do processo, e ainda a visão antropológica.

Focus Group

<i>Realidade Vivida</i>	<i>Suporte Concetual</i>	<i>Qualidade dos Planos</i>	<i>Desempenho dos Atores</i>
<p>Salto significativo de trabalho no terreno, desde 2007.</p> <p>Envolvimento progressivo de comunidades e foco nas pessoas concretas, que vivem situações de MGF.</p> <p>Contaminação positiva do contacto em Portugal com o tema com a realidade vivida nos países de origem, levando a querer intervir lá, mesmo que à distância.</p> <p>Sinais de mudança de atitude de mulheres vítimas no sentido da verbalização do tema.</p> <p>Fluxos migratórios de origem diversificada vêm tornar mais complexo o mapeamento do tema.</p> <p>As lideranças religiosas das comunidades praticantes são pouco cooperantes.</p> <p>Pouca uniformidade nos procedimentos entre prestadores públicos e privados de cuidados de saúde.</p> <p>Consciência da existência de mulheres vítimas MGF com educação superior residindo em Portugal.</p>	<p>Catologação imprecisa das práticas de MGF, sem distinção entre elas e sem correspondência com as especificidades de cada comunidade.</p> <p>O público em geral, bem como profissionais ainda se questionam sobre a existência de MGF em Portugal.</p> <p>Desproporção entre comunicação com algum impacto, muito visual, e efetivo conhecimento refletido, sistemático.</p> <p>Falhas na aprofundada e indispensável compreensão científica das culturas onde existe MGF e da complexidade simbólica inerente.</p> <p>Ainda insuficiente recolha e edição de dados, comparando com outras áreas em que há políticas públicas mais amadurecidas.</p> <p>Integração da MGF numa gramática mais vasta de Planeamento Familiar e de Saúde Sexual e Reprodutiva.</p> <p>Pouco tempo ainda dado à plena compreensão, interiorização de estudos científicos nacionais.</p>	<p>Existência formal de Lei traz visibilidade e sentimento de proteção às vítimas.</p> <p>Início de financiamento para intervenção direta faz avançar processos.</p> <p>Alguma desarticulação no trabalho no terreno entre intervenientes sobre campos de intervenção de cada um/a.</p> <p>Pouca definição temporal para a execução das tarefas.</p> <p>Ainda insuficiente ligação com mulheres, profissionais e investigadores/as dos países de origem da prática da MGF penaliza o grau de adequação à realidade do Programa.</p> <p>Reconhecimento do poder de organização de ideias e factos expressos no Programa e receio de que esse trabalho perca velocidade se diminui investimento no Programa, pela diluição na categoria “práticas nefastas”</p> <p>O Programa não apresenta indicadores de impacto, ficando-se por checklists.</p>	<p>Pedidos de formação por parte de entidades e por vias formais menos previsíveis revela interesse crescente no tema.</p> <p>Escolas ainda muito fechadas ao tema, dificultando a deteção de casos.</p> <p>Associações sabiam da existência de MGF, mas só recentemente se assume o tema e se quer intervir.</p> <p>Limites da contribuição de ginecologistas, por falta de observação direta vaginal com atenção a possível MGF.</p> <p>Instituições oficiais ligadas a jovens só mais recentemente incluem o tema na sua programação.</p> <p>Insuficiência de resposta por parte de entidades oficiais ligadas à concessão de asilo.</p> <p>Falta de articulação entre a DGS e profissionais de saúde de países de origem MGF, residentes em Portugal.</p>

3.3.4. Análise SWOT

Após o processo de tratamento de dados, a equipa de avaliação procedeu a uma análise SWOT, permitindo a análise dos pontos fortes e fracos, assim como de oportunidades e ameaças identificadas. Esta análise reflete diretamente as informações reportadas pelas pessoas entrevistadas durante o processo de avaliação, pelo que se refere mais genericamente às perceções das mesmas não só quanto aos planos em si mas também quanto às áreas de intervenção em causa.

Pontos Fortes

Trabalho desenvolvido em escolas nas áreas geográficas onde há comunidades migrantes praticantes da MGF;

Intervenção junto dos líderes religiosos, ou das mulheres com poder de decisão;

Empoderamento e tomada de consciência das vítimas e potenciais vítimas;

Ações de formação interdisciplinares junto dos/as profissionais que intervêm sobre os processos de MGF;

Registo dos casos de MGF na plataforma dos dados do Ministério da Saúde pelos/as profissionais;

O Prémio MGF possibilita financiamento de ações importantes no terreno de sensibilização e empoderamento das mulheres afetadas pela prática;

Boas práticas no combate à MGF desenvolvidas em Portugal, com reconhecimento internacional;

Trabalho de cooperação com os organismos da Guiné Bissau;

Papel relevante de líderes reconhecidos pela própria comunidade na mudança de mentalidades.

Oportunidades

Pontos Fracos

Insuficiente atualização de conhecimentos sobre MGF;

Dificuldade de acesso à intervenção nas escolas;

Insuficiente intervenção junto das camadas mais jovens afetadas pela prática;

Falta de recursos e escasso orçamento para materializar as linhas orientadoras do programa de ação;

Poucos recursos ao nível da saúde e da saúde mental necessários ao apoio às vítimas afetadas pela MGF;

Falta de acompanhamento na regularização das vítimas em situação irregular;

Pouco aproveitamento das redes que já existem nos municípios de combate à MGF;

Insuficiente intervenção da CPCJ junto das escolas com maior prevalência com vista à identificação das jovens em risco e atuação na prevenção;

Ausência de intervenção junto dos pais e das mães das raparigas afetadas ou em risco;

Ausência de materiais didáticos adequados a diferentes idades sobre implicações da MGF;

Ausência de grupos de apoio para partilha de experiências de vítimas afetadas pela MGF;

Ausência de indicadores de impacto de avaliação (além dos indicadores de avaliação de atividade).

Ameaças

A MGF é uma prática com forte peso cultural, tradicional e ritualizado;

Maior sensibilização para as questões dos direitos humanos e em práticas assentes na desigualdade entre mulheres e homens;

Existência de pessoas licenciadas, mestradas, doutoradas que fazem parte dos grupos praticantes em Portugal;

Partilha de experiências e boas práticas em diferentes comunidades e países praticantes da MGF;

Pré-disposição para a cooperação de Portugal e países de origem de comunidades praticantes;

Existência de boas práticas internacionais;

Crescente importância que os direitos das mulheres, direitos das crianças e direitos humanos ganham nos debates políticos em Portugal e países com prevalência da MGF;

Espírito associativista das comunidades dos países praticantes da MGF;

Avanços na medicina para a recuperação das consequências da MGF;

Conhecimento universitário especializado em Ginecologia e Obstetrícia;

O conteúdo das formações dos/as profissionais de saúde na área da MGF deve ser renovado e atualizado.

Enraizamento e crença de que a MGF é uma prática benéfica;

A MGF é uma prática com consequências para a saúde física e mental da vítima;

A desigualdade de género entre homens e mulheres persiste com níveis muito gravosos para as mulheres nas comunidades praticantes;

A mobilidade geográfica das vítimas e das comunidades praticantes de MGF;

Risco de práticas de MGF nos países de origem durante os períodos de férias escolares;

Eventual redução de recursos para a intervenção na MGF;

Os líderes religiosos das comunidades praticantes em Portugal não se querem envolver na luta contra a MGF;

Certos tipos de corte da MGF são dificilmente reconhecidos por profissionais de saúde (antes de receberem formação específica em MGF).

3.3.5. Principais questões referenciadas

Tendo em conta os instrumentos de recolha de dados utilizados na avaliação do V PAECMGF, apresenta-se no quadro seguinte o cruzamento da informação com os 4 domínios (Realidade Vivida; Suporte Concetual; Qualidade dos Planos/Programa e Desempenho dos Atores). Este quadro será complementado por uma síntese que destaca os pontos mais referenciados e cuja avaliação será utilizada no capítulo das conclusões e recomendações.

III PAPEMGF

	Relatórios Execução	Inquéritos de Perceção	FG e Entrevistas
Realidade Vivida	<p>Dificuldades na ligação desta temática ao sistema de ensino</p> <p>Ausência de critérios para definição de uma boa prática</p>	<p>Maior consciência social do fenómeno</p>	<p>Das comunidades praticantes de MGF em Portugal – sendo a maior a comunidade Guineense islamizada – as vítimas são mutiladas (na sua maioria) nos países de origem</p> <p>Para estas comunidades, a vítima de MGF não deve falar sobre o tema (i.e. no centro de saúde). A escola funciona como um espaço seguro, onde as raparigas podem falar sobre a MGF. No entanto, há rapazes que se opõem a debater a questão</p> <p>A MGF provoca problemas de saúde nas vítimas que necessitam de cuidados médicos, sendo que já existem soluções gratuitas noutros países</p> <p>A MGF é uma prática tradicional, ritualizada e socialmente transversal destas comunidades, enraizada na desigualdade de género</p> <p>Contaminação positiva do contacto em Portugal com o tema com a realidade vivida nos países de origem, levando a querer intervir lá, mesmo que à distância</p> <p>As lideranças religiosas das comunidades praticantes são pouco cooperantes</p> <p>Pouca uniformidade nos procedimentos entre prestadores públicos e privados de cuidados de saúde</p>

			As jovens vítimas pedem para serem informadas sobre implicações futuras e pedem para falar com mulheres mutiladas mais velhas
Suporte Conceptual	<p>Inexistência de um sistema de informação estatística</p> <p>Inexistência de objetivos estratégicos</p>	Alteração do perfil da vítima	<p>Uma vítima de MGF provavelmente é vítima de múltiplas outras violências agregadas, nomeadamente o casamento precoce, forçado</p> <p>O termo MGF e os seus 4 tipos de corte são conceitos utilizados na academia e que não são reconhecidos no terreno pelas comunidades praticantes que apenas usam o termo excisão</p> <p>Em França e no Reino Unido contratam-se mulheres das comunidades formadas como mediadoras e que vão falar com estas mulheres nas maternidades</p> <p>A falta de legalização da vítima impede o acesso do estatuto de vítima e aos cuidados de saúde</p> <p>Fluxos migratórios de origem diversificada vêm tornar mais complexo o mapeamento do tema</p> <p>Ainda insuficiente recolha e edição de dados (incluindo estudos científicos), com intervenção mais recente nas políticas públicas mais amadurecidas</p>
Qualidade dos Planos	<p>Lacunas na identificação ou sinalização de situações de MGF</p> <p>A ligação à comunicação social é insuficiente</p> <p>Monitorização das orientações técnicas na área da saúde sem uma resposta adequada</p> <p>Ausência de informação sistematizada</p>	<p>A maioria das ações realizadas destinam-se às vítimas (mulheres adultas, e raparigas). Sendo igualmente significativa as ações destinadas no domínio da saúde</p> <p>Ações não realizadas por falta de meios financeiros e/ou de recursos humanos</p> <p>Nenhuma entidade considera as medidas como tendo muito impacte</p>	<p>Prémio MGF foi considerado importante e inovador</p> <p>Enquadramento orçamental das ações não é adequado tendo em conta a necessidade de intervenção de médio prazo</p> <p>A verdadeira extensão e prevalência da MGF nas comunidades residentes em Portugal não é conhecida</p> <p>Alguma desarticulação do trabalho no terreno entre vários atores intervenientes</p> <p>Ainda insuficiente ligação com mulheres, profissionais e investigadores/as, dos países de origem MGF penaliza o grau de adequação do Plano à realidade</p>

			<p>O Plano não apresenta indicadores de impacto</p> <p>Falta de recursos para implementar as atividades</p> <p>A abordagem integrada das práticas tradicionais nefastas exige reconhecer as suas várias especificidades</p>
Desempenho dos Atores	<p>Fraca participação de algumas entidades na execução das medidas</p> <p>Reforço das parcerias procurando a constituição de redes com intervenção de todas as entidades indicadas no Plano</p> <p>Ausência de uma bolsa de formadores/as</p>	<p>Maioria das parcerias com participação da CIG e ONGs</p>	<p>Existem poucas entidades a trabalhar de forma sistemática e regular no terreno na temática MGF</p> <p>Quando se consegue entrar nas escolas, apesar dos receios (das alunas deixarem de vir, problemas com os pais e as mães), consegue-se um trabalho de articulação com professores, psicólogos/as e assistentes sociais</p> <p>É preciso estabelecer uma relação de confiança de forma gradual com as próprias raparigas vítimas ou potenciais vítimas</p> <p>Os trabalhos de empoderamento e de tomada de consciência das vítimas são importantes, mas faltam recursos ao nível da saúde e da saúde mental</p> <p>Os/as profissionais de saúde têm falta de formação/ sensibilização</p> <p>Instituições oficiais ligadas a jovens só recentemente incluem o tema na sua programação</p>

De acordo com as respostas ao questionário, constata-se que 71% das entidades consideraram que houve alterações significativas no domínio do conhecimento sobre MGF durante o período 2014-2017, sendo inequivocamente reconhecido um aumento da consciência social.

Apesar deste aumento, é identificada a necessidade de atualização do conhecimento quer quanto às zonas de prevalência e características das várias comunidades praticantes da MGF, quer quanto ao conhecimento sobre a intervenção junto da vítima, que deve ser interdisciplinar e abranger a família. O facto de a prática ter um forte enraizamento cultural nas tradições, laços familiares e ritos destas comunidades, aponta para a necessidade de apostar na desconstrução dos estereótipos e dos mitos associados à prática da MGF. Deve, por isso, ser aprofundado o conhecimento específico sobre este enraizamento cultural, para depois se investir de forma estruturada e estratégica na desconstrução e apostar na prevenção, designadamente ao nível da educação e sensibilização.

Os resultados do questionário indicam que a maioria das intervenções (cerca de 30%) foram destinadas às vítimas (mulheres adultas, e raparigas), sendo igualmente relevante as ações destinadas às ONG ou Organismos da Administração local sobretudo na área da saúde. Adicionalmente, os/as entrevistados/as referiram que uma vez ultrapassadas as barreiras de acesso aos/às intervenientes no processo, o trabalho que tem sido possível desenvolver com as escolas, bem como o empoderamento e tomada de consciência das vítimas e potenciais vítimas, tem tido bons resultados.

Todas as entidades inquiridas consideraram que foi elevado o número de atividades previstas que foram realizadas, sendo que o reduzido número de atividades parcialmente realizadas se relaciona com constrangimentos de natureza financeira ou de falta de recursos humanos. Neste sentido, nas entrevistas também foi salientada a falta de recursos financeiros para implementação de programas de intervenção, sendo atribuída elevada importância ao Prémio MGF que possibilita financiamento de ações no terreno de sensibilização e empoderamento das mulheres afetadas pela prática.

Por outro lado, as entidades que responderam ao inquérito consideraram a AE4 - “Conhecer” como sendo a menos relevante e a AE5 – “Cooperação” - como sendo a mais relevante. Os/as entrevistados/as, por sua vez, referiram o empenho que tem sido feito no trabalho de cooperação com os organismos da Guiné Bissau, cujos resultados devem ser avaliados e orientados para melhor aproveitamento no nosso país. Destaca-se, no entanto, a necessidade de um maior empenho político para a intervenção operacional e mobilização de recursos, e para ações concertadas entre os diversos serviços, nomeadamente escolas e da área da saúde física e mental.

3.4. III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

O «tráfico de seres humanos» consiste na compra, venda e exploração de adultos ou crianças. Trata-se de um fenómeno com consequências graves para as pessoas, para a sociedade e para a economia. Os traficantes tiram partido da vulnerabilidade de certas pessoas, que pode ser agravada por fatores como a pobreza, a discriminação, a desigualdade de género, a violência contra as mulheres, a falta de acesso à educação, os conflitos étnicos ou as catástrofes naturais.

O tráfico de seres humanos é um crime estimulado pela procura e pelo lucro. O lucro, tanto na economia legal como na ilegal, gera uma interação complexa entre a oferta e a procura, à qual é necessário fazer face para se conseguir erradicar este tipo de crime.

O tráfico de seres humanos constitui uma grave violação dos direitos fundamentais e é explicitamente proibido pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Figura igualmente entre os crimes enumerados no artigo 83.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, designados por «eurocrimes». Trata-se de crimes especialmente graves com uma dimensão transnacional.

(Comissão Europeia, 2016, p.2)

Assumido como uma das formas mais graves no quadro dos direitos humanos, o TSH, maioritariamente desenvolvido por redes de criminalidade organizada, tem na sua proliferação, sobretudo causas associadas a situações de pobreza, de marginalidade, de exclusão económica e social e a existência de assimetrias sociais e de oportunidades. O TSH tem inerente diferentes realidades como sendo a exploração sexual e laboral, o tráfico de órgãos ou a exploração de mendicidade.

O III PNPCTSH visa dar respostas às exigências da implementação de políticas públicas no âmbito do TSH, considerando as diferentes formas de intervenção e todos os seus domínios.

O III PNPCTSH é composto 5 Áreas Estratégicas, abarcando um total de 53 medidas:

AE1 - Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar;

AE2 - Educar, Formar e Qualificar;

AE3 - Proteger, Intervir e Capacitar;

AE4 - Investigar Criminalmente;

AE5 - Cooperar.

Cada AE está associada aos seguintes objetivos estratégicos:

	OE1	OE2	OE3
AE1	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis.	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Investir numa maior especialização no campo académico, que aprofunde o conhecimento das diversas formas de tráfico.
AE2	Desenvolver ações ao nível educativo, junto de crianças, adolescentes e jovens adultos.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.	
AE3	Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas.	Promover uma maior capacitação das vítimas.	Aprofundar os mecanismos de integração no sentido de prevenir eventuais situações de revitimização.
AE4	Desenvolver mecanismos que promovam uma melhor articulação entre os diversos órgãos de polícia criminal.		
AE5	Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos.		

3.4.1. Avaliação do Plano e da respetiva Execução

Atendendo à metodologia de investigação adotada com um cariz misto, ao contemplar instrumentos de recolha de dados de natureza qualitativa e quantitativa, o processo de triangulação permite-nos, numa análise global, identificar aspetos associados quer à definição das medidas quer à sua operacionalização que condicionaram o processo de avaliação realizado. De notar, assim, que o III PNPCTSH apresenta algumas divergências entre os objetivos estratégicos e os objetivos de cada medida, mas também entre as medidas e as ações que concorrem para a sua execução.

A análise e avaliação da execução do Programa e das Medidas e Áreas Estratégicas é feita na base dos relatórios intercalares e final de execução tal como se verifica para os outros planos. O quadro seguinte apresenta a avaliação do Plano com base na avaliação de cada AE.

O III PNPCTSH obteve um grau de execução na ordem dos 85,8% significando que o Plano foi maioritariamente executado: a AE5 (“Cooperar”) foi a que atingiu melhor grau de execução (91,8% – totalmente executada) e a AE1 (“Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar”) foi a que apresentou menor grau de execução com 76,3% – maioritariamente executada.

Quadro 47 - Avaliação ao Plano e das Áreas Estratégicas do III PNPCTSH com base nos Relatórios de Execução

Área Estratégica	Valor avaliação %
AE1 - Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar	76 %
AE2 – Educar, Formar e Qualificar	79%
AE3 – Proteger, Intervir e Capacitar	83%
AE4 – Investigar Criminalmente	90%
AE5 – Cooperar	92%
Avaliação Global	85,8%

Avaliação das medidas por Áreas Estratégicas

AE1 – Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar

Relativamente à AE1 os resultados da análise das medidas permitem concluir que esta foi “maioritariamente executada” (76%).

No que concerne às 19 medidas que compõem esta AE, 11 atingiram a taxa de execução de 100%. Contudo, a falta de informação não permitiu validar a execução plena das medidas 16 e 17.

Nesta AE é de salientar o esforço mobilizado para a realização de diferentes campanhas e ações de formação/sensibilização, atingindo um número bastante significativo participantes.

Desagregando a análise, importa referir que:

- A execução das medidas 16 e 17 foi comprometida por questões orçamentais, inviabilizando o cumprimento dos objetivos.
- A falta de indicadores de resultados constitui um obstáculo ao processo de avaliação da execução de cada medida.

- Verifica-se um número vasto de entidades envolvidas na execução de cada medida sem que seja evidente qual a participação de cada uma dessas entidades, como é o caso, por exemplo, das medidas 1, 2, 3 e 5;
- A conjugação de objetivos direcionados para a consciencialização, sensibilização, informação, entre outros, com indicadores que não impliquem uma análise fatorial faz emergir dúvidas relativamente ao sucesso das ações desenvolvidas;
- Encontra-se por cumprir a medida 7.

Quadro 48 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 1 do III PNPCTSH

Medida	Valor avaliação %
1) Promover campanhas de sensibilização e prevenção contra o tráfico de seres humanos.	100
2) Promover ações de sensibilização com vista a alertar para as características das diferentes formas de tráfico de seres humanos.	100
3) Dinamizar ações de sensibilização dirigidas a profissionais da comunicação social dando visibilidade à temática do tráfico de seres humanos.	50
4) Reforçar as ações de fiscalização (incluindo ações conjuntas) com carácter preventivo, com especial enfoque em locais passíveis de exploração de pessoas vítimas de tráfico de seres humanos.	100
5) Produzir e difundir material informativo, em colaboração com as comunidades imigrantes, em diferentes línguas, para prevenir as diversas formas de tráfico.	100
6) Dar continuidade ao envolvimento das autarquias na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, através dos Planos municipais para a igualdade.	75
7) Sensibilizar os operadores turísticos para a problemática do turismo para fins sexuais.	25
8) Promover workshops de divulgação de boas práticas de responsabilidade social das empresas/organizações, em particular na área da prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.	75
9) Consolidar a implementação da Aplicação Dinâmica para o conhecimento sobre tráfico de seres humanos.	100
10) Produzir relatórios estatísticos anuais sobre tráfico de seres humanos.	100
11) Implementar a Plataforma Europeia de recolha de dados estatísticos (PAN-EU MoSy).	100
12) Atualizar regularmente a participação portuguesa no Portal Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos	100
13) Inscrever no Portal da Igualdade e no Portal Internet Segura informações diversas sobre o tráfico de seres humanos.	100
14) Criar, nos serviços de saúde, um sistema de recolha de informação, tratamento estatístico e de monitorização sobre tráfico de seres humanos.	50
15) Organizar uma conferência internacional sobre os novos desafios que se colocam, relacionados com o tráfico de seres humanos, no âmbito da UE.	25
16) Realizar um estudo sobre as novas formas de tráfico de seres humanos decorrentes da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, nomeadamente para fins de exploração sexual, exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas.	100
17) Realizar um estudo sobre o recrutamento na Internet e através das redes sociais	25
18) Garantir o funcionamento e atualização contínua do sítio de internet do OTSH sobre a problemática do tráfico de seres humanos.	100
19) Implementar uma unidade vocacionada para a sinalização de vítimas na fase de pré-investigação criminal.	100
Media valor	76%

AE2 – Educar, Formar e Qualificar

A implementação da AE2, com um grau de execução de 79%, foi considerada como “maioritariamente executada”. Composta por 13 medidas, esta AE integrou um conjunto de ações que concorreram de forma clara e evidente para os objetivos definidos, salientando-se a aposta nas ações de formação para a execução de todas as medidas à exceção da medida 20.

A aferição da execução integral de todas as medidas, à exceção das medidas 26, 30 e 32 (cujo indicador é o número das ações), ficou comprometida, uma vez que não é definido um número de ações em cada âmbito para o alcance dos objetivos definidos. Desta forma, não podemos concluir pela execução da medida 22, sendo, por outro lado, a medida 24 merecedora de destaque pelo número de ações desenvolvidas e pela mobilização adequada das diferentes entidades para a respetiva execução.

Quadro 49 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 2 do III PNPCTSH

Medida	Valor avaliação %
20) Incentivar a elaboração de projetos sobre as diferentes formas de tráfico de seres humanos.	100
21) Incentivar a integração de conteúdos disciplinares sobre tráfico de seres humanos nos currícula académicos dos ciclos de estudo de ciências sociais e humanas.	75
22) Desenvolver ações de formação de magistrados(as).	50
23) Desenvolver módulos formativos para magistrados(as), a disponibilizar online, utilizando as técnicas de formação à distância.	75
24) Promover a formação inicial e contínua uniforme de todas as forças e serviços de segurança sobre prevenção, investigação e sobre metodologias de atendimento a vítimas do crime de tráfico de pessoas.	75
25) Promover a formação específica dos(as) inspetores(as) responsáveis do controlo fronteiriço.	
26) Promover a formação inicial e ou contínua dos(as) inspetores(as) das condições de trabalho sobre o tráfico para fins de exploração sexual e laboral.	50
27) Promover a formação inicial e ou contínua de técnicos(as) que contactam com a realidade do tráfico de seres humanos, nomeadamente nas áreas sociais e na saúde.	100
28) Promover a formação de técnicos(as) de organizações da sociedade civil com intervenção junto de vítimas de tráfico de seres humanos.	75
29) Promover a formação em tráfico de seres humanos das(os) conselheiras(os) locais para a igualdade, dos(as) trabalhadores(as) da administração local e outros(as) agentes locais.	75
30) Promover a formação dos (as) utilizadores (as) da Aplicação Dinâmica para o Conhecimento sobre tráfico de seres humanos.	75
31) Realizar seminários formativos dirigidos a profissionais e organizações, com vista à reflexão e discussão das melhores práticas no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos.	100
32) Criar, fomentar e acompanhar redes de boas práticas de responsabilidade social das empresas, de forma a que se promova uma cultura de melhores práticas entre diferentes empresas/organizações.	75
Media valor	79%

AE3 – Proteger, Intervir e Capacitar

A AE3, à semelhança das anteriores, teve um grau de implementação notório, com uma taxa de execução de 83% – maioritariamente executada. Esta AE agrupa 10 medidas, na sua maioria executadas, encontrando-se, contudo, comprometida a avaliação da execução das medidas 36 e 41 por falta de informação que permita concluir pelo real cumprimento das mesmas.

É de referir a realização de ações de diferente natureza; contudo, importaria assegurar a desagregação dos respetivos dados por sexo.

Ainda nesta AE, e à semelhança das anteriores bem como das seguintes, a existência de um vasto número de entidades envolvidas na execução das ações questiona a envolvência e/ou contributos efetiva das mesmas no processo.

Quadro 50 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 3 do III PNPCTSH

Medida	Valor avaliação %
33) Incentivar projetos na área da proteção e da assistência a vítimas de tráfico de seres humanos que promovam a sua integração.	75
34) Apoiar equipas locais multidisciplinares que prestem assistência especializada às vítimas das várias formas de tráfico de seres humanos.	100
35) Assegurar e acompanhar o funcionamento dos Centros de Acolhimento e Proteção (CAP) que apoiem vítimas de tráfico.	75
36) Adotar requisitos especiais e de exceção para a qualificação profissional de vítimas de tráfico de seres humanos.	50
37) Garantir o acesso prioritário das vítimas de tráfico ao apoio ao retorno voluntário.	100
38) Criar um Manual de Boas Práticas para utilização por parte das organizações governamentais e não-governamentais que prestem apoio a vítimas de tráfico.	100
39) Implementar uma notificação em diversas línguas com informação sobre o período de reflexão para distribuição às vítimas sinalizadas.	100
40) Elaborar materiais informativos dirigidos às vítimas de tráfico relativos aos seus direitos e em particular sobre os procedimentos a adotar para aceder à indemnização devida a vítimas de crimes violentos.	75
41) Desenvolver protocolos de atuação destinados à prevenção, deteção e proteção das crianças vítimas de tráfico.	50
42) Implementar protocolos de atendimento estandardizados para vítimas de violência, incluindo tráfico de seres humanos – rastreio, diagnóstico, encaminhamento e intervenção – em toda a rede hospitalar e cuidados de saúde primários.	100
Media valor	83%

AE4 – Investigar Criminalmente

A AE4 regista uma taxa de execução de 90% (maioritariamente executado). Comportando 5 medidas pautadas pela homogeneidade e coerência entre si, estreitamente relacionadas com as ações desenvolvidas, verifica-se que as mesmas foram executadas; no entanto, a medida 47 foi tida como “bastante executada” (75%).

As ações desenvolvidas estão, sobretudo, direcionadas para a partilha e discussão das temáticas inerentes ao TSH, tais como apresentações públicas e reuniões de trabalho.

Todavia, importa notar que a elaboração de relatórios, por vezes prevista como indicador (e.g., medida 46), continua a ser identificada como uma dificuldade para a execução das medidas. Este facto renova a necessidade de promover mecanismos de cooperação, de ação e intervenção, mas também de registo de factos para apuramentos e intervenções futuras. Ainda assim, não ficou comprometido o sucesso do trabalho desenvolvido, com uma avaliação bastante positiva face à execução das medidas apresentadas.

Quadro 51 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 4 do III PNPCTSH

Medida	Valor avaliação %
43) Reforçar a coordenação entre as estruturas nacionais de combate ao tráfico de seres humanos e partilha de informações.	100
44) Criar um manual de boas práticas para a investigação criminal do tráfico de pessoas.	100
45) Incentivar a articulação e cooperação mútua entre órgãos de polícia criminal no exercício das suas atribuições em matéria de tráfico de seres humanos.	75
46) Desenvolver mecanismos tendentes à melhoria da cooperação internacional na vertente policial.	100
47) Tornar obrigatória a comunicação ao OTSH das decisões judiciais relativas a processos-crime por tráfico de pessoas.	75
Media valor	90%

AE5 – Cooperar

A AE5 foi totalmente executada, com uma taxa de execução de 92%, correspondendo ao cumprimento das 5 medidas aí previstas. Esta AE é marcada pelo seu cariz ambicioso, sendo de destacar o trabalho desenvolvido internacionalmente no que concerne ao combate ao tráfico de seres humanos com uma multiplicidade de ações, não tanto de intervenção, mas de planeamento e tendo como pano de fundo os trabalhos desenvolvidos nesta área no plano nacional e internacional. Todavia, a falta de dados de natureza quantitativa dificulta a avaliação e o respetivo processo de triangulação de dados, frustrando a validação das inúmeras ações realizadas com vista ao cumprimento da AE.

Quadro 52 - Avaliação de Medidas da Área Estratégica 5 do III PNPCTSH

Medida	Valor avaliação %
48) Organizar encontros de reflexão e de troca de boas práticas entre os diversos agentes nacionais e internacionais no âmbito da prevenção e investigação criminal sobre tráfico de seres humanos.	100
49) Desenvolver projetos com vista a promover a cooperação nacional e internacional na vertente de prevenção, proteção e apoio a vítimas de tráfico de seres humanos.	100
50) Participar ativamente na prioridade da UE para o combate ao tráfico de seres humanos.	100
51) Reforçar os mecanismos de referência nacionais e transnacionais na área do tráfico de seres humanos junto dos países da CPLP.	100
52) Definir pontos de contacto para as questões do tráfico de seres humanos nas embaixadas e/ou postos consulares portugueses a fim de facilitar os processos de apoio a vítimas nacionais.	75
53) Conceber projeto de reforço de práticas de responsabilidade social, em particular nas áreas da prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, no contexto dos serviços do ME e empresas portuguesas que operam fora do território nacional.	75
Média valor	92%

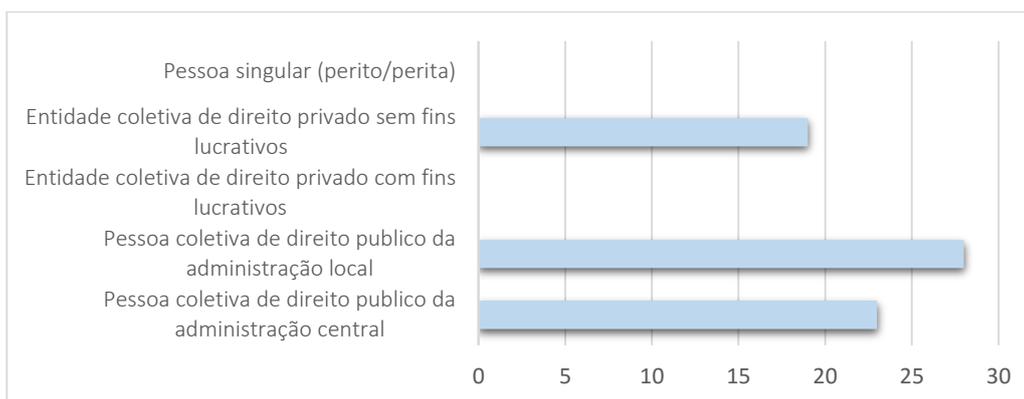
3.4.2. Perceções baseadas nos Inquéritos

Tendo em conta o questionário enviado às entidades responsáveis e executantes do Plano³⁰, o inquérito obteve uma taxa de resposta global de 18,1%. A distribuição das respostas recebidas por entidades é a que consta do quadro que a seguir se apresenta:

Quadro 53 - Distribuição percentual das respostas recebidas por entidades

Área da Entidade	Nº de respondentes III PAPEMGF (%)
Administração Central	9
Comunicação Social	9
Cidadania e Igualdade	18
Emprego	9
Imigração	9
Justiça	9
Saúde	27
Outra	9
Total	11
	18,1%

³⁰ Ver Anexo XVIII: Questionário "III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos"

Gráfico 23 - Nº de respostas das entidades organizadas por natureza jurídica

Fonte: Inquérito do III PNPCTSH

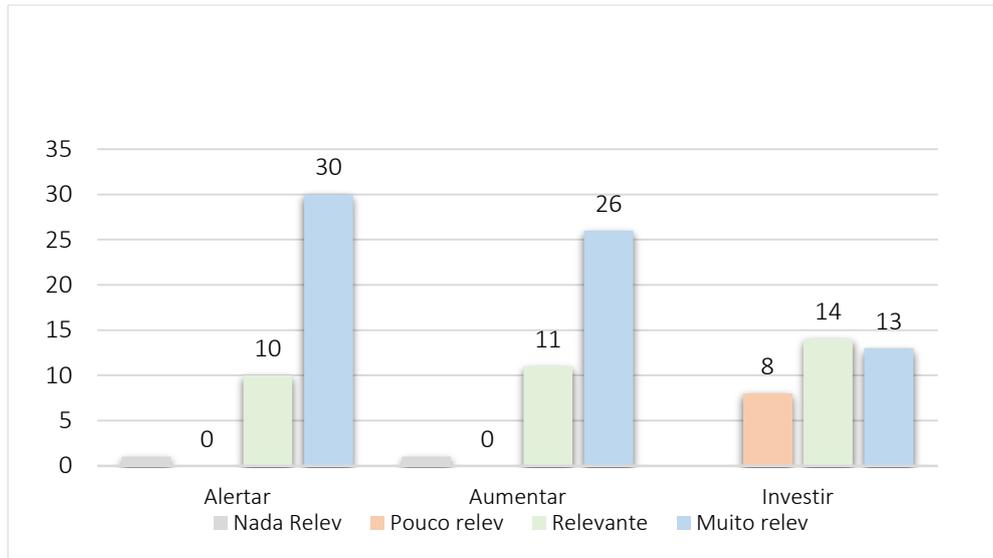
Constata-se que as entidades consideraram o Plano como bastante importante, sendo a menor valoração atribuída à AE1 (82,3%) e a maior valoração à AE5 (90%).

Quadro 54 - Avaliação das Áreas Estratégicas e dos Objetivos Estratégicos do III PNPCTSH com base nos inquéritos aplicados

	<i>Avaliação da importância</i>			
	Área Estratégica	OE1	OE2	OE3
AE1 - Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar	83	95	86	69
AE2 – Educar, Formar e Qualificar	82	80	88	
AE3 – Proteger, Intervir e Capacitar	80	85	94	87
AE4 – Investigar Criminalmente	81	82		
AE5 – Cooperar	90	90		
Avaliação Global	386	86	90	78

Em termos de relevância, os objetivos estratégicos nesta área são: muito importante para o OE - *Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis*; importante para o OE- *Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos*; e pouco importante para o OE - *Investir numa maior especialização no campo académico, que aprofunde o conhecimento das diversas formas de tráfico*. As respostas indicam o interesse na comunicação e disseminação destas questões e menor interesse pela investigação científica. O gráfico seguinte mostra, em termos de relevância as respostas relativas a estes objetivos estratégicos.

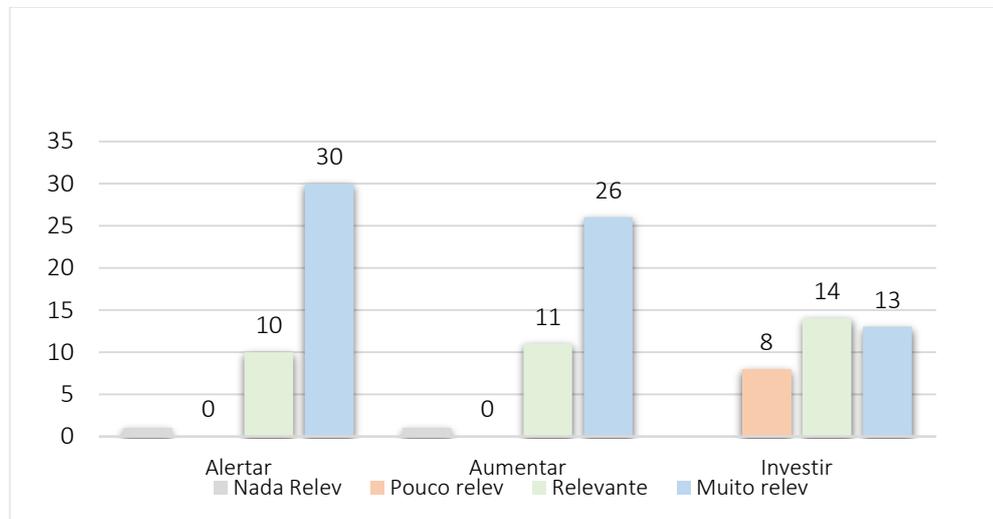
Gráfico 24 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 1



Fonte: Inquérito do III PNPCTSH

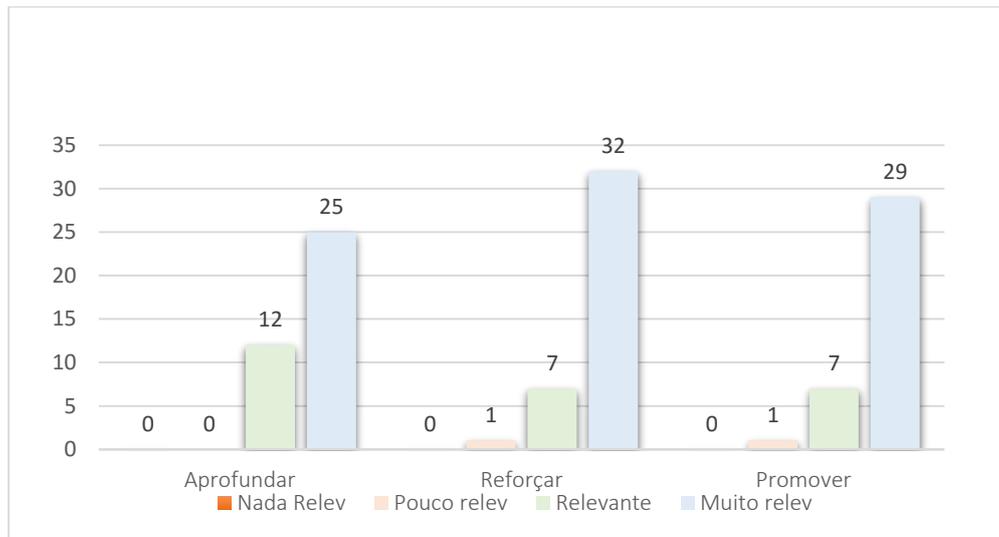
Os dois objetivos estratégicos da AE2 foram considerados como muito importantes (*Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos*) e importante (*Desenvolver ações ao nível educativo, junto de crianças, adolescentes e jovens adultos*). A formação e capacitação dos intervenientes é considerado muito importante nesta AE (ver gráfico seguinte).

Gráfico 25 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 2



Fonte: Inquérito do III PNPCTSH

Quanto aos objetivos estratégicos da AE3, dois são considerados como importantes (*Aprofundar os mecanismos de integração no sentido de prevenir eventuais situações de revitimização e Promover uma maior capacitação das vítimas*) e o objetivo *Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas* é considerado como muito importante.

Gráfico 26 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 3

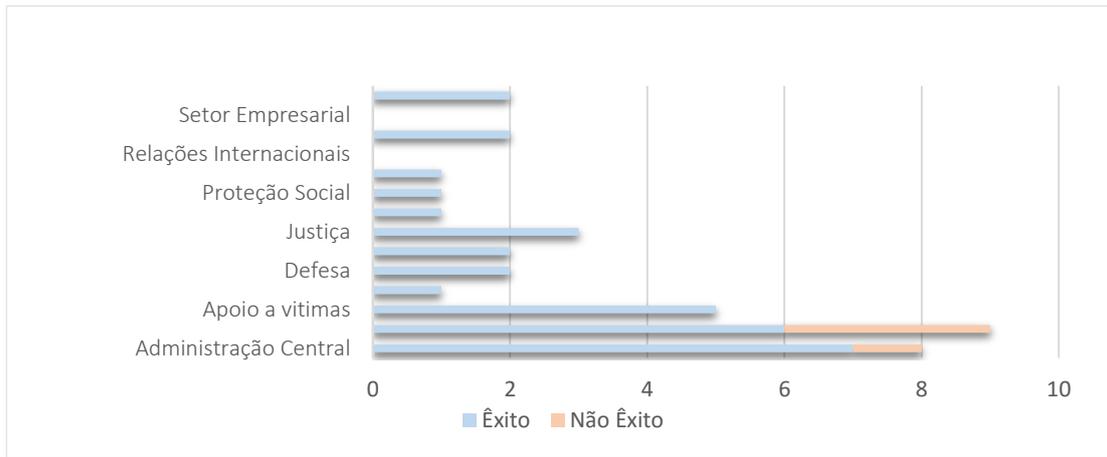
Fonte: Inquérito do III PNPCTSH

O único OE definido para a AE4 (Investigar Criminalmente) “*Desenvolver mecanismos que promovam uma melhor articulação entre os diversos Órgãos de polícia criminal*” é considerado importante. A importância deste objetivo é clara, dada que uma melhor cooperação entre as entidades intervenientes potencia a eficácia e economia dos meios na luta contra o TSH. Por fim, o OE da AE5 (Cooperação) - *Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos* - foi valorizado como muito importante.

A natureza jurídica das entidades responsáveis e executantes no III PNPCTSH que responderam ao inquérito era: 40% da Administração Local, seguida das entidades da Administração Central (33%) e das entidades particulares de solidariedade social (27%).

Quanto às ações desenvolvidas, de acordo com as respostas ao inquérito, é notória a predominância da realização de Seminários, correspondendo a 94,2% das ações realizadas, dos quais 80,9% foram operacionalizados ao nível da Administração Central. Apurou-se que 13,3% das entidades não realizaram ações e que foram os/as técnicos/as da área social e de saúde quem mais beneficiou das atividades desenvolvidas, representando 64,4% dos grupos identificados. Verificou-se ainda que a maioria das entidades respondentes (89,2%) assume que os resultados esperados tiveram êxito, tendo sido a CIG, as ONG e as Escolas as entidades mais intervenientes na realização das parcerias.

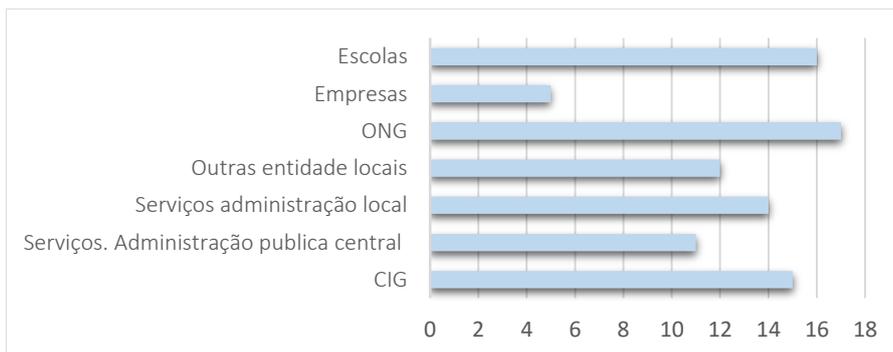
Gráfico 27 - Resultados esperados por área da entidade



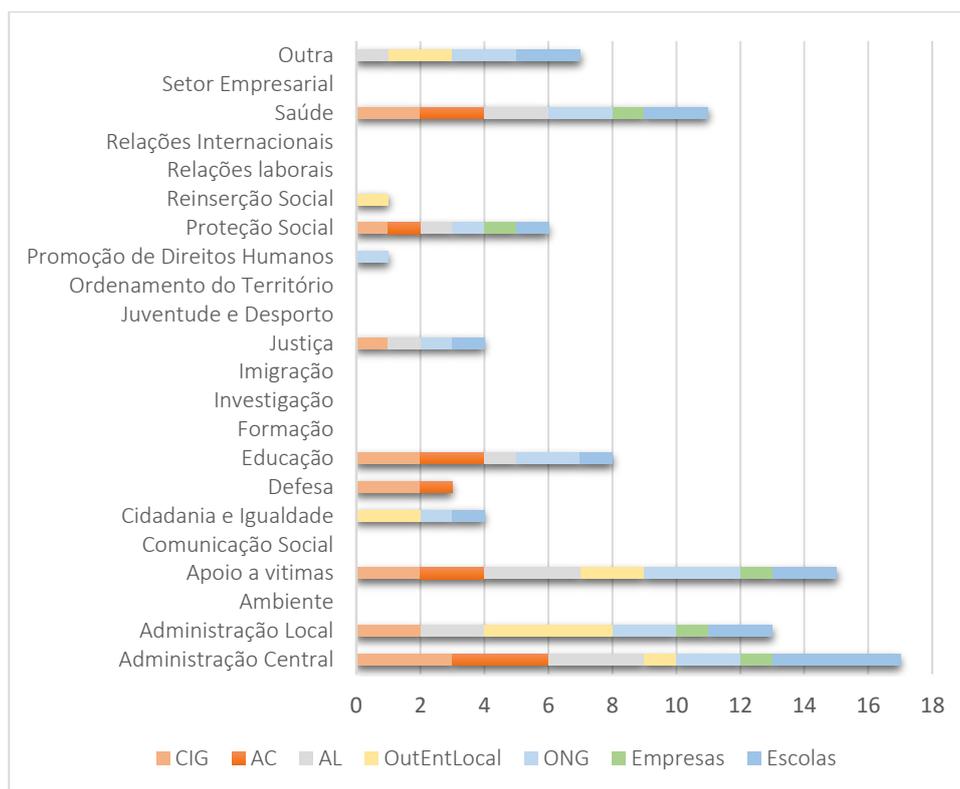
Fonte: Inquérito do III PNPCTSH

Quanto às parcerias levadas a cabo com cada uma das entidades destacam-se a CIG, as escolas, as ONG bem como os serviços da administração local como se encontra espelhado no gráfico 53. De notar a ausência de parcerias com entidades externas, o que parece paradoxal.

Gráfico 28 - Nº de parcerias realizadas com cada entidade



Fonte: Inquérito do III PNPCTSH

Gráfico 29 - Nº total de parcerias estabelecidas por área de entidade

Fonte: Inquérito do III PNPCTSH

O quadro que se segue traduz o número de ações desenvolvidas por cada entidade como resposta a medidas nas diferentes áreas estratégicas, sendo merecedoras de destaque a presença permanente de entidades da Administração Central e designadamente da área Justiça na execução de ações em todas as áreas estratégicas.

Quadro 55 - Nº de ações desenvolvidas por cada entidade de acordo com as Áreas Estratégicas

Entidade	Área Estratégica				
	1	2	3	4	5
Administração Central	9	7	6	3	6
Administração Local	7	0	0	0	3
Apoio a vítimas	4	3	5	0	1
Cidadania e Igualdade	3	0	0	0	0
Defesa	0	2	0	0	0
Educação	0	2	0	0	0
Imigração	1	1	0	0	0
Justiça	1	2	1	1	1
Promoção de Direitos Humanos	1	0	0	0	0
Proteção Social	0	0	1	0	0
Relações laborais	0	0	1	0	0
Relações Internacionais	0	0	0	0	0
Saúde	2	2	2	0	0
Setor Empresarial	0	0	0	0	0
Outra	1	0	1	0	1

Fonte: Inquérito do III PNPCTSH

3.4.3. Entrevistas e Focus Group

Após a recolha de informação, através da realização de entrevistas e de *Focus Group*, procedeu-se à análise de conteúdo de ambos os instrumentos, a qual foi organizada partindo do discurso dos/as participantes. O esquema interpretativo foi utilizado transversalmente na análise das entrevistas e do *Focus Group*, sendo composto por quatro domínios de análise: a realidade vivida, o suporte concetual, a qualidade do Plano e o desempenho dos atores. Importa aqui dar nota que muitas das questões suscitadas se sobrepõem em termos de enquadramento, sendo, por isso, suscetíveis de ser incluídas em mais do que um dos domínios; contudo, ainda que admitindo esta possibilidade, optou-se por incluir cada questão em apenas um domínio (tido por “predominante”) e evitar sobreposições, por motivos de clareza e organização. Assim, cruzando os quatro domínios de análise com a informação recolhida nas entrevistas individuais, bem como nos *Focus Group*, foram construídas as seguintes grelhas de análise.

Entrevistas

<i>Realidade Vivida</i>	<i>Suporte Concetual</i>	<i>Qualidade dos Planos</i>	<i>Desempenho dos Atores</i>
<p>O Plano é uma forma de afirmação de opções governamentais. É um instrumento muito pertinente e completo relativamente ao fenómeno como ele é conhecido na altura da sua construção.</p> <p>A realidade TSH e respetivos enquadramentos legais estão em constante alteração.</p> <p>Entre 2014 e 2017 alterou-se o cenário e o Plano foi dando resposta e adaptando-se, ainda que de forma não formal, a novas realidades.</p> <p>Portugal encontra-se bem posicionado no <i>ranking</i> a nível europeu no que diz respeito ao trabalho desenvolvido no âmbito do TSH, sendo reconhecido pelas boas práticas.</p> <p>A UE tem adotado práticas portuguesas no que diz respeito à migração.</p> <p>As questões de igualdade de género são importantes na execução das políticas (i.e., tráfico de mulheres).</p> <p>O OTSH é inovador englobando para além dos órgãos da polícia criminal, organizações da sociedade civil, o que permite a recolha de dados destes dois grupos.</p> <p>O OTSH é procurado para a realização de estágios académicos o que revela interesse sobre a temática.</p>	<p>O tráfico é uma grave violação dos direitos humanos e inclui uma série de outros crimes (i.e., falsificação de documentos, angariação de mão de obra laboral, ofensas à integridade física, etc.).</p> <p>Falta de clarificação e uniformização de conceitos.</p> <p>Há muito conhecimento teórico que não se aplica.</p> <p>A existência de um sistema com indicadores de referenciação facilita um intercâmbio de ação e uma linguagem comum.</p> <p>Dificuldade na tipificação das situações dependendo da origem da sinalização, bem como das novas formas emergentes do fenómeno.</p> <p>A complexidade do TSH afeta a avaliação por parte das entidades intervenientes.</p> <p>A forma como se avalia o impacto pode comprometer o êxito do Plano.</p>	<p>Grandes dificuldades em entender o que cada entidade faz efetivamente.</p> <p>Foram as entidades envolvidas as principais responsáveis pela apresentação das medidas.</p> <p>Muitas entidades responsáveis e executantes envolvidas.</p> <p>Medidas por executar por constrangimentos financeiros.</p> <p>Falta de recursos humanos para dar resposta a algumas medidas pelas quais o OTSH é responsável ou executante.</p> <p>Emergem novas questões de exploração laboral.</p> <p>Importa promover a formação para magistrados/as.</p> <p>Com a concretização de medidas ligadas à área da assistência, foi possível dar consistência à resposta de emergência, de acompanhamento de projetos de vida e de retorno assistido de uma forma muito mais eficaz.</p> <p>A rede de apoio e proteção às vítimas promoveu uma articulação eficaz e eficiente para a execução das medidas.</p> <p>De relevar a participação da PGR e de representantes da sociedade civil no grupo de acompanhamento à execução.</p>	<p>A existência de equipas multidisciplinares de trabalho permite um desempenho cada vez mais eficiente por terem uma vasta rede de parceiros localmente próximos e que utiliza um sistema nacional de referenciação que articula com atores locais.</p> <p>Existe esforço de articulação do trabalho entre as diferentes entidades.</p> <p>O desempenho global dos atores envolvidos na execução do Plano está focado sobretudo na formação, prevenção e prestação de informação.</p> <p>De relevar a integração da Associação Nacional dos Municípios Portugueses nos grupos de trabalho.</p> <p>A ligação à sociedade civil feita através das ONG permite melhores resultados.</p> <p>A PGR, entidade envolvida na execução do Plano, faz divulgação de informação pelos Tribunais.</p> <p>Falta um sistema de dados partilhado que permita aos diferentes atores um trabalho mais articulado.</p> <p>As ações de formação e sensibilização dos magistrados/as contribuíram para a execução do Plano.</p>

Relatório de Avaliação Externa

É positiva a existência de equipes multidisciplinares de assistência às vítimas de tráfico.

As matérias do Plano fazem parte do cotidiano das áreas de atuação da PGR.

A falta de sinalizações corretas e o nível de risco avaliado incorretamente poderão levar a consequências extremas como a morte das vítimas.

As intervenções junto das comunidades escolares foram majoritariamente feitas pelas ONG, de forma menos abrangente e sistemática.

Dificuldade em manter a qualidade do serviço prestado na assistência às vítimas.

Excessivo tempo de espera na atribuição de autorização de residência ou demora dos processos judiciais.

Necessidade de rever a estrutura do Plano.

Identificam-se medidas vagas e por vezes repetidas.

Existem sobreposições e duplicações de medidas dentro do Plano.

Necessidade de ações formativas para públicos estratégicos.

É tida como positiva a realização de reuniões do grupo de trabalho.

Necessidade de melhor articulação entre o Tribunal Criminal e o Tribunal de Trabalho.

Focus Group

<i>Realidade Vivida</i>	<i>Suporte Concetual</i>	<i>Qualidade dos Planos</i>	<i>Desempenho dos Atores</i>
<p>Falta de conhecimento sobre a realidade do TSH por falta de informação.</p> <p>Indefinição do estatuto: vítimas que aparentam não o ser.</p> <p>Papel inconsequente da comunicação social com eventual desenvolvimento de preconceitos fortes.</p> <p>O TSH pode gerar sentimentos de incomodidade social.</p>	<p>Fraca produção científica (i.e., estudos sobre a interdependência vítima-pessoa agressora).</p> <p>Há muito fluxo de dados dispersos e insuficientemente tratados.</p> <p>Concetualizações imprecisas.</p> <p>Falta de tipificação de segmentos de vítimas.</p> <p>Confusão entre fluxos migratórios irregulares e TSH.</p> <p>Pouca consideração do fator género na organização dos dados de TSH.</p> <p>Procura de aprofundamento de conceitos chave como vulnerabilidade e consentimento a partir da experiência acumulada pelos atores no terreno.</p>	<p>Importância da existência do Plano em si mesmo – há países que não têm nenhum – com a correspondente visibilidade do tema.</p> <p>Novos campos de atuação na implementação do Plano.</p> <p>Presença de uma mesma ação em várias medidas.</p> <p>Tempo de monitorização dos processos impede muitas vezes uma análise qualitativa adequada.</p> <p>Deve-se dar prioridade à formação de entidades de proteção.</p> <p>Valorização de equipas multidisciplinares.</p> <p>Necessidade de dotar o SEF com meios humanos e materiais para combater o TSH.</p>	<p>Papel importante dos atores no terreno na elaboração dos Planos.</p> <p>Vantagens das fortes relações de confiança entre as equipas que se encontram no terreno.</p> <p>Esforços das equipas no plano psicológico de ajuda às vítimas complementam os requisitos formais dos processos e contribuem para o êxito das ações.</p> <p>Necessidade de formação de agentes que intervêm em locais propícios à receção de vítimas (ex. Hospitais, Aeroportos).</p>

3.4.4. Análise SWOT

Após o processo de tratamento de dados, a equipa de avaliação procedeu a uma análise SWOT, permitindo a análise dos pontos fortes e fracos, assim como de oportunidades e ameaças identificadas. Esta análise reflete diretamente as informações reportadas pelas pessoas entrevistadas durante o processo de avaliação, pelo que se refere mais genericamente às perceções das mesmas não só quanto aos planos em si mas também quanto às áreas de intervenção em causa.

Pontos Fortes

A existência de um sistema com indicadores de referência, de acordo com as competências das entidades, facilita a articulação e uma linguagem comum;

Intervenção sobre diferentes formas de TSH com incidência nas questões da exploração laboral;

Equipas multidisciplinares consolidam a intervenção desde a resposta de emergência, ao acompanhamento de projetos de vida e ao retorno assistido;

Importância das equipas multidisciplinares como ponte entre os atores do sistema nacional de referência e os atores local;

Ligação à sociedade civil através da integração de mais entidades parceiras no grupo de acompanhamento à execução do Plano;

Participação do Conselho Superior de Magistratura e da PGR nos grupos de trabalho;

Fortes relações de confiança e boa articulação entre as equipas com intervenção em matéria de TSH.

Pontos Fracos

Necessidade de rever a estrutura do Plano, nomeadamente no que respeita à repetição de medidas e ao seu grau de profundidade e exatidão;

Imprecisão dos indicadores apresentados que dificultam a avaliação das ações realizadas;

Processo de sinalização das vítimas com algumas lacunas levando, por exemplo, à sinalização em duplicado do mesmo caso por entidades diferentes;

Incoerências nas terminologias adotadas, faltando a adoção de uma linguagem comum por intervenientes da sociedade civil;

Envolvimento, em determinadas medidas, de um número excessivo de entidades responsáveis e executantes;

Excesso de tempo de espera na atribuição de autorização de residência ou a demora dos processos judiciais;

Número reduzido de equipas de assistência às vítimas de tráfico;

Falta de tratamento das questões do TSH tendo em conta uma perspetiva de género;

Falta de recursos humanos nas organizações da sociedade civil com intervenção em matéria de TSH.

Oportunidades

As questões de igualdade de género são cada vez mais integradas na definição e execução das políticas.

Reforçar a articulação entre os tribunais criminais e os tribunais de trabalho;

Ameaças

Dificuldades de operacionalização dos conceitos teóricos conduzindo a problemas na ação dos/as profissionais do terreno;

Proliferação de redes de tráfico a operar em Portugal;

Psicologia forense com pouca incidência na tomada de decisões;

Investir no processo de sinalização das vítimas e nas formas de enquadramento mais rigoroso dos casos.

Diversificação das tipologias do fenómeno do TSH;

Situação económica e social nos países de origem que aumenta o risco de tráfico para determinados grupos.

3.4.5. Principais questões referenciadas

Após o tratamento e análise de dados referentes à temática do TSH, o quadro que se segue remete-nos para os 4 domínios: Realidade Vivida; Suporte Concetual; Qualidade do Plano e Desempenho dos Atores. O presente quadro será, posteriormente, complementado com uma síntese dos aspetos tidos por mais relevantes.

Quadro 56 - Cruzamento de informação dos instrumentos de avaliação - III PNPCTSH

III PNPCTSH

	Plano e Relatórios de Execução	Inquéritos	Entrevistas e FG
Realidade Viva	<p>Execução de medidas comprometidas por questões orçamentais;</p> <p>Realização de um elevado número de ações de formação que contribuíram para os objetivos estabelecidos;</p> <p>Portugal reconhecido internacionalmente no combate ao TSH;</p> <p>Falta de tratamento de dados desagregados por sexo.</p>	<p>Foram os/as técnicos/as da área social e de saúde quem mais beneficiou das atividades desenvolvidas;</p> <p>A CIG, as ONG e as Escolas foram as entidades mais intervenientes na realização das parcerias;</p> <p>A grande maioria das atividades realizadas foram seminários, sobretudo operacionalizados ao nível da Administração Central;</p> <p>Êxito/ sucesso dos resultados esperados por entidades executantes.</p>	<p>Boas práticas desenvolvidas no âmbito do TSH reconhecidas internacionalmente;</p> <p>A UE adotou práticas portuguesas no que diz respeito às migrações;</p> <p>Preocupação sobre as questões da igualdade de género que poderá ter influência nos mecanismos que executam as políticas;</p> <p>Existência de equipas de assistência às vítimas de tráfico;</p> <p>Medidas por executar por questões financeiras.</p>
Suporte Conceptual	<p>É notório o trabalho desenvolvido, a nível nacional e internacional, no combate ao TSH e à definição de um quadro concetual comum.</p>		<p>Ausência de um quadro concetual comum adotado pelos/as profissionais do terreno;</p> <p>Carências ao nível da produção científica em diferentes domínios do TSH, nomeadamente sobre a interdependência vítima – pessoa agressora e criminalidade múltipla;</p> <p>Concetualizações imprecisas, falta de tipificação de segmentos de vítimas como as crianças;</p> <p>As questões de género são pouco consideradas na análise do TSH.</p>
Qualidade dos Planos	<p>Existência de desfasamentos entre os objetivos estratégicos e os objetivos estabelecidos para cada medida e entre as medidas e as atividades desenvolvidas para a sua execução;</p> <p>Ausência de metas e de indicadores de desempenho;</p> <p>Necessidade de prestar mais atenção ao processo de encaminhamento de crianças vítimas de tráfico.</p>		<p>A concretização de medidas ligadas à área da assistência contribuiu para a resposta de emergência, de acompanhamento de projetos de vida e de retorno assistido de forma mais eficaz;</p> <p>Necessidade de rever a estrutura do Plano;</p> <p>Identificam-se medidas vagas e por vezes repetidas;</p> <p>Necessidade de dotar o SEF com meios humanos e materiais adequados para combater o TSH;</p>

Relatório de Avaliação Externa

			<p>Melhorar a articulação entre os tribunais criminais e tribunais de trabalho.</p>
<p>Desempenho dos Atores</p>	<p>Existência de um vasto número de entidades envolvidas na execução das ações.</p>	<p>13,3% das entidades não realizaram ações;</p> <p>Quanto às parcerias levadas a cabo, destacam-se as parcerias desenvolvidas com a CIG, as escolas, as ONG, bem como os serviços da administração local;</p> <p>Destaca-se o número de ações desenvolvidas pela Administração Central e da Justiça na execução de ações em todas as áreas estratégicas.</p>	<p>Muitas entidades responsáveis e executantes envolvidas;</p> <p>Papel importante da PGR na elaboração e execução dos Planos;</p> <p>A existência de equipas multidisciplinares de trabalho permite um desempenho cada vez mais eficiente;</p> <p>A articulação entre os atores do sistema nacional de referência e os atores locais é feita por parte das equipas multidisciplinares;</p> <p>Intervenções conjuntas das diferentes equipas e respetivos impactos, o envolvimento para a prevenção e formação, o conhecimento profundo do território;</p> <p>O desempenho global de todos os atores envolvidos na execução do Plano traduz-se sobretudo no maior conhecimento da sociedade, através da formação e informação prestadas;</p> <p>Necessidade de um sistema de dados partilhado que permita aos diferentes atores um trabalho sistematizado.</p>

Considerando, na sua generalidade, o grau de execução do Plano, definido através da análise dos relatórios intercalares de execução, o III PNPCTSH alcançou uma taxa de execução na ordem dos 86% traduzindo-se num Plano “maioritariamente executado”. Podemos encontrar uma variação entre 76% para as medidas da AE1 (Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar) e 92% para as medidas da AE5 (Cooperar). Todavia, estamos perante um Plano com medidas que se sobrepõem e com muitas entidades responsáveis e executantes não sendo possível equacionar a responsabilidade de cada uma face à execução das medidas.

De acordo com os inquéritos de perceção aplicados, este Plano foi considerado muito importante (86%) pelos participantes, apurando-se a menor taxa atribuída à AE1 (82,3%) e a maior à AE5 (90%), ainda que com taxas de perceção muito próximas. Constatou-se ainda que a maioria das entidades respondentes (89,2%) assumiu que os resultados esperados tiveram êxito, tendo sido a CIG, as ONG e as Escolas as entidades mais intervenientes na constituição de parcerias.

Sobressaiu das entrevistas e do *Focus Group* a ideia de que o fenómeno do TSH é de difícil concetualização, o que faz emergir algumas dificuldades de intervenção dos atores no terreno.

É de salientar o trabalho desenvolvido, e reconhecido internacionalmente, no âmbito do TSH, tal como o empenho no que respeita à realização de ações de formação, prevenção e sensibilização, nomeadamente para magistrados/as, bem como a existência de equipas multidisciplinares que permitem um desempenho cada vez mais eficiente servindo de elo entre os atores do sistema nacional de referência e os atores locais.

Contudo, denotou-se o reconhecimento da falta de conhecimento sobre a realidade do TSH pela escassez de informação o que nos remete também para a ideia partilhada do papel dos atores na área da comunicação e a necessidade de uma ação concertada.

É ainda de referir a necessidade de produção científica nesta área, bem como necessidades de natureza mais operacional como sendo o reforço dos recursos humanos para o desenvolvimento de ações que favoreçam e sirvam de auxílio à sociedade civil, e o tratamento de dados de natureza estatística desagregados por sexo.

4. Conclusões e Recomendações

Apresentam-se seguidamente as recomendações transversais, por um lado de forma autónoma e por outro integradas nos quadros específicos de recomendações de cada plano e associadas às respetivas conclusões. Cada um destes quadros integra as recomendações sustentadas em conclusões sinalizadas no capítulo anterior (Principais questões referenciadas) resultantes do cruzamento da informação dos diferentes instrumentos de avaliação.

Quanto às recomendações das tabelas seguintes, sinalizaram-se (com um X) as que apresentaram semelhanças a recomendações referidas nas avaliações anteriores de cada plano (2011-2013). Neste caso, ressalvamos a sua importância precisamente por já terem sido sinalizadas anteriormente como questões relevantes a resolver e cuja necessidade se mantém, demonstrando que o problema não está ainda resolvido. Igualmente se sinalizaram as recomendações já incorporadas, totalmente (X) ou parcialmente (0), na nova estratégia (ENIND), demonstrando que podem já ter sido consideradas e que à partida serão cumpridas/resolvidas, ou, por outro lado, e quando apenas parcialmente incorporadas, que continuam a persistir algumas limitações identificadas por esta avaliação e que continuarão, em princípio, por cumprir.

Finalmente, e de forma mais sistematizada, apresenta-se uma lista final de recomendações para cada plano que não constam na ENIND ou apenas parcialmente.

Recomendações transversais³¹

1. Desenvolver um sistema de monitorização da implementação dos Planos de ação, garantindo a avaliação qualitativa e quantitativa dos mesmos, designadamente através dos seguintes aspetos:
 - Traçar a evolução da implementação de cada medida ao longo dos anos, permitindo perceber tendências de estabilidade, de reforço ou de regressão, na execução dos Planos. Nesta linha, é importante que os relatórios finais de execução descrevam esta evolução, para além de indicarem números e resultados globais do conjunto dos anos de vigência dos planos.
 - Garantir a qualidade e uniformização da informação prestada nos relatórios de execução (intercalares e finais) que permita aferir, a cada instante, se os objetivos dos planos foram efetivamente alcançados, em termos, designadamente, de relevância da informação para a medida e indicadores respetivos, quantificação das ações e desagregação por tipo e entidades/participantes, referência ao impacto de cada ação, identificação clara dos casos em que a informação duplica o que é reportado para outra medida, identificação de dificuldades e ações de melhoria adotadas, detalhe da informação prestada evitando descrições demasiado genéricas que não permitem perceber a respetiva pertinência e abrangência, articulação entre os relatórios de execução de cada ano no sentido de permitir uma leitura longitudinal e evolutiva da implementação dos planos, elaboração do relatório

³¹ Algumas destas recomendações já encontram alguma materialização nas novas medidas definidas no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual, pelo que garantimos a identificação desta correspondência através da referência “cfr. ENIND.

final numa abordagem de balanço refletindo toda a ação desenvolvida ao longo dos anos de implementação. Muitas destas melhorias podem ser promovidas logo a partir do momento em que o pedido de reporte é feito às entidades responsáveis e envolvidas, i.e., disponibilizando-lhes uma matriz de reporte que uniformiza os requisitos mínimos da informação a ser prestada por cada entidade para efeitos de monitorização, comparabilidade, identificação de dificuldades e necessidades de melhorias, e posterior avaliação.

- Garantir que a definição das medidas é sempre acompanhada da respetiva forma de operacionalização, i.e., é fundamental evitar situações em que as metas são definidas de maneira genérica, sem indicar como estas devem ser materializadas. Na mesma linha, os indicadores devem permitir medir tanto os resultados como o processo para os atingir.
 - Criar um modelo standard de relatório de execução (intercalar e final) que inclua metodologia de avaliação, incluindo de impacto; identificação de quais os problemas e como se pensa ultrapassá-los e maior regularidade no reporte.
 - Adaptar a fórmula e sistema de cálculo da taxa de execução atualmente utilizada, tendo em conta o novo formato de indicadores e metas definidos na nova estratégia ENIND
2. Na elaboração dos planos acautelar designadamente os seguintes aspetos:
 - Assegurar a coerência entre as medidas e as respetivas ações definidas para atingir os objetivos fixados.
 - Definir para cada medida indicadores qualitativos deverá permitir uma avaliação ex-post.
 - Melhorar a articulação e coordenação entre os Planos eliminando a sobreposição de medidas.
 - Garantir que a definição das medidas é sempre acompanhada da respetiva forma de operacionalização, designadamente em termos de processo e entidades executantes
 3. Construção de um sistema de informação que seja capaz de armazenar, de forma rigorosa e sistemática toda a informação relativa aos Planos, incluindo relações e processos com entidades responsáveis e executantes.
 4. Reconhecendo o papel da comunicação, desenvolver e monitorizar uma ação concertada entre atores estratégicos (além de campanhas e ações pontuais de sensibilização), designadamente em termos de:
 - Informação para os *media* – difusão periódica de temas, estatísticas e de legislação;
 - Formação de estudantes da comunicação bem como de jornalistas;
 - Publicidade e entretenimento (telenovelas, conteúdos televisivos infantis e juvenis, vídeo jogos, apps, redes sociais, etc.).
 5. Garantir financiamento para estudos, o qual deverá contemplar a obrigatoriedade da produção de um instrumento de aplicação imediata na construção de medidas de política pública, bem como identificação da sustentabilidade financeira das ações.
 6. No contexto da formação já efetuada e das orientações do Ministério das Finanças, os serviços devem iniciar a implementação do *Gender Budgeting* (cfr. ENIND).

7. Formação contínua para pessoal docente e não docente de todos os graus de escolaridade nas áreas da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação (cfr. ENIND).
8. Desenvolver uma ação concertada e coordenada em matéria de formação para a área da igualdade de género e a não discriminação (incluindo planificação, execução e monitorização) no sentido de garantir a formação contínua e permanente dos/as profissionais das várias áreas, em estreita articulação com as entidades responsáveis e executantes do Plano.
9. Incluir a matéria da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação como disciplina obrigatória, nos programas curriculares, a partir do pré-escolar, sujeito a avaliação (cfr. ENIND).
10. Reforçar as medidas dos planos de ação relativas a grupos mais vulneráveis, adequando as respostas às especificidades de cada grupo, designadamente imigrantes, minorias étnico-raciais como as pessoas ciganas e afrodescentes, e crianças e pessoas idosas (cfr. ENIND).
11. Identificar e centralizar as fontes administrativas estatísticas existentes, garantir a comparabilidade dos dados recolhidos, e dar prioridade à produção e difusão, pelo Sistema Estatístico Nacional, de estatísticas anuais nas temáticas dos Planos (cfr. as medidas previstas na ENIND nesta área), garantindo a desagregação dos dados por sexo e respetivo cruzamento com outras variáveis (e.g., localização geográfica, grupo etário, habilitações literárias, nacionalidade, país de origem).
12. Garantir a regularidade de reuniões do Grupo de Trabalho (Profissionais de diferentes Ministérios e ONG) para monitorização da execução dos Planos.

4.1. V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação

No quadro seguinte, articulam-se as principais conclusões do Plano com as respetivas recomendações. Para cada recomendação, fez-se a verificação se já tinham sido referidas na anterior avaliação, mantendo-se a sua necessidade e/ou se já estavam contempladas na nova estratégia (ENIND).

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	AVALIAÇÃO ANTERIOR	ENIND
Elevado nº de entidades executantes sem identificação de responsabilidades Algumas medidas sem entidade executante designada	Garantir que a definição das medidas é sempre acompanhada da respetiva forma de operacionalização, designadamente em termos de processo e entidades executantes	X	
Falta de avaliação do impacto das ações realizadas A nova estratégia não permite manter a atual metodologia de avaliação da taxa de execução do Plano	Adaptar a fórmula e sistema de cálculo da taxa de execução atualmente utilizada, tendo em conta o novo formato de indicadores e metas definidos na nova estratégia ENIND		
Falta de aproveitamento e divulgação dos estudos realizados O conceito de igualdade de género necessita de clarificação Carências ao nível escolar das questões ligadas á igualdade de género	Formação contínua para pessoal docente e não docente de todos os graus de escolaridade nas áreas da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação Incluir a matéria da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação como disciplina obrigatória, nos programas curriculares, a partir do pré-escolar, sujeito a avaliação	X	X
Desalinhamento dos planos municipais com o VPNI em termos dos objetivos estratégicos.	Alinhar os objetivos estratégicos dos planos municipais com o VPNI, os planos devem concorrer para a política pública nacional		
Lacunas de dados estatísticos relevantes (i.e. desagregação por sexo, domínios de intervenção, etc.)	Identificar e centralizar as fontes administrativas estatísticas existentes, garantir a comparabilidade dos dados recolhidos, e dar prioridade à produção e difusão, pelo Sistema Estatístico Nacional, de estatísticas anuais nas temáticas dos Planos (cfr. as medidas previstas na ENIND nesta área), garantindo a desagregação dos dados por sexo e respetivo cruzamento com outras variáveis (e.g., localização geográfica, grupo etário, habilitações literárias, nacionalidade, país de origem). Construção de um sistema de informação que seja capaz de armazenar, de forma rigorosa e sistemática toda a informação		X

Relatório de Avaliação Externa

	relativa aos Planos, incluindo relações e processos com entidades responsáveis e executantes. É fundamental planear a realização de um novo inquérito sobre os usos dos tempos das mulheres e homens (em 2019 ou, o mais tardar, em 2020)		
Assimetrias entre os Objetivos Estratégicos, os objetivos, os indicadores e as atividades das medidas	Assegurar a coerência entre as medidas e as respetivas ações definidas para atingir os objetivos fixados	X	
Ausência de metas Fraco reporte das atividades realizadas pelas entidades executantes	Criar um modelo de Relatórios de execução que incluam metodologia de avaliação, incluindo de impacto; identificação de quais os problemas e como se pensa ultrapassá-los e maior regularidade no reporte	X	0
Elevado nº de medidas semelhantes	Melhorar a articulação e coordenação entre os Planos eliminando a sobreposição de medidas.	X	
Poucas ações realizadas relativas aos grupos vulneráveis	Reforçar as medidas dos planos de ação relativas a grupos mais vulneráveis, adequando as respostas às especificidades de cada grupo, designadamente imigrantes, minorias étnico-raciais como as pessoas ciganas e afrodescendentes, e crianças e pessoas idosas. Adoção de medidas na mitigação dos riscos de pobreza das famílias, designadamente as famílias monoparentais, famílias numerosas, bem como outros grupos vulneráveis. Definir medidas de intervenção mais concretas e direcionadas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de género, em áreas definidas como o mercado de trabalho, a educação, a saúde e a legislação.		X
Pouca articulação entre os vários atores intervenientes Papel das parcerias na promoção do trabalho em rede (entidades da esfera social com a CIG)	Melhorar a articulação e o trabalho em rede, reforçando as parcerias dos intervenientes do PNI		X
Fraca sensibilização dos/as dirigentes e responsáveis ao tema da igualdade Assédio sexual e moral no local de trabalho pouco considerado	Promoção de ações de sensibilização no combate: i. à discriminação nas promoções e escolhas das chefias; ii. ao assédio sexual e moral.		X
Cartas de missão sem objectivo da igualdade de género Baixos resultados nos orçamentos sensíveis ao género (Planos setoriais)	No contexto da formação já efetuada e das orientações do Ministério das Finanças, os serviços devem iniciar a implementação do Gender Budgeting		X

	Promover o “mainstreaming” do género nas políticas públicas e na preparação de orçamentos sensíveis ao género dos Ministérios Inscrever o objetivo da igualdade de género e não discriminação nas cartas de missão dos/das dirigentes.		
Falta de capacitação das mulheres para a liderança	Reforçar as ações da CITE e de outros atores no desenvolvimento e capacitação das mulheres em termos de liderança	X	
Existência de conselheiros sem garantia de capacidade de intervenção nos Planos de igualdade	Rever o estatuto do/a conselheiro/a para a igualdade	X	X
Desconhecimento do grau de cumprimento da RCM 18/2014 de 5 de Março para as empresas do sector empresarial do estado	Criar instrumentos com vista à Igualdade de oportunidades nas empresas com vista à redução do “pay gap”, nomeadamente a transparência das regras de promoção, procedimentos de avaliação e gestão de recursos humanos ³²		X
Perfil pouco adequado dos profissionais	Criar uma estratégia para a formação para a área da igualdade de género e a não discriminação, em estreita articulação com as entidades responsáveis e executantes dos planos, no sentido de garantir uma formação continua e permanente dos/as profissionais		
Falta de adequação do contexto socio económico à problemática da conciliação entre a vida pessoal e profissional	Melhorar a adequação das infraestruturas sociais de apoio à infância, juventude e população idosa face às necessidades da conciliação das famílias com a vida profissional: i. Alargar e flexibilizar horários ii. Reforçar o envolvimento dos parceiros sociais na área do mercado de trabalho Incentivar a maior partilha do trabalho de cuidado entre mulheres e homens; e promover ações de formação nesta área		0
Papel pouco relevante da comunicação social Falta de conhecimento do PNI e dos restantes planos por parte do publico em geral	Reconhecendo o papel da comunicação, desenvolver e monitorizar uma ação concertada entre atores estratégicos (além de campanhas e ações pontuais de sensibilização), designadamente em termos de: <ul style="list-style-type: none"> • Informação para os media – difusão periódica de temas, estatísticas e de legislação; • Formação de estudantes da comunicação bem como de jornalistas; 		X

³² Cfr., Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto, que aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor.

Relatório de Avaliação Externa

	<ul style="list-style-type: none">• Publicidade e entretenimento (telenovelas, conteúdos televisivos infantis e juvenis, vídeo jogos, apps, redes sociais, etc.).		
--	---	--	--

Seguidamente apresentam-se as recomendações específicas (não transversais) do VPNI que não constam na nova estratégia, ou que apenas constam parcialmente na nova estratégia.

1. Inscrever o objetivo da igualdade de género e não discriminação nas cartas de missão dos/das dirigentes.
2. Reforçar as ações da CITE e de outros atores no desenvolvimento e capacitação das mulheres em termos de liderança³³.
3. Desenhar uma estratégia estruturada e coordenada, de mobilização e acompanhamento das práticas do setor empresarial privado no que se refere à adoção de planos para a igualdade e práticas em matéria de combate à discriminação salarial, assédio sexual e moral, e promoção da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.
4. Garantir uma monitorização e tratamento efetivo de dados (que vá além da mera recolha), de forma permanente e com produção regular de informação por parte das entidades públicas competentes, no que se refere a indicadores de evolução em matérias chave de uma intervenção estruturada no mercado de trabalho, como sejam as disparidades salariais; a tomada de decisão; as práticas das empresas em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, bem como de representação equilibrada; planos para a igualdade; códigos de conduta em matéria de assédio, entre outros.
5. Desenvolver ações de promoção da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, tais como adequar as infraestruturas sociais de apoio à infância, juventude e população idosa; incentivar a maior partilha do trabalho de cuidado entre mulheres e homens; e promover ações de formação nesta área.
6. Melhorar a adequação das infraestruturas sociais de apoio à infância, juventude e população idosa face às necessidades da conciliação das famílias com a vida profissional:
 - Alargar e flexibilizar horários;
 - Reforçar o envolvimento dos parceiros sociais na área do mercado de trabalho.
7. Desenvolver uma ação concertada e coordenada em matéria de formação para a área da igualdade de género e a não discriminação (incluindo planificação, execução e monitorização) no sentido de garantir a formação contínua e permanente dos/as profissionais das várias áreas, em estreita articulação com as entidades responsáveis e executantes do Plano.
8. Alinhar os objetivos estratégicos dos planos municipais com o VPNI, por forma a que os planos concorram para a política pública nacional.
9. Em matéria de apoio financeiro a ONG, garantir que o sistema de monitorização do Plano permite uma recolha permanente dos dados dos projetos financiados e dos respetivos resultados.

³³ Em matéria de tomada de decisão, cfr. propostas de lei do governo em discussão na AR: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=42345> e <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=42346>

4.2. V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

No quadro seguinte, articulam-se as principais conclusões do plano com as respetivas recomendações. Para cada recomendação, fez-se a verificação se já tinham sido referidas na anterior avaliação, mantendo-se a sua necessidade e/ou se já estavam contempladas na nova estratégia (ENIND).

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	AVALIAÇÃO ANTERIOR	ENIND
<p>Aparente falta de uniformização no reporte das atividades</p> <p>Ausência de estudos de impacto das ações realizadas</p> <p>Ausência de metas e indicadores</p>	<p>Criar um modelo de Relatórios de execução que incluam metodologia de avaliação, incluindo de impacto; identificação de quais os problemas e como se pensa ultrapassá-los e maior regularidade no reporte</p> <p>Definir para cada medida indicadores qualitativos deverá permitir uma avaliação ex-post.</p> <p>Tornar efetivas as recomendações da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica aos serviços de Saúde (2018) e às Forças de Segurança (2017)</p>	X	0
<p>Elevado nº e semelhança das medidas</p> <p>Entidades executantes não participam, muitas vezes, na execução das medidas com abrangência nacional</p>	<p>Melhorar a articulação e coordenação entre os Planos eliminando a sobreposição de medidas.</p> <p>Garantir que todas as medidas tenham entidades executantes ao nível da operacionalização da medida</p>		
<p>Abordagem pouco estruturada das diferentes áreas estratégicas do Plano</p>	<p>Assegurar a coerência entre as medidas e as respetivas ações definidas para atingir os objetivos fixados</p>	X	
<p>Pouca implementação de medidas realizadas com intervenção junto das empresas</p> <p>Falta de formação de pais para uma parentalidade mais cuidadora e consciente</p> <p>Formação insuficiente, para combate à desvalorização/desconhecimento, para os profissionais VDG, nomeadamente na área da justiça e saúde</p> <p>Poucas ações realizadas e poucas medidas sobre imigrantes, comunidade cigana, LGBTI, pessoas idosas e população em meio rural</p>	<p>Reforçar as medidas dos planos de ação relativas a grupos mais vulneráveis, adequando as respostas às especificidades de cada grupo, designadamente imigrantes, minorias étnico-raciais como as pessoas ciganas e afrodescentes, e crianças e pessoas idosas.</p> <p>Reforçar na monitorização da implementação das medidas e dos Planos de ação, garantindo a avaliação qualitativa e quantitativa dos mesmos</p> <p>Monitorizar e divulgar os dados recolhidos na APP violência doméstica</p>	X	0
<p>Existência de poucas medidas sobre as crianças</p>	<p>Maior interação com a CNPDPCJ nas áreas de violência doméstica e de abuso sexual</p>		

Escassa articulação e formação em termos de intervenção específica entre o sistema de proteção (criança) e da rede nacional (adulto)	Reforçar as ações de formação junto de hospitais e de escolas privadas para melhor proteger as crianças vítimas de violência, enquanto área sinalizada como carecendo de intervenção, garantindo a articulação com a CNPDPCJ		
Insuficiente estratégia de comunicação para a sensibilização e combate aos estereótipos da VDG Risco da banalização dos comportamentos violentos	Reconhecendo o papel da comunicação, desenvolver e monitorizar uma ação concertada entre atores estratégicos (além de campanhas e ações pontuais de sensibilização), designadamente em termos de: <ul style="list-style-type: none"> • Informação para os media – difusão periódica de temas, estatísticas e de legislação; • Formação de estudantes da comunicação bem como de jornalistas; • Publicidade e entretenimento (telenovelas, conteúdos televisivos infantis e juvenis, vídeo jogos, apps, redes sociais, etc.). (T6) 		0
Aumento dos fatores de risco e das formas de violência, designadamente através das novas tecnologias	Avaliar a forma de adequar as respostas de apoio às vítimas às novas formas de violência e aos novos fatores de risco (i.e. ciber-violência).		
Falta de articulação entre os tribunais criminais e de família nos casos de VD	Melhorar a articulação entre a investigação criminal e os tribunais criminais com os tribunais de família (designadamente, monitorizar a implementação e impacto da Lei n.º 24/2017, de 24 de maio; estudar as boas práticas internacionais nesta matéria; tornar obrigatória a formação em VDG de magistrados/as; avaliar formas de cruzar e partilhar informação sobre os processos entre os dois tipos de tribunais)		
Ausência de articulação com o Plano nacional de saúde mental com vista à recuperação das vítimas (crianças e adultas) e da pessoa agressora de VDG	Integrar a área da VDG no Plano Nacional de Saúde Mental	X	0
Abrandamento das reuniões entre profissionais de diferentes Ministérios e das ONG	Garantir a regularidade das reuniões do Grupo de Trabalho (Profissionais de diferentes Ministérios e ONG)		
Arquivamento das queixas de VDG muito elevado; originando um nível de confiança na justiça diminuto; falta de punição da pessoa agressora; desgaste e exposição da vítima ao longo do processo judicial Faltam medidas de proteção imediata da vítima aquando da apresentação da queixa.	Melhorar as respostas de proteção imediata da vítima aquando da apresentação da queixa, designadamente garantir a celeridade do processo de atribuição de teleassistência; avaliar as razões das baixas taxas de aplicação de medidas de coação às pessoas agressoras; garantir o apoio psicológico às vítimas de violência doméstica no momento de apresentação da queixa (com vista ao empoderamento da vítima, denúncia de VD), com impacto no não arquivamento dos processos	X	

Relatório de Avaliação Externa

<p>Problema processual na recolha de depoimentos na co-presença da pessoa agressora e vítima</p> <p>Casos de deteção e/ou suspeita de situações de violência doméstica pelos vários serviços sem sequência efetiva</p> <p>Cumplicidade de comunidades envolvidas no encobrir de Violência Doméstica</p>	<p>Realizar um novo estudo avaliativo das decisões judiciais na área da VDG</p>		
<p>Dificuldades na comparabilidade de dados com outros países</p> <p>Ausência de um sistema estatístico sistematizado em matéria de VDG</p>	<p>Identificar e centralizar as fontes administrativas estatísticas existentes, garantir a comparabilidade dos dados recolhidos, e dar prioridade à produção e difusão, pelo Sistema Estatístico Nacional, de estatísticas anuais nas temáticas dos Planos (cfr. as medidas previstas na ENIND nesta área), garantindo a desagregação dos dados por sexo e respetivo cruzamento com outras variáveis (e.g., localização geográfica, grupo etário, habilitações literárias, nacionalidade, país de origem).</p> <p>Construção de um sistema de informação que seja capaz de armazenar, de forma rigorosa e sistemática toda a informação relativa aos Planos, incluindo relações e processos com entidades responsáveis e executantes.</p>	X	
<p>Insuficiente intervenção no sistema de ensino</p> <p>Pouca intervenção da educação e saúde na interrupção do ciclo intergeracional de violência</p> <p>Pouca produção científica nacional sobre a matéria dispersa, insuficiente e com pouca aplicabilidade</p>	<p>Formação contínua para pessoal docente e não docente de todos os graus de escolaridade nas áreas da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação</p> <p>Incluir a matéria da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação como disciplina obrigatória, nos programas curriculares, a partir do pré-escolar, sujeito a avaliação</p>	0	X
<p>Falta de recursos humanos, financeiros e materiais; e Dificuldade em orçamentar as atividades na área da violência</p>	<p>No contexto da formação já efetuada e das orientações do Ministério das Finanças, os serviços devem iniciar a implementação do <i>Gender Budgeting</i></p>		X
<p>O funcionamento das casas de abrigo carece de melhoria designadamente ao nível da intervenção junto de crianças, formação de pessoal e da acreditação das infra-estruturas</p>	<p>Introduzir a certificação independente das infraestruturas de apoio às vítimas, bem como, progressivamente, a certificação das competências dos recursos humanos das mesmas</p> <p>Reforçar a cooperação entre as redes locais de apoio às vítimas de VDG tendo em atenção as já existentes</p>	X	X
<p>Ausência de impacto sobre a prevenção da reincidência de crimes de índole sexual</p>	<p>Desenvolver políticas de combate à violência sexual: prevenção; reforço da formação; promoção de maior articulação entre forças de segurança e instituições locais.</p>		X

	Melhorar respostas de apoio às vítimas de violência sexual: dinamização, articulação e uniformização de procedimentos da Rede Articulada Especializada.		
--	---	--	--

Seguidamente apresentam-se as recomendações específicas (não transversias) do VPNPCVDG que não constam na nova estratégia, ou que apenas constam parcialmente na nova estratégia.

1. Melhorar as respostas de proteção imediata da vítima aquando da apresentação da queixa, designadamente garantir a celeridade do processo de atribuição de teleassistência; avaliar as razões das baixas taxas de aplicação de medidas de coação às pessoas agressoras; garantir o apoio psicológico às vítimas de violência doméstica no momento de apresentação da queixa (com vista ao empoderamento da vítima, denúncia de VD), com impacto no não arquivamento dos processos.
2. Melhorar a articulação entre a investigação criminal e os tribunais criminais com os tribunais de família (designadamente, monitorizar a implementação e impacto da Lei n.º 24/2017, de 24 de maio; estudar as boas práticas internacionais nesta matéria; tornar obrigatória a formação em VDG de magistrados/as; avaliar formas de cruzar e partilhar informação sobre os processos entre os dois tipos de tribunais).
3. Integrar a área da VDG no Plano Nacional de Saúde Mental.
4. Reforçar as ações de formação junto de hospitais e de escolas privadas para melhor proteger as crianças vítimas de violência, enquanto área sinalizada como carecendo de intervenção, garantindo a articulação com a CNPDPCJ.
5. Avaliar a forma de adequar as respostas de apoio às vítimas às novas formas de violência e aos novos fatores de risco (i.e. ciber-violência).
6. Realizar um novo estudo avaliativo das decisões judiciais na área da VDG, que inclua a produção de um instrumento de aplicação imediata na construção de medidas de política pública.
7. Cumprir as recomendações da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica aos serviços de Saúde (2018) e às Forças de Segurança (2017).
8. Monitorizar e divulgar os dados recolhidos na APP violência doméstica.
9. Promover maior interação com a CNPDPCJ nas áreas de violência doméstica e de abuso sexual.

4.3. III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina

No quadro seguinte, articulam-se as principais conclusões do programa com as respetivas recomendações. Para cada recomendação, fez-se a verificação se já tinham sido referidas na anterior avaliação, mantendo-se a sua necessidade e/ou se já estavam contempladas na nova estratégia (ENIND).

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	AVALIAÇÃO ANTERIOR	ENIND
Dificuldades da ligação desta temática ao sistema de ensino	Incluir a matéria da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação como disciplina obrigatória, nos programas curriculares, a partir do pré-escolar, sujeito a avaliação Promover debates sobre a temática da MGF com licenciados/as, mestrados/as, doutorados/as que fazem parte dos grupos praticantes em Portugal		0
Inexistência de um sistema de informação estatística Ausência de informação sistematizada	Identificar e centralizar as fontes administrativas estatísticas existentes, garantir a comparabilidade dos dados recolhidos, e dar prioridade à produção e difusão, pelo Sistema Estatístico Nacional, de estatísticas anuais nas temáticas dos Planos (cfr. as medidas previstas na ENIND nesta área), garantindo a desagregação dos dados por sexo e respetivo cruzamento com outras variáveis (e.g., localização geográfica, grupo etário, habilitações literárias, nacionalidade, país de origem). Construção de um sistema de informação que seja capaz de armazenar, de forma rigorosa e sistemática toda a informação relativa aos Planos, incluindo relações e processos com entidades responsáveis e executantes.		X
Inexistência de objetivos estratégicos O Plano não apresenta indicadores de impacto Nenhuma entidade considera as medidas como tendo muito impacto	Assegurar a coerência entre as medidas e as respetivas ações definidas para atingir os objetivos fixados Avaliação quantitativa e qualitativa continua dos projetos, seus impactos e sustentabilidade das ações desenvolvidas Criar um modelo de Relatórios de execução que incluam metodologia de avaliação, incluindo de impacto, com base em metas para cada medida e de acordo com os objetivos indicados. O recurso a indicadores qualitativos deverá permitir uma avaliação ex-post	X	

Relatório de Avaliação Externa

<p>Lacunas na identificação ou sinalização de situações de MGF</p> <p>Novos fluxos migratórios vêm tornar mais complexo o mapeamento do tema.</p> <p>Insuficiente recolha e edição de dados (incluindo estudos científicos), com intervenção mais recente nas políticas públicas mais amadurecidas</p> <p>MGF é uma prática tradicional, ritualizada e socialmente transversal destas comunidades, enraizada na desigualdade de género.</p>	<p>Realização periódica de estudos de prevalência da MGF em Portugal, bem como da publicação regular dos dados mais recentes dos casos registados na Plataforma de Dados da Saúde (PDS).</p>		<p>X</p>
<p>Papel da comunicação social insatisfatório</p>	<p>Reconhecendo o papel da comunicação, desenvolver e monitorizar uma ação concertada entre atores estratégicos (além de campanhas e ações pontuais de sensibilização), designadamente em termos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação para os media – difusão periódica de temas, estatísticas e de legislação; • Formação de estudantes da comunicação bem como de jornalistas; • Publicidade e entretenimento (telenovelas, conteúdos televisivos infantis e juvenis, vídeo jogos, apps, redes sociais, etc.). 		
<p>Monitorização das orientações técnicas na área da saúde sem uma resposta adequada</p> <p>Os profissionais de saúde com falta de formação/ sensibilização.</p>	<p>Garantir formação contínua para profissionais nas áreas da saúde, justiça, forças segurança e educação no combate à prevenção da prevenção da MGF</p>		
<p>Ações não realizadas por falta de meios financeiros e/ou de recursos humanos</p> <p>Enquadramento orçamental das ações não é adequado tendo em conta a necessidade de intervenção de médio prazo.</p>	<p>No contexto da formação já efetuada e das orientações do Ministério das Finanças, os serviços devem iniciar a implementação do Gender Budgeting</p>		
<p>A MGF provoca problemas de saúde nas vítimas que necessitam de cuidados médicos e com soluções já existentes gratuitamente noutros países.</p> <p>Em França e no Reino Unido contratam mulheres das comunidades formadas como mediadoras e que vão falar com estas mulheres nas maternidades.</p>	<p>Promover o diálogo entre Portugal e os países com prevalência da MGF e com as organizações internacionais.</p>		<p>X</p>

Pouca participação das lideranças religiosas das comunidades imigrantes no combate à MGF.	Promover a formação das lideranças religiosas em Portugal.		X
Uma vítima de MGF provavelmente é vítima de múltiplas outras violências agregadas, nomeadamente o casamento precoce, forçado.	Reforçar as medidas dos planos de ação relativas a grupos mais vulneráveis, adequando as respostas às especificidades de cada grupo, designadamente imigrantes, minorias étnico-raciais como as pessoas ciganas e afrodescentes, e crianças e pessoas idosas.		x
A falta de legalização da vítima impede o acesso do estatuto de vítima e aos cuidados de saúde	Integrar nas ações de empoderamento a articulação com as famílias dos jovens das comunidades praticantes		
Alguma desarticulação no trabalho no terreno entre atores sobre campos de intervenção de cada um.	Assegurar a responsabilização devidamente identificada pela implementação das medidas do Plano, nacional e localmente		
Ainda insuficiente ligação com mulheres, profissionais e investigadores, dos países de origem MGF, penalizando o grau de adequação do Plano à realidade. As jovens vítimas pedem para serem informadas sobre implicações futuras e pedem para falar com mulheres mutiladas mais velhas.	Incentivar o associativismo das comunidades dos países praticantes, como interlocutores na intervenção ao combate MGF, designadamente mulheres de diferentes países e comunidades praticantes formando-as e criando grupos de ajuda mútua e apoio a raparigas, formar jovens líderes nas comunidades		
Os trabalhos de empoderamento e de tomada de consciência das vítimas são importantes, mas faltam recursos humanos ao nível da saúde e da saúde mental.	Articulação com o Plano Nacional de Saúde Mental para efeitos da intervenção junto das vítimas		

Seguidamente apresentam-se as recomendações específicas (não transversais) do III PAPEMGF que não constam na nova estratégia, ou que apenas constam parcialmente na nova estratégia:

1. Garantir formação contínua para profissionais nas áreas da saúde, justiça, forças segurança e educação na prevenção e combate à MGF.
2. Incentivar o associativismo das comunidades dos países praticantes, como interlocutores na intervenção ao combate MGF, envolvendo designadamente mulheres de diferentes países e comunidades praticantes, formando-as e criando grupos de ajuda mútua e de apoio a raparigas, e formando jovens líderes nessas comunidades.
3. Integrar nas ações de empoderamento a articulação com as famílias dos/as jovens das comunidades praticantes.
4. Integrar a área da MGF no Plano Nacional de Saúde Mental como forma de violência contra as mulheres.

4.4. III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

No quadro seguinte, articulam-se as principais conclusões do programa com as respetivas recomendações. Para cada recomendação, fez-se a verificação se já tinham sido referidas na anterior avaliação, mantendo-se a sua necessidade e/ou se já estavam contempladas na nova estratégia (ENIND).

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	AVALIAÇÃO ANTERIOR	ENIND
Vasto número de entidades responsáveis e executantes envolvidas, cujas participações no desenvolvimento das ações nem sempre são claras	Garantir que a definição das medidas é sempre acompanhada da respetiva forma de operacionalização, designadamente em termos de processo e entidades executantes		
Medidas vagas e por vezes repetidas	Melhorar a articulação e coordenação entre os Planos eliminando a sobreposição de medidas		
Assimetrias entre os objetivos estratégicos e os objetivos estabelecidos para cada medida e entre as medidas e as ações desenvolvidas, assinalando-se ainda a ausência de metas e de indicadores de desempenho	Assegurar a coerência entre as medidas e as respetivas ações definidas para atingir os objetivos fixados		
Falta de tratamento das questões do TSH tendo em conta uma perspetiva de género Carências ao nível da produção científica em diferentes domínios do TSH, nomeadamente sobre a interdependência vítima – pessoa agressora e criminalidade múltipla	Formação contínua para pessoal docente e não docente de todos os graus de escolaridade nas áreas da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação Incluir a matéria da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação como disciplina obrigatória, nos programas curriculares, a partir do pré-escolar, sujeito a avaliação		0
Não se conhece o impacto das ações desenvolvidas	Desenvolver um sistema de monitorização da implementação dos Planos de ação, garantindo a avaliação qualitativa e quantitativa dos mesmos Promover a avaliação contínua da Ação Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (SNS)	X	
Preocupações latentes em torno das questões da igualdade de género	Incluir a matéria da nas áreas da igualdade de género, cidadania, não violência e não discriminação como disciplina obrigatória, nos programas curriculares, a partir do pré-escolar, sujeito a avaliação (cfr. ENIND) (T8) com vista nomeadamente ao combate ao	X.	

Relatório de Avaliação Externa

	casamento forçado ou de conveniência ou para situações de tráfico para fins de exploração sexual		
Necessidade de dedicar mais atenção ao processo de encaminhamento de crianças vítimas de tráfico.	Reforçar o acompanhamento psicológico das vítimas de tráfico com especial atenção ao momento de retorno.		0
Dificuldades no processo de retorno das vítimas de tráfico.	Reforçar a comunicação entre os países que sinalizam as vítimas e os países de origem enquanto dinâmica facilitadora do processo de retorno.		
Lacunas ao nível do tratamento de dados estatísticos, incluindo a desagregação por sexo, e da criação de um sistema de dados partilhado.	Identificar e centralizar as fontes administrativas estatísticas existentes, garantir a comparabilidade dos dados recolhidos, e dar prioridade à produção e difusão, pelo Sistema Estatístico Nacional, de estatísticas anuais nas temáticas dos Planos (cfr. as medidas previstas na ENIND nesta área), garantindo a desagregação dos dados por sexo e respetivo cruzamento com outras variáveis (e.g., localização geográfica, grupo etário, habilitações literárias, nacionalidade, país de origem). Construção de um sistema de informação que seja capaz de armazenar, de forma rigorosa e sistemática toda a informação relativa aos Planos, incluindo relações e processos com entidades responsáveis e executantes.	X	0
Dificuldades no processo de vacinação das vítimas de tráfico.	Garantir a articulação entre as entidades competentes com vista a que as vítimas de tráfico tenham acesso aos cuidados de saúde (e.g.vacinação)		
O SEF necessita de reforços humanos e materiais para o combate ao TSH.	Reforçar os recursos humanos das equipas de intervenção visando uma melhor atuação e um processo de retorno facilitado.		

Seguidamente apresentam-se as recomendações específicas (não transversais) do III PNPCTSH que não constam na nova estratégia, ou que apenas constam parcialmente na nova estratégia:

1. Promover campanhas de informação, em colaboração com os Municípios, nas regiões com maior registo de vítimas de TSH e organizar campanhas de sensibilização junto das empresas dos setores económicos nas regiões com maior registo de vítimas de TSH.
2. Reforçar o acompanhamento psicológico das vítimas de tráfico com especial atenção ao momento de retorno.
3. Reforçar a comunicação e articulação entre os países que sinalizam as vítimas e os países de origem enquanto dinâmica facilitadora do processo de retorno.
4. Melhorar e centralizar o tratamento dos dados relativos às questões do TSH por sexo e respetivos grupos etários em termos de sinalizações, de processos e de caracterização das vítimas.
5. Garantir a articulação entre as entidades competentes com vista a que as vítimas de tráfico tenham acesso aos cuidados de saúde (e.g. vacinação).
6. Reforçar os recursos humanos das equipas de intervenção visando uma melhor atuação e um processo de retorno facilitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adema, W., C. Clarke e V. Frey, 2015, "Paid Parental Leave: Lessons from OECD Countries and Selected U.S. States", *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, No. 172, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jrqgvqqb4vb-en>.
- Albano, Manuel, 2013, "Tráfico Humano – A escravatura dos tempos modernos", in *Notícias*, nº 89, CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, disponível em <http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/N89TraficoHumano.pdf>
- Alvarez, Teresa e Cristina C. Vieira, 2014, O papel da educação no caminho que falta percorrer em Portugal na desconstrução dos estereótipos de género: breves reflexões, Suplemento Exedra de 2014, *Sexualidade, género e educação*, pp 9-17.
- Almeida, Ana Costa de, 2016, O Tráfico de Seres Humanos: Enquadramento legal geral, Apres. *Conferência Tráfico de Seres Humanos – Prevenção, Proteção e Punição*.
- Araújo, Manuel, T. McIntyre e S. McIntyre, 2015, *Bullying no Local de Trabalho, Clima Organizacional e seu Impacto na Saúde dos Trabalhadores*, Instituto Politécnico do Porto, p.1-19.
- Araújo, S., 2017, "Raising skills in Portugal", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 1405, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/fca87bb4-en>.
- Arnold, J. e C. Farinha Rodrigues, 2015, "Reducing inequality and poverty in Portugal", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 1258, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jrw21ng3ts3-en>.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, APAV, 2010, *Manual Títono - Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência*, Lisboa: APAV, disponível em: www.apav.pt/pdf/Titono_PT.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, APAV, 2011, *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir*, Lisboa: APAV, disponível em: www.apav.pt/pdf/Manual_Criancas_Jovens_PT.pdf
- Azambuja, M., 2013, "Gender Violence in Portugal: discourses, knowledges and practices", *Indian Journal of Gender Studies*, 20, pp. 31-50.
- Bäckström, Bárbara, Paulo Manuel Costa, Rosana Albuquerque e Lúcio Sousa [Org.], 2016, *Políticas de igualdade e inclusão: reflexões e contributos*, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta
- Baptista, Isabel e Josefina Leitão, 2017, Standing and operational space of non-governmental organisations (NGOs) in contributing to respecting and promoting fundamental rights in EU MS – Portugal 2017.

- Baptista, Isabel (coord.), Alexandra Silva e Paula Carrilho, 2016, Direitos e necessidades das vítimas de violência em relações de intimidade em trajetórias judiciais, em Portugal, Projeto INASC – Improving Needs Assessment and Victims Support in Domestic Violence Related Criminal Proceedings (Avaliação de necessidades e Apoio a Vítimas de Violência Doméstica em Trajetórias Judiciais), disponível em http://www.inasc.org/pdf/_INASC_National%20Report_Portugal_PT.pdf
- Baptista, Isabel (coord.), Alexandra Silva e Paula Carrilho, 2016, *Rotas de empoderamento: Contributos para a avaliação de necessidades e apoio a vítimas de violência em relações de intimidade no sistema de justiça em Portugal*, disponível em: http://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/20160708221859-1inasc_brochure_pt.pdf
- Baptista, Isabel (coord.), et al, 2016, Make It Happen, European toolkit to improve needs assessment and victims support in domestic violence related criminal proceedings, Projeto INASC – Improving Needs Assessment and Victims Support in Domestic Violence Related Criminal Proceedings, disponível em: http://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/201607082219451inasc_international_brochure_eu_makeithappen.pdf
- Barroso, Margarida M., 2016, *Desigualdades ocupacionais na dimensão relacional do trabalho*, Observatório das Desigualdades e-Working Paper Nº. 1/2016: ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi:10.15847/CIESODWP012016.
- Bergano, Sofia, 2015, A promoção da igualdade de género no trabalho como tarefa educativa, *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*, Vol. Extr., No. 7, pp 45-49
- Bergano, Sofia, e Cristina C. Vieira, 2016, “Dar Visibilidade Científica a Assuntos na Sombra: Contribuições Mútuas entre os Estudos de Género e a Investigação Qualitativa”. *Atas do CIAIQ2016 – Investigação Qualitativa em Ciências Sociais* 3: 508-518. Disponível em <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/995>
- Borges, Ana e Leonor Gaspar Pinto (coord), 2013, *Tráfico de Seres Humanos: a escravatura dos tempos modernos*, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Brooks, Kate e Eleonore Komai, 2017, *Gender-balance in Parliaments: An indispensable condition for more democratic and sustainable societies*, OECD Insights, disponível em: <http://oecdinsights.org/2017/03/08/gender-balance-in-parliaments/>
- Caldas de Almeida, José Miguel, 2018, *A saúde mental dos portugueses*, FFMS.
- Carvalho, Clara, Ricardo Falcão e Marta Patrício, 2018, Corte/Mutilação Genital Feminina: Respostas Institucionais Integradas, *Atas do III Seminário Internacional do Programa Académico Multissetorial para o Combate e Prevenção do Corte / Mutilação Genital Feminina (MAP-FGM)*, CEI-IUL (ISCTE-IUL)

- Carvalho, Tiago, 2014 *Modernidade, classes sociais e cidadania política: Portugal sob um olhar internacional* *Modernity, social classes and political citizenship: Portugal in the international context*. *Análise Social* no.212 Lisboa set., *versão impressa* ISSN 0003-2573
- Casaca, Sara Falcão, 2017, *A Igualdade entre mulheres e homens e a tomada de decisão na esfera económica: o longo percurso do enquadramento político e dos instrumentos normativos*, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 56, pp 6-23.
- CEDAW Committee, 2015, *Concluding observations on the combined eighth and ninth periodic reports of Portugal*. CEADW/C/PRT/CO/8-9, 10th November 2015. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/PRT/CEDAW_C_PRT_CO_8-9_20571_E.doc.
- CEDAW (2015). *General recommendation No. 33 on women's access to justice*. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CEDAW/C/GC/33&Lang=en
- Centro de Estudos Judiciários (ed), 2016, *Violência Doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* - Manual Pluridisciplinar, A versão digital desta obra está disponível em formato ebook, no sítio: HTTP://WWW.CEJ.MJ.PT/CEJ/RECURSOS/EBOOK_CIVIL.PHP
- CESNOVA/CICS.NOVA (2015): *Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação*. FCSH-UNL, Lisboa.
- CIG, 2015, *Relatório intercalar de execução do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação (2014-2017)* - 2014, disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/03/Relatorio-Intercalar-de-Execução-do-V-PNI-2014.pdf>
- CIG, 2016, *Relatório intercalar de execução do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017)* - 2015, disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/05/Relatório-Intercalar-de-Execução-do-III-PNPCTSH-2015.pdf>
- CIG, 2016, *Relatório intercalar de execução do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação (2014-2017)* - 2015, disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Intercalar-de-Execução-do-V-PNI-2015.pdf>
- CIG, 2017, *Relatório intercalar de execução do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017)* - 2016, disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Relatório-Intercalar-de-Execução-do-III-PNPCTSH-2016.pdf>
- CIG, 2017, *Relatório intercalar de execução do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação (2014-2017)* - 2016, disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Relatorio-Intercalar-de-Execução-do-V-PNI-2016.pdf>

CIG, 2018, *Relatório de execução do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017)*, divulgado, mas não publicado.

CITE (Coord.), UGT, CGTP-IN, CESIS, CCP, APEE, RTP, ICSTE, IAPMEI, 2008, *Guia de Autoavaliação da Igualdade de Género nas Empresas*, disponível em: http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/guia_de_autoavaliacao.pdf

CITE, 2013, *Guia informativo para a prevenção e combate de situações de assédio no local de trabalho: um instrumento de apoio à autorregulação*, disponível em: http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/guia_informativo.pdf

CITE, 2015, *Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2014*, disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/Relat_Lei10_2014.pdf

CITE, 2016, *Policy Brief - The Use of Time by Men and Women in Portugal*, disponível em: <http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/Policy%20Brief%20%20The%20Use%20of%20Time%20by%20Men%20and%20Women%20in%20Portugal.pdf>

CITE, 2016, *Policy Brief III - Main conclusions and recommendations of the white book*, disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/images/papelhomens/P_Brief_III_en.pdf

CITE, 2016, *Sexual Harassment and Bullying in the Workplace in Portugal*, disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/Sexual_Harassment_and_Bullying_in_the_Workplace_in_Portugal.pdf

CITE, 2017, *Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2016*, disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/Relat_Lei10_2015.pdf

Coelho, Bernardo et al., 2016, *Manual de formação para prevenir e combater o assédio sexual e moral no local de trabalho: trilhos para a tolerância zero*, disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Manual_Formac_Assedio_Sexual_Moral_Local_Trabalho.pdf

Comissão Europeia, 2012, *Estratégias da União Europeia para a Erradicação do TSH 2012-2016*, disponível em http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/

Comissão Europeia, 2016, *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório sobre os progressos realizados na luta contra o tráfico de seres humanos*, disponível em: <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2016/PT/1-2016-267-PT-F1-1.PDF>

Cordeiro, Mário, 2015, *Crianças e Família num Portugal em Mudança*, FFMS.

- Costa, Pedro Alexandre e Michelle Davies, 2012, *Portuguese adolescents' attitudes toward sexual minorities: transphobia, homophobia, and gender role beliefs*.
- Courtin, E. et al., 2014, "Mapping Support Policies for Informal Carers Across the European Union", *Health Policy*, Vol. 118, No. 1, pp. 84-94.
- Cruz, Néelson André Ferreira da, 2015, *O Esclavagismo dos Tempos Modernos e a Tutela Jurídica das suas Vítimas -- os meios jurídicos ao serviço da recuperação psicológica das vítimas de tráfico de seres humanos*, Dissertação Mestrado em Direitos Humanos, Universidade do Minho
- Del Boca, D., 2015, "The Impact of Child Care Costs and Availability on Mothers' Labor Supply", *ImPRovE Working Paper*, No. 15/04, Herman Deleeck Centre for Social Policy, University of Antwerp, Antwerp.
- DGS, 2015, *Mutilação Genital Feminina. Análise dos casos registados em 2014 e 2015*, disponível em: <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/informacoes/informacao-n-0022016-de-18032016.aspx>
- Diaz-Serrano, Luis e Enric Meix-Llop, 2016, "Do schools discriminate against homosexual parents? Evidence from a randomized correspondence experiment." *Economics of Education Review* 53: 133-142. Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.
- Djassi, Filomena, 2018, Promoção de Comportamentos de Mudança na Erradicação da Mutilação Genital Feminina, in Carvalho (2018).
- Duarte, Madalena, Ana Oliveira, Tiago Ribeiro, e Conceição Gomes, 2015, "Portugal National Case", in *THB - The fight against trafficking in human beings in EU: 143 promoting legal cooperation and victims' protection*, disponível em [http://www.transcrime.it/wpcontent/uploads/2016/01/THB_CoopToFight.pdf\[15.02.2016\]](http://www.transcrime.it/wpcontent/uploads/2016/01/THB_CoopToFight.pdf[15.02.2016]).
- Enes, Ana Carolina Barbosa Monteiro, 2016, *A Mutilação Genital Feminina/ Corte em Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica (EARHVD), 2018, Relatório Final, Caso: 2/2017-JP, MAI.
- Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica (EARHVD), 2017, Relatório Final, Caso: 1/2017-AC, MAI.
- Estrela, A., 1994, *Teoria e Prática de Observação de Classes – Uma Estratégia de Formação de Professores*. (4ªed.). Porto: Porto Editora.
- Eurofound, 2015, *Violence and harassment in European workplaces: causes, impacts and policies*. Dublin, Ireland.
- Eurofound, 2016, *Working life experiences of LGBT people and initiatives to tackle discrimination*.

- European Commission, 2014, "Exchange of good practices on gender equality." Disponível em: http://ec.europa.eu/justice/genderequality/files/exchange_of_good_practices_at/dk_comments_paper_at_2014_en.pdf.
- European Commission, 2014, "Exchange of Good Practices on Gender Equality: Gender Impact Assessment", *Comments Paper Denmark*, European Commission, June, http://ec.europa.eu/justice/genderequality/files/exchange_of_good_practices_at/dk_comments_paper_at_2014_en.pdf.
- European Commission, 2015, *Report on equality between women and men 2015*. Bruxelas: União Europeia [em linha] disponível em <http://ec.europa.eu/justice/genderequality/>
- European Commission, 2016, *Magnitude and Impact Factors of the Gender Pay Gap in EU Countries*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.
- European Commission, 2016, Promoting citizenship and the common values of freedom, tolerance and non-discrimination through education. *Overview of education policy developments in Europe following the Paris Declaration of 17 March 2015*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/images/1/14/Leaflet_Paris_Declaration.pdf
- European Commission, 2017, *2017 Report on equality between women and men in the EU*, Publication Office of the European Union, Luxembourg.
- European Institute for Gender Equality (EIGE), 2012, *Review of the implementation of the Beijing platform for action in the EU Member States: Violence against women - victim support*, Luxembourg, Publications Office of the European Union
- European Institute for Gender Equality (EIGE), 2013, *Gender Equality Index — Report*, Publications Office of the European Union, Luxembourg, disponível em: <http://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/Gender-Equality-Index-Report.pdf>.
- European Institute for Gender Equality, 2017, *Gender equality in political decision-making*.
- Eurostat, 2015, *Trafficking in human beings*, Lux.
- Fernandes, Vera Lúcia Silva, 2016, *Tráfico de Seres Humanos - uma Perspectiva Geral sobre a Exploração Sexual de Mulheres*, dissertação Mestrado em Psiquiatria Social e Cultural - Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra.
- Ferrant, G. e K. Nowacka, 2015, "Measuring the Drivers of Gender Inequality and their Impact on Development: The Role of Discriminatory Social Institutions", *Gender and Development*, Vol. 23, No. 2, pp. 319-332.
- Ferrant, G. et al., 2014, "Unpaid Care Work: The Missing Link in the Analysis of Gender Gaps in Labour Outcomes", Issues paper, OECD Development Centre, http://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf.

- Ferreira, Virgínia, 2017, O Assédio Sexual: violência contra as mulheres no local de trabalho, in Cristina C. Vieira et al. (org.), *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*. Lisboa: CIG, 458-467
- Ferreira, Virgínia, 2017, Segregação sexual dos mercados de trabalho, in Cristina C. Vieira et al. (org.), *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*. Lisboa: CIG, 474-482
- Ferreira, Virgínia, 2016, Towards the de-faminization of care, fertility and family/work balance, in Vanessa Cunha et al. (org.), *A(s) Problemática(s) da Natlidade em Portugal - Uma questão social, económica e política*. Lisboa: ICS, 203-212.
- Ferreira, V., 2010, A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular. In V. Ferreira (Org.) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal* (pp. 138-190). Lisboa: CITE.
- Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa, 2012, "Políticas de Igualdade em Portugal: evoluções, instrumentos e protagonistas" thematic number of "ex aequo - revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres", 25
- Ferreira, Virgínia, 2009, "Employment Policies from a Gender Equality Perspective in Europe: developments and challenges", *Options Méditerranéennes, A*, n.º 87, 33-44
- Ferreira, Virgínia, 2007, "L'usage du genre au Portugal : en tant que catégorie analytique ou descriptif?" in AAVV (org.), *A propos des études de genre dans les pays européens : Où en sommes nous ?*. Paris: Université de Saint-Dennis
- Ferreira, Virgínia, 2007b, "Empregabilidade e Empreendedorismo - Estereótipos de Género: Contextualização" in AAVV (org.), *Conferência de Peritos em Igualdade de Género "Empregabilidade e Empreendedorismo - Estereótipos de Género*. Lisboa: Programa da Presidência Portuguesa da UE.
- Ferreira, Virgínia, e Monteiro, Rosa, 2015, "Austeridade e Regimes de Bem-estar e de Sexo/Género" thematic number of "ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres", 32
- Ferreira, Virgínia e Rosa Monteiro, 2013, *Trabalho, Igualdade e Diálogo Social: Estratégias e Desafios de um Percorso*, Estudos 9, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Ferreira, Virgínia, e Monteiro, Rosa, 2012, "Políticas de Igualdade em Portugal: evoluções, instrumentos e protagonistas" thematic number of "ex aequo - revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres", 25
- Franco, Raquel Campos et all, 2015, Diagnóstico das ONG em Portugal, Estudo sobre Organizações Não Governamentais realizado pela Universidade Católica Portuguesa, sob orientação de Raquel Campos Franco, F. Gulbenkian, disponível em: https://www.researchgate.net/publication/300124114_Diagnostico_das_ONG_em_Portugal

- Frey, Valerie, 2017, The pursuit of gender equality: How to win an uphill battle? Disponível em: <http://oecdinsights.org/2017/10/12/the-pursuit-of-gender-equality-how-to-win-an-uphill-battle/>
- GRIEC - Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação, *Guia legislativo para a implementação do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas, contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças*, disponível em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textosmpenal/onu/GuiaProtMulheres.pdf>
- Guerreiro, Maria das Dores (coord.), Joana Aguiar Patrício e Leonor Duarte Castro, 2016, *Estudo avaliativo do grau de satisfação de utentes da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica*: relatório final
- Heise, Lori, 2011, What Works to Prevent Partner Violence? An Evidence Overview. London School of Hygiene and Tropical Medicine,
- Hersch, J., 2015, “Sexual Harassment in the Workplace”, *IZA World of Labor*, Vol. 188.
- IEEI, 2012, *Tráfico Humano, A Protecção dos Direitos Humanos e as Vítimas de Tráfico de Pessoas, Rotas, Métodos, Tipos de Tráfico e Setores de actividade em Portugal*, pp. 84-88. Disponível em http://www.ieei.com.pt/traficodepessoas/images/documentos/trafico_humano.pdf
- INE, 2018, *A vida das mulheres e dos homens na Europa: um retrato estatístico*, Lisboa
- International Organization for Migration, Human Trafficking Global Database.
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., (IGFSS), 2017, *Conta da Segurança Social 2016*, Lisboa, disponível em <http://www.seg-social.pt/publicacoes?bundleId=15671250>
- Lee, L-E. et al., 2015, “Women on Boards, Global Trends in Gender Diversity on Corporate Boards”, MSCI, November, <https://www.msci.com/documents/10199/04b6f646-d638-4878-9c61-4eb91748a82b>.
- Lima, Francisco e Ana Neves, 2011, *Conciliação da vida profissional com a vida familiar - Módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego de 2010. Tema em análise, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011*, 34-50, Instituto Nacional de Estatística
- Lopes, Manuel, Laurência Gemito e Felícia Pinheiro (Coord.), 2012, *Violência Doméstica, Manual de Recursos para a Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora*, Universidade de Évora
- Loureiro, Helena, 2011, *Cuidar na “Entrada na Reforma”: uma intervenção conducente à promoção da saúde de indivíduos e de famílias*. Tese de Doutoramento em Ciências da Saúde. Repositório institucional da Universidade de Aveiro.
- Ludke, M., André, M., 1986, *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.

- Mackie, Gerry, 2003, "Female Genital Cutting: A Harmless Practice?", *Medical Anthropology Quarterly*, pp.135-158
- Mackie, Gerry, 2000, "Female Genital Cutting: The Beginning of the End." In B. Shell-Duncan and Y. Hernlund, eds, *Female Circumcision: Multidisciplinary Perspectives*. Boulder, CO: Lynne Reinner Publishers, pp. 245-282.
- Mackie, Gerry, 2009, "More Effective and Less Effective Programs to Abandon Harmful Practices in Five Countries." UNICEF Innocenti Research Centre, Florence Italy.
- Magano, Olga e Maria Manuela Mendes (orgs.), 2013, *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projectos de intervenção social e cultural*, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, Universidade Aberta.
- Magano, Olga e Maria Manuela Mendes, 2014, – *Ciganos e políticas sociais em Portugal Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, pág. 15-35.
- MAI, 2015, *Relatório Anual de Segurança Interna – 2014*.
- MAI, 2017, *Relatório Anual de Segurança Interna – 2016*.
- MAI, 2018, *Relatório Anual de Segurança Interna – 2017*.
- Marques, Márcia, 2016, *Análise do discurso jurisdicional do Tribunal da Relação de Évora nos casos de violência doméstica. Serão as decisões influenciadas pelo sexo do relator?* Faculdade de Direito – UNL
- Martingo, Carla, 2018, *Vozes e Lideranças pelo fim da MGF*, in Carvalho et all (2018).
- Martins, Jorge (coord.), 2008, *Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual - Kit de apoio à Formação para a prevenção e assistência às vítimas*, CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, disponível em <https://www.cig.gov.pt/wpcontent/uploads/2013/12/kitapoioformacao.pdf>
- Melo, Manuel Fernando da Silva, 2016, *Tráfico de Seres Humanos – Dificuldades e Desafios da Prevenção e Repressão*, Dissertação Mestrado em Direitos Humanos, Universidade do Minho
- Moleiro, Carla, Nuno Pinto, João Manuel de Oliveira e Maria Helena Santos, 2016, *Violência doméstica: boas práticas no apoio a vítimas LGBT: guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas*, CIG
- Monteiro, Rosa, Luísa Agostinho e Fernanda Daniel, 2015, *Um diagnóstico da desigualdade de género num município em Portugal: estruturas e representações*, *Rev. Adm. Pública* vol.49 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2015
- Monteiro, Rosa, e Ferreira, Virgínia, 2013, "Planos para a igualdade género nas organizações: Contributos para o desenho e realização dos diagnósticos organizacionais", *Sociedade e Trabalho*, 43/44/45, 123-136
- Muir, T., 2017, "Measuring Social Protection for Long-term Care", *OECD Health*

-
- Murtin, F., Mackenbach, J.P., Jasilionis, D. e M. Mira d'Ercole, 2017, "Inequalities in Longevity by Education in OECD Countries: Insights from New OECD Estimates", OECD Statistics Working Papers, 2017/2, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/6b64d9cf-en>
- Neves, S. (coord.), 2012, *Intervenção psicológica e social com vítimas – Adultos/as*, vol. 2, Coimbra: Almedina.
- Neves, S., 2011, "Women trafficking for sexual exploitation in Portugal: Life narratives", *International Journal of Humanities and Social Science*, vol. 1, n. º 17, pp. 186-192, disponível em: www.ijhssnet.com/journals/Vol_1_No_17_Special_Issue_November_2011/20.pdf
- OCDE, 2017, *Report on the Implementation of the OECD Gender Recommendations -Some Progress on Gender Equality but Much Left to Do*, Paris,
- OECD, 2017, "Measuring Distance to the SDGs Targets: An Assessment of Where OECD Countries Stand", OECD, Paris <http://www.oecd.org/std/measuring-distanceto-the-sdgs-targets.htm>.
- OECD, 2017, *2013 OECD Recommendation of the Council on Gender Equality in Education, Employment and Entrepreneurship*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264279391-en>
- OECD, 2017, *Educational Opportunity for All: Overcoming Inequality throughout the Life Course*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264287457-en>
- OECD, 2017, *Government at a Glance 2017*, OECD Publishing, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/gov_glance-2017-en.
- OECD, 2017, *Making Integration Work: Family Migrants*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264279520-en>
- OECD, 2017, *OECD Economic Surveys: Portugal 2017*, OECD Publishing, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-prt-2017-en.
- OECD, 2017, *The Pursuit of Gender Equality: An Uphill Battle*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264281318-en>
- OECD, 2018, *Skills Strategy Implementation Guidance for Portugal: Strengthening the Adult-Learning System*, OECD Skills Studies, OECD Publishing, Paris,
- OECD/European Union, 2017, *The Missing Entrepreneurs 2017: Policies for Inclusive Entrepreneurship*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264283602-en>
- Oliveira, M. e Freitas, H., 1998. Focus Group, Método Qualitativo de Pesquisa – resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. São Paulo: RAUSP, pp. 83-91, vol. 33, nº3, disponível em: http://www.ea.ufrgs.br/professores/hfreitas/files/artigos/1998/1998_069_RAUSP.pdf
- Pena dos Reis, J. (Coord.), A. A. Pereira, V. Reis, e D. Ravara, 2014, *O Assédio no Trabalho*, Centro de Estudos Judiciários.

- Peralta, M., 2005, *Currículo: O Plano como Texto – Um estudo sobre a aprendizagem da planificação na formação inicial de professores de alemão*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perista, H. (coord.), 2013, *Mind the Gap! Improving intervention in intimate partner violence against older women*, Lisboa: Centro de Estudos para a Intervenção Social, CESIS, available at: www.ipvow.org/images/ipvow/reports/file_analysis/Portugal_case_file_analysis_English.pdf
- Perista, Heloísa et al., 2016, Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal - *Policy Brief*, disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/INUT_Policy_Brief.pdf
- Perista, Heloísa, Alexandra Silva e Vanda Neves, 2010, *Violência contra Mulheres idosas em Relações de Intimidade*, CESIS, disponível em: http://www.ipvow.org/images/ipvow/reports/IPVoW_Portugal_Portuguese_final.pdf
- Perista, Heloísa, Ana Cardoso, Mário Silva e Paula Carrilho, 2012, *Delinquência e Violência Juvenil em Portugal: Traçando um retrato a diferentes vozes*, CESIS, disponível em: http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev_NationalReport_PT.pdf
- Perista, Heloísa, Ana Cardoso, Mário Silva e Paula Carrilho, 2012, *Criminalidade e Violência juvenil: resultados de um estudo europeu sobre delinquência e prevenção - Materiais de apoio à formação de profissionais de forças policiais*, CESIS, disponível em: http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev_CE_Materials_Police_PT.pdf
- Perista, Heloísa, J. Leitão, e V. Neves, 2014, *Victim Support Services in the EU: An overview and assessment of victims' rights in practice – Portugal 2014*, FRANET
- Pinto, Teresa (coord.), Conceição Nogueira, Cristina Vieira, Isabel Silva, Luísa Saavedra, Maria João Silva, Paula Silva, Teresa-Cláudia Tavares e Vasco Prazeres, 2015, *Guião de educação género e cidadania: 3º ciclo do ensino básico*, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2ª ed. Disponível em: <http://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/cidadania-e-igualdade-de-genero/>
- Plantenga, J. e C. Remery, 2017, “Out-of-school Childcare: Exploring Availability and Quality in EU Member States”, *Journal of European Social Policy*, Vol. 27, No. 1, pp. 25-39.
- Pomar, C. (Coord.), A. Balça, A. F. Conde, A. M. García, A. M. García, C. Nogueira, C. Vieira, L. Saavedra, P. Silva, e O. Magalhães, 2012, *Guião de Educação Género e Cidadania. 2º ciclo*. Lisboa: CIG [em linha] disponível em https://www.cig.gov.pt/wpcontent/uploads/2013/12/guiao_educa_2ciclo.pdf
- Pinto, Ana Luísa Pombo Diogo, 2016, *Tráfico (des)humano*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Direito. Universidade Lusíada, Porto, disponível em: <http://hdl.handle.net/11067/2678>
- Projeto Euro TrafGulD; RAPVT - Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico, 2014, *Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos: orientações para a sinalização de vítimas de tráfico de seres humanos em Portugal*, CIG

- Queisser, Monika, 2016, Gender Equality and the Sustainable Development Goals, disponível em: <http://oecdinsights.org/2016/05/16/gender-equality-and-the-sustainable-development-goals/>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L., 1992, *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1ª ed.). Tradução de Marques, J., Mendes, M. & Carvalho, M. Lisboa: Gradiva.
- Rêgo, Maria do Céu da Cunha, 2016, *Conclusões e Recomendações: Recomendações para as políticas públicas no domínio da articulação da vida profissional, pessoal e familiar como instrumento para a igualdade de género*, Conferência final do Projeto “Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal - 2015”, disponível em: http://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/conferencia_final_do_projeto_inut-conclusoes_recomendacoes.pdf
- Ribeiro, Ana Isabel, Elias Teixeira Krainski, Marília Sá Carvalho, Guy Launoy, Carole Pernet e Maria de Fátima de Pina, 2018, *Does community deprivation determine longevity after the age of 75? A cross-national analysis*, *International Journal of Public Health*, disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00038-018-1081-y>
- Ribeiro, Raquel, Lina Coelho e Alexandra Ferreira-Valente, 2015, *Unemployment and gender equality within the family in Portugal*, *ex æquo*, n.º 32, 2015, pp. 69-85
- Rodrigues, Sofia Elisabete Melo, 2016, *Salários e desigualdade de género em Portugal*, Tese de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, U Açores
- Sani, Ana, Laura Nunes e Sónia Caridade (Coord.), 2016, *Relatório Tráfico de Seres Humanos*, Fundação Fernando Pessoa
- Santos, Helena Andreia Martinho dos, 2016, *A mutilação genital feminina em Portugal e a sua proteção jurídica: o debate político e a criminalização da prática*, Dissertação de mestrado em Direitos Humanos, U Minho
- Saraiva, Ana Paula, 2017, *Liderança política no feminino: As presidentes de câmara no poder local em Portugal. Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* [online]. n.37, pp.41-61. ISSN 0874-6885, disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852017000100005
- Silva, Carina Castro da, 2015, *Mutilação Genital Feminina: Percepções de Jovens Guineenses residentes em Portugal e de Profissionais com experiência na Guiné-Bissau*, U Fernando Pessoa, Porto
- Special Eurobarometer 317, 2009, *Discrimination in the EU in 2009*, disponível em: http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S773_71_2_EBS317
- Special Eurobarometer 326, 2010, *Gender equality in the EU in 2009*, disponível em: http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S808_72_2_EBS326
- Special Eurobarometer 344, 2010, *Domestic Violence against Women*, disponível em: https://data.europa.eu/euodp/de/data/dataset/S816_73_2_EBS344

- Special Eurobarometer 393, 2012, *Discrimination in the EU in 2012*, disponível em: http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S1043_77_4_EBS393
- Special Eurobarometer 428 / Wave EB82.4, 2015, “Gender Equality” in 2014,
- Special Eurobarometer 437, 2015, *Discrimination in the EU in 2015*, disponível em: http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2077_83_4_437_ENG
- Special Eurobarometer 449, 2016, *Gender-based violence*, disponível em: https://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2115_85_3_449_ENG
- Special Eurobarometer 465, 2017, *Gender Equality 2017*, disponível em: http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2154_87_4_465_ENG
- Special Eurobarometer 469, 2018, *Integration of immigrants in the European Union*, disponível em: http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2169_88_2_469_ENG
- Torres Anália, (Coord.), Dália Costa, Helena Sant’Ana, Bernardo Coelho, Isabel Sousa, 2016, *Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Assedio_Sexual_Moral_Local_Trabalho.pdf
- Torres, A, D. Costa, H. Sant’Ana, B. Coelho e I. Sousa, 2016, *Sexual Harassment and Bullying in the Workplace in Portugal*, Policy Brief, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género/ Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa, fevereiro, disponível em: <http://cieg.iscsp.ulisboa.pt/investigacao/projetos/projetos-concluidos/item/120-assedio-moral-esexual-no-local-de-trabalho>.
- Torres, Anália, Paula Campos Pinto, Dália Costa, Bernardo Coelho, Diana Maciel, Tânia Reigadinha e Ellen Theodoro, 2018, *Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu*, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- UMAR, União das Mulheres Alternativa e Resposta, 2014, *Assédio Sexual: quebrar invisibilidades. Construir uma cultura de prevenção e intervenção*.
- United Nations, 2014, *Guidelines for Producing Statistics on Violence Against Women*, United Nations, New York,
- UNODC, 2014, *Kit de Intervenção Imediata para Órgãos de Polícia Criminal em Situações de Tráfico de Seres Humanos*, p.13, disponível em http://www.dgpi.mj.pt/sections/informacao-eeventos/informacao-para-a/documentos-estrategicos/kit-de-intervencaoopc/downloadFile/file/Kit_de_Intervencao_Imediata_para_Orgaos_de_Policia_Criminal_em_Situacoes_de_Trafi.pdf?nocache=1435057424.93
- Valfort, M., 2017, “LGBTI in OECD Countries: A Review”, *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, No. 198, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/d5d49711-en>

- Vansteenkiste, Isabel, 2016, *The Macroeconomic Policy Mix in the euro area*, BCE
- Vieira, Cristina C., coord., et al., 2017, *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*. Lisboa: CIG.
- Vieira, Cristina C., Nunes, Maria Teresa Alvarez, Ferro, Maria Jorge, 2017, Questões de género e cidadania: reflexões breves sobre o poder emancipatório da educação. In *Diálogos Freirianos. A educação e formação de jovens e de adultos em Portugal e no Brasil*, editado por Luís Alcoforado, Márcia Regina Barbosa, e Denise Aparecida Brito Barreto, 701-716. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1326-0_32
- Wall, Karin (coord.), Vanessa Cunha, Susana Atalaia, Leonor Rodrigues, Rita Correia, Sónia Vladimira Correia e Rodrigo Rosa, 2016, *Livro Branco: Homens e Igualdade de Género em Portugal*, CITE, disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/images/papelhomens/Livro_Branco_Homens_Igualdade_G.pdf
- WHO – World Health Organization, 2016, “Violence Against Women: Intimate Partner and Sexual Violence Against Women”, *Fact Sheet*, World Health Organization website, <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>.
- WHO, 2013, *Global and Regional Estimates of Violence Against Women: Prevalence and Health Effects of Intimate Partner Violence and Non-partner Sexual Violence*, World Health Organization, Geneva.
- Working Papers*, No. 93, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/a411500a-en>.
- Isabel Baptista, Josefina Leitão, 2017, *Standing and operational space of non-governmental organisations (NGOs) in contributing to respecting and promoting fundamental rights in EU MS – Portugal 2017*.
- Raquel Campos Franco, et al, 2015, *Diagnóstico das ONG em Portugal, Estudo sobre Organizações Não Governamentais* realizado pela Universidade Católica Portuguesa, sob orientação de Raquel Campos Franco, F. Gulbenkian, disponível em: https://www.researchgate.net/publication/300124114_Diagnostico_das_ONG_em_Portugal
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.,(IGFSS), 2017, *Conta da Segurança Social 2016*, Lisboa, disponível em <http://www.seg-social.pt/publicacoes?bundleId=15671250>
- Ferreira, Virgínia (2017), *O Assédio Sexual: violência contra as mulheres no local de trabalho*, in Cristina C. Vieira et al. (org.), *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*. Lisboa: CIG, 458-467
- Ferreira, Virgínia (2017), *Segregação sexual dos mercados de trabalho*, in Cristina C. Vieira et al. (org.), *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*. Lisboa: CIG, 474-482
- Ferreira, Virgínia (2016), *Towards the de-faminization of care, fertility and family/work balance*, in Vanessa Cunha et al. (org.), *A(s) Problemática(s) da Natlidade em Portugal - Uma questão social, económica e política*. Lisboa: ICS, 203-212.

- Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2015), "Austeridade e Regimes de Bem-estar e de Sexo/Género" thematic number of "ex æquo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres", 32
- Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2012), "Políticas de Igualdade em Portugal: evoluções, instrumentos e protagonistas" thematic number of "ex æquo - revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres", 25
- Monteiro, Rosa; Ferreira, Virgínia (2013), "Planos para a igualdade género nas organizações: Contributos para o desenho e realização dos diagnósticos organizacionais", *Sociedade e Trabalho*, 43/44/45, 123-136
- Ferreira, Virgínia (2009), "Employment Policies from a Gender Equality Perspective in Europe: developments and challenges", *Options Méditerranéennes*, A, n.º 87, 33-44
- Ferreira, Virgínia (2007), "L'usage du genre au Portugal : en tant que catégorie analytique ou descriptif?" in AAVV (org.), *A propos des études de genre dans les pays européens : Où en sommes nous ?*. Paris: Université de Saint-Dennis
- Ferreira, Virgínia (2007), "Empregabilidade e Empreendedorismo - Estereótipos de Género: Contextualização" in AAVV (org.), *Conferência de Peritos em Igualdade de Género "Empregabilidade e Empreendedorismo - Estereótipos de Género"*. Lisboa: Programa da Presidência Portuguesa da UE.
- Heise, Lori, 2011, *What Works to Prevent Partner Violence? An Evidence Overview*. London School of Hygiene and Tropical Medicine.
- Mackie, Gerry, 2003, *Female Genital Cutting: A Harmless Practice?*, *Medical Anthropology Quarterly*, pp.135-158
- Mackie, Gerry, 2000, "Female Genital Cutting: The Beginning of the End." In B. Shell-Duncan and Y. Hernlund, eds, *Female Circumcision: Multidisciplinary Perspectives*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, pp. 245-282.
- Mackie, Gerry, 2009, "More Effective and Less Effective Programs to Abandon Harmful Practices in Five Countries." *UNICEF Innocenti Research Centre*, Florence Italy.
- Rodrigues, B. 2015. *Tráfico De Seres Humanos – Perspetiva dos jovens do 9º Ano do Município do Porto*. Tese de mestrado. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto.

Documentos de análise estatística consultados

- INE – Dossiê de Género, Índice de Bem-Estar, Inquérito Nacional à Saúde (2014)
- PORDATA - Taxa bruta de escolarização do sexo feminino por nível de ensino

MTSS - Tipo de contratos de trabalho por sexo

CITE - Relatório sobre o progresso da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional

Eurostat

European Institute for Gender Equality, 2016, *Gender Statistics Database*, [<http://eige.europa.eu/genderstatistics/dgs/>];

Special Eurobarometer 469, 2018, *Integration of immigrants in the European Union*, [http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2169_88_2_469_ENG/];

Special Eurobarometer 465, 2017, *Gender Equality 2017*, [http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2154_87_4_465_ENG/];

Special Eurobarometer 449, 2016, *Gender-based violence*, [https://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2115_85_3_449_ENG/];

Special Eurobarometer 437, 2015, *Discrimination in the EU in 2015*, [http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2077_83_4_437_ENG/];

Special Eurobarometer 428 / Wave EB82.4, 2015, *Gender Equality in 2014*;

Flash EB 371, 2013, *Women and Gender Inequalities in the Context of the Crisis*, [<http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/women-and-gender-inequalities-in-the-context-of-the-crisis/>];

Special Eurobarometer 393, 2012, *Discrimination in the EU in 2012*, [http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S1043_77_4_EBS393/];

Special Eurobarometer 344, 2010, *Domestic Violence against Women*, [https://data.europa.eu/euodp/de/data/dataset/S816_73_2_EBS344/];

Special Eurobarometer 326, 2010, *Gender equality in the EU in 2009*, [http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S808_72_2_EBS326/];

Special Eurobarometer 317, 2009, *Discrimination in the EU in 2009*, [http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S773_71_2_EBS317/];

Second European Union Minorities and Discrimination Survey, 2017;

Eurofound - Inquérito Europeu às Condições de Trabalho (European Working Conditions Survey), 2010 e 2015;

ILGA, 2016, *The ILGA-RIWI 2016 global attitudes survey on LGBTI people in partnership with LOGO*;

ILGA, 2016, *The personal and the political: Attitudes to LGBTI people around the world*;

ILGA, 2016, *Trans legal mapping report: Recognition before the law*;

ILGA Europe, 2014, *Good practices related to LGBTI asylum applicants in Europe*;

ILGA Europe, 2016, *Annual review of the human rights situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex people in Europe*;

IPU – Inter-Parliamentary Union, 2017, *Women in National Parliaments Database* [<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>];

ITU – International Telecommunication Union (2017), *ITU Gender Dashboard*, [www.itu.int/en/action/gender-equality/data/Pages/default.aspx];

FRA - European Union Agency for Fundamental Rights, 2013, *European Union lesbian, gay, bisexual and transgender survey: Results at a glance*;

FRA (European Union Agency for Fundamental Rights), 2014, *European Union lesbian, gay, bisexual and transgender survey: Main results*;

FRA – European Union Agency for Fundamental Rights, 2014, *FRA Gender-based Violence Against Women Survey Dataset*, European Union Agency for Fundamental Rights (FRA), [<http://fra.europa.eu/en/publications-and-resources/data-andmaps/survey-data-explorer-violence-against-women-survey>];

FRA, 2014, *Violence Against Women: An EU-wide Survey*, European Union Agency for Fundamental Rights (FRA), Publications Office of the European Union, Luxembourg [<http://fra.europa.eu/en/publication/2014/violence-against-women-euwide-survey-main-results-report>];

MIPEX, 2014

OECD Gender, Institutions and Development Database [<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=GIDDB2014>]